

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**Natieli Luiza Branco**

**INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA ESPANHOLA DO  
URUGUAI: UM ESTUDO DISCURSIVO DO *DICCIONARIO DEL  
ESPAÑOL DEL URUGUAY***

Santa Maria, RS  
2019

**Natieli Luiza Branco**

**INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA ESPANHOLA DO URUGUAI:  
UM ESTUDO DISCURSIVO DO *DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY***

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora em Letras**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS  
2019

Branco, Natieli Luiza  
INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA ESPANHOLA DO URUGUAI: UM  
ESTUDO DISCURSIVO DO DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY  
/ Natieli Luiza Branco.- 2019.  
191 p.; 30 cm

Orientadora: Verli Petri  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação  
em Letras, RS, 2019

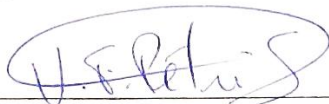
1. Dicionário 2. Discurso 3. Língua I. Petri, Verli  
II. Título.

**Natieli Luiza Branco**

**INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA ESPANHOLA DO URUGUAI:  
UM ESTUDO DISCURSIVO DO *DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY***

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora em Letras**.

Aprovada em 09 de dezembro de 2019:



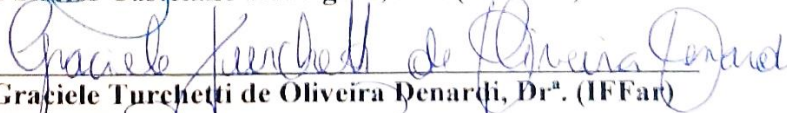
**Verli Fátima Petri da Silveira, Dr.<sup>a</sup>. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)



**María Teresa Celada, Dr.<sup>a</sup>. (USP)**



**Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues, Dr.<sup>a</sup>. (UFSCar) - Videoconferência**



**Graciele Turchetti de Oliveira Denardi, Dr.<sup>a</sup>. (IFFar)**



**Eliana Rosa Sturza, Dr.<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2019

## **DEDICATÓRIA**

Dedico aos meus pais, Cleonice e Gilmar,  
pela vida, pela educação, pelo amor, por tudo!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus professores da Educação Básica e da Educação Superior por compartilharem seu conhecimento!

Agradeço à professora Verli Petri pelas orientações e por ter sempre as palavras certas! Professora Verli, a sua produção de conhecimento possibilitou-me chegar à conclusão do doutorado e as suas inquietudes e tomadas “de assalto” da palavra me ajudaram a pensar a língua(gem). Você é inspiração! Muito obrigada!

Agradeço às professoras Maite Celada, Eliana Sturza, Graciele Oliveira, Viviane Brust e Fernanda Castelano por qualificarem meu trabalho de pesquisa!

Agradeço à Academia Nacional de Letras do Uruguai pela receptividade!

Agradeço à UFSM, ao Laboratório Corpus, ao grupo de pesquisa PALLIND pelas experiências acadêmicas!

Agradeço à UNIPAMPA pela possibilidade de qualificação!

Agradeço aos meus pais e à minha irmã, Tatiane, por todo amor compartilhado!

Agradeço aos meus amigos pelo apoio e pelo carinho!

Agradeço ao Leandro por trazer leveza para a conclusão do doutorado e por me mostrar que sempre vale a pena amar!

A todos que, de alguma forma, fizeram e fazem parte da minha história, obrigada!

*He dicho Escuela del Sur; porque en realidad, **nuestro norte es el Sur**. No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte.*

(TORRES GARCÍA, 1944).

*pero aquí abajo abajo  
cerca de las raíces  
es donde la memoria  
ningún recuerdo omite  
y hay quienes se desmueren  
y hay quienes se desviven  
y así entre todos logran  
lo que era un imposible  
que todo el mundo sepa  
que el Sur también existe*

(BENEDETTI, 1986).

## RESUMO

### **INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA ESPANHOLA DO URUGUAI: UM ESTUDO DISCURSIVO DO *DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY***

AUTORA: Natieli Luiza Branco  
ORIENTADORA: Verli Fátima Petri da Silveira

Neste trabalho, temos por objetivo investigar o funcionamento do **Diccionario del español del Uruguay** (DEU), da Academia Nacional de Letras de Uruguai, em sua primeira edição publicada no ano de 2011, e, com isso, compreender o processo de constituição dessa obra e sua importância para a instrumentalização da Língua Espanhola do Uruguai. Para realizar esta pesquisa, tomaremos o dicionário como objeto discursivo e como instrumento linguístico, de acordo com os princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa em articulação com a História das Ideias Linguísticas e, a partir disso, nosso gesto analítico volta-se para os textos introdutórios e verbetes desse dicionário. O primeiro gesto de interpretação é estabelecer os movimentos teóricos entre língua, sujeito e história para apreender o discurso do dicionário, bem como explorar os diferentes olhares para ele perpassando pela lexicografia, a fim de entender o processo de dicionarização hispano-americano e uruguaio. O segundo gesto de interpretação é verificar o funcionamento da noção de língua na constituição do Estado-nação e como é marcado o processo de colonização e descolonização linguística nos instrumentos linguísticos para compreender a heterogeneidade linguística. O terceiro gesto de interpretação é verificar as condições de produção que circunscrevem esse dicionário: como o DEU relaciona-se com a rede de sentidos e de dicionários a qual pertence? Os resultados das análises indicam que, em seus textos introdutórios, os sujeitos dicionaristas demonstram que se trata de um dicionário contrastivo: contrasta com a Língua Espanhola presente no **Diccionario de la lengua española** (DLE) da Real Academia Espanhola e há uma necessidade de afirmar que há heterogeneidade no espanhol, há uma contrastividade no espanhol, há língua/fala do Uruguai; nos verbetes, consideramos que há dois tipos de funcionamento para a contrastividade no DEU: como especificidade ou como complementaridade. A especificidade se estabelece quando o DEU traz nas definições sentidos específicos que não são contemplados no DLE; a complementaridade se estabelece quando o DEU repete/reproduz sentidos do DLE. Nosso gesto de interpretação revela que o contrastivo, no DEU, não funciona somente de uma maneira; há diferenças, há semelhanças, e abre-se um espaço de visibilidade à Língua Espanhola do Uruguai.

**Palavras-chave:** Dicionário. Discurso. Língua.



## ABSTRACT

### **INSTRUMENTALIZATION OF THE SPANISH LANGUAGE OF URUGUAY: A DISCURSIVE STUDY OF THE *DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY***

AUTHOR: Natieli Luiza Branco  
ADVISOR: Verli Fátima Petri da Silveira

In this paper, we aim to investigate the functioning of the **Diccionario del español del Uruguay** (DEU), of the Uruguayan National Academy of Letters, in its first edition published in 2011, and, with this, to understand the process of constitution of this work and its importance for the instrumentalization of the Spanish language of Uruguay. To carry out this research, we will use the dictionary as a discursive object and as a linguistic instrument, in accordance with the theoretical and methodological principles of the Analysis of Discourse of French line in articulation with the History of Linguistic Ideas and, from this, our analytical gesture turns to the introductory texts and entries of this dictionary. The first act of interpretation is to establish the theoretical movements between language, subject and history in order to apprehend the discourse of the dictionary, as well as to explore the different looks at it through lexicography, in order to understand the process of Hispanic-American and Uruguayan dictionarization. The second act of interpretation is to check the functioning of language in the constitution the notion of the nation state and how it marked the process of colonization and decolonization in the language language tools to understand the linguistic heterogeneity. The third act of interpretation is to verify the production conditions that circumscribe this dictionary: how the DEU relates to the network of senses and dictionaries to which it belongs. The results of the analyzes indicate that, in their introductory texts, the dictionary subjects demonstrate that it is a contrastive dictionary: contrasts with the Spanish language present in the **Diccionario de la lengua española** (DLE) of the Royal Spanish Academy and there is a need to state that there is heterogeneity in Spanish, there is a contrastivity in Spanish, there is Uruguayan language/speech; In entries, we consider that there are two types of functioning for contrastivity in DEU: as specificity or as complementarity. The specificity is established when the DEU brings in the definitions specific senses that are not contemplated in the DLE; the complementarity is established when the DEU repeats/reproduces senses of the DLE. Our gesture of interpretation reveals that the contrastive, in the DEU, does not work only in one way; there are differences, there are similarities, and a space of visibility is opened to the Spanish Language of Uruguay.

**Keywords:** Dictionary. Speech. Language.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANL	Academia Nacional de Letras do Uruguai
ASALE	Associação de Academias da Língua Espanhola
DEU	<b>Diccionario del español del Uruguay</b>
DLE	<b>Diccionario de la lengua española</b>
DPU	Dialetos portugueses do Uruguai
RAE	Real Academia Espanhola
SD	Sequência Discursiva

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>11</b>
<b>2 NOÇÕES TEÓRICAS QUE MOVIMENTAM O ESTUDO DO DICIONÁRIO .....</b>	<b>20</b>
2.1 A LÍNGUA EM FUNCIONAMENTO: OLHARES PARA O DICIONÁRIO .....	38
2.2.1 Um olhar para a estrutura do dicionário .....	57
2.2.2 Dicionários em rede.....	64
<b>3 A HETEROGENEIDADE NA LÍNGUA .....</b>	<b>75</b>
3.1 LÍNGUA E NAÇÃO – A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA PARA A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO .....	80
3.1.1 A língua nacional espanhola na América .....	87
3.1.2 A constituição da Língua Espanhola do Uruguai.....	97
3.1.3 Políticas de Línguas.....	104
<b>4 ENTRE A TEORIA E A ANÁLISE: UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>110</b>
4.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY .....	111
4.2 OS TEXTOS INTRODUTÓRIOS E A NOÇÃO DE LÍNGUA .....	114
4.3 OS VERBETES E OS PROCESSOS DEFINITÓRIOS .....	124
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>180</b>

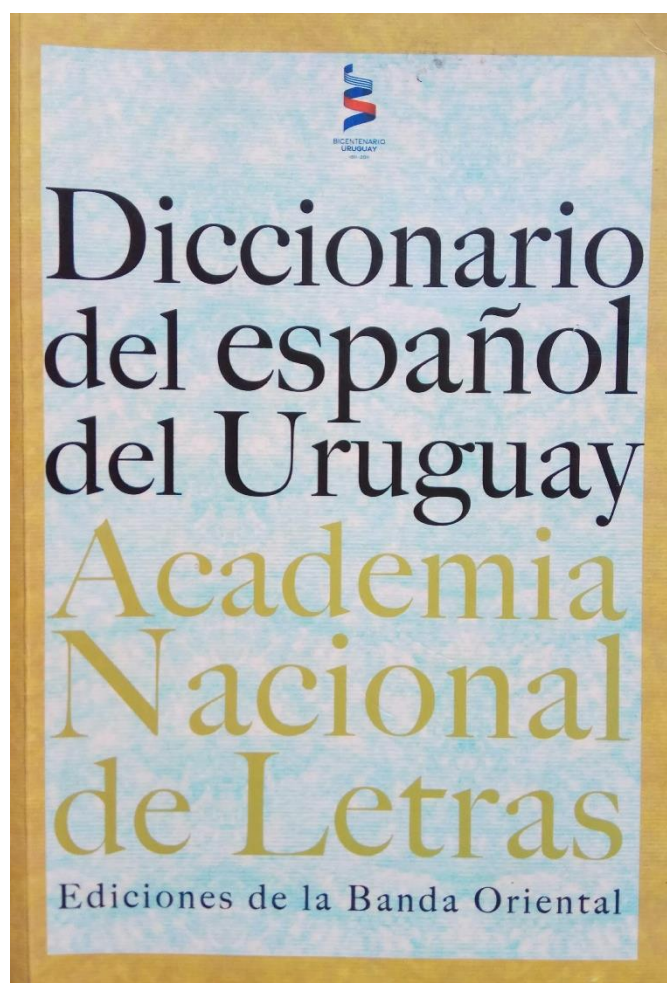


## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escrita em Análise de Discurso é “um momento de contemplação” (ORLANDI, 2012a, p. 53), o que pode ser entendido aqui, conforme a referida autora, como confrontação. E não é tarefa fácil. Analisa-se e escreve-se de acordo com a tomada de posição do sujeito analista para tentar garantir ao sujeito leitor a compreensão, porque é por meio da escrita que o sujeito analista formula sua análise e sua interpretação. Em vista disso pensaremos este trabalho como um momento de contemplação, de confrontação da teoria com o *corpus*, pois a escrita sobre o objeto de estudo – o **Diccionario del español del Uruguay** (DEU) – é (uma) produção de sentidos, é um gesto – uma (minha) posição – de interpretação.

Esta escrita também está baseada na nossa posição-sujeito pesquisadoras brasileiras e sul-rio-grandenses que estudam discursivamente um dicionário produzido no Sul da América Latina. A escolha pelo DEU para ser nosso objeto de estudo iniciou com um deslocamento “de um Sul para outro Sul” (BRANCO, 2015, p. 16), do Sul do Brasil para o Sul da América Latina, em 2012, na graduação em Letras e está marcada por efeitos de evidência que ainda é preciso compreender. O primeiro fato que nos chamou a atenção quando vimos o dicionário na prateleira do estande da editora na feira do livro de Montevideú, foi o título apresentar uma delimitação do espaço – *español del Uruguay*. Quando nos aproximamos, vimos outra denominação que também nos chamou a atenção: *Academia Nacional de Letras*, no mesmo tamanho de fonte do título, como se pode visualizar na Figura 1, a seguir. Diante disso, não pudemos evitar trazer o dicionário conosco, trabalhá-lo em nossas pesquisas, analisá-lo discursivamente e desconstruir evidências, para, com isso, resultar na escrita da tese.

Figura 1 – Capa do DEU



Fonte: arquivo pessoal

Para a compreensão do discurso do DEU, consideramos as condições de produção – que são retomadas na escrita deste trabalho – em sentido amplo e em sentido estrito (ORLANDI, 2009; NUNES, 2003). O sentido amplo refere-se ao “contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2009, p. 30) e isso, apoiando-nos em Nunes (2003, p. 13), “conduz a mostrar a relação de um ou outro dicionário com a conjuntura sócio-histórica em que ele aparece”. Em vista disso, trazemos que esse dicionário foi produzido por sujeitos que pertencem a uma Academia que faz parte da Associação de Academias da Língua Espanhola (ASALE) que é constituída pela Real Academia Espanhola (RAE) – o presidente da ASALE, obrigatoriamente, é um membro da RAE. Tem-se, com isso, a RAE presente nas produções lexicográficas da América Latina.

Além do sentido amplo, é necessário, também, apreender o sentido estrito das condições de produção do DEU, tendo em vista o “contexto imediato” (ORLANDI, 2009, p. 30) e as “circunstâncias da enunciação” (ORLANDI, 2009, p. 30). Neste estudo, consideraremos as circunstâncias de enunciação “relacionadas ao discurso lexicográfico: quem fala, o quê, para quem, em que situação?” (NUNES, 2003, p. 12). Desse modo, apresentaremos que o DEU é o primeiro dicionário da Academia Nacional de Letras do Uruguai (ANL) e foi publicado em 2011. A produção dessa obra teve início ainda na década de setenta do século XX por uma comissão de lexicografia da ANL. Em seus textos introdutórios – *Proemio, Prólogo, Preámbulo* – os sujeitos dicionaristas indicam que se trata de um dicionário contrastivo: contrasta com o dito “espanhol geral”. Para exemplificar essa afirmação, trazemos uma sequência discursiva (SD1) do texto introdutório *Proemio*:

SD1: *Como se trata de un diccionario contrastivo, contrasta (de ahí el término) las formas que incluye con las propias del español general antes definido y que son recogidas por el diccionario de la Real Academia Española.<sup>1</sup>*

Nessa sequência discursiva, o espanhol geral é apontado como estando presente no dicionário elaborado pela RAE; e por tal motivo o DEU pode trazer apenas as formas que contrastam com o espanhol geral. A partir disso, temos como objetivos compreender como significa “o contrastivo” que o DEU traz em seu discurso e se esse dicionário é efetivamente contrastivo.

Nesse viés, a escrita deste trabalho consiste em um desdobramento daquilo que foi produzido em nossa dissertação (BRANCO, 2015), a qual também teve como objeto de estudo o DEU. A partir desse ponto de partida, procuramos contemplar e confrontar o que já foi desenvolvido para, nesta outra escrita sobre o mesmo objeto, compreender como o DEU inscreve-se na memória da Língua Espanhola e nas condições de produção da dicionarização da Língua Espanhola no e do Uruguai.

Quando iniciamos nossos estudos em Análise de Discurso e em História das Ideias Linguísticas, ainda na graduação em Letras, aprendemos sobre gramatização, dicionários de regionalismos e processos de colonização e descolonização linguística. Interessava-nos a constituição da Língua Portuguesa no/do Brasil e sua história, Estado-Nação que tem identidade e funcionamento próprios e que, com a produção dicionarística e gramatical, obteve a afirmação

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: “Como se trata de um dicionário contrastivo, contrasta (daí o termo) as formas que inclui com as próprias do espanhol geral antes definido e que são recolhidas pelo dicionário da Real Academia Espanhola.”

da língua no e do Brasil. Sendo o Uruguai um país vizinho, cujas divisas físicas não fazem fronteira para a língua, interessou-nos estudar – na dissertação e continuar essa investigação na tese – esse país para conhecer sua história e historicidade e, de certo modo, até estabelecer um paralelo com o Brasil – visto que são países que possuem história de colonização e tendo em vista que a Língua Espanhola também está presente no espaço brasileiro –, buscando, entretanto, algo específico, ou seja, desejando mostrar o funcionamento da Língua Espanhola no DEU e a história e memória dessa língua.

Assim sendo, estudamos os dicionários como discursos sobre a língua e como instrumentos linguísticos, pois eles carregam uma história e uma memória. Por isso, este trabalho também propõe “um outro olhar’ sobre o dicionário” (PETRI, 2010, p. 23):

É com o intuito de retirar do estatuto de subutilização os dicionários, que propomos desconstruir a imagem de “lugar de interdito da dúvida”, ao qual o dicionário é vinculado, já que não se pode tomá-lo apenas como objeto de consulta da ortografia, pois isso seria reproduzir uma estrutura sem refletir sobre a língua ali veiculada (PETRI, 2010, p. 19).

A produção de instrumentos linguísticos permite a construção e a circulação do saber sobre a língua, bem como a formulação de um discurso sobre esse saber, atravessando, ao mesmo tempo, a constituição do sujeito. Os dicionários são objetos de consulta, obras de referência, lugares onde dirimimos dúvidas, mas também são discursos e espaços de reflexão sobre a língua. E é com esse olhar que queremos analisar o DEU: mais do que a estrutura da Língua Espanhola, pretendemos averiguar o funcionamento dessa língua em um dicionário da Academia Nacional de Letras do Uruguai.

Ao encontro disso, também apoiamo-nos em Orlandi (2002) para mencionar que é importante e necessário estudar os dicionários como discursos, dotados de memória e de história, e, conseqüentemente, examinar o funcionamento do DEU na gramatização da Língua Espanhola e na relação do sujeito com o dicionário e com a língua:

O ponto fundamental para o dicionário, como para a gramática, a meu ver, é trabalhar não a *função* do dicionário, mas seu *funcionamento* na relação do sujeito com a língua, incluindo-se aí não só a relação com as condições de produção imediatas, porém com a memória, ou seja, vê-lo como discurso (ORLANDI, 2002, p. 118, grifos da autora).

Foram (e são) a partir dessas considerações que pesquisamos sobre a Língua Espanhola, o Uruguai e o DEU para verificar se o Uruguai tem um processo de dicionarização – entendido como “o processo histórico-discursivo de constituição dos dicionários” (NUNES, 2006, p. 45) –, e, principalmente, para analisar como a língua é tratada nesse dicionário que traz, desde o



título, a demarcação da Língua Espanhola do Uruguai. O DEU é o primeiro dicionário da Academia Nacional de Letras do Uruguai, fato que acreditamos ser um marco na história do país, na gramatização, na dicionarização da Língua Espanhola do Uruguai.

Na dissertação de mestrado, objetivamos analisar como se dá o funcionamento da noção de língua no DEU, e, nesse viés, explicitar que essa obra ocupa um lugar diferenciado para se pensar tal noção. Para realizar este estudo, estabelecemos movimentos teóricos entre língua, sujeito e história para compreender o discurso do dicionário e o processo de dicionarização hispano-americano e uruguaio; investigamos o funcionamento da noção de língua na história da constituição do Estado-nação e verificamos as condições de produção que circunscrevem: como o DEU relaciona-se com o DLE por meio da língua das definições e como o dicionário e a língua são tratados nos referidos textos introdutórios. Os resultados das análises indicam que o DEU mostra e reforça o diferente, fortalecendo a construção de um processo de descolonização linguística uruguaia e a necessidade de afirmação de uma língua própria em um instrumento linguístico produzido em um país colonizado (BRANCO, 2015).

Sob efeitos de evidência, acreditamos que encontraríamos um processo de descolonização linguística; no entanto, depois de algumas leituras, as evidências foram sendo desconstruídas e chegamos à conclusão de que o DEU apresenta uma especificidade da Língua Espanhola, que é a rio-platense<sup>2</sup> em sua versão uruguaia, ainda predominando a importância e a autoridade da Real Academia Espanhola (BRANCO, 2015).

Nos recortes do *corpus* na dissertação, há destaque à variedade da Língua Espanhola falada no Uruguai e isso fez-nos refletir sobre a noção de língua presente nesse dicionário. Nos textos introdutórios, nas sequências discursivas analisadas, as palavras que mais se repetem são “fala”, “língua”, “regional” e “variedade”, marcando uma regularidade que, por sua vez, indica uma formação discursiva de colonização. Sendo assim, o DEU precisa dizer que a Língua Espanhola do Uruguai é uma variedade da Língua Espanhola da Espanha, tem que afirmar a região da qual está falando, necessita destacar a fala uruguaia. Entretanto, não deixa de mostrar o contraste com a Espanha e com o dicionário da Real Academia Espanhola. Tem-se, assim, o institucional que assegura a colonização linguística e a classificação em um dicionário de

---

2 Rio-platense se refere a uma região e a uma zona dialetal do espanhol hispano-americano. A região do Rio da Prata retoma o nome do rio que divide os países Argentina e Uruguai. Há também a bacia hidrográfica do Rio da Prata que abrange, além desses dois países, o Brasil e o Paraguai. A fronteira, por um lado, precisa de uma referência física – necessidade para a constituição de um Estado – e, por outro, tem um sentido “fluido” (STURZA, 2006, p. 31) de contato com as línguas, pois “as fronteiras geográficas são preenchidas de conteúdo social” (STURZA, 2005, p. 47). Além da fronteira física, a região da bacia do Rio da Prata é uma fronteira linguística que engloba a Língua Portuguesa e a Língua Espanhola.

regionalismos, em contraponto à prática social da língua que assegura o desejo de descolonização linguística e a constituição da Língua Espanhola do Uruguai (BRANCO, 2015).

Assim, no estudo desta tese, queremos aproveitar o deslocamento trazido pela dissertação para compreender um pouco melhor o funcionamento do dicionário na relação sujeito/língua. Entendemos o instrumento linguístico promovendo a relação da língua com a nação/região, pois a língua é uma das formas de identificação do sujeito com o Estado uruguaio, com a história uruguaia, com a especificidade uruguaia. E o que se pode encontrar é um processo de (des)colonização linguística, como apresenta Costa (2014), pois a colonização e a descolonização linguística não são processos lineares e contínuos nos quais, quando termina um, o outro se inicia; são processos que se atravessam.

Dessa forma, objetivamos alcançar um amadurecimento teórico e analítico sobre a constituição do DEU, sobre a noção de língua e sobre a dicionarização da língua e, com isso, verificar o funcionamento dos discursos sobre a língua, o sujeito, a história e os dicionários promovidos pela Academia de Letras, instituição que regula o uso da língua e o conhecimento sobre a língua.

Nesse sentido, nesta escrita sobre o DEU, também levamos em consideração que está ocorrendo o processo de revisão desse dicionário. Após cinco anos de sua publicação, a comissão de lexicografia da ANL está, conforme indica o *site*<sup>3</sup> da Academia, revisando o dicionário, fato que nos instigou a seguir estudando essa história que está sempre em processo de constituição.

Nesse processo de escrita da tese e de produção do conhecimento, fez-se necessário sair da nossa zona de conforto de pesquisadora que já escreveu sobre o DEU e deslocar-nos a Montevideu para conversar com sujeitos que pertencem à Academia Nacional de Letras, a fim de compreender o movimento de produção do discurso lexicográfico considerando a sua constituição, formulação e circulação. Nessa ida ao país vizinho e nas conversas que tivemos

---

3 De acordo com o que encontramos no endereço eletrônico da Academia Nacional de Letras (<<http://www.academiadeletras.gub.uy/innovaportal/v/95072/46/mecweb/ix-seminario---2016?contid=42775>>), o *IX Seminario sobre lexicología y lexicografía del español y del portugués americanos*, realizado em outubro de 2016 na Universidade da República (UDELAR), Uruguai – um evento em parceria entre a Academia Nacional de Letras e o Instituto de Linguística da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação –, teve como tema a revisão do DEU. Antes da realização desse Seminário, foi publicada uma notícia, no endereço eletrônico da Academia (<<http://www.academiadeletras.gub.uy/innovaportal/v/103104/46/mecweb/charlas-sobre-el-diccionario-del-espanol-del-uruguay?parentid=97412>>), intitulada *Charlas sobre el “Diccionario del español del Uruguay”* informando que, nos dias 30 e 31 de maio de 2016, houve uma conversa sobre o DEU com alunos do curso de Comunicação – Licenciatura da Faculdade de Informação e Comunicação da UDELAR, o que nos mostra a circulação desse dicionário no país.

na ocasião<sup>4</sup>, pudemos saber que o DEU é um projeto antigo da Academia – pode-se dizer que foram cinquenta anos pensando nesse dicionário – e que elaborar dicionários e tratar de questões relacionadas ao léxico é considerada tarefa das Academias de Letras. Também constatamos que, por meio do empenho dos sujeitos, do desenvolvimento da metodologia da lexicografia, da parceria com a Faculdade de Humanidades da Universidade da República, do avanço da tecnologia, entre outros fatores, o DEU pôde consolidar-se e ter sua primeira edição. No início da concepção do dicionário, solicitaram-se contribuições dos uruguaios para formar as definições dos verbetes. A Academia recebeu, inicialmente via correio, várias fichas com significados de palavras usadas em cada região do país (as contribuições foram oriundas, principalmente, de professores das escolas). A partir dessas contribuições (e também do que se ouvia nas ruas), foram desenvolvidos: **1000 palabras del español del Uruguay** e **Mil dichos, refranes, locuciones y frases del español del Uruguay**, duas obras da Academia Nacional de Letras que antecedem o DEU.

Por meio dessas conversas, descobrimos, ainda, que a revisão do DEU destina-se, principalmente, à realização de ajustes. Após a publicação da primeira edição, o dicionário foi submetido à avaliação de uma pessoa lexicógrafa externa à ANL, que apontou a possibilidade de algumas melhorias, incluindo desde questões tipográficas até questões de lematização. Uma diferença que vai se tornar visível nessa nova edição é o acréscimo de exemplos de uso nos verbetes classificados como verbos, adjetivos e substantivos. Nesse trabalho de revisão, que acontece semanalmente, blocos de verbetes são revistos, a fim de discutir se a definição apresentada é satisfatória para o grupo de acadêmicos e se a palavra é pouco empregada ou se ainda é utilizada no vocabulário usual, tem-se em vista também definir os exemplos a serem acrescentados, processo em que cada membro da comissão pode manifestar o que quer mudar no verbebo.

Nessas conversas, os sujeitos entrevistados concordaram que o DEU vem mostrar a especificidade do espanhol do Uruguai e é voltado para os uruguaios. Também nos informaram que o dicionário teve boa recepção no país, sendo amplamente divulgado nos meios de comunicação, e que o Ministério da Educação do Uruguai obteve exemplares da obra, motivo pelo qual acreditam que tenha sido distribuído nas escolas. Consideram o DEU um dicionário

---

4 A visita à Academia Nacional de Letras ocorreu entre os dias 20 a 22 de junho de 2017. Foi recebida por Adolfo Elizaincín, presidente da Academia Nacional de Letras e autor do *Proemio*; Magdalena Coll, professora da Universidade da República, membro de número e integrante da comissão de lexicografia da Academia Nacional de Letras; e Gladys Valetta, integrante de número e presidente da comissão de lexicografia. Por convite de Gladys Valetta, pude participar da reunião da comissão de lexicografia e observar um pouco do processo de revisão do dicionário. Destacamos que as conversas não foram documentadas.

contrastivo, porque abarca o que não está no espanhol geral – entendem que o dicionário da RAE engloba o espanhol geral –, coletivo, por ter sido feito por várias pessoas, e institucional, já que a Academia esteve à frente desse projeto. Diante disso, destacamos que a importância da Real Academia Espanhola e de suas produções é bastante forte, porque o dicionário da RAE é consultado na revisão do DEU. Outra informação que pudemos obter – e que também já está disponível na internet<sup>5</sup> – é o projeto da Academia para disponibilizar o dicionário *online*.

Ressaltamos, assim, que esta escrita é um resultado do percurso de amadurecimento teórico sobre a constituição do DEU, sobre sua formulação e circulação, assim como sobre a noção de língua, visando, dessa forma, chegar a um gesto interpretativo que permita propor um gesto de leitura singular capaz de explicitar processos de produção de sentidos. Pretendemos que este estudo contribua para reflexões sobre o sujeito, a língua e a história, bem como sobre o funcionamento da noção de língua perpassada pelo discurso lexicográfico e sobre a dicionarização e gramatização do Uruguai.

Em vista disso, o trabalho está estruturado em três partes. Na *Parte I – Percursos para o estudo do dicionário*, apresentamos as articulações entre as noções teóricas de língua, sujeito e história que são importantes para a análise de dicionários e para esta tese. Nessa etapa, também debatemos algumas questões relativas à história da metodologia da lexicografia e do processo de dicionarização espanhola, hispano-americana e uruguaia, considerando que essas obras ligam-se em redes de sentidos. Tal discussão também se faz por meio da articulação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas, pois essas duas teorias auxiliam na compreensão do discurso do dicionário. Já na *Parte II – Língua e heterogeneidade linguística*, discorremos acerca da importância da língua na constituição da nação, da formação de políticas sobre a língua e do conceito de heterogeneidade linguística em vista de a língua historicizar-se diferentemente em países que sofreram a colonização linguística. Na *Parte III – Entre a teoria e a análise: um gesto de interpretação*, expomos nosso gesto analítico sobre os textos introdutórios e alguns verbetes do DEU.

Acreditamos que essa estrutura de escrita da tese auxiliará a dar conta de nossa questão de pesquisa: como se dá a instrumentalização da Língua Espanhola do Uruguai em um dicionário elaborado e produzido pela Academia Nacional de Letras desse país? Essa questão advém do fato de o DEU ser o primeiro dicionário produzido pela Academia de Letras do Uruguai e da afirmação de que é um dicionário contrastivo, já que contrasta com o “espanhol

---

5 No jornal de circulação nacional *El País*, foi publicada uma notícia em 13 de agosto de 2017 a esse respeito. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/domingo/guardianes-lengua.html>>. Acesso em: 04 set. 2017.

geral”. Nesse sentido, também é necessário considerar: a tradição das Academias de Letras, principalmente da RAE; a (des)colonização linguística; a heterogeneidade linguística; a história da produção de dicionários; e o estudo sobre os dicionários sob o olhar da Análise de Discurso de linha francesa – para vê-los como discursos – e sob o olhar da História das Ideias Linguísticas – para vê-los como instrumentos linguísticos. E levando em conta que “ligando a questão da instrumentação da língua à de sua institucionalização, temos meios para compreender como uma sociedade, constituindo um novo espaço político-social, se dá uma consciência histórica de sua língua [...]” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 32), queremos compreender um pouco mais o processo de constituição e o funcionamento discursivo do DEU e sua importância na instrumentalização e dicionarização da Língua Espanhola do Uruguai.

## 2 NOÇÕES TEÓRICAS QUE MOVIMENTAM O ESTUDO DO DICIONÁRIO

Queremos mobilizar a noção de língua no/do dicionário trazendo questões que nos fazem refletir sobre a gramatização e a instrumentalização da língua e a produção de sentidos. Para isso, é preciso percorrer uma trajetória teórica que permita compreender o dicionário como discurso e como instrumento linguístico. Nesse viés, abordaremos, a seguir, as noções de língua, sujeito e história para a Análise de Discurso de linha francesa realizando uma articulação com a História das Ideias Linguísticas. Também vamos traçar um pouco o campo de saber da lexicografia, perfazendo, a partir disso, um olhar para o dicionário.

Iniciamos este percurso situando a Análise de Discurso como uma “disciplina de entremeio” (ORLANDI, 2007, p. 23), pois ela é um campo de saber que comporta indagações do Materialismo Histórico, da Linguística e da Psicanálise. Entremeio, aqui, “significa, sobretudo, não pensar relações hierarquizadas, ou instrumentalizadas, ou aplicações” (ORLANDI, 2012, p. 11), já que não se trata de deslocar a língua da Linguística, a história do Materialismo e o sujeito da Psicanálise, mas, sim, de estabelecer uma ressignificação para a “não transparência do sujeito, a não transparência da língua, a não transparência da história” (ORLANDI, 2012, p. 11). Desse modo, a Análise de Discurso, trabalhando com esses três campos de saberes, “produz um outro lugar de conhecimento com sua especificidade” (ORLANDI, 2007, p. 24), que é o discurso.

A definição de discurso, conforme Pêcheux ([1969] 2010, p. 81), é a de “efeitos de sentidos’ entre os pontos A e B”. Esses efeitos de sentidos são relações históricas, sociais e ideológicas, e os pontos A e B indicam “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81), ou seja, posições sujeito em dada prática social. Nessa definição de discurso, tem-se a relação do discurso com a língua e a ideologia e, conseqüentemente, com o sujeito. Os efeitos de sentidos entre A e B – que Orlandi (2009) coloca como efeitos de sentidos entre locutores – apontam que há produção de sentidos no discurso e que o sujeito significa a partir de condições sócio-históricas e ideológicas; em vista disso, todo sujeito toma uma posição para ser sujeito do seu dizer.

A Análise de Discurso, com Michel Pêcheux, instaurou questionamentos para a Linguística, para o Materialismo Histórico e para a Psicanálise. No tocante à Linguística, já não bastava remeter ao sistema linguístico (propriedades sintáticas, morfológicas, verbais etc.), porque o sistema linguístico tem “a ver com o funcionamento da língua com relação a si mesma” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 81) e não com a relação da língua com a história e com

o sujeito. Assim, a língua, sendo sistema ou estrutura, não é histórica, motivo pelo qual, para Orlandi (2007, p. 46), a língua como estrutura não é suficiente, pois “nos faz estacionar na idéia de organização, de arranjo, de combinatória”. Para pensar a língua além da estrutura, a referida autora propõe pensarmos a língua com materialidade – que, conforme Courtine ([1982] 2016), relaciona a história e a ideologia – e como forma material – que é “a forma (não empírica nem abstrata) constituída pela/na discursividade, forma em que se inscrevem os efeitos da articulação língua/história, acontecimento do significante no sujeito” (ORLANDI, 2012a, p. 129). Nesse viés, pensar a língua como materialidade implica que, na formulação do discurso, funcionam as marcas da história e da ideologia e que uma palavra – ainda que a ideologia cause o efeito de evidência que faz com que um termo tenha um sentido independente de seu uso em qualquer contexto sócio-histórico – pode ter sentidos outros conforme sua inscrição na história. No entanto, é somente considerando a história e a ideologia como constitutivas do discurso que se pode pensar a língua como não transparente, funcionando na produção de sentidos.

A Análise de Discurso é, assim, um lugar de entremeio, que permite trabalhar as noções de língua, história e sujeito em relação com a ideologia. Essa posição de entremeio, segundo Orlandi (2012, p. 47), não é “nem oposição, nem sobredeterminação, nem ausência de relação”, mas um lugar de confronto, pois:

A Análise de Discurso – quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura – se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. E isto compreendendo-se o entremeio seja no campo das disciplinas, no da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico com o linguístico, que constitui a materialidade específica do discurso (ORLANDI, [1990] 2008, p. 8).

Tendo isso em vista, entendemos que a Análise de Discurso é um campo de saber que confronta, em sua teoria e em sua prática<sup>6</sup>, o conhecimento, pois estabelece o contato entre o linguístico e o histórico, apresentando como particularidade a contradição. Desse modo, a Análise de Discurso considera o “fato de que o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico” (ORLANDI, 2008a, p. 31) – trabalhando com a materialidade da língua como mencionado anteriormente – e “discute seus pressupostos continuamente” (ORLANDI, 2007, p. 23) – por isso, a contradição.

---

<sup>6</sup> Petri (2013) traz a metáfora do pêndulo para ilustrar o ir e vir da teoria à prática e vice-versa, pois “a metodologia da Análise de Discurso, existe, mas não para, está em suspenso, em movimento, (de)pendendo como o pêndulo, relativizando os olhares sobre o mesmo objeto” (PETRI, 2013, p. 40-41).

Para a Análise de Discurso, a contradição é constitutiva do sujeito; de acordo com Courtine ([1982] 2016, p. 18), é o “princípio constitutivo” de toda formação discursiva<sup>7</sup>, já que “a contradição se constitui um *elemento teórico* que intervém na representação do real histórico, mas também é um *objeto de análise*” (COURTINE, [1982] 2016, p. 17, grifos do autor). Nesse viés, também pensamos que a contradição é constitutiva do dicionário em razão de o sujeito tomar diferentes posições, dentre elas, a de sujeito lexicógrafo. Assim, a contradição não é oposição, mas uma forma de poder analisar as tomadas de posição dos sujeitos nos discursos dos dicionários, bem como uma maneira de apreender as inscrições dos sujeitos em determinadas formações discursivas.

A partir da afirmação da Análise de Discurso como um campo de saber, queremos movimentar o conceito teórico de língua para a perspectiva discursiva. Diante disso, ressaltamos que a língua é “a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 81, grifos do autor). É base porque é “pré-requisito indispensável de qualquer processo discursivo” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 81), o qual se desenvolve a partir das leis internas do sistema linguístico, já que “*todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 82, grifos do autor). Para ter o discurso, há, antes, o linguístico – parte-se da língua para compreender o discurso; e as classes sociais não são indiferentes a isso. Sendo assim, “o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 81, grifo do autor). Embora as classes não sejam indiferentes à língua, a língua é indiferente à luta de classes, porque possui autonomia nas suas leis internas, mas não em relação à exterioridade e à história, já que os sujeitos tomam a língua para poderem significar(-se) e interpretar.

Nesse viés, “é insuficiente conceber a língua como base de um léxico e de sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 171), porque, mais do que a noção de função, é preciso observar o funcionamento e é pela relação da língua com a exterioridade que podemos analisar “*como um discurso funciona* na produção de efeitos de sentidos” (ORLANDI, 2014, p. 69, grifos da autora). Assim, “a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido. Esta materialidade específica da língua remete a idéia de ‘funcionamento’ (no sentido saussuriano), por oposição à idéia de ‘função’” (PÊCHEUX; FUCHS [1975] 2010, p. 171, grifos dos autores).

---

7 O conceito de formação discursiva será apresentado no decorrer deste capítulo.



A respeito dessas considerações sobre a língua e seu funcionamento, Petri e Cervo (2016, p. 273) colocam que, na teoria saussuriana, “o funcionamento pressupõe o valor, já que, se um signo existe, se significa como tal em relação aos outros, é porque eles não têm valor senão no funcionamento interno do próprio sistema”. Segundo as referidas autoras, considerando o funcionamento e não a função, a Análise de Discurso trabalha a materialidade da língua para produção de sentidos. E, considerando a língua como sistema, no sentido saussuriano, pode-se “observar as sistematicidades da língua no discurso, [...] embora esse sistema não seja completo e fechado sobre si mesmo” (PETRI; CERVO, 2016, p. 275). Desse modo, ainda de acordo com as autoras, na perspectiva discursiva, há uma retomada da noção de língua saussuriana com uma concepção diferenciada “posta em relação à exterioridade e à constituição do sujeito” (PETRI; CERVO, 2016, p. 275). Com isso, mais do que observar as relações sintáticas entre enunciados, é preciso compreender como essas relações produzem sentidos ao constituir discursos, levando em conta, além do linguístico, o fator histórico. Em vista disso, para analisar o funcionamento do dicionário, é preciso observar as relações entre os textos introdutórios, os verbetes, as definições, confrontando o que está dito e o que não está, analisando as retomadas e reformulações, descrevendo e interpretando as condições de produção.

Continuando este percurso, faz-se necessário situar a história para a Análise de Discurso. Para além da cronologia, evolução e/ou historiografia, ela é entendida como produção de sentidos, como relação dos sujeitos com a exterioridade e como constitutiva do sujeito e dos sentidos. Conforme Orlandi (2008a, p. 18), “é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história”, pois “os discursos estabelecem uma história” (ORLANDI, 2008a, p. 18). E a história também não é transparente, pois, de acordo com Henry ([1984] 2010),

[...] não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso (HENRY, [1984] 2010, p. 47).

A história é constitutiva dos sentidos e dos sujeitos porque ela permite a interpretação de fatos ou eventos não como acontecimentos cronológicos, mas como acontecimentos<sup>8</sup> que produzem sentidos. E a história também é constitutiva da língua, porque o que interessa são “os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 2007, p. 33) em determinadas

---

<sup>8</sup> Entendemos acontecimento como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 17).

condições de produção. Assim, a relação com a história, segundo Orlandi (2008a), é dupla, pois um discurso é histórico quando é produzido em determinadas condições de produção e projeta-se para o futuro, criando uma história de produção do conhecimento e influenciando novos acontecimentos, o que “vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História” (HENRY, [1984] 2010, p. 47). É pela inscrição do discurso e da língua na história que há produção de sentidos e que o sujeito pode interpretar esses sentidos.

Há, dessa forma, uma relação entre história e historicidade. De acordo com Orlandi (2007), a historicidade – produção de sentidos no texto – coloca a história como constitutiva, pois há uma relação entre a história fora do texto e a historicidade do texto, mas essa relação não é direta, ou seja, “não é mero reflexo do fora, mas se constitui já na própria tessitura da materialidade linguística” (ORLANDI, 2008a, p. 35). Para pensar a historicidade, faz-se necessário estabelecer “o como os sentidos se constituem na relação da linguagem com a exterioridade, pensando a exterioridade *no* texto” (ORLANDI, 2014, p. 69, grifo da autora) e na sua relação com a memória e as condições de produção. Desse modo, entendemos que a exterioridade é constitutiva do discurso porque ela é “o fora dentro” (ORLANDI, 2017, p. 74), ou seja, porque a exterioridade, “estando fora do discurso, o constitui por dentro” (ORLANDI, 2017, p. 74) – este “fora” inscreve-se na formulação do discurso e constitui a produção dos sentidos. Nesse viés, pode-se entender que os dicionários são afetados pelo que está “fora”, porque essa historicidade interfere no modo como a materialidade da língua produz sentidos no discurso e como o sujeito simboliza o imaginário da língua.

Quanto à memória, Pêcheux ([1985] 2010, p. 56) apresenta que ela não é um “reservatório” em que são depositados os sentidos, ao invés disso, é “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, [1985] 2010, p. 56); um espaço que torna possível todos os dizeres e a produção de sentidos. E, nos dicionários, a memória é organizada, tornando-se passível de reflexão, e faz com que as palavras “façam” sentido no interior de um dado grupo social.

A Análise de Discurso procura compreender o processo de produção de sentidos e não o conteúdo; ela movimenta as possibilidades de sentidos e não um único sentido. Isso “significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos” (ORLANDI, 2008a, p. 42). O sentido se dá em “relação a” (ORLANDI, 2007, p. 57), pois está atrelado ao sujeito e à história. Em vista disso, pode-se dizer que o sujeito produz sentido a partir da história e que a língua significa porque se inscreve na história, assim como “podemos dizer que historicidade é função da necessidade do sentido no universo simbólico” (ORLANDI, 2007, p. 57).

Nessa reflexão, Orlandi ensina que a condição da linguagem é a incompletude e que os sentidos e os sujeitos não são completos por se constituírem na relação, na falta, no simbólico, no movimento. No entanto, isso não impede que a significação também seja determinada; ela é sujeita à falha e ao efeito metafórico, mas também à regra e aos limites da paráfrase e da polissemia. Conforme Orlandi (2007), a incompletude diz respeito a algo que não se fecha – “o incompleto na linguagem é o lugar do possível, é condição dos movimentos dos sentidos e dos sujeitos” (ORLANDI, 2007, p. 71). Isso remete ao fato de que a Análise de Discurso trabalha ao mesmo tempo com a língua, com a história e com o estabilizado, “nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato” (ORLANDI, 2009, p. 53). Os sujeitos e os sentidos fazem seu percurso no discurso, no movimento do simbólico, que não é fechado e que tem na língua e na história sua materialidade – que não é abstrata e não cinde forma e conteúdo.

Ao encontro disso, “na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento, e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites” (ORLANDI, 2012a, p. 103). Assim sendo, não se trata de pensar que a língua, os sentidos e o sujeito podem ser estabilizados e fechados pela história e pela ideologia, mas, sim, que eles podem romper com o estabilizado porque a ideologia é “um ritual com falhas” (ORLANDI, 2012a, p. 103), e a língua, por se inscrever na história, é passível de falha e equívoco.

A posição epistemológica da Análise de Discurso, conforme Pêcheux ([1984] 2012, p. 228), “conduz, então, a pensar na existência da língua não como um sistema [...], mas como um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades”, o que incide na relação do discurso com a ideologia e no funcionamento da discursividade. No que concerne à discursividade, é possível afirmarmos que “não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 82), pois a discursividade não é individual; ela ocorre quando a língua (enquanto sistema sujeito a falhas) inscreve-se na história para que haja sentido nessa relação com o mundo.

Entendemos, dessa forma, que o real da língua comporta o que não cabe no imaginário, ou seja, é o lugar da dispersão, da falta e do contraditório. Sendo assim, tem-se o real da língua e o real da história, que consistem em ir além da evidência. Em vista disso, a organização é imaginária, pois possui uma forma concreta e uma unidade, e a ordem é real, porque permite observar o trabalho do simbólico, que “funciona sob o modo do *como-se-fosse*” (ORLANDI, 2008a, p. 44, grifos do autor); o simbólico é o possível dizer. Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 32), retomando Milner, explicam que “[...] toda língua é afetada por uma divisão (figurada pela

distinção entre o correto e o incorreto), que se sustenta pela existência de um impossível, inscrito na própria ordem da língua”. Considerando a divisão da língua entre o correto e o incorreto, temos o dicionário como um objeto de consulta, já que o consultamos para saber a forma e a definição correta de uma palavra. Nessa relação entre o simbólico e o imaginário, o dicionário figura como metalinguagem, trazendo a língua dividida entre o possível e o impossível, porque não há uma relação direta entre as palavras e o pensamento, bem como não há uma relação direta entre a palavra e a coisa que ela nomeia.

Ao passar “da instância da organização para a da ordem, se passa da oposição empírico/abstrato para a instância da forma material em que o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si” (ORLANDI, 2007, p. 49). Nesse viés, segundo a referida autora, mais do que a organização da língua em regras de classificação, é necessário observar a ordem da língua, ou seja, o seu funcionamento e as suas falhas. Assim, mais do que olhar para o dicionário pensando em sua organização, o tomamos buscando compreender seu funcionamento e seus sentidos.

No estudo discursivo, a interpretação expõe o “sujeito à historicidade (ao equívoco e à ideologia), na sua relação com o simbólico” (ORLANDI, 2012, p. 23), de modo que é preciso “ter em conta a linguagem e não se iludirem com sua transparência” (ORLANDI, 2012, p. 23). Compreendendo “como” o texto diz em vez de “o que” o texto quer dizer, chega-se à interpretação, à produção de sentidos, à análise e ao funcionamento da linguagem, pois “o discursivo só pode ser concebido como um processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade linguística” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 180). Ao encontro disso, Orlandi (2012, p. 72), retomando Pêcheux, afirma que a materialidade “permite observar a relação do real com o imaginário, ou seja, a ideologia, que funciona pelo inconsciente: a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. Dessa maneira, tem-se a relação língua/ideologia/discurso, não sendo possível pensar o discurso sem a língua e sem a ideologia.

Para a Análise de Discurso, a ideologia é uma questão importante porque ela está presente mesmo aparentando não estar (PETRI, 2009), assim como “a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem” (ORLANDI, 2007, p. 9). A própria interpretação atesta a presença da ideologia, pois não há sentido sem interpretação nem interpretação sem ideologia. Mesmo quando o sentido parece transparente, há presença da ideologia. No entanto, a evidência de transparência, dada pela ideologia, é necessária para que o sujeito se coloque na sua condição sócio-histórica e produza sentidos. Conforme Orlandi (2008a, p. 43), “não partimos da ideologia (como dissimulação, ou não, do real) para o sentido,

mas procuramos compreender os efeitos de sentido, a partir do fato de que é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia”. Assim, essa interpretação segue uma direção, pois é regida pelas condições de produção em determinado momento histórico.

De acordo com Pêcheux ([1975] 2009), o sentido é determinado pelas posições que os sujeitos ocupam, e essas posições são as formações ideológicas que se materializam no discurso por meio das formações discursivas. Assim sendo, o sentido constitui-se pelas formações discursivas que Pêcheux ([1975] 2009, p. 147, grifos do autor) define como “aquilo, que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina *o que pode e deve ser dito* [...]”. Cada palavra pode ter um sentido diferente dependendo da formação discursiva na qual se insere. Portanto, o discurso é determinado pelas formações ideológicas,

[...] que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características ‘regionais’ (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus, etc...) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe. Por esta dupla razão, as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 164).

As formações ideológicas têm um papel importante na produção de sentidos, pois o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009, p. 146, grifo do autor). E é pela formação discursiva que, segundo o referido autor, as palavras, expressões e proposições recebem sentido. Nesse viés, o discurso não é o mesmo para todos os sujeitos que utilizam uma língua, porque estes ocupam classes sociais e posições ideológicas diferentes e, conseqüentemente, posições discursivas também distintas.

Não há, assim, como saber quantas formações discursivas encontram-se em uma formação ideológica, porque a formação discursiva não é uma classificação da formação ideológica, ocorrendo “a partir de uma posição dada em uma conjuntura” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 164). Isso significa que “toda formação discursiva deriva de *condições de produção* específicas, identificáveis” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 164, grifos dos autores). Desse modo, compreendemos que a formação discursiva relaciona-se com as condições de produção de determinado momento histórico.

A ideologia e o inconsciente dissimulam “sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências ‘subjetivas’*, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 139, grifos do autor). Assim, Pêcheux traz a evidência do sujeito – “como origem e causa de si” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 139) – e a evidência do sentido, porque o sujeito e o sentido estão interligados, de forma que a “questão da *constituição do sentido* se junta à da *constituição do sujeito*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 140, grifos do autor). Em vista disso, a ideologia:

[...] fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queriam dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 146, grifos do autor).

Sendo a língua a base de processos discursivos, de acordo com Pêcheux ([1969] 2010, p. 81, grifos do autor), nesses processos funciona “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”, pois “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 82). E essas diferentes posições do sujeito constituem-se pelas imagens que um faz do outro e de si mesmo: “Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que eu lhe fale assim? Quem sou eu para que ele me fale assim? Quem é ele para que me fale assim?” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 82). Tais posições contribuem para o processo de significação do discurso, já que o imaginário, por fazer parte do funcionamento da linguagem, inscreve-se de acordo com as relações sociais de determinada sociedade. A evidência do sujeito faz, assim, com que ele seja “único, insubstituível e idêntico a si mesmo” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 141) – a resposta “sou eu!” para a pergunta “quem é?” ilustra essa evidência, que oculta, entretanto, “o ato de que o sujeito é desde sempre ‘um indivíduo interpelado em sujeito’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 141). Sendo o sujeito sempre-já-sujeito, a identificação do sujeito com ele mesmo é uma evidência.

Dessa perspectiva, para Orlandi (2012a, p. 99), o sujeito “é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)”. Para significar, no discurso, deve haver a projeção do sujeito empírico (o lugar) para a posição desse sujeito no discurso. Assim como o imaginário produz imagens das

diferentes posições que o sujeito ocupa, ele “necessariamente parte do funcionamento da linguagem” (ORLANDI, 2009, p. 42).

Podemos afirmar, diante disso, que o sentido muda dependendo de como o sujeito emprega a palavra, de como é sua relação com a ideologia e de qual é sua história particular na e pela língua; o sentido é, dessa perspectiva, um efeito ideológico que se observa pela determinação das formações discursivas nas quais o sujeito se inscreve prioritariamente e pelos próprios efeitos de sentidos que se estabelecem entre os interlocutores. Com base nisso, “podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 150).

Com a formação discursiva, o processo discursivo “passa a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 148). As palavras, as expressões e as proposições possuem um ou outro sentido dependendo da formação discursiva em que elas se inscrevem. Em vista disso, Pêcheux ([1975] 2009) afirma que observar somente o linguístico não é suficiente, sendo necessário considerar, o histórico e o ideológico, para, assim, compreendermos o funcionamento do discurso e da produção de sentidos.

Para Pêcheux e Fuchs ([1975] 2010, p. 167), “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’”. Desse modo, “o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)” (PÊCHEUX; FUCHS, ([1975] 2010, p. 167). Isso significa que a produção de sentido ocorre por paráfrase, porque, dependendo da formação discursiva na qual se encontra, uma palavra pode ter um sentido ou outro.

Nesse viés, as noções de formação discursiva e de paráfrase são importantes para entender o sentido de um discurso. Para Courtine e Marandin, ([1980] 2016, p. 40), a paráfrase discursiva “forma o sistema de equivalências, substituições, sinonímias entre os termos no interior de um processo discursivo”. Assim, a paráfrase é o processo pelo qual “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2009, p. 36). Dessa forma, o funcionamento da linguagem também se dá na tensão entre o mesmo e o diferente –

ao tomarmos uma palavra já-dita, mexemos em seu sentido, produzindo diferentes formulações de sentidos (ORLANDI, 2008a).

Assim como a noção de paráfrase, o conceito de formação discursiva desempenha um importante papel na teoria discursiva, por ser um conceito que regula “a referência à interpelação-assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso” (COURTINE; MARANDIN, [1980] 2016, p. 38). Os sujeitos, inscritos em dada conjuntura histórica, podem “estar de acordo ou se confrontar sobre o sentido a dar às palavras” (COURTINE; MARANDIN, [1980] 2016, p. 38). Assim sendo, o sujeito já interpelado pela ideologia e, com isso, afetado pelos esquecimentos, pode dar um ou outro sentido a uma palavra. Como a formação discursiva é “heterogênea em relação a si mesma” (COURTINE; MARANDIN, [1980] 2016, p. 39), sua fronteira desloca-se, havendo, dessa maneira, um deslocamento, uma “*reconfiguração incessante*” (COURTINE; MARANDIN, [1980] 2016, p. 39, grifos dos autores) da formação discursiva em relação ao interdiscurso. A relação do interdiscurso com a formação discursiva evoca esta a “organizar sua repetição, mas também provocar nela o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação” (COURTINE; MARANDIN, [1980] 2016, p. 40). Assim, a formação discursiva é heterogênea, porque o efeito do interdiscurso provoca formulações a partir do que lhe é externo. Os saberes de todas as formações discursivas encontram-se no interdiscurso e estão disponíveis para o sujeito, instaurando o heterogêneo em cada formação discursiva, pois, dependendo da posição do sujeito, este utiliza determinada formulação dos dizeres no seu discurso, relacionando, excluindo ou repetindo saberes de outras formações discursivas.

Há, dessa forma, uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo ou dizendo de outro modo; há uma relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, entre a constituição do sentido e a formulação do sentido. Para Courtine ([1982] 2016), o interdiscurso é um eixo vertical, em que há os dizeres já-ditos e esquecidos, bem como a constituição desses dizeres; e o intradiscurso é um eixo horizontal, em que estão os dizeres da atualidade, aqueles que produzimos em determinado momento, em uma condição dada. Podemos afirmar, então, que o eixo da constituição do sentido permite o eixo da formulação do sentido.

O interdiscurso possibilita o intradiscurso porque aquele é o lugar de uma “*voz sem nome*” (COURTINE, 1999, p. 19, grifos do autor), que abriga os dizeres já-ditos, assim como possíveis tomadas de posição-sujeito, o que permite que o sujeito se aproprie desses dizeres para tomar posição. Assim, no eixo vertical do interdiscurso, há uma “série de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraçando-se, opondo-se entre si,



transformando-se...)” (COURTINE, 1999, p. 18). Quando o sujeito toma posição para ser sujeito do que diz, ele apropria-se desses dizeres, selecionando-os e colocando-os em um enunciado, em uma sintagmatização, ou seja, ele lineariza os dizeres do fio do discurso em uma linha horizontal, fazendo com que os sentidos adquiram uma voz. Em vista disso, para Orlandi (2009, p. 33), “só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória)”, porque os sentidos se dão na relação da memória com a atualidade e na relação da constituição dos sentidos com a sua formulação, relação essa que “torna possível todo dizer” (ORLANDI, 2009, p. 31).

Nessa vinculação do interdiscurso com o intradiscurso, outra relação que se faz presente para compreender o interdiscurso é a relação do pré-construído com o discurso-transverso. Conforme Pêcheux ([1975] 2009, p. 154, grifos do autor), o interdiscurso “*enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita”. Considerando o interdiscurso como o complexo dominante em que estão todos os dizeres já-ditos, entendemos que, para formular o discurso e ser sujeito do que diz, o sujeito toma do interdiscurso os dizeres pré-construídos e os conecta em uma sintagmatização, de modo que os sentidos atravessam-se na formulação do discurso.

Dessa maneira, em vista de o pré-construído ser o “‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 151) e de a articulação/discurso-transverso constituir “*o sujeito em sua relação com o sentido*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 151, grifos do autor), assim como de haver dizeres já construídos e possíveis de articulação, uma palavra pode ou não ter o mesmo sentido em formações discursivas diferentes ou, então, ser atravessada por outra formulação do sentido. Essa reflexão também leva a pensar que uma palavra pode ou não ter o mesmo sentido em dicionários diferentes, que pode haver um recobrimento total ou parcial e que a sua organização pode seguir a mesma ordem ou outra ordem qualquer, mas que há sempre características materiais e simbólicas que indicam que se trata de um dicionário e não de outro livro qualquer.

Podemos afirmar, então, que o sentido é determinado pela formação discursiva na qual o sujeito se inscreve e que o sujeito é constituído pela ideologia, pelas condições históricas e materiais de sua existência, sendo marcado pelos esquecimentos e pelo contexto sócio-histórico. Diante disso, a Análise de Discurso realiza uma “des-centração do sujeito”

(ORLANDI, 2008a, p. 198) e, assim, propõe uma teoria não subjetiva do sujeito. Ela mostra a “não-transparência do sujeito e do sentido” (ORLANDI, 2008a, p. 199), o que “permite pensar o sujeito em suas diferentes formas sociais, históricas, culturais possíveis” (ORLANDI, 2008a, p. 200).

Sob essa perspectiva, o sujeito esquece-se do que o determina como tal e ocupa a posição de “sempre-já-sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 141). Contribuindo para esse processo, há, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009), dois tipos de esquecimentos: o esquecimento número um, em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer; e o esquecimento número dois, em que o sujeito tem a ilusão de controlar os sentidos e esquece que os sentidos podem ser outros. Esses esquecimentos são estruturantes, necessários e inconscientes.

O esquecimento número um, segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 2010), é da ordem do inconsciente, inacessível ao sujeito e, por isso, constitutivo da subjetividade na língua; ele regula “a relação entre o dito e não dito no ‘esquecimento nº 2’, onde se estrutura a sequência discursiva” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 178). Já o esquecimento número dois é da ordem do ideológico, ocorrendo na medida “que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar ‘o que pensa’ e formulá-lo mais adequadamente” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 176). É preciso, assim, que os sujeitos esqueçam o que já foi dito para, ao dizerem, constituírem-se como sujeitos. Dessa forma, os sentidos estão sempre em movimento, e o sujeito está sempre acreditando ser a origem de si e do sentido, motivo pelo qual não assume sua condição de assujeitado pela língua e pela história, bem como de interpelado pela ideologia e pelo inconsciente.

Como afirmamos anteriormente, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e, segundo Orlandi (2012), a forma-sujeito que resulta dessa interpelação é uma forma-sujeito histórica. A interpelação é necessária para que o sujeito se subjetive, e a subjetividade só pode ser compreendida, conforme Orlandi (2009), por meio da historicidade; o sujeito é, desse modo, constituído e determinado pela sua condição histórica. Consoante Orlandi (2009), o sujeito é um sujeito livre e submisso – pode-se dizer tudo, contanto que se submeta à língua e à história, havendo, com isso, o assujeitamento. A interpelação ou o assujeitamento faz com que “cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar seu lugar* em uma ou outra das suas classes sociais antagonistas do modo de produção [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 162, grifos dos autores). Sendo assim, para dizer e significar, o sujeito precisa subjetivar-se, pois não há sujeito e, conseqüentemente, não há sentido se não houver o assujeitamento à língua e à história (ORLANDI, 2012a).

A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, que resulta em uma forma-sujeito histórica, ocorre de maneiras diferentes dependendo de cada época e é necessária para que o sujeito se subjetive, pois o sujeito é constituído e determinado pela sua condição histórica.

A forma-sujeito histórica é marcada pela contradição, principalmente a forma-sujeito atual (que é a forma-sujeito capitalista, também nomeada como jurídica). A forma-sujeito histórica também é caracterizada por um processo de individualização pelo Estado, que assujeita, “com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se individualização do sujeito na produção de sentidos” (ORLANDI, 2012a, p. 106). Assim, o sujeito é, ao mesmo tempo, assujeitado e individualizado pelo Estado.

Como exemplos de forma-sujeito histórica, tem-se, de acordo com Haroche ([1984] 1992), o sujeito religioso e o sujeito-de-direito. O sujeito religioso, que a autora identifica com a era medieval, está submetido à ideologia cristã e assujeitado pelos rituais religiosos; sem questionar, esse sujeito apenas se submete ao discurso do sagrado. Com a constituição do Estado moderno e, conseqüentemente, da estrutura jurídica e da economia, o sujeito religioso passou a ser um sujeito-de-direito, pois o Estado impunha então a ideologia, e não mais a Igreja. Assim, o sujeito-de-direito é um sujeito com direitos e deveres, responsável pelos seus atos e tornado sujeito “livre para se obrigar” (HAROCHE, [1984] 1992, p. 69), pois, mesmo tendo a liberdade jurídica, o sujeito apenas pensa que é livre, porque ele é, na verdade, individualizado pelo Estado<sup>9</sup>.

Desse modo, o sujeito sempre é assujeitado, seja pela religião, seja pelo Estado, pois o sujeito é determinado pelas condições históricas. Essa determinação é uma questão de ordem e traz a transparência do discurso e do sujeito: é a “não-contradição” que garante a “submissão do sujeito ao saber” (ORLANDI, 2009, p. 51). Nesse viés, a submissão do sujeito, aliada à sua apresentação como sujeito livre e responsável, faz com que o assujeitamento leve o discurso a aparecer como transparente e como reflexo justo da realidade. No entanto, nessa transparência, a ideologia fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito, o que sustenta a noção de liberdade do sujeito e faz com que uma palavra tenha um sentido independente de seu contexto de uso. Em vista disso, a tomada de posição do sujeito relaciona-

---

<sup>9</sup> Tomando como base as reflexões de Haroche ([1984] 1992) sobre as formas-sujeito históricas, em Orlandi (2012) tem-se a forma-sujeito religioso como uma forma-sujeito medieval (e do Estado absolutista) e a forma-sujeito-de-direito como uma forma-sujeito capitalista, pertencente à modernidade.

se, primeiramente, com a forma-sujeito histórica, para, depois, inserir-se em uma formação discursiva (o que interfere, também, na produção dos dicionários, pois dependendo das circunstâncias históricas, temos determinada posição-sujeito frente à língua e determinados sentidos cabem ou não, em dado verbete, em dada definição, em dado dicionário).

Pêcheux ([1975] 2009, p. 274) afirma que o sujeito vive em um espaço de contradição – nas relações de contradição do processo de “reprodução-transformação”, da teoria e do político. Embora o sujeito seja interpelado pela ideologia em sujeito e tome uma posição para produzir sentido, ele, conforme menciona Pêcheux ([1975] 2009, p. 274-275), pode “se voltar contra causas que o determinam”, porque “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 281). Dessa maneira, a ideologia dominante é interrogada, e a ideologia dominada pode revoltar-se contra a ideologia dominante. Além disso, o sujeito pode resistir e pode falhar – está condicionado ao lapso e ao ato falho, pois “não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 277). Por essa razão, há modalidades de identificação do sujeito: a) há o “bom sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 199), aquele que se identifica completamente com a ideologia dominante, identifica-se plenamente com a formação discursiva em que se inscreve, não questionando ou replicando os saberes aí discursivizados; b) o “mau sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 199), que se contraidentifica com a ideologia, com a forma-sujeito da formação discursiva na qual se inscreve prioritariamente e questiona os saberes dessa formação discursiva; e c) a “desidentificação” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 201) do sujeito, que ocorre quando este não se identifica com a ideologia dominante. Essa não identificação não quer dizer que há uma dessubjetivação, já que o sujeito, necessariamente, identifica-se com outra formação discursiva, pois ninguém escapa à ideologia.

Para Indursky (2008, p. 15), essa terceira modalidade indica que o sujeito “tem uma certa margem de movimentação e que não está condenado a manter-se para sempre identificado com o mesmo domínio de saber”. E isso não significa que o sujeito é livre, mas que é um “sujeito dividido” (INDURSKY, 2008, p. 16), ou seja, em determinada conjuntura, o sujeito inscreve-se em uma formação discursiva e identifica-se com ela, ou resiste dentro dessa formação discursiva ou inscreve-se em outra. Essas modalidades revelam a subjetividade não-subjetiva do sujeito: o sujeito é interpelado pela ideologia e dotado de inconsciente, em vista disso, o sujeito responde inconscientemente à ideologia que o domina – identificando-se, contraidentificando-se ou desidentificando-se com a formação discursiva dominante.

Com base nessas considerações sobre língua, sujeito e história e sobre a produção de sentidos que circula entre a paráfrase – o mesmo – e a polissemia – o diferente –, queremos compreender como é a produção de sentidos no DEU. É possível demonstrar, nessa obra, a

tensão entre o mesmo e o diferente, se há cruzamentos de formações discursivas e se há continuidade ou ruptura de sentidos em relação aos discursos de dicionários que foram produzidos antes dela?

Tendo em vista os objetivos propostos neste estudo, buscamos compreender a produção do conhecimento linguístico pela intersecção da História das Ideias Linguísticas com a Análise de Discurso: já que o dicionário, enquanto discurso e instrumento linguístico, produz conhecimento sobre a língua. Ao olhar o dicionário a partir dessa articulação, temos um “olhar metódico” e, assim, compreendemos “o modo como ele produz sentidos em certas conjunturas” (NUNES, 2006, p. 15). Entendemos, assim, que a produção do conhecimento, neste caso, ocorre pelo discurso sobre a língua e pelos instrumentos linguísticos – *“seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é o nosso objeto”* (AUROUX, [1992] 2009, p. 14, grifos do autor). Também é nosso objeto a construção do saber sobre a língua do Uruguai no DEU.

Auroux ([1992] 2009, p. 11) considera que “todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber”. Assim, cada obra possui um horizonte de retrospectão (tem seu tempo, seu espaço e sua memória) e um horizonte de projeção (projeto de construção do futuro a partir do olhar para o passado) para construir o conhecimento linguístico. Por ser “limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de restrospeção [...], assim como um horizonte de projeção” (AUROUX, [1992] 2009, p. 12). Nessa perspectiva, “o saber [...] não destrói seu passado [...]; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber” (AUROUX, [1992] 2009, p. 12). Sendo assim, sem passado e sem futuro, não há saber; sem um discurso que se “remete a outros discursos dispersos no tempo” (NUNES, 2005, p. 4), não há saber e não há produção do conhecimento. Diante disso, tomamos os dicionários como parte da construção da tecnologia do saber linguístico e os consideramos em sua dimensão histórica e social, com um horizonte de retrospectão de “conhecimentos antecedentes” e “co-presentes” (AUROUX, 2008, p. 141), já que o conhecimento não é instantâneo e está relacionado com o tempo – temporalidade, aqui, “significa atentar para as diferentes temporalidades inscritas no discurso, mostrando a relação entre elas e os efeitos de sentido que aí se produzem” (NUNES, 2005, p. 4). Assim, para a produção do conhecimento, recorta-se um tempo, mas sem deixar de lado a historicidade, pois considera-se a história da língua a partir da

história do dicionário. Neste trabalho, recortamos o ano de 2011 (ano de publicação do DEU) e historicizamos o saber que vem antes por meio da rede de dicionários produzidos por Academias de Letras, movimentando sentidos que circulam no interior do DEU em comparação com o dicionário da RAE.

O saber linguístico, conforme Auroux ([1992] 2009), antes de ser metalinguístico, é múltiplo e epilinguístico. No entanto, “o cerne de nosso propósito é o saber metalinguístico constituído e/ou em dia de constituição, qualquer que seja sua proximidade [...] ou sua distância em relação à consciência epilinguística” (AUROUX, [1992] 2009, p. 18). É pela metalinguagem que há a passagem do saber epilinguístico para o saber metalinguístico. Segundo o referido autor, o saber metalinguístico pode ser de natureza especulativa, situado na representação abstrata, ou de natureza prática, dotado da necessidade de adquirir um domínio para a constituição de técnicas – que pode ser o domínio da enunciação (saber dizer em determinada situação, saber dizer como fazer); o domínio das línguas (compreender, falar, narrar, descrever uma língua); e/ou o domínio da escrita.

A escrita ocupa um lugar importante “para a história das representações linguísticas” (AUROUX, [1992] 2009, p. 19). O aparecimento da escrita é “um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior” (AUROUX, [1992] 2009, p. 21), que desempenha “um papel fundamental na origem das tradições linguísticas” (AUROUX, [1992] 2009, p. 22) por possibilitar a permanência e a fixação da língua, caracterizando-se como a primeira revolução tecnológica e linguística. Isso se deve ao fato de que, em qualquer cultura, há a passagem do saber epilinguístico para o metalinguístico, do conhecimento da prática – saber fazer – para o conhecimento produzido – epistemológico.

Com o aparecimento da escrita e a revolução tecnológica daí advinda na produção do saber sobre a língua, tem-se a gramatização, que é “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, [1992] 2009, p. 65, grifos do autor). E há duas causas para a gramatização: a “necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira”; e a “política de uma língua dada” (AUROUX, [1992] 2009, p. 50). Os instrumentos linguísticos estabelecem relações entre o sujeito falante e a língua – pois não são objetos naturais, mas objetos dotados de tecnologia – e consistem em discursos metalinguísticos, ou seja, em saberes representados, construídos pela metalinguagem. Dessa forma, com a gramatização das línguas, os dicionários passam a ocupar um papel importante,

porque são práticas sociais; além disso, sua adoção na prática escolar e científica proporciona-lhe mais visibilidade e ajuda a fixar a língua.

Assim, neste estudo, não trabalhamos os dicionários em separado da História das Ideias Linguísticas. Esse campo do saber e a Análise do Discurso são pensados juntos, pois, compreendendo o discurso, entendemos o processo de dicionarização, a história do dicionário e o próprio DEU.

A Análise de Discurso, por ser esse lugar de entremeio entre os campos de saberes, articula-se com a História das Ideias Linguísticas. Segundo Nunes (2008, p. 110, grifos do autor), “a visada discursiva faz com que temas comumente abordados na História das Ideias Linguísticas, como *conceitos e teorias, obras, autores, instituições, periodização*, recebam um tratamento específico quando vistos sob a ótica da AD [Análise de Discurso]”. Dessa forma, a articulação entre essas duas teorias traz consequências para “a leitura e mesmo para a produção de arquivos relativos às ciências da linguagem”, pois “compreende as condições de produção dos discursos científicos” (NUNES, 2008, p. 111). Quanto ao discurso científico, entendemos que se trata da produção de conhecimento sobre determinado objeto a partir de um aparato teórico e de um horizonte definido. Para isso, recortamos um tempo a partir de um fato, mas não podemos deixar de lado as condições de produção e a historicidade dessa produção. De igual modo, não podemos ignorar o fato de que o conhecimento pode ser visto da perspectiva de um “corte continuado” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 182), porque o conhecimento não se desvincula dos dizeres já-ditos e produzidos. Conforme Petri e Silva (2016), os processos discursivos são atravessados pelas condições de produção, mobilizando dizeres já-ditos e reorganizando esses dizeres para promover uma ruptura com as ideias estabelecidas. Os já-ditos se atualizam e podem romper o fio do discurso, mas logo eles são estabilizados devido à existência de uma rede de sentidos, da história e da memória, que constituem a produção do conhecimento. Na produção do conhecimento, há, assim, horizontes de retrospecto e projeção (AUROUX, [1992] 2009) e há temporalidade.

Fazer História das Ideias, conforme Orlandi (2001, p. 16), permite “de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem” e, de outro, “trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem”. Por mais que os estudos acerca da História das Ideias Linguísticas sejam sobre a especificidade do conhecimento no Brasil, “é também próprio às línguas dos países colonizados em geral” (ORLANDI, 2001, p. 12). A História das Ideias Linguísticas, em articulação com a Análise de Discurso, permite “analisar os discursos da e sobre a língua” e possibilita “praticar novas leituras de arquivo” (ORLANDI,

2001, p. 16). Assim, ao tratar de História das Ideias Linguísticas “referimo-nos à definição da língua, à construção de um saber sobre a língua, à produção de instrumentos tecnológicos que lhe são ligados e também à sua relação com a história do povo que a fala” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 32).

A articulação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas propicia, desse modo, compreender melhor a constituição dos dicionários em países colonizados, levando em conta a história e a memória na língua, bem como traz “condições metodológicas para se ler com outros olhos esses objetos que continuam a ser, juntamente com as gramáticas, lugares eficazes de descrição das línguas, tendo um papel fundamental na reprodução, transformação e circulação dos discursos em uma sociedade” (NUNES, 2006, p. 13).

Neste estudo, também queremos averiguar a relação da História das Ideias Linguísticas com a perspectiva discursiva no que concerne à constituição do primeiro dicionário da Academia de Letras do Uruguai. Esse esforço destina-se a compreender a formulação do/no DEU, bem como o modo como ele afeta o processo de dicionarização da Língua Espanhola do Uruguai.

## 2.1 A LÍNGUA EM FUNCIONAMENTO: OLHARES PARA O DICIONÁRIO

Iniciamos esta seção com uma afirmação do linguista e lexicógrafo alemão Gunther Haensch (1986, p. 291), na qual ele diz que “*toda obra lexicográfica es fruto de su tiempo*”<sup>10</sup>. Essa citação faz parte de “*La situación actual de la lexicografía del español de América*”, texto sobre a situação da lexicografia da Língua Espanhola naquele determinado contexto sócio-histórico. Entendemos que, além da situação da metodologia lexicográfica, essa citação faz pensar que cada dicionário se inscreve em uma história e se filia a uma memória que funcionam em determinada conjuntura histórica e que se atualizam, se ressignificam, se reproduzem, se rompem ou tomam outros sentidos em outra conjuntura. Os dicionários são recortes da língua em determinado momento histórico, mas também são produções de sentidos atravessados pela história e pela memória; os dicionários ocupam um lugar na história e, com isso, singularizam-se e atualizam-se na sociedade.

Nesta seção do trabalho, abordaremos, além de questões da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, estabeleceremos relações com os estudos da lexicologia, da lexicografia e da lexicografia discursiva para, assim, entender o funcionamento do dicionário,

---

10 Tradução nossa: “toda obra lexicográfica é fruto de seu tempo”.



considerando-o como um espaço para o funcionamento da língua. Dessa forma, ao compreendê-lo como discurso, julgamos necessário discorrer, também, sobre as áreas de conhecimento da lexicologia e lexicografia, a fim de entender o que é um dicionário (assim como léxico e definição). Acreditamos que tal direcionamento auxilie no estudo do dicionário como objeto discursivo e como instrumento linguístico, até mesmo porque a sua construção está relacionada com o desenvolvimento da lexicografia e de sua metodologia. De acordo com Nunes (2013, p. 163), “elaborar um dicionário é estabelecer o que não deve ser esquecido em matéria das palavras e de discursos ligados a uma língua”, e esses estudos colaboram para isso, bem como as condições de produção dos dicionários ajudam a compreender que eles são frutos de cada momento sócio-histórico.

Para Lara (1990), linguista e lexicógrafo mexicano que esteve à frente da produção do **Diccionario del Español de México**, o dicionário “*es la presentación de una realidad social y de una memoria colectiva, que constituye el punto de referencia de todo hablar que quiera tener sentido para la sociedad*”<sup>11</sup> (LARA, 1990, p. 31). Sendo um objeto social, portanto, ele apresenta duas funções: a de acervo social da língua e a de representante da língua (LARA, 1990). Em vista disso, o dicionário é a representação de uma sociedade e de uma memória coletiva e constitui o ponto de referência da língua, para, desse modo, ter sentido para a sociedade. Em vista disso, o dicionário é:

*[...] un catálogo de palabras, seguido de indicaciones acerca de su escritura, su pronunciación, su categoría gramatical, su uso social, regional o especializado, su significado, y una pequeña colección de ejemplos, que enseñan a manejarlas en diferentes contextos sintácticos*<sup>12</sup> (LARA, 1996, p. 15).

O dicionário é objeto da Linguística, da lexicografia, da sociedade e da História, dependendo somente dos princípios metodológicos da lexicografia, mas também da sua relação com a sociedade, com a exterioridade e com a incompletude. Como afirmado anteriormente, os sentidos e os sujeitos não são completos, eles constituem-se “em relação a”, de modo que a incompletude movimenta a língua, os sentidos, os sujeitos e o dicionário. O dicionário não só é um catálogo de palavras que possui uma teoria que o sustenta e uma metodologia

---

11 Tradução nossa: “é a apresentação de uma realidade social e de uma memória coletiva, que constitui o ponto de referência de todo o falar que queira ter sentido para a sociedade”.

12 Tradução nossa: “um catálogo de palavras seguido de indicações sobre sua escrita, sua pronúncia, sua categoria gramatical, seu uso social, regional ou especializado, seu significado e de uma pequena coleção de exemplos, que ensinam a usá-las em diferentes contextos sintáticos”.

lexicográfica, mas também é descrição da língua, é um recorte dela, e essas palavras que fazem parte do catálogo possuem sentidos que se movimentam na história.

Lara (1990; 1996) trata o dicionário como memória da sociedade, porque contém o acervo léxico de uma sociedade e permite a organização dessa memória, bem como uma reflexão a seu respeito. Dessa maneira, o lexicógrafo é “*observador de la lengua que estudia y mediador entre esta lengua y la sociedad a la que pertenece*”<sup>13</sup> (LARA, 1990, p. 202). Nesse viés, Lara (2004) afirma que o dicionário tem papel informativo – informa sobre a unidade formal da palavra, sobre a escrita e ortografia e sobre o significado – e é um “*depósito de cultura*” (LARA, 2004, p. 87) – o significado de uma palavra tem uma história na comunidade linguística.

Para Zimmermann (2012), linguista e professor universitário, o dicionário é um tipo de texto e de discurso. É um texto porque possui uma estrutura, o ordenamento do léxico a partir do alfabeto e sua definição; já que o dicionário contém informação sobre a língua, pode-se lê-lo como um texto e cada verbete pode ser, também, um texto descritivo. O dicionário é um discurso porque apresenta critérios ideológicos que, para o autor, (mais ou menos inconscientemente) determinam a seleção das palavras, a ordem das acepções, o tipo de leitores, o caráter normativo ou não da obra, a inclusão ou não de certos significados. Um exemplo de critério ideológico trazido pelo autor é a exclusão de palavras que não pertencem ao “bom espanhol” (o determinado pela RAE). Nesse viés, o dicionário é elaborado com determinados critérios que permitem, por um lado, identificá-lo como um texto, ou seja, pode-se perceber que possui uma estrutura e um ordenamento e, por outro lado, ele representa uma concepção de língua – portanto, uma possibilidade de discurso.

Para Krieger et al. (2006, p. 174), pesquisadores do campo de saber da lexicografia e terminologia, o dicionário reúne o léxico de uma comunidade linguística para que ela se reconheça como tal, sendo, assim, o “espelho da memória social da língua” e tendo o papel de legitimar o léxico. Ao encontro disso, Biderman (2003, p. 54), linguista e pesquisadora em lexicografia e terminologia, entende que o dicionário “descreve o léxico em função de um modelo ideal de língua – a língua culta e escrita”. O dicionário faz parte da memória coletiva da sociedade, de forma que seus usos linguísticos aparecem na obra; no entanto, é o dicionário que “convalida e promove a linguagem” (BIDERMAN, 2003, p. 54) da comunidade linguística. Assim, o dicionário possui o imaginário de guardião da língua (culto e imaginária).

---

13 Tradução nossa: “observador da língua que estuda e mediador entre esta língua e a sociedade a que pertence”.

Observamos, assim, que o estudo do dicionário também ocorre com base nas perspectivas dos saberes da lexicografia e da lexicologia. Krieger (2014) destaca que a lexicologia, a lexicografia e a terminologia compõem as ciências do léxico. Desse ponto de vista, o léxico “nomeia, designa, faz significar, expressa subjetividades e ideologias” (KRIEGER, 2014, p. 325). Trazendo essa reflexão para o campo discursivo, podemos compreender que a questão ideológica sempre se faz presente, mesmo aparentando não estar, e que ela ajuda a estabelecer uma relação menos ingênua com a linguagem e com o mundo. Sendo a ideologia não ocultação, mas produção de evidências, o sujeito necessita dessa evidência de transparência, para que se coloque na sua condição sócio-histórica e produza sentidos (ORLANDI, 2009).

Krieger (2014, p. 325) ressalta, ainda, que o léxico é heterogêneo e dinâmico “pelo seu papel de nomear o que surge de novo, o que a ciência descobre e os artefatos que a tecnologia produz”. A referida autora também destaca que a relação entre léxico – “enquanto conjunto de palavras” (KRIEGER, 2014, p. 326) – e dicionário é indissociável, pois “a representatividade de um item lexical está também associada à legitimidade de palavra da língua ao ser dicionarizada” (KRIEGER, 2014, p. 326). Entretanto, como o léxico possui dinamismo, o “fazer lexicográfico” (KRIEGER, 2014, p. 326) convive com a incompletude.

Já para Lara (2011), o léxico “*es abierto, no sistemático, y está ligado con la experiencia del mundo que va compartiendo la sociedad*”<sup>14</sup> (LARA, 2011, p. 331). Assim sendo, está relacionado com a sociedade que o utiliza, cultivado pela tradição literária e escolar e “*heredado de generación en generación*”<sup>15</sup> (LARA, 2011, p. 331); “*se nos manifiesta en primera instancia como un fenómeno de la memoria de cada individuo*”<sup>16</sup> (LARA, 2006, p. 143) para depois tornar-se o “*léxico de una lengua*”<sup>17</sup> quando essa memória individual é compartilhada com a comunidade. Dessa forma, “*la aparición de los diccionarios, que son un efecto de la escritura, ha ampliado de una manera vertiginosa la memoria colectiva del léxico*”<sup>18</sup> (LARA, 2006, p. 143-144). Assim, segundo Lara (1990), os dicionários são construções intelectuais que dependem da memória da sociedade e não objetos naturais: eles organizam essa memória e permitem que se reflita sobre ela.

---

14 Tradução nossa: “é aberto, não sistemático, e está ligado com a experiência de mundo que a sociedade vai compartilhando”.

15 Tradução nossa: “herdado de geração a geração”.

16 Tradução nossa: “se manifesta, a nós, em primeira instância como um fenômeno da memória de cada indivíduo”.

17 Tradução nossa: “o léxico de uma língua”.

18 Tradução nossa: “o surgimento dos dicionários, que são um efeito da escrita, amplia de uma maneira vertiginosa a memória coletiva do léxico”.

Ao encontro dessas considerações de Lara, trazemos o que Nora (1993), historiador, entende por memória:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está sempre em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

A memória está entre a lembrança e o esquecimento, entre os dizeres constituídos e formulados, entre o passado e a atualidade e é por ela que se dá a produção de sentidos por um grupo social, porque os sujeitos desse grupo recuperam, repetem ou atualizam esse saber. A memória depende de um grupo social e também une esse grupo porque ela “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9). E diríamos que se enraíza, também, no dicionário, já que pode estabilizar ou produzir deslocamentos nos sentidos em vista de ser coletiva e histórica.

Ao passo que os dicionários buscam recopilar a memória social<sup>19</sup> do léxico, a lexicografia busca documentar os usos dos vocábulos enquanto manifestação da comunidade linguística (LARA, 1996), ou seja, documentar a memória e o uso da língua “*como acervo social, a disposición de toda la comunidad lingüística y no como registro de lo dicho por ciertos hablantes*”<sup>20</sup> (LARA, 1996, p. 227). Por isso, para o referido autor, dicionários são voltados para a comunidade linguística. Apoiamo-nos nesse autor para pensar o lugar do dicionário na sociedade, porque ele é a representação da língua de uma comunidade linguística, e a língua é a identificação dessa mesma comunidade.

Para Nunes (2010, p. 7), analista de discurso e pesquisador da História das Ideias Linguísticas, o dicionário é um objeto discursivo, porque é “um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em

---

19 Por memória social, Lara (1996, p. 94) entende aquela “*que solo existe en la sociedad en su conjunto*” [tradução nossa: “que somente existe na sociedade em seu conjunto”]. Com a memória social, a “*comunidad lingüística comienza a reconocerse a sí misma en su historia y en su pluralidad, procede a construir una memoria de sus experiencias significativas, que ciertamente se guarda en textos y en relatos de la más diversa índole [...] esa memoria se convierte en uno de los medios principales para que haya condiciones de entendimiento entre todos los miembros de la comunidad lingüística, lo que da cohesión a las sociedades y proyección a su cultura*” (LARA, 1996, p. 18) [tradução nossa: “a comunidade linguística começa a reconhecer-se a si mesma em sua história e em sua pluralidade, a construir uma memória de suas experiências significativas que, certamente, guarda em textos e em relatos de índoles diversas [...] essa memória se converte em um dos meios principais para que haja condições de entendimento entre os membros da comunidade linguística, o que dá coesão e projeção à sua cultura”]. Nesse viés, entendemos que memória social é a memória de um grupo linguístico e é por essa memória que o grupo se identifica como tal; e o dicionário é essa memória social “*manifiesta en palabras*” (LARA, 1996, p. 18) [tradução nossa: “manifesta em palavras”], ou seja, o dicionário é o lugar onde se encontra a memória escrita do grupo social.

20 Tradução nossa: “como acervo social, à disposição de toda a comunidade linguística, e não como registro do dito por certos falantes”.

certas condições sociais e históricas”. O dicionário é produzido em determinada conjuntura histórica por sujeito(s) lexicógrafo(s), voltado a sujeitos leitores, relacionando-se, assim, com a sociedade e com a história.

Compreender o dicionário como discurso, de acordo com Nunes (2006), é considerar que ele estabelece relações entre locutores e que essas relações são processos da articulação entre língua, sujeito e história. Tomar o dicionário como discurso é, conforme o referido autor, levar em conta as particularidades, as condições de produção, as marcas da historicidade e os efeitos da produção de sentidos. A partir da relação entre língua, sujeito e história, temos “uma outra visão do dicionário”, pois “tomar dicionário como um objeto histórico implica tanto em observar a estabilização dos sentidos em circunstâncias específicas, quanto em apreender suas transformações, suas atualizações, suas rupturas” (NUNES, 2007, p. 173), estabelecendo, com isso, uma tradição dicionarística. Entendemos, assim, que olhar o dicionário como discurso é considerar que ele produz sentidos em determinada conjuntura histórica; que não aparece sozinho, mas se constrói em redes de sentidos; que é um dos elos da corrente que compõe uma rede discursiva; que é um dos discursos que irrompe no fio do discurso, no qual se instalam todas as formulações.

Ao encontro disso, para a análise de dicionários, é preciso atentar à singularidade histórica de cada obra, pois, “como todo discurso, o dicionário tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos” (NUNES, 2006, p. 18). Assim, a história não é externa à língua nem é conteúdo, mas é “constitutiva da produção de sentidos” (NUNES, 2005, p. 1), auxiliando no gesto de interpretação do analista. Os dicionários possuem história porque eles produzem sentidos que não são fechados ou completos.

Ainda, para o estudo do discurso e do dicionário, faz-se necessário compreender as condições de produção, pois, conforme Nunes (2006, p. 19), elas “estão relacionadas com as formações sociais e os lugares que os sujeitos aí ocupam”. O conceito de condições de produção é importante para entender que o dicionário “nunca é completo e nem reflete diretamente a realidade” (NUNES, 2006, p. 20), bem como para compreender a posição do lexicógrafo/dicionarista. Nessa mesma perspectiva, como trouxemos nas Considerações Iniciais deste trabalho, é necessário considerar o contexto da enunciação, que é imediato – o aqui e o agora do dizer –, e o contexto sócio-histórico e ideológico, que é mais amplo (ORLANDI, 2009).

Como mencionamos anteriormente, a organização é imaginária, e a ordem é real, de modo que um texto precisa ter uma organização para ser analisado, mas não deixa de ter uma ordem simbólica (ORLANDI, 2012). O mesmo propomos para a análise do dicionário, pois ele possui uma estrutura e uma organização que permitem que todos os sujeitos possam reconhecê-lo como tal – há uma ordem alfabética, há palavras destacadas (geralmente em negrito) que caracterizam a entrada dos verbetes e há, ainda, definições para estes por meio de outras palavras utilizadas para compor seu(s) significado(s). Assim, visualizando essa estrutura, já reconhecemos um dicionário: temos uma organização que funcionará no simbólico.

Diante disso, neste estudo, não procuramos o sentido do dicionário, mas os sentidos possíveis presentes nele, pois, para a Análise de Discurso, não se trata apenas de responder a questões como “o que quer dizer este texto?”, mas, também, de verificar o funcionamento da língua no texto e no dicionário para percorrer um trajeto de leitura diferenciado. Assim, a Análise de Discurso “não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito [...]” (PÊCHEUX, [1984] 2012a, p. 291). No senso comum, o que pode levar o sujeito a consultar um dicionário é a busca por um sentido dado como correto, pelo significado ou pela ortografia de uma palavra que não conhece ou por um sinônimo, por exemplo. Dessa forma, “do ponto de vista do leitor cotidiano, os dicionários são considerados bons ou ruins de acordo com as necessidades imediatas de consulta, e conforme se encontrem ou não as palavras buscadas, mas poucas vezes suas definições são questionadas” (NUNES, 2010, p. 7). O sujeito do cotidiano percorre um trajeto de leitura procurando por uma palavra e seu significado, que ele pode encontrar ou não. Defendemos que o dicionário é um objeto discursivo e, por isso, podemos ter diferentes leituras sobre ele.

Os estudos a partir da perspectiva discursiva questionam “a evidência dos sentidos dos dicionários para mostrar seus processos históricos de constituição” (NUNES, 2006, p. 11). Podemos dizer que, no dicionário, a ideologia está presente, pois nele também temos produção de evidências quando aceitamos como verdade aquilo que ele nos traz como definição a respeito de determinada palavra. O dicionário tampouco é livre de interpretação e de efeitos de evidência, pois produz sentidos. Para a Análise de Discurso, o dicionário não é somente o discurso do certo, porque consideramos “a língua com a história na produção de sentidos” (ORLANDI, 2009, p. 19) e na constituição do sujeito.

A Análise de Discurso, conforme Orlandi (2014, p. 36), trabalha “a articulação descrição/interpretação, uma relação particular entre língua(gem) e ideologia, onde a língua(gem) é parte da análise material e a ideologia é uma prática em seu funcionamento, tendo

como materialidade o discurso” (ORLANDI, 2014, p. 36). Nesse viés, a ideologia é pensada a partir da língua; assim, ela não é ocultação, mas uma prática produzindo evidências nas quais “se prende o sujeito, em suas ilusões”, pois “sujeitos e sentidos são afetados pela relação do inconsciente com a ideologia” (ORLANDI, 2014, p. 39). Diante disso, entendemos que a ideologia produz a evidência do que é um dicionário, do que é um verbete, do que é uma definição, e tudo isso permite pensarmos a produção de sentidos no dicionário, já que, para compreender o seu funcionamento em determinadas condições de produção, é necessário entendermos o que é um dicionário e sua organização.

Para o estudo do dicionário, segundo Nunes (2006), a formação discursiva também é importante, uma vez que propicia “a compreensão das regularidades do discurso” e “permite identificar diferenças significativas entre discursos presentes em uma conjuntura” (NUNES, 2006, p. 27). Isso significa que, pela formação discursiva, compreendemos a regularidade e/ou a heterogeneidade do/no dicionário, bem como se o dicionário possui uma continuidade em seu discurso quanto aos outros discursos de obras anteriores ou se possui ruptura com o que foi produzido anteriormente.

Em vista disso, partimos da premissa de que o sujeito lexicógrafo ou dicionarista é uma “posição de sujeito historicamente constituída” (NUNES, 2006, p. 21). O sujeito na posição de lexicógrafo ou dicionarista aparece como aquele que domina os sentidos e os demais sujeitos, distribuindo as significações de acordo com sua construção da imagem do outro (conforme esquecimento número 2). Sendo assim, o sujeito “lexicógrafo está na posição de dizer que uma palavra X significa Y e não Z” (NUNES, 2006, p. 22); porém, ele “se ‘esquece’ de que está falando a partir de uma posição em uma formação social” (NUNES, 2006, p. 23) e que as palavras podem ter outros sentidos (conforme esquecimento número 1).

O dicionário constitui, desse modo, um ponto central de nosso trabalho, pois é “parte de nossa relação com a língua” (ORLANDI, 2002, p. 105) e, em vista disso, é, de um lado, objeto simbólico e histórico que não possui apenas função normatizadora e, de outro, um meio para compreendermos o funcionamento da ideologia. Ao “tomar o dicionário como discurso, podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como sujeitos [...] produzem linguagem” (ORLANDI, 2002, p. 105). É por meio desse instrumento linguístico que se estabelecem relações entre a língua, o sujeito e o saber linguístico. E é pensando o DEU como instrumento linguístico e como objeto discursivo que desejamos compreender o seu funcionamento na formação discursiva de colonização, na

ruptura ou na reprodução de sentidos, na rede de memória com outros dicionários e na história da dicionarização do Uruguai.

Voltando nosso olhar para a lexicografia, ela foi constituída, segundo Auroux ([1992], 2009), inicialmente, por listas temáticas de vocabulário, que podem ser reduzidas a uma profissão ou a uma área; listas de palavras antigas e difíceis, de homônimos, de sinônimos, de rimas e de léxico de um autor; e por glossários independentes. As listas temáticas de vocabulários “constituem sem dúvida os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade” e “tratam sempre de um assunto específico” (AUROUX, [1992] 2009, p. 73). A esse respeito, Lara (2004) afirma que as primeiras listas de palavras voltavam-se ao comércio, em vista de serem equivalências de nomes de objetos nas diferentes línguas, servindo, assim, para a comunicação entre os comerciantes.

As glosas – listas de palavras antigas e difíceis, de homônimos e de sinônimos – “introduzem notadamente o fato de explicar uma palavra mais difícil por palavras mais fáceis ou palavras do vernáculo” (AUROUX, [1992] 2009, p. 73). Constituía-se, assim, de comentários explicativos, presentes nas obras de ensinamento do latim, que apareciam nas margens ou entrelinhas para explicar as passagens consideradas difíceis ou as palavras desconhecidas, marcando um processo de reconhecimento da escrita e da gramática; e as primeiras glosas espanholas são as emilianenses e silenses (LARA, 2011). Conforme Lara (2004), produzidas na época medieval (séculos X e XI), as glosas surgiram da necessidade de compreender as línguas sagradas nos monastérios<sup>21</sup> e nas universidades, motivo pelo qual continham a equivalência léxica entre duas línguas e continham uma construção do sentido. Lara (2013) apresenta que, nessas glosas, continham anotações referentes a vocábulos latinos que não se compreendiam, explicações de significado em muitos vocábulos, comentários sobre significados do texto e sobre a estrutura gramatical.

Com o grande número de comentários, houve um agrupamento em ordem alfabética, originando os glossários – os quais, de acordo com Nunes (2006), originariam, mais tarde, os dicionários. Conforme Lara (1996), antigamente, os povos necessitavam comunicar-se, seja para comércio, guerra, diplomacia ou religião, e, na falta de tradutores suficientes, começou-se a fazer listas de palavras para realizar essa comunicação. Com isso, a lexicografia bilíngue e multilíngue nasceu da necessidade de informação e comunicação, pois era fundamental que as pessoas compreendessem umas às outras, nas diferentes línguas.

---

<sup>21</sup> As glosas emilianenses foram encontradas no monastério de San Millán de la Cogolla, em La Rioja, e as glosas silenses foram encontradas no monastério de Santo Domingo de Silos, ao sul de Burgos.



Depois dos dicionários bilíngues, surgiram os dicionários monolíngues a partir do século XVI, século da formação, delimitação e expansão dos impérios e das nações europeias (LARA, 1996). A delimitação dos Estados também se dá via delimitação de uma língua nacional e os instrumentos linguísticos contribuem para essa delimitação.

Consoante Lara (2006), a aparição dos Estados nacionais, a partir do período do Renascimento, fez com que os gramáticos se interessassem pelas chamadas línguas modernas (espanhol, francês, italiano etc.), e o melhor exemplo disso, segundo o autor, foi Nebrija, pois *“fue el primero en Europa en proponerse hacer una gramática de su lengua materna”*<sup>22</sup> (LARA, 2006, p. 38).

Nebrija publicou, além da primeira gramática da língua castelhana (**Grammatica de la lengua castellana**, em 1492), dois dicionários bilíngues espanhol/latim (**Diccionario Latino-Español**, em 1492; **Vocabulario Español-Latino**, em 1495). Com a publicação dos dicionários bilíngues, conforme Gemmingen (2003, p. 171), Nebrija contribui *“tanto para la estandarización y fijación del léxico español en función del lema ‘la lengua compañera del Imperio’, como para la igualdad de la lengua española con el latín y para su ascenso a la lengua universal”*<sup>23</sup>. O que vem ao encontro do que afirmamos anteriormente: os instrumentos linguísticos (e a eles, incluímos a produção de Nebrija) ocupam um lugar importante porque fixam a língua, promovem a metalinguagem, delimitam uma língua nacional para o Estado-nação estabelecer-se.

Com base nessas considerações, podemos afirmar que os dicionários nasceram como instrumento de trabalho de tradutores (LARA, 2004). Inicialmente, foram listas de palavras para o comércio, depois constituíram obras para compreender textos da antiguidade e para promover o ensino de línguas sagradas. Com a constituição do Estado-Nação e da língua nacional, há outro momento de produção: dicionários monolíngues voltados a questões de unidade linguística para unificação da nação e legitimação da língua. De acordo com Auroux ([1992] 2009), o dicionário monolíngue nacional, elaborado ao longo do século XVII, é herdeiro do trabalho lexical, *“mas corresponde a uma outra finalidade prática que é a mesma da gramatização das línguas nacionais: a normatização dos idiomas”* (AUROUX, [1992] 2009, p. 75). Diante disso, os dicionários monolíngues, para Krieger (2014, p. 333) apoiando-se em

---

22 Tradução nossa: “foi o primeiro, na Europa, a propor fazer uma gramática de sua língua materna”.

23 Tradução nossa: “tanto para a standardização e fixação do léxico espanhol devido ao lema ‘língua companheira do Império, quanto para a igualdade da Língua Espanhola com o latim e para sua ascensão como língua universal”.

Auroux, “consistem em pilares essenciais à análise da identidade das sociedades, das culturas e das ideologias que os léxicos recortam e projetam”.

Os dicionários monolíngues, tratando da legitimação da língua, da ortografia e da literatura, eram (e ainda são) tidos como representantes do vocabulário “verdadeiro” (LARA, 1996). Dessa forma, “*el diccionario monolingüe tuvo por siempre la verdad como su valor simbólico más importante*”<sup>24</sup> (LARA, 1996, p. 64), por conservarem o conhecimento da sociedade e também revelarem a “verdade” social de uma palavra – o que é preciso para que os sujeitos falantes de uma comunidade linguística se compreendam –, bem como por serem registros da memória social sobre o significado em uma comunidade linguística, fixando os significados do léxico de uma língua.

Diante disso, na história da metodologia lexicográfica, Lara (1990) distingue duas classes: dicionário monolíngue e dicionário multilíngue. Há, ainda, de acordo com Lara (1990), outras classificações possíveis: gerais – que pretendem registrar todo o vocabulário de uma língua – e de regionalismos – que registram o vocabulário de uma região –, divisão essa que a lexicografia espanhola realiza. Para Haensch (1986), os dicionários gerais representam a totalidade da língua e utilizam o método integral, que recolhe “todo” o léxico de uma área, já os dicionários de regionalismos utilizam o método contrastivo, pois abrangem unidades léxicas de uso exclusivo de certa região. No entanto, essa distinção entre gerais e de regionalismos é oriunda de uma concepção normativa, pois não há bases documentais para abarcar todas as regiões que falam a Língua Espanhola, assim como não se pode afirmar que as palavras são gerais ou que têm um caráter regional.

Encontramos, dessa forma, as denominações dicionários integrais e dicionários contrastivos. Zimmermann (2006) apresenta que dicionários contrastivos dependem de outras obras, pois não são autossuficientes. Dicionários que utilizam o método contrastivo não apresentam todo o léxico de um país, apenas aquele usado em determinada região, em determinada nação e, com isso, haverá a necessidade de consultar outro dicionário geral que utiliza o método integral. Já dicionários integrais são autossuficientes, descrevem o léxico de um país sem contrastá-lo com outro.

Os dicionários ajudam na constituição da língua nacional, configurando um imaginário dentro de seu espaço e assim institucionalizam a relação dos sujeitos com ela (ORLANDI, 2012a). A essas denominações, também podemos acrescentar as de dicionários nacionais e dicionários de regionalismos. Segundo Petri (2012, p. 32), os dicionários nacionais são espaços

---

24 Tradução nossa: “o dicionário monolíngue teve sempre a verdade como seu valor simbólico mais importante”.

de atualização de uma língua, de uma cultura, “lugar de acúmulo de saber atualizado, ou como instrumento de consulta para o falante”. Os dicionários de regionalismos, por sua vez, são um espaço de manutenção de imagens de um sujeito, de uma língua, de uma tradição, de uma cultura, e “não podemos deixar de considerar sua importância, primeiro, para a região e, depois, para o país” (PETRI, 2012, p. 30).

Essas designações dos dicionários – geral, nacional, regional, integral, contrastivo – trazem a trama da (des)colonização linguística e, de acordo com Celada, Costa e Brianezi (2015, p. 269), são específicas da lexicografia em Língua Espanhola e “*califican o especifican el sustantivo ‘diccionario’*”<sup>25</sup>. Ainda, essas designações, segundo as autoras, antecipam um imaginário de língua: os dicionários gerais ou integrais antecipam uma língua que pode ser apreendida em sua totalidade; os dicionários de regionalismos ou contrastivos antecipam uma língua que pode ser administrada na totalidade; os dicionários de dúvidas – outra designação trabalhada pelas autoras – antecipam uma língua que pode ser explicada.

Observamos, em nossas leituras, uma diferença nos estudos sobre o funcionamento dos dicionários brasileiros e hispano-americanos. Na lexicografia brasileira, é trabalhada a questão do nacional e do regional, sendo dicionários de regionalismos pertencentes a uma mesma nação, mas não observamos o tratamento do método contrastivo e integral. Já no caso de dicionários produzidos na hispano-américa, utiliza-se ou método contrastivo, ou o método integral. O que percebemos é que os dicionários contrastivos são vinculados a uma memória de colonização linguística porque contrastam com a Espanha. Como trouxemos nas Considerações Iniciais, o DEU denomina-se como dicionário contrastivo, com isso, desejamos saber qual é o seu lugar nessa memória de (des)colonização linguística.

Retomando a questão sobre o valor de verdade do dicionário, faz-se necessário refletir sobre norma e normatividade. A normatividade, para Lara (2009), relaciona-se com a historicidade de cada país. Para o referido autor, é necessário, assim, pensar a constituição social da norma e o sistema da língua em cada nível (a norma não é a mesma para o nível fonológico, morfológico, sintático, fonético nem lexical). E levar em consideração a historicidade de cada país – no caso, de cada país hispano-americano – é considerar que “*el español de cada país está ligado a su constitución histórica como unidad política, jurídica y de comunicación, y como cultura nacional*”<sup>26</sup> (LARA, 2009, p. 145). Como a norma funciona para orientar o uso

---

25 Tradução nossa: “qualificam ou especificam o substantivo ‘dicionário’”.

26 Tradução nossa: “o espanhol de cada país está ligado à sua constituição histórica como unidade política, jurídica e de comunicação e como cultura nacional”.

da língua e “*la ortografía es siempre un control normativo del sistema de escritura*”<sup>27</sup> (LARA, 2009, p. 42), a norma estabelece a maneira como essa língua “deve ser”, ou seja, o modo correto, incorreto, próprio, impróprio, puro, bárbaro. Dessa forma, “*la normatividad retarda, controla u orienta el cambio, pero no es una intervención espuria sobre la lengua, sino parte de su propia constitución*”<sup>28</sup> (LARA, 2009, p. 46).

De acordo com Lara (1996a, p. 349), “*toda normatividad tiene su origen en la articulación de valores de una sociedad*”<sup>29</sup>, seja na busca por conservar a unidade linguística ou na escolha de uma língua nacional, por exemplo. No caso da Hispano-América, o estabelecimento dessas normas pela sociedade ocorreu para conservar a unidade linguística dos países que conquistaram sua independência. Em vista disso, podemos afirmar que a norma torna verdadeiro o dizer e existe pela regra. No entanto, não se altera a normatividade, mas a regra, já que é a regra que define o certo e o errado, e não a normatividade.

Nesse viés, consoante Elizaincín (2016), o papel das Academias é estabelecer normas para a língua. E estabelecer normas é escolher, dentre as variedades da língua, uma única variedade. É a partir dessa escolha que o sujeito saberá a forma linguística certa ou errada, adequada ou não adequada, para determinado momento. De acordo com Elizaincín (2016), norma não significa regularidade, mas aquilo que é o usual ou o esperável, uma vez que o uso determina a norma.

Elizaincín<sup>30</sup> (2016) expõe que a maioria das Academias, no ocidente, nasce pela necessidade de a sociedade fixar a língua *standard* escrita à língua oral:

*Si esas lenguas, por otra parte, se expanden por muchos territorios de manera de transformarse en instrumento de comunicación de miles y millones de personas y, si, por otra parte, la nación que hace uso de esa lengua se ve amenazada de una u otra manera por otra lengua o cultura, pues entonces la necesidad de una autoridad en materia de lengua se hace cada vez más perentoria*<sup>31</sup> (ELIZAINCÍN, 2016, p. 113).

---

27 Tradução nossa: “a ortografia é sempre um controle normativo do sistema de escrita”.

28 Tradução nossa: “a normatividade retarda, controla ou orienta a mudança, não é uma intervenção espúria sobre a língua, mas parte de sua própria constituição”.

29 Tradução nossa: “toda normatividade tem sua origem na articulação dos valores de uma sociedade”.

30 Consideramos pertinente mencionar que Adolfo Elizaincín foi presidente da Academia Nacional de Letras do Uruguai, o que pode fazer com que suas reflexões sobre norma e sobre o papel das Academias sejam refletidas na Academia Nacional de Letras daquele país.

31 Tradução nossa: “Se essas línguas, por um lado, expandem-se por muitos territórios de modo a transformar-se em instrumento de comunicação de milhões de pessoas e, se, por outro lado, a nação que faz uso dessa língua se vê ameaçada, de uma maneira ou outra, por outra língua ou cultura, então a necessidade de uma autoridade em matéria de língua se faz cada vez mais peremptória”.

A necessidade, por parte dos Estados-Nações, de uniformizar a língua nacional ocorre por meio de “*diccionarios, gramáticas, y ortografías de esa lengua. La lengua se diccionariza, se gramaticaliza, se ortografiza, es decir surgen instrumentos consensuados que dicen cómo es la lengua de que se ocupan, a veces también cómo debe ser*”<sup>32</sup> (ELIZAINCÍN, 2015, p. 3); e, com isso, temos o conceito de norma. Conforme o referido autor, justamente em função dessa necessidade de uniformizar a língua, nasceram as Academias de Letras do ocidente, que, além de dizerem como a língua é, dizem como ela deve ser, utilizando-se, para isso, dos instrumentos linguísticos.

Para Bertolotti (2016), as instituições – sejam escolas, Academias de Letras ou editoras – elegem determinada forma linguística, dentre outras existentes, para ser a forma correta/adequada. Assim, por mais que a linguagem não possa ser controlada pelas instituições, as instituições e suas obras permeiam as decisões sobre as formas linguísticas, o que vai ao encontro da necessidade dos sujeitos falantes, como entende Elizaincín (2016), de saberem qual é a forma correta da língua. Em vista disso, as Academias de Letras ganham legitimidade e autonomia para espalhar o que entendem por normatividade na língua. Nesse contexto, o institucional e a política das Academias garantem o discurso do certo e do errado da língua, assim como garantem a existência, por exemplo, de um acordo ortográfico da Língua Portuguesa e a dominação da RAE sobre as normas da Língua Espanhola.

Desse modo, as instituições possuem, conforme Nunes (2008a), um papel importante na produção, reprodução e divulgação do saber linguístico. O referido autor expõe que, desde a época colonial – no caso do Brasil –, as instituições – como a Companhia de Jesus – exerciam um papel importante “na formação de lexicógrafos e na produção de obras” (NUNES, 2008a, p. 95), de maneira que “vários acervos de dicionários encontram-se dispersos nessas instituições, de forma mais ou menos documentada” (NUNES, 2008a, p. 96). A Academia Nacional de Letras do Uruguai, por exemplo, possui os manuscritos de **Lenguaje del Río de la Plata**, de Bermúdez. Esse dicionário é considerado uma das primeiras obras que abarcam o léxico usado da Língua Espanhola na Argentina, Uruguai e Paraguai e não foi publicado em sua totalidade.

No caso das instituições que regulam a Língua Portuguesa, uma de suas funções é promover o acordo ortográfico mobilizado, principalmente entre Portugal e Brasil, mas também

---

32 Tradução nossa: “dicionários, gramáticas e ortografias dessa língua. A língua se dicionariza, se gramatiza, se ortografiza, quer dizer, surgem instrumentos em consenso que dizem como é a língua de que se trata, às vezes, também como ela deve ser”.

adotado por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste. Conforme Medeiros (2016, p. 84), “no que concerne à Língua Portuguesa, o século XXI se abre com a questão (posta no final do século XX) da reforma ortográfica, que traz à cena uma suposta (desejada?) homogeneidade linguística a partir de uma diversidade linguística”. Essa afirmação vem ao encontro do fato de as instituições, por meio dos Estados e das Academias, terem a necessidade de homogeneizar a língua escrita, demonstrando, com isso, a existência de uma língua nacional imaginária. O acordo ortográfico nos países de Língua Portuguesa traz, assim, a evidência de uma homogeneidade linguística, até mesmo porque os livros de literatura em Língua Portuguesa escritos por africanos, por exemplo, conforme menciona Medeiros (2016), são publicados com glossários para a Língua Portuguesa.

Em relação à Língua Espanhola, a ideia de pureza e de unidade da língua defendida pela RAE fez com que o espanhol da Espanha fosse tomado como modelo pelas academias da Hispano-América e o espanhol americano, como marginal. O efeito de autoridade da RAE está, até hoje – século XXI – nos Estados nacionais colonizados pela Espanha, o que torna essa instituição um agente normativo sobre o espanhol hispano-americano (LARA, 2011).

Em sua comunicação “*Dilemas actuales de las academias de la lengua*”, proferida no plenário da Academia Nacional de Letras, Elizancín (2015) expõe que as Academias possuem um dilema de discutir e posicionar-se frente a questões de políticas de língua, como a política do pan-hispanismo, que promove a unidade na diversidade. Outra questão que está presente nas Academias é a normatividade, em vista de o conceito de normatividade precisar ser explicitado entre os acadêmicos. Haveria, ainda, um terceiro ponto que se refere ao objetivo das Academias: zelar e preocupar-se com a questão da língua em seus respectivos países. Diante disso, perguntamo-nos como se cuida de, ou se protege, uma língua e como abordar o papel da Academia de Letras na conjuntura atual?

Levando em consideração as questões apresentadas sobre lexicografia, sobre estrutura dos dicionários e sobre normatividade, queremos destacar que, mais do que compreender a função do dicionário, é preciso trabalhar “seu *funcionamento* na relação do sujeito com a língua, incluindo-se aí não só a relação com as condições de produção imediatas, porém com a memória, ou seja, vê-lo como discurso” (ORLANDI, 2002, p. 118, grifo da autora). Nesse viés, a lexicografia discursiva “vê, nos dicionários, discursos” (ORLANDI, 2002, p. 103), uma vez que o dicionário relaciona-se com a língua, com o sujeito e com a memória discursiva. O dicionário como discurso e como instrumento linguístico é, assim, “um objeto tangível de nossa relação com a língua na história” (ORLANDI, 2002, p. 104).

De acordo com Auroux ([1992] 2009), a linguagem vale-se de instrumentos (dicionários e gramáticas) e, por causa disso, tem uma tecnologia que é entendida como materialização do conhecimento sobre a linguagem e construção do saber sobre a língua. A tecnologia, nesse sentido, permite colocar em um instrumento algo abstrato: a língua. Ademais, para uma língua ser organizada em dicionários e gramáticas, ela precisa ser gramatizada, o que ocorre “quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito), com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis” (AUROUX, [1992] 2009, p. 76). Podemos afirmar, assim, que “uma língua ‘gramatizada’ é uma língua instrumentada que dispõe de referências e normas” (AUROUX, [1992] 2009, p. 126). Desse modo, a gramatização começa com o saber metalinguístico de uma língua, e o saber metalinguístico se prolonga nos instrumentos linguísticos. Entendemos que é pela metalinguagem que a língua pode ser escrita, refletida, analisada e estudada pelo sujeito.

Auroux ([1992] 2009) reflete acerca da gramatização, tendo em vista as condições de produção do século XVI, em línguas europeias, quando pensar a gramatização era considerar também a normatização, já que a língua se gramatiza quando há regularidades na escrita. Dessa forma, quando há o instrumento, há a gramatização.

Nesse sentido, a partir dos instrumentos linguísticos, temos o saber *a* língua e o saber *sobre* a língua, que permitem construirmos nosso saber metalinguístico. Os instrumentos linguísticos são, dessa maneira, os “pilares” do nosso saber sobre a língua, auxiliando-nos em nosso conhecimento a esse respeito. Utilizamos tais instrumentos para prolongar nossa competência linguística, pois:

[...] qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria esses dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de língua estrangeiras). Isso significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas (AUROUX, [1992] 2009, p. 70).

Essa reflexão nos leva a pensar que os dicionários e as gramáticas mostram que não dominamos a língua. Os instrumentos são externalidades feitas por sujeitos, pertencendo, portanto, à ordem do empirismo, pois possibilitam o aprendizado a partir de uma representação, propiciando “ultrapassar as capacidades individuais por meio de instrumentos técnicos e significantes” (AUROUX, 2008, p. 125). Tais instrumentos constituem reflexões sobre a língua externalizadas em objetos e técnicas que constituem o conhecimento e o saber linguístico, ou seja, que levam à produção do conhecimento e à transmissão do saber, não sendo objetos

cognitivos, mas históricos. Isso remete à afirmação de que, sem memória e sem projeto, não há saber, permitindo inferir que os dicionários são representações da língua em determinadas condições de produção que tornam possível compreender a produção do conhecimento.

A partir do conceito de gramatização de Aurox ([1992] 2009), apresentamos os modelos de gramatização propostos por Orlandi (2001) de acordo com os modos de constituição das línguas nacionais e dos saberes linguísticos: a construção de uma língua literária (como o irlandês e o provençal); a construção de uma língua comum (para desenvolvimento hegemônico da burguesia, como foi o caso do alemão e do italiano); e a construção de uma língua nacional (para fortificar e centralizar um Estado, o que silencia as variantes linguísticas). Diante desses três modelos de gramatização, Nunes (2007, p. 173) propõe um quarto: o das línguas de colonização, “no qual ocorre a extensão do uso de uma língua já instrumentalizada para outro território”.

Para Nunes (2007), existem três possíveis funcionamentos da língua nos dicionários: a imaginária, a dos verbetes e a das definições. Segundo o referido autor, a língua do dicionário, observada nos prefácios, “é uma língua imaginária, construída de acordo com determinados objetivos e recortes do dicionarista” (NUNES, 2007, p. 167), e mobiliza a relação dos sujeitos lexicógrafos com diferentes representações, seja ela nacional, regional, popular etc. O segundo funcionamento é o de língua “enquanto discurso gramatical presente nos verbetes” (NUNES, 2007, p. 168), abarcando indicações de categorias gramaticais e exemplos para ilustrar essas marcações, pois “a metalinguagem do dicionário está estreitamente relacionada com a gramática” (NUNES, 2007, p. 168). Já o terceiro funcionamento considerado é o da língua utilizada nas definições, pois “ao falar da língua o dicionarista utiliza a língua” (NUNES, 2007, p. 168) – indicando qual é a concepção de dicionário em relação à sua natureza, aos sujeitos e à sociedade. A partir dessas afirmações, queremos compreender qual imagem de língua projeta-se nos textos introdutórios, como a língua do prefácio se relaciona com a língua do verbete e da definição, e como é o funcionamento da língua no DEU.

Tendo isso em vista, consideramos que a lexicografia discursiva (ORLANDI, 2002) concebe o dicionário como discurso, levando em conta as relações intertextuais e interdiscursivas da relação da história com a língua. Desse modo, podemos observar o efeito de completude da língua nesse instrumento linguístico, já que há o imaginário de que o dicionário contém todas as palavras da língua.

Os instrumentos linguísticos “constroem uma unidade para a língua: seja a língua utilizada na catequese e colonização, o tupi romantizado do século XIX ou a língua nacional” (NUNES, 2008, p. 120), e essa construção da unidade da língua “não é jamais neutra, ela é



condicionada pelo funcionamento da representação linguística, que é também uma representação política. Toma-se o dicionário como algo que representa imaginariamente a língua para os falantes” (NUNES, 2008, p. 120).

Em vista disso, entendemos que o sentido, no dicionário,

[...] não é remetido a uma origem autoral, e nem considerado como fixo ou isolado, mas sim compreendido nas redes de significações que consistem no encontro de uma memória lexicográfica (o universo complexo de tudo o que já foi definido) com um espaço de atualidade (a formulação do dicionário) (NUNES, 2006, p. 15).

A produção de saber dicionarístico implica, assim, redes de memória e, especificamente, a memória lexicográfica, que é “um campo de memória mobilizado pelos dicionários” (NUNES, 2013, p. 163). Dessa forma, “a elaboração de um dicionário consiste em um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura, etc.” (NUNES, 2006, p. 24-25), voltado ao que não deve ser esquecido.

Conforme Nunes (2013, p. 163),

A memória do dicionário é uma memória institucionalizada e pelo texto do dicionário ou fragmentos dele, como um verbete, uma acepção, um exemplo, a memória é transferida de uma língua a outra, de um país a outro, de uma instituição a outra, de uma disciplina a outra, e a cada vez é reconfigurada, esquecida, reorganizada, silenciada etc. Essa é uma característica discursiva dos objetos tecnológicos lexicográficos.

Não há memória sem a relação com o exterior, isto é, sem a relação com a conjuntura sócio-histórica; logo, não há dicionário sem relação com outras obras lexicográficas e sem relação com a língua. A língua, na perspectiva discursiva, não se relaciona de modo direto com o mundo, com o exterior e com o sujeito, porque a ideologia e a história também intervêm na produção de sentidos. Considerando a memória, conforme trouxemos anteriormente, como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...]” (PÊCHEUX, [1985] 2010, p. 56), entendemos que o dicionário não pode ser tomado somente como um espaço da certeza, no qual não cabe a dúvida e no qual os sentidos estão prontos e estabilizados.

Retomamos que há uma conexão entre o já-dito e o que está sendo dito, que é a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, entre a constituição do sentido e a sua formulação. Conforme Courtine ([1982] 2016), enquanto o interdiscurso caracteriza-se como um eixo vertical, em que há a constituição dos dizeres já-ditos e esquecidos; o intradiscurso caracteriza-se como um eixo horizontal, em que se dá a “*sequencialização dos elementos do saber*”

(COURTINE, [1982] 2016, p. 24, grifos do autor) e dos dizeres da atualidade, isto é, aqueles que produzimos em dado momento e em determinada condição. Esses dizeres são linearizados, são formulados em uma sequência discursiva, que consiste em uma “manifestação da realização de um intradiscurso” (COURTINE, [1982] 2016, p. 25).

Desse modo, o eixo da constituição do sentido permite o eixo da formulação do sentido, ou seja, o interdiscurso permite o intradiscurso, de forma que os sentidos se dão na relação da memória com a atualidade. Isso ocorre pois a formulação de um dizer depende do interdiscurso ou da memória discursiva, como afirma Orlandi (2009), já que o interdiscurso ou a memória discursiva “é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido” (ORLANDI, 2010, p. 64), determinando o que é relevante a se dizer em determinada discursividade e em determinada formação discursiva.

Ao encontro disso, Orlandi (2012) afirma que, na produção do discurso, temos três momentos: o da sua constituição, o da sua formulação e o da sua circulação. A constituição do discurso acontece “a partir da memória do dizer” (ORLANDI, 2012, p. 9), sendo seguida, “em certas condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas” (ORLANDI, 2012, p. 9), pela formulação do discurso, que circula “em certa conjuntura e segundo certas condições” (ORLANDI, 2012, p. 9). Isso significa que, a partir do interdiscurso – do todo dominante, da memória discursiva do dizer –, o discurso se materializa, “a memória se atualiza” (ORLANDI, 2012, p. 9), o sujeito se posiciona, e a história ganha seus vestígios para circular em determinadas condições de produção.

Os sentidos estão, assim, “em movimento dentro e fora do dicionário” (PETRI, 2010, p. 25). A língua não está pronta ou completa só por estar nesse instrumento linguístico, até mesmo porque ela se movimenta também nesse espaço. Tomando o dicionário como um instrumento linguístico e como discurso, observamos que, nele, há produção de sentidos que, segundo Petri (2008, p. 241), extrapolam “o uso comum que dele se faz” e revelam “a excelência de seu papel também na constituição/instituição de uma memória”. Assim sendo, além de exceder o seu efeito de detentor dos sentidos, o dicionário revela a memória presente na fala e na escrita da língua. E, no caso do DEU, trata-se de uma memória local que se relaciona fortemente com a história de colonização espanhola da América, ao mesmo tempo em que se relaciona com a história de um grupo social bem específico, formado por sujeitos falantes do espanhol do Uruguai.

Desse modo, julgamos que o dicionário – enquanto discurso – é constituído a partir de condições de produção, de posição-sujeito e de concepção de língua: ao ser formulado, é atravessado pela memória e pela história, ganhando sentidos diferentes no momento em que

circula em cada conjuntura histórica. Queremos, assim, pensar a língua como movimento na história, sujeita à falha e incapaz de dizer tudo, que comporta a homogeneidade e a heterogeneidade, que abarca o mesmo e o diferente, a língua do e no dicionário.

### 2.2.1 Um olhar para a estrutura do dicionário

A lexicografia, segundo Lara (1979), é uma disciplina tão antiga quanto o comércio e a guerra, pois ela “*‘sirve’ para relacionar pueblos de distintas lenguas y permitir su inteligibilidad mutua*”<sup>33</sup> (LARA, 1979, p. 1, grifo do autor), figurando como é “*un enfoque teórico y metodológico de la lingüística*”<sup>34</sup> (LARA, 1979, p. 2). Em vista disso, “*la lexicografía viene a ser, por lo tanto, una de las disciplinas de estudio de la ‘lengua’*”<sup>35</sup> (LARA, 2001, p. 151, grifo do autor). O referido autor propõe, assim, uma concepção semântica da lexicografia, de modo que o lexicógrafo faz uma análise semântica da língua para produzir o dicionário. Em consequência, o dicionário é um fato social.

A lexicografia, para Fernández (2003), é uma parcela do conhecimento com a finalidade prática de produzir repertórios léxicos. No entanto, não podemos pensar a lexicografia somente como prática, mas também como uma “*teoría general que orienta el trabajo práctico y todo un inmenso caudal de investigaciones que tienen por objetivo al diccionario*”<sup>36</sup> (FERNÁNDEZ, 2003, p. 38).

Ao encontro do que abordamos na seção anterior e que reforçamos aqui com ênfase para a metodologia na Língua Espanhola, a lexicografia espanhola também iniciou-se com as glosas. Com a separação das glosas dos textos, listas de palavras transformaram-se em glossários. Os glossários, para Souto e Pascual (2003, p. 55), são “*catálogos independientes de anotaciones léxicas sobre ciertas voces juzgadas de difícil comprensión para el lector de una obra*”<sup>37</sup>. No entanto, houve também a necessidade de glossários bilíngues – de latim e da “língua vulgar” (línguas vernáculas). Segundo Gemmingen (2003), os glossários foram importantes na Idade Média em vista do estudo do latim. Depois dos glossários, surgiram os vocabulários, como “*catálogo de palabras pertenecientes a una región, actividad o campo semántico*

33 Tradução nossa: “*serve para relacionar povos de diferentes línguas e permitir sua inteligibilidade mútua*”.

34 Tradução nossa: “*um enfoque teórico e metodológico da linguística*”.

35 Tradução nossa: “*a lexicografia vem a ser, portanto, uma das disciplinas de estudo da língua*”.

36 Tradução nossa: “*teoria geral que orienta o trabalho prático e todo um imenso caudal de pesquisas que tem por objetivo o dicionário*”.

37 Tradução nossa: “*catálogos independentes de anotações léxicas sobre certas vozes julgadas de difícil compreensão para o leitor de uma obra*”.

*determinado*”<sup>38</sup> (SOUTO; PASCUAL, 2003, p. 55). Após os glossários e vocabulários, conforme Durántez (2003), há o surgimento dos dicionários, inicialmente bilíngues. Para Souto e Pascual (2003), o dicionário suscita confiança nos sujeitos pelo simples fato de ter essa denominação e de possuir orientação prática e finalidade teórica, pois “*nadie dudaría en afirmar que nos encontramos ante una obra de consulta*”<sup>39</sup> (SOUTO; PASCUAL, 2003, p. 57). Assim, “*el diccionario vendría a ser un conjunto organizado de sentidos parciales y con criterio homogéneo del léxico de una lengua*”<sup>40</sup> (SOUTO; PASCUAL, 2003, p. 59).

Quanto aos elementos que compõem a confecção de um dicionário, Carballo (2003) menciona que esses aspectos incluem desde a escolha do título (pois antecede as informações dos dicionários) até a definição do número de palavras, da sua extensão e de sua finalidade (se vai tratar de um léxico especializado ou escolar), do seu leitor (se é para um público jovem ou um público mais geral), da frequência de uso do léxico (determinada pela análise estatística do *corpus*) e do seu caráter (normativo, descritivo etc.). Tais aspectos referem-se à macroestrutura do dicionário, que, segundo o referido autor, é a soma das entradas presentes na obra.

Diante disso, Haensch (1982) propõe quatro critérios a serem considerados para a seleção de palavras que compõem o dicionário: a finalidade da obra, os sujeitos a quem vai ser destinada, a sua extensão e o método de seleção das entradas. A finalidade do dicionário é um fator importante porque determina o seu tipo (por exemplo, dicionário especializado ou dicionário descritivo), bem como a escolha das unidades léxicas que vão ser incorporadas. Além disso, cada dicionário é destinado a um grupo de leitores que deve ser levado em consideração para determinar a estrutura das definições, critério esse que define se será um dicionário escolar, bilíngue ou monolíngue, se a definição terá um aspecto linguístico ou enciclopédico e se existirão indicações de uso da palavra, por exemplo. Já a extensão do dicionário é um critério para a seleção de entradas porque determina o espaço disponível, ou seja, o número de páginas da obra. Nesse sentido, se for um dicionário de bolso, por exemplo, a seleção de entradas deve ser de vocabulário básico determinado por critérios de frequência dos lemas, e não por vozes pouco conhecidas, especializadas etc. A seleção das unidades léxicas, por sua vez, deve ocorrer em conformidade com critérios linguísticos: a frequência de uso, a importância da unidade léxica no conjunto dos vocábulos, a diferenciação do vocábulo no sistema linguístico e o uso de estrangeirismos.

---

38 Tradução nossa: “catálogo de palavras pertencentes a uma região, atividade ou campo semântico determinado”.

39 Tradução nossa: “ninguém duvidaria em afirmar que nos encontramos diante de uma obra de consulta”.

40 Tradução nossa: “o dicionário viria a ser um conjunto organizado de sentidos parciais e com critério homogêneo do léxico de uma língua”.

Segundo Haensch (1982), geralmente, a seleção das entradas é baseada no critério de frequência de uso dentro do *corpus* selecionado para análise – trata-se de uma frequência mais estatística do *corpus*. Já o critério da importância da unidade léxica refere-se à disponibilidade e à seleção de vocábulos em determinadas situações com determinados sujeitos falantes, sendo um critério mais sociolinguístico. Enquanto o critério de diferenciação das unidades léxicas diz respeito às variedades diatópicas, diastráticas, diasfásicas etc. do léxico, o uso de estrangeirismos (que inclui também o uso de neologismo) é um critério dependente da finalidade da obra (se será um dicionário normativo, descritivo, escolar etc.) e do enfoque (se será purista ou não).

Em relação à composição, Haensch (1982) indica os seguintes elementos: parte introdutória, corpo e anexos. A parte introdutória “*tiene que ser muy completa y clara y dar el máximo de informaciones*”<sup>41</sup> (HAENSCH, 1982, p. 458), sendo composta por um prólogo ou prefácio, no qual se expõem a finalidade do dicionário, os possíveis leitores e as fontes utilizadas; e por uma introdução, destinada a oferecer explicações e instruções sobre o uso do dicionário (estrutura das entradas, símbolos e abreviaturas utilizados etc.). Já o corpo da obra é a parte que contém o conjunto do léxico registrado. Alguns dicionários, principalmente os bilíngues, podem conter, ainda, anexos – a lista de abreviaturas, por exemplo; no entanto, é recomendável, segundo o autor, que não existam anexos.

No que concerne à elaboração, Haensch (1982) apresenta cinco fases: recolhimento de materiais de diferentes fontes; revisão desses materiais; seleção das entradas; redação do manuscrito; e impressão ou reprodução por outros meios técnicos. Em vista disso, “*un buen diccionario, si bien tendrá que aprovechar, aunque de modo muy crítico, los diccionarios, glosarios, vocabularios, etcétera, publicados con anterioridad, tiene que nacer de un fichero con materiales procedentes de las fuentes más diversas*”<sup>42</sup> (HAENSCH, 1982, p. 430). O que o autor afirma é que, além de apoiar-se em dicionários já publicados e *corpus* lexicográficos já estabelecidos, o dicionário deve ser elaborado com base em novos materiais.

É preciso considerar, ainda, a microestrutura da obra, ou seja, o verbete que é, conforme Escribano (2003), a unidade mínima autônoma na qual o dicionário se organiza. Para Haensch (1982), o verbete (ou artigo lexicográfico – termo usado na lexicografia da Língua Espanhola)

---

41 Tradução nossa: “tem que ser muito completa e clara e dar o máximo de informações”.

42 Tradução nossa: “um bom dicionário, embora tenha de aproveitar, mesmo que de maneira crítica, os dicionários, glossários, vocabulários etc. publicados anteriormente, deve nascer de um arquivo de materiais procedentes das mais diversas fontes”.

também pode ser chamado de entrada<sup>43</sup>. Além da parte gráfica dos verbetes (destaque em negrito ou itálico, tipo de letra, presença de sinais gráficos), há as indicações gramaticais, a etimologia, a pronúncia, a ortografia, os exemplos e as marcas – estas servem para “*señalar las restricciones de uso de una palabra*”<sup>44</sup> e “*no hay diccionario que prescindiera de ellas*”<sup>45</sup> (ESCRIBANO, 2003, p. 115).

No que concerne às acepções, “*uno de los aspectos más importantes en la organización del artículo lexicográfico*”<sup>46</sup> (ESCRIBANO, 2003, p. 107), ressaltamos que sua ordem pode ser determinada pelo aspecto diacrônico – seguindo o critério etimológico, de forma que aparece primeiro o sentido que mais se aproxima do étimo – ou pelo aspecto sincrônico – seguindo o critério da frequência do uso. Na acepção, encontramos a definição, que pode incluir exemplos, sinônimos, homônimos, pronúncia, etimologia, indicação gramatical, indicação geográfica, entre outros aspectos. Esses elementos podem ou não fazer parte do dicionário dependendo de seu objetivo: pode ser mais comum, por exemplo, encontrar a pronúncia das palavras em dicionários bilíngues, enquanto que, em dicionários escolares, pode ser mais comum encontrar a divisão silábica, o gênero e o número da palavra na definição.

Como registramos nas Considerações Iniciais deste trabalho, a nova edição do DEU contará com exemplos em suas definições. O exemplo no dicionário, para Lara (1992), tem uma função muito importante, que é a de mostrar os usos gramaticais e culturais da palavra e, conseqüentemente, legitimar esses usos, pois “*el lector que consulta un vocablo en el diccionario para confirmar si su uso es socialmente aceptable, encuentra en el ejemplo la confirmación requerida o una pauta para modificar su uso, de manera que se ajuste al ejemplificado*”<sup>47</sup> (LARA, 1992, p. 10). No entanto, a presença de exemplos no dicionário também indica seu caráter, já que podem ser selecionados da literatura, coletados da oralidade de dado grupo social ou criados pelos lexicógrafos, definindo, assim, um caráter normativo ou descritivo.

Com base nessas considerações sobre a estrutura de dicionários, julgamos importante mostrar a estrutura do DEU, já que nela encontramos a etimologia e as marcas gramaticais, de

---

43 Nunes (2006) chama o conjunto de entradas do dicionário de nomenclatura (que pode consistir nas subentradas, nas locuções e na lematização). A lematização, para o referido autor, é a “representação de um conjunto lexical por uma de suas formas” (NUNES, 2006, p. 35); assim, a entrada pode ser por verbos no infinitivo, por substantivos e até por frases completas, como no caso dos primeiros dicionários jesuítas analisados pelo autor.

44 Tradução nossa: “sinalizar as restrições de uso de uma palavra”.

45 Tradução nossa: “não há dicionário que prescindia delas”.

46 Tradução nossa: “um dos aspectos mais importantes na organização do verbete”.

47 Tradução nossa: “o leitor que consulta um vocábulo no dicionário para confirmar se seu uso é socialmente aceitável encontra, no exemplo, a confirmação requerida ou um modelo para modificar seu uso de modo que se ajuste ao exemplificado”.

frequência de uso, diatópicas e geográficas. O DEU apresenta-se por três textos introdutórios (*Proemio, Prólogo, Preámbulo*), por *Introducción*, por uma parte com a lista de abreviações e códigos e por outra parte da bibliografia.

Na *Introducción*, encontramos a apresentação sobre como o dicionário é composto. Nessa parte sabemos que o DEU contém vozes e “*unidades pluriverbales*” – podem ser localizados verbetes formados por mais de uma palavra – que englobam: termos do espanhol geral com significados novos, termos de uso exclusivamente regional, empréstimos de línguas autóctones da América, arcaísmos do espanhol peninsular com vigência no Uruguai, variedades de palavras de origem patrimonial ou regional, lexicalização de nomes, gentílicos, diminutivos ou aumentativos com significados peculiares. Na *Introducción*, também há o manuseio do dicionário que esclarece a lematização: explicita que os verbetes encabeçam pela palavra em negrito, os substantivos ou adjetivos têm flexão de gênero, os verbos aparecem no infinitivo, os verbos pronominais levam o “se”, as palavras iguais em sua forma, mas com origem etimológica diferente aparecem em artigos distintos, os empréstimos estão em letra cursiva; apresenta a etimologia; explicita as marcas: todos os verbetes levam marcas gramatical, diatópica, geográfica, de uso, sociolinguística, pragmática, técnica; explica como é a definição: as definições pretendem ser claras, concisas e neutras, podem ser perifrásticas, sinonímicas ou explicativas; apresenta a fauna e a flora: as informações sobre fauna e flora são tomadas de obras de especialistas; explica a acepção: a ordem de cada acepção é conforme o critério de maior a menor frequência de uso, precedidas por número; há a citação e exemplo: os exemplos podem clarear a definição ou ilustrar o regime preposicional dos verbos, a citação literária é para lemas antigos; encontra-se a informação suplementar de caráter linguístico; há a vinculação entre verbetes por meio da remissão a verbetes que já foram utilizados e a verbetes com significados similares.

A seguir, no Quadro 1, trazemos um verbete a fim de ilustrar a estrutura da definição.

Quadro 1 – Verbetes *aguachento* presente no DEU

<b>aguachento, -a.</b>	(Der.de <i>agua</i> ). <i>Adj. Referido a una substancia: sin la consistencia apropiada, por exceso de líquido. V. <b>achilarse.</b> // 2. Adj. Referido a una bebida o alimento: con excesiva cantidad de agua. ◆◆aguado.</i>
------------------------	--

Nesse verbete, podemos observar algumas marcas: a entrada é pela palavra no gênero masculino, com a indicação do feminino (assim como ocorre com todas as entradas de substantivos e adjetivos com flexão de gênero); após a entrada, há a derivação da palavra (no caso em questão, indica que deriva da palavra água); antes das acepções, aparecem as marcas gramaticais (no exemplo citado, temos *adj.* para indicar adjetivo); a vinculação para outro verbete com significado similar é dada pelo sinal **V.**; a indicação de sinônimo é antecedida pelo símbolo **◆**; e o realce em itálico indica um contexto para a definição, ressaltando a informação. Uma marca que consideramos específica do DEU é a das palavras em negrito nas definições que se referem ao repertório do próprio dicionário, ou seja, nas palavras que pertencem ao vocabulário do dicionário, o que nos remete ao fato de que verbete puxa verbete<sup>48</sup>. Essas são algumas marcas que fazem parte do dicionário e contribuem para seu manuseio e seu funcionamento discursivo.

A partir dessas considerações, ponderamos que a nomenclatura, a microestrutura e a macroestrutura são os três componentes fundamentais que definem a forma do dicionário e articulam o seu discurso, ou seja, especificam e distinguem o dicionário em relação a outros (LARA, 1992). Outro elemento que especifica o dicionário é a definição. Segundo Werner (1982), um verbete é composto por duas partes: o lema – que é a unidade lexicográfica sobre a qual se dá a definição; e a definição, que a parte lexicográfica que contém a informação do lema e a explicação de seu significado. Nesse sentido, a definição lexicográfica é uma metalinguagem, pois ela serve para “*dar a los usuarios de la lengua instrucciones sobre el uso y la comprensión de significantes léxicos*”<sup>49</sup> (WERNER, 1982, p. 270). No entanto, para Lara (2004, p. 55-56), a definição lexicográfica é a “*reconstrucción del saber social del léxico*”<sup>50</sup>, ou seja, é um matiz significativo da palavra que vai ser definida, o que não quer dizer que o que está na definição substitui a palavra.

A definição lexicográfica é uma questão cara ao dicionário e aos estudos sobre dicionário, porque, conforme Nunes (2007), a seleção do tipo de definição influencia a concepção do dicionário em relação à representação dos sujeitos e da sociedade – “a variação das formas sintático-enunciativas das definições faz sentido, isto é, que se pode observar a partir desses mecanismos diferentes posições discursivas e ideológicas” (NUNES, 2007, p. 168). Esse autor também coloca que “definir uma palavra é atribuir uma unidade imaginária a uma porção

---

48 Realizando uma busca, no DEU, pelas palavras *achilarse* e *aguado*, encontramos-las no dicionário. Essas entradas remetem para a palavra *aguachento*.

Essa remissão de verbetes será trabalhada com o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) ao longo da tese.

49 Tradução nossa: “dar aos usuários da língua instruções sobre o uso e a compreensão de significantes léxicos”.

50 Tradução nossa: “reconstrução do saber social do léxico”.



do real, unidade que falha”, bem como “esquecer que se está definindo, *ao mesmo tempo*, o sujeito em seu lugar social” (NUNES, 2006, p. 22, grifos do autor).

O funcionamento da língua nas definições leva-nos a tratar da heterogeneidade linguística para trabalhar as relações entre as línguas, bem como as condições de produção do dicionário. Tratamos o dicionário como discurso e consideramos discurso (conforme abordamos no início da Parte I) como efeitos de sentidos produzidos em relações históricas, ideológicas e sociais entre sujeitos inseridos em determinada formação social. Temos, com isso, a prática social da língua no dicionário. E, sendo o dicionário prática social exercida em determinada conjuntura, podemos interpretar que a definição é uma prática da língua que revela as suas condições de produção.

Para Lara (2004), a definição consiste em uma construção do conhecimento histórico e social da língua, e não apenas em um registro descritivo de um ou mais significados de determinada palavra usada na comunidade linguística em determinado momento. Desse modo, a definição deve servir para a compreensão de cada uso da palavra. Diante disso, o autor propõe uma diferença entre menção e uso, baseado em uma concepção pragmática: a menção é a entrada, o lema é o que antecede a definição; e o uso é a definição em si. Cada tipo de dicionário comporta, assim, um tipo de definição, e a questão inicial a ser considerada na elaboração do dicionário e, conseqüentemente, da definição é saber “*para qué público escribe el diccionario y cuáles son sus necesidades en relación con el conocimiento del léxico de una lengua*”<sup>51</sup> (LARA, 2004a, p. 40). Dessa forma, os dicionários devem conter, além dos métodos lexicográficos, uma concepção de língua e dos modos de significação – considerando aqui a diferença entre designação (nomear, estabelecendo relação referencial entre palavra e coisa) e significação (dar significados) do signo; entre descrever e definir o objeto; entre responder à pergunta “o que é?” e “o que significa?” (LARA, 2004a). De acordo com Guerra (2003, p. 129), os dicionários oferecem “*los sentidos que en determinados contextos adquieren las palabras, esto es, no se catalogan todos los sentidos posibles o imaginables, sino únicamente los fijados por el uso*”<sup>52</sup>.

Com base nessas considerações sobre o que é o dicionário e como ele se estrutura, compreendemos o DEU como uma obra voltada para a comunidade linguística que ela especifica, o Uruguai, representando o léxico dessa comunidade e legitimando a língua dessa

---

51 Tradução nossa: “para que público escreve o dicionário e quais são suas necessidades em relação ao conhecimento do léxico de uma língua”.

52 Tradução nossa: “os sentidos que, em determinados contextos, adquirem as palavras, isto é, não se catalogam todos os sentidos possíveis ou imagináveis, mas, unicamente, os fixados pelo uso”.

região, bem como relacionando-se com a história dessa região, com a memória da Língua Espanhola no e do Uruguai e com a rede de dicionários que o precede.

### 2.2.2 Dicionários em rede

Para compreendermos a constituição do DEU, é preciso entender a história da lexicografia da Língua Espanhola e refletir sobre a produção de dicionários em rede. Pensar no DEU como parte de uma rede é pensar que há uma rede de sentidos, isto é, uma rede de memória com outros dicionários que o antecedem cronologicamente, geograficamente e metodologicamente. Nos dicionários, há movimento de sentidos: recuperam sentidos de outros dicionários, um verbete pode remeter-se a outro, e os sentidos podem circular de verbete a verbete ou não (PETRI, 2012). No entanto, como mencionamos anteriormente, sempre há características que configuram o dicionário como tal em vista da relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, entre a memória e a atualidade, entre a constituição e a formulação do discurso. Assim, como nos apresenta Petri (2018, p. 56), “de um lado, observamos a formalidade que está posta no dicionário e que lista, fragmenta, separa, fixa e define palavras; de outro lado, observamos os processos de produção de sentidos que historicizam, repetem, movimentam, ligam, deslizam, alteram, inventam”. Dessa forma, podemos ter o mesmo sentido ou não em diferentes formações discursivas, e a palavra pode ter ou não o mesmo sentido em cada dicionário, sob determinadas conjunturas históricas.

Considerando os dicionários como discurso, podemos observar o efeito da completude da representação da língua nesse instrumento linguístico. Esse efeito de completude se apresenta por meio de dois procedimentos: pela remissão de um verbete a outro e pela intervenção da memória discursiva. Tais procedimentos indicam as relações intertextuais e interdiscursivas, respectivamente, tornando o dicionário “constitutivo da formação social” (ORLANDI, 2002, p. 104). Em vista disso, o dicionário possui sentido, história e memória e é uma prática social. Para estudar o DEU enquanto prática social e produtor de sentidos para a Língua Espanhola do Uruguai, vamos elencar, nesta seção, um pouco das condições de produção de alguns dicionários da Língua Espanhola produzidos por Academias de Letras.

Consoante Lara (2009), no século XVI, prosperou a ideia de língua como parte da constituição dos Estados modernos europeus. Nesse contexto, de acordo com Lapesa (1981), a exaltação nacional foi acompanhada pelo apreço a uma língua nacional. A concepção de língua como legitimação do Estado, como conservação da memória heroica para se contrapor com a antiguidade clássica e como língua literária contribuiu para o surgimento dos dicionários

monolíngues, pois constituíam um objeto de reflexão, garantindo, assim, o “esplendor” da língua do Estado. Um exemplo que ilustra essa questão é o **Diccionario de Autoridades** da RAE (LARA, 1996).

A RAE foi criada em 1713 em Madri, Espanha, inspirada na Academia Francesa, por Juan Manuel Fernández Pacheco, marquês de Villena, para “*trabajar al servicio del idioma español*”<sup>53</sup> <sup>54</sup>. Sob o lema “*limpia, fija y da esplendor*”<sup>55</sup>, visa garantir a “pureza” e o estudo da Língua Espanhola a partir de um caráter normativo e prescritivo. A primeira tarefa da referida Academia foi elaborar um dicionário monolíngue – o **Diccionario de Autoridades** (1726) – para dar identidade e grandeza à Língua Espanhola (LARA, 2011), o que remete à Espanha como Estado e Nação. Esse dicionário apresenta, nas definições, citações de escritores, levando em consideração, assim, a língua literária e a escrita. Além dele, no século XVIII, a RAE publicou a **Orthographía**, em 1741, e a **Gramática**, em 1771, estabelecendo algumas grafias de palavras, suas pronúncias e sua sintaxe.

Após a produção do **Diccionario de Autoridades**, outro momento da dicionarização espanhola ocorreu com a publicação do **Diccionario de la lengua española** da RAE. Em 1780, essa publicação tinha como título **Diccionario de la lengua castellana reducido a un tomo para su más fácil uso**, sendo uma nova versão do primeiro dicionário da RAE (o **Diccionario de Autoridades**), sem citações de autores e publicado em um único volume. A partir dessa primeira edição, o dicionário passou a ser publicado com o título **Diccionario de la lengua castellana** e, em sua 15ª edição, no ano de 1925, passou a ser publicado com o título **Diccionario de la lengua española**. Esse dicionário, atualmente, está em sua 23ª edição, publicada em outubro de 2014 e disponível *online*.

Posteriormente, marcando a dicionarização espanhola e hispano-americana, há a produção do **Diccionario de Americanismos**, da Associação de Academias da Língua Espanhola (ASALE), publicado em 2010, produto da política pan-hispânica. Diante disso, destacamos a definição de política pan-hispânica encontrada no documento *La Nueva Política Lingüística Panhispánica* (2004, p. 4), documento da RAE e da ASALE, o qual afirma que:

---

53 Tradução nossa: “trabalhar a serviço do idioma espanhol”.

54 As informações apresentadas foram consultadas no *site* da RAE, na aba *La institución*. Disponível em: <<http://www.rae.es/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

55 Tradução nossa: “limpa, fixa e dá esplendor”.

*[...] el conocimiento de las características que presenta actualmente nuestra lengua en todos los países que integran el mundo hispánico permite llevar a cabo una auténtica política panhispánica, que recoge lo consolidado por el uso y, en los casos necesarios, se adelanta a proponer las opciones que parecen más aconsejables en aquellos puntos en los que el sistema muestra vacilación.<sup>56</sup>*

Interpretamos que, com essa nova política pan-hispânica, as duas instituições – RAE e ASALE – aconselham os usos para aqueles sentidos que ainda não estão consolidados, já que os sentidos corriqueiros e/ou tradicionais na língua precisam ser aceitos pela comunidade falante. Para os sentidos que ainda podem ser controlados, a Academia propõe opções aconselháveis para seu melhor uso e, com isso, não haver “vacilos” na língua. Assim, as Academias controlam o uso da língua.

Trouxemos nas Considerações Iniciais que o dicionário possui a imagem de um espaço de interdito da dúvida e que é necessário retirá-lo desse lugar de subutilização; no entanto, a nova política pan-hispânica alimenta a necessidade de o sujeito duvidar e consultar e, assim, os instrumentos linguísticos das Academias vêm para apagar a angústia da dúvida e orientar ao melhor uso da língua.

No documento – *La Nueva Política Lingüística Panhispánica* –, também há uma “justificativa” para a aceitação desses usos consolidados:

*En nuestros días, las Academias, en una orientación más adecuada y también más realista, se han fijado como tarea común la de garantizar el mantenimiento de la unidad básica del idioma, que es, en definitiva, lo que permite hablar de la comunidad hispanohablante, haciendo compatible la unidad del idioma con el reconocimiento de sus variedades internas y de su evolución<sup>57</sup> (2004, p. 3).*

Nesse recorte do documento, temos que as Academias – há um destaque do trabalho coletivo da RAE com a ASALE –, com uma visão “mais adequada e também mais realista”, reconhecem que há variações na língua. No entanto, isso não impede a unidade da Língua Espanhola. Conforme Del Valle (2007), a RAE, nesse documento, está com uma atitude permissiva, mas adverte que essa nova atitude “*no debe ser interpretada como un liberalismo lingüístico total*”<sup>58</sup> (DEL VALLE, 2007, p. 84). A Academia assume, segundo o autor, um

56 Tradução nossa: “o conhecimento das características que nossa língua apresenta atualmente em todos os países que integram o mundo hispânico permite estabelecer uma autêntica política pan-hispânica que recolhe o consolidado pelo uso e, em casos necessários, adianta-se a propor opções mais aconselháveis para os pontos nos quais o sistema mostra vacilação”.

57 Tradução nossa: “Nos dias atuais, as Academias, com uma orientação mais adequada e realista, estabeleceram como tarefa comum garantir a manutenção da unidade básica do idioma que é, em definitivo, o que permite falar da comunidade hispano-falante tornando compatível a unidade do idioma com o reconhecimento de suas variedades internas e de sua evolução”.

58 Tradução nossa: “não deve ser interpretada como um liberalismo linguístico total”.

prescritivismo moderado abraçando a diversidade da Língua Espanhola com o desejo da unidade linguística e cultural.

Del Valle (2007) também adverte que essa nova política pan-hispânica mostra que a RAE quer aproximar-se de todos os sujeitos falantes da Língua Espanhola, abraçando a variação, a mudança, a política pan-hispânica, a autoria dos instrumentos linguísticos com as vinte e duas Academias hispano-americanas, para projetar “*una imagen aperturista y democrática*”<sup>59</sup> para “*consolidar una amplia autoridad y legitimidad*”<sup>60</sup> (DEL VALLE, 2007, p. 87). Ao encontro disso, Ponte (2017) apresenta que a nova política pan-hispânica é um esforço da Espanha em fazer com que a América se sinta incluída e protagonista – inserindo, a partir da ASALE, as Academias na produção dos instrumentos linguísticos –, com a ideia de “*democracia lingüística*”<sup>61</sup> (PONTE, 2017, p. 203). No entanto, também é um esforço para naturalizar sua liderança frente à Língua Espanhola – pois, “*todo sigue siendo organizado, decidido y legitimado por la RAE*”<sup>62</sup> (PONTE, 2017, p. 204). A RAE precisa tornar-se democrática, moderna, pan-hispânica para continuar a perpetuar a sua realeza sobre a Língua Espanhola.

A Associação de Academias de Língua Espanhola foi criada em 1951 no I Congresso de Academias de Língua Espanhola, que ocorreu no México, sob o lema “*Presente y futuro de la lengua española: unidad en la diversidad*”<sup>63</sup>, com o objetivo<sup>64</sup> de “*trabajar a favor de la unidad, integridad y crecimiento de la lengua española, que constituye el más rico patrimonio común de la comunidad hispanohablantes*”<sup>65</sup>. É composta por vinte e duas Academias de países de Língua Espanhola<sup>66</sup> e pelas Academias de Filipinas e dos Estados Unidos. O presidente da ASALE deve ser, obrigatoriamente, o diretor da RAE, o tesoureiro é indicado pela RAE e o secretário geral, um membro de uma das academias hispano-americanas eleito a cada quatro anos em congresso da ASALE.

---

59 Tradução nossa: “uma imagem aberta e democrática”.

60 Tradução nossa: “consolidar uma ampla autoridade e legitimidade”.

61 Tradução nossa: “democracia linguística”.

62 Tradução nossa: “tudo segue organizado, decidido e legitimado pela RAE”.

63 Tradução nossa: “Presente e futuro da Língua Espanhola: unidade na diversidade”.

64 Essas informações podem ser consultadas no *site* da ASALE:

<<http://www.asale.org/la-asociacion/presentacion/estatutos-y-organizacion>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

65 Tradução nossa: “trabalhar em favor da unidade, da integralidade e do crescimento da Língua Espanhola, que constitui o mais rico patrimônio comum da comunidade hispano-falante”.

66 Os países cujas Academias compõem a ASALE são: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

A relação “RAE/ASALE” – considerando que a barra indica a “ordem na qual colocamos as academias” (BRIANEZI, 2014, p. 49) – é uma “relação marcada por *uma determinada ordem e por uma subordinação*” (BRIANEZI, 2014, p. 50, grifos da autora), ou seja, a ASALE é “uma associação maior que a inclui [a RAE], mas, também [...] se subordina a ela” (BRIANEZI, 2014, p. 57). Com isso, a RAE “assume o papel de protagonismo diante das outras academias de Língua Espanhola” (BRIANEZI, 2014, p. 73). O protagonismo da RAE ainda se perpetua na atualidade<sup>67</sup>, pois, além de determinar a história dos dicionários da Língua Espanhola (LARA, 2009), está promovendo, junto com a ASALE, a nova política pan-hispânica<sup>68</sup>.

A publicação do **Diccionario de Americanismos**, segundo Lara (2011), confirma a divisão do espanhol em dois: o espanhol metropolitano registrado no **Diccionario de la lengua española** (doravante DLE<sup>69</sup>) e o espanhol dos países hispano-americanos. Porém, conforme o referido autor, a Língua Espanhola não são duas, pois o espanhol dos países americanos não é uma junção do espanhol peninsular com o americano. O espanhol da América Latina compartilha a tradição do espanhol peninsular e sua variação em relação à Espanha se deve à sua história em outras regiões. Assim, o **Diccionario de Americanismos**, de acordo com Lara (2011), é uma obra diferencial, pois abarca o léxico de cada nação/região de Língua Espanhola, contando com a colaboração das vinte e duas Academias associadas, mas não escapa ao propósito de manter a unidade do espanhol e a autoridade da RAE. Diante disso, Lara (1996a, p. 359, grifos do autor) afirma que a lexicografia hispano-americana precisa passar por uma reconfiguração para “*reconocer que para cada uno de esos países hay una ‘historicidad*

---

67 Os dicionários que escapam da dominação da RAE, conforme Costa (2014), são o **Diccionario del español de México** (2010) e o **Diccionario Integral del español de Argentina** (2008). Sendo aquele o primeiro projeto de produção de um dicionário integral hispano-americano, iniciado em 1972 e publicado em 2010, e este o primeiro dicionário integral, elaborado em um país hispano-americano.

68 A política pan-hispânica também fez parte de outro momento da dicionarização espanhola quando foi publicado, em 2005, o **Diccionario panhispánico de dudas**. Para Del Valle (2007), a publicação desse dicionário retrata o desejo da RAE em se antecipar para controlar as vacilações na língua e para propor as opções mais aconselháveis nas dúvidas dos sujeitos. Segundo o estudo de Brianezi (2014), a dúvida é “colocada regularmente como um pré-construído” (BRIANEZI, 2014, p. 100) e, com isso, a Academia assume o “lugar de legitimadora” (BRIANEZI, 2014, p. 100) para publicar dicionários que possuam as respostas para as dúvidas dos sujeitos e, assim, cuida da unidade da língua. Retomando o que apresentamos nas Considerações Iniciais desse trabalho da necessidade de “desconstruir a imagem de ‘lugar de interdito da dúvida’” (PETRI, 2010, p. 19) do dicionário, temos a política pan-hispânica alimentando a necessidade do sujeito duvidar e, com isso, consultar instrumentos linguísticos.

69 Optamos por referir-nos ao dicionário produzido pela Real Academia Espanhola com a sigla DLE e não com a sigla DRAE – como é tradicionalmente conhecido – porque, em sua 23ª edição, aquela sigla ocupa quase toda a capa do dicionário. Celada, Costa e Brianezi (2015), apresentam, em nota, que essa mudança de sigla pode provocar um movimento de sentidos: não se referindo mais à Instituição RAE, já que a ASALE passa a colaborar com a produção do dicionário.

*propia*”<sup>70</sup>. Cada país hispano-americano possui uma história e uma identidade própria, o que não quer dizer que a Língua Espanhola são duas, mas que é uma língua com uma historicidade diferente em cada Nação.

Em relação à história da lexicografia do/no Uruguai, Coll (2013) afirma que, embora não exista uma proposta para definir o processo de dicionarização no Uruguai – como existe no Brasil (NUNES, 2006) e na Argentina (LAURIA, 2012) –, é possível contribuir para compreender esse processo. Para isso, Coll (2017) propõe que a história da lexicografia uruguaia seja dividida em quatro capítulos: o primeiro abrange a lexicografia “‘*encubierta*’ o ‘*escondida*’ escrita por cronistas y viajeros”<sup>71</sup> (COLL, 2017, p. 48) e abarca a época colonial, é constituído pela necessidade de nomear “*esta realidade americana por primera vez*”<sup>72</sup> (COLL, 2017, p. 48). Para a autora, este é um mo(vi)mento tardio se comparado com a história lexicográfica da hispano-américa, mas “*está acorde con el hecho de que la conquista y colonización en lo que hoy es Uruguay es apenas del XVIII*”<sup>73</sup> (COLL, 2017, p. 48). O segundo capítulo engloba os primeiros escritores montevidéanos (José Manuel Pérez Castellano e Dámaso Antonio Larrañaga) e marca a transição entre a época colonial e as lutas independentistas. O terceiro capítulo inclui os glossários e vocabulários em obras literárias da segunda metade do século XIX, que estão “*en consonancia con la voluntad de los autores de explicar voces locales a lectores ajenos al español de la región*”<sup>74</sup> (COLL, 2017, p. 49). O quarto capítulo abrange a lexicografia bilíngue (vocabulários e glossários de espanhol-línguas indígenas).

Os primeiros trabalhos lexicográficos no Uruguai remontam do século XIX pelos cronistas e viajantes que circularam pelo país. Coll (2017) destaca a obra de Félix de Azara, cronista e naturalista espanhol, “*como fuente de estudio en lo que se refiere a la formación y al desarrollo del léxico hispanoamericano, en especial del rioplatense, es ciertamente indiscutible*”<sup>75</sup> (COLL, 2017, p. 49). Além de Félix de Azara, a autora também inclui, no primeiro capítulo da história da lexicografia uruguaia, outros viajantes: o francês Arsène Isabelle; o professor francês de botânica, Auguste de Saint-Hilaire; o francês Alcides

---

70 Tradução nossa: “reconhecer que, para cada um desses países, há uma *historicidade própria*”.

71 Tradução nossa: “‘*encoberta*’ ou ‘*escondida*’ escrita por cronistas e viajantes”.

72 Tradução nossa: “*esta realidade americana por primeira vez*”.

73 Tradução nossa: “*está de acordo com o fato de que a conquista e a colonização, no que hoje é o Uruguai, é do século XVIII*”.

74 Tradução nossa: “*em consonância com a vontade dos autores em explicar vozes locais aos leitores alheios ao espanhol da região*”.

75 Tradução nossa: “*como fonte de estudo referente à formação e ao desenvolvimento do léxico hispano-americano, em especial o rio-platense, é certamente indiscutível*”.

D'Orbigny; o belga Ernest van Bruyssel; o John Hale Murray; o inglês Edwin Clarck; o alemão Ulrich Schmidl. Os relatos desses viajantes são importantes para compreender o léxico de uma realidade desconhecida para eles.

Coll (2013; 2017) analisa as obras dos escritores religiosos José Pérez Castellano e Dámaso Larrañaga que foram, no início do século XIX, os pontos-chaves para a prática lexicográfica uruguaia, ao abordarem as vozes indígenas e africanas na região, pertencendo ao segundo capítulo da história da lexicografia uruguaia. As anotações, cartas, notas e diários desses autores continham informações sobre a agricultura, flora e fauna, costumes da sociedade da época, incorporando novos conceitos e vozes, sendo a maioria dessas de origem indígena e africana que se incorporava à Língua Espanhola. Em vista disso, pode-se dizer que a dicionarização uruguaia iniciou nos séculos XVIII e XIX com relatos de viajantes e de naturalistas que passaram pelas terras da Banda Oriental e deixaram anotações – sobre os costumes, as vestimentas, os sujeitos, a fauna e a flora – que serviram de fonte para a lexicografia posterior.

Nesse sentido, ressaltamos que o relato “para os estudos da língua está na construção de um imaginário sobre o outro e, conseqüentemente, sobre a língua desse outro” (DELEVATI, 2014, p. 39), seja a língua do outro a Língua Portuguesa do Brasil – como no caso da referida autora, que pesquisou sobre os relatos de viagem de Saint-Hilaire no Rio Grande do Sul e considerou a importância do relato de viagem “enquanto participante da construção do processo de instrumentalização das línguas, especialmente em nações que foram colonizadas” (DELEVATI, 2014, p. 39) – seja a língua do outro a Língua Espanhola.

De acordo com Coll (2013), no século XVIII, não havia escritores que descreviam a nova realidade, razão pela qual os escritos de Pérez Castellano e Larrañaga, mesmo que tardios, são os primeiros de uma prática lexicográfica que dá conta da “realidade”. Coll (2013) destaca, assim, que esses registros de Castellano e Larrañaga não constituem os únicos dessas épocas, mas são representantes de dois capítulos da periodização da lexicografia do Uruguai. Além disso, tais registros não são de evangelização e conquista, mas uma aproximação científica em relação às línguas.

O terceiro capítulo da história da lexicografia uruguaia, constituído pelos glossários e vocabulários de obras literárias, refere-se à segunda metade do século XIX e, geralmente, as informações são de tipo enciclopédicas e não somente linguísticas e explicam-se as vozes indígenas usadas nas obras. Segundo a autora, os glossários e vocabulários:



[...] *nacen a partir de la necesidad de construir la identidad nacional en un plano lingüístico y se interesan por registrar “lo propio”, particularmente en el nivel del léxico dado que allí se visualizan con más claridad las diferencias con respecto al español de otras regiones hispanoamericanas y principalmente con respecto al español peninsular*<sup>76</sup> (COLL, 2017, p. 60).

Para a referida autora, essas obras são importantes para mostrar um espanhol próprio do Uruguai e, assim, visualizar as diferenças no léxico e na língua em relação a outros países, inclusive a Espanha. Isso remete ao que dissemos anteriormente: cada país hispano-americano tem sua historicidade própria e a produção de instrumentos linguísticos contribui para essa historicidade.

A isso acrescentamos que, para Medeiros (2014), os glossários (principalmente, os de Literatura) inscrevem-se em um espaço de tensão com a língua nacional. Assim, eles “revelam um trabalho sobre a língua marcado por tensões que nela se inscrevem” (MEDEIROS, 2014, p.145). Essas tensões “dizem do sujeito na relação com a língua” e “dizem da língua que vai sendo construída como língua imaginária de uma nação” (MEDEIROS, 2014, p.145). Em vista disso, entendemos que glossários e vocabulários são instrumentos linguísticos importantes para a construção de uma identificação nacional, tanto brasileira quanto uruguaia.

O quarto capítulo compreende a produção lexicográfica bilíngue espanhol-línguas indígenas e inclui os escritos de Pérez Castellano e Larrañaga que registram as vozes indígenas do guarani e do quíchua e a produção do médico Teodoro Vilardebó, que registrou vozes indígenas charruas em meados do século XX. Essa produção lexicográfica bilíngue possui “*una voluntad de registrar, consignar y comentar lo diferente al español*”<sup>77</sup> (COLL, 2017, p. 64). Apesar de a “*historia de la lexicografía del Uruguay comienza de a poco a escribirse*”<sup>78</sup> (COLL, 2017, p. 65), já podemos visualizar um pouco da dicionarização uruguaia.

Ainda, como parte da história da gramatização da Língua Espanhola do Uruguai e sua consequente dicionarização, circulam outros dicionários, dos quais citamos: **Lenguaje del Río de la Plata** (1880-1947), de Washington Bermúdez e Sergio Bermúdez; **Vocabulario rioplatense razonado**(1889), de Daniel Granada; **Diccionario uruguayo documentado** (1966), das professoras Celia Mieres, Élide Miranda, Eugenia de Alberti e María Mercedes Rovira de Berro; **Diccionario del lenguaje rioplatense** (1979), de Juan Carlos Guarnieri; **1000 palabras**

---

76 Tradução nossa: “nascem a partir da necessidade de construção da identidade nacional em um plano linguístico e se interessam por registrar ‘o próprio’, particularmente, no nível do léxico, pois, no léxico, visualizam-se, com mais clareza, as diferenças em relação ao espanhol de outras regiões hispano-americanas e, principalmente, em relação ao espanhol peninsular”.

77 Tradução nossa: “uma vontade de registrar, consignar e comentar o diferente no espanhol”.

78 Tradução nossa: “a história da lexicografia do Uruguai começa pouco a pouco a escrever-se”.

**del español del Uruguay** (1988), da Academia de Nacional Letras do Uruguai; **Uruguayismos** (1992), de Marina López Blanquet; **Nuevo Diccionario de Uruguayismos** (1993), com colaboração de Úrsula Kühl de Mones; **Mil dichos, refranes, locuciones y frases del español del Uruguay** (2003), da Academia de Nacional Letras do Uruguai; e o próprio **Diccionario del español del Uruguay** (2011), da Academia de Nacional Letras do Uruguai – objeto deste estudo.

**Lenguaje del Río de la Plata** é considerada uma das obras iniciais da lexicografia rio-platense e uruguaia, pois abarca o léxico próprio de uma região (a Rio-platense, que engloba Uruguai, Argentina e Paraguai), tendo sido iniciado em 1880 por Washington Bermúdez e continuado por seu filho, Sergio Bermúdez, até 1947. No entanto, essa obra não foi publicada em sua totalidade<sup>79</sup>. Conforme Blanco (2014), em 1901, publicou-se, em Montevideu, uma primeira parte do dicionário contendo até o verbete “abandonar”, e, em 1916, Sergio Bermúdez entrega mais partes do dicionário em Buenos Aires, constituindo, assim, o Tomo I, que abarca até o verbete “acomodar”; outros tomos (que perfazem 24 no total) continuam inéditos.

O **Vocabulario rio-platense razonado** também é considerado um dos primeiros dicionários do espanhol rio-platense<sup>80</sup>. Esse vocabulário teve quatro edições: a primeira em 1889, impressa pela editora Elzeviriana, em Montevideu; a segunda em 1890, impressa pela editora Rural, em Montevideu; a terceira em 1957, impressa pela Biblioteca Artigas, também em Montevideu; e a quarta, impressa em 1998 pela Arco Libros, em Madri.

Segundo Coll (2015), Bermúdez e Granada foram contemporâneos e suas obras voltaram-se a uma “*mirada regional*”<sup>81</sup> (COLL, 2015, p. 159), pois abarcam não somente um país, mas a região do Rio da Prata, destacando “*una variedad de español que no conoce fronteras entre Argentina y Uruguay, una variedad regional que identifica a ambos países*”<sup>82</sup> (COLL, 2015, p. 159). Esse olhar ao regional caracterizava o fazer lexicográfico no século XIX: momento histórico de consolidação da Nação, com sua identidade e literatura.

Já o **Diccionario uruguayo documentado** é resultado de um concurso da Academia Nacional de Letras do Uruguai para a confecção de um dicionário documentado com palavras uruguaias não incluídas no DLE. As obras **1000 palabras del español del Uruguay** e **Mil dichos, refranes, locuciones y frases del español del Uruguay**, por sua vez, foram produzidas

---

79 No *site* da Academia Nacional de Letras do Uruguai, é possível acessar os manuscritos desse dicionário, que constituem a versão completa da obra.

80 Em seu trabalho, Lauria (2012) analisa a macro e microestrutura desse dicionário.

81 Tradução nossa: “olhar regional”.

82 Tradução nossa: “uma variedade do espanhol que não conhece fronteiras entre Argentina e Uruguai, uma variedade regional que identifica ambos os países”.

pela Academia de Nacional Letras do Uruguai, com palavras coletadas no Uruguai, e podem ser consideradas como antecessoras do **Diccionario del español del Uruguay**.

O **Nuevo Diccionario de Uruguayismos** consiste no Tomo III do projeto **Nuevo Diccionario de Americanismos** da Universidade de Augsburg em cooperação com o Instituto Caro y Cuervo de Bogotá e sob coordenação de Günther Haensch e Reinhold Werner. Há, também, o Tomo I – **Nuevo Diccionario de Colombianismos** – e o Tomo II – **Nuevo Diccionario de Argentinismos**.

Observamos, olhando para esses títulos, que o DEU, além de ser a primeira obra com a denominação de dicionário da ANL, é a primeira obra que delimita o espanhol: espanhol do Uruguai. O título do DEU, como comentamos nas Considerações Iniciais, conduz-nos a pensar que esse dicionário é nacional/integral, que abrange a Língua Espanhola do Estado-Nação uruguaio. Por não ter a designação de uruguaismos, silencia o regionalismo, contrastivo, diferencial. Olhando apenas para as obras da ANL, podemos até pensar que o DEU produz um deslocamento, no entanto, como devemos desconstruir os efeitos de evidência, precisamos inserir o DEU na trama de relações entre ANL, RAE, ASALE. Pensar o DEU em uma rede, é considerar que ele não é o primeiro dicionário contrastivo e nem o último, é apreender que ele faz parte de uma memória e de uma história dicionarística, é admitir que ele possui relações com os dicionários que o antecedem e, seguramente, será constitutivo de outros que ainda virão, seja em território uruguaio seja em qualquer outra Nação hispano-falante. Tratamos as relações entre os dicionários com a metáfora da rede, pois acreditamos que não existe uma hierarquia qualquer entre os instrumentos linguísticos, eles funcionam no ir e vir, nas tramas da língua. É na língua, enquanto jogo sempre em aberto, que cada dicionário em seu tempo e lugar, com suas especificidades comparece no interior do processo de gramatização linguística, “numa relação de nunca acabar”. Em um âmbito maior, a metáfora da rede também funciona, pois todos os dicionários que conhecemos hoje estão postos em relação, seja com o Dicionário do padre Raphael Bluteau<sup>83</sup>, para a Língua Portuguesa, seja para o DLE, para a Língua Espanhola, formam também eles uma rede com todos os outros que passamos a conhecer e reconhecer como “dicionários”.

Com base nessas reflexões sobre o processo da gramatização da Língua Espanhola, entendemos que o processo de gramatização, conforme Petri (2012, p. 24), “pode apresentar diferentes faces em línguas diversas, sob diferentes condições de produção, promovendo

---

83 Está disponível em <<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008422&bbm/5412#page/1/mode/2up>>. Acesso em: 05 out. 2019.

também um outro tipo de relação entre a gramática e o dicionário no interior do processo de gramatização linguística”. Ademais, a referida autora propõe – considerando o estudo sobre dicionários regionalistas e nacionais – que o processo de dicionarização pode estar além do processo de gramatização, a partir do que é possível compreender “outras formas de instrumentação da língua que não surgem prioritariamente com o objetivo de gramatizar” (PETRI, 2012, p. 29). Em vista de o processo de dicionarização e gramatização poderem não ocorrer de forma correlacionada, Delevati (2014, p. 39) considera que “o processo de gramatização de uma língua pressupõe certa tomada de consciência do sujeito e depende de um profissionalismo, de saberes que são próprios do trabalho de um dicionarista, de um lexicógrafo”, o que vai ao encontro da afirmação anterior de que a dicionarização pode estar além da gramatização. Essa reflexão advém do fato de que o dicionário de regionalismo – no caso do estudo de Petri (2012) sobre o dicionário de regionalismo do Rio Grande do Sul – é uma tecnologia, tal como coloca Auroux ([1992] 2009), mas não é um pilar do saber metalinguístico. Certamente, o DEU faz parte de uma rede de dicionários já constituída e queremos compreender o seu funcionamento discursivo nessa rede.

### 3 A HETEROGENEIDADE NA LÍNGUA

No percurso teórico para estudar o funcionamento discursivo do DEU, além de movimentar as questões sobre língua, sujeito, história e considerar os dicionários como parte de redes de sentidos, é necessário abordar os conceitos de heterogeneidade linguística e de língua nacional, pois entendemos que tratar sobre um dicionário específico exige discorrer sobre a língua (imaginária) nacional, mesmo sendo a língua fluida a que funciona e a que é marcada pela diferença. De igual modo, consideramos que “definir uma palavra é atribuir uma unidade imaginária a uma porção do real, unidade que falha, desvanecendo-se logo e criando o desejo de complementação, de reformulação, de reedição, numa repetição que se desdobra na medida em que a história lhe dá lugar” (NUNES, 2006, p. 22). Com base nisso, partimos do princípio de que a língua, no dicionário, é marcada pela falha, pela diferença, pela exterioridade e pela alteridade.

Na constituição de uma língua nacional, há, conforme Orlandi (2008a), dois tipos de funcionamento: língua imaginária e língua fluida. Para a autora, a unidade da língua é imaginária porque requer construção e sistematização. Línguas imaginárias são “línguas-sistemas, normas, coerções, línguas-instituições, a-históricas” (ORLANDI, 2008a, p. 87), como é o caso, segundo Orlandi (2009a, p. 18) da língua-mãe, da língua-ideal (lógica), da língua universal (esperanto), da língua *standard* (a língua normatizada) e da língua gramatical. Porém, o funcionamento da linguagem acontece por meio da língua fluida, que é aquela “que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e fórmulas” (ORLANDI, 2008a, p. 86). Não tendo “limites”, a língua fluida é “a língua-movimento” (ORLANDI, 2008a, p. 87), que vai além das normas. Assim, de acordo com Orlandi (2002), essas duas noções colocam em jogo o contato cultural e histórico entre as línguas – cultural porque a língua é tomada enquanto produto; e histórico porque também é entendida enquanto processo. Por um lado, no caso do estudo da referida autora, o contato (tensão) entre as línguas ocorreu entre as línguas indígenas e a Língua Portuguesa, por outro lado, em nosso estudo, a tensão surge entre a Língua Espanhola, a Língua Portuguesa, as línguas indígenas, as línguas africanas e as línguas de imigração, uma vez que a Língua Espanhola, como língua nacional do Uruguai, conviveu e, portanto, constitui-se nessa relação.

Nesta reflexão sobre os funcionamentos da língua, ressaltamos que, para Pêcheux ([1975] 2009, p. 83, grifo do autor), a língua permite a “comunicação e a *não-comunicação*, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade”. Nesse âmbito, podemos entender que a

língua não serve somente para informar e/ou comunicar: ela faz parte do complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos. Mariani (2016, p. 48) expõe que “a pretensão de comunicar e a efetividade do não comunicar convivem lado a lado em permanente tensão”, pois, para ter língua nacional, é necessária a comunicação, ou seja, é preciso a língua homogênea e imaginária para que todos se comuniquem e se compreendam.

A partir disso, para apreendermos a tensão na língua (PETRI; MEDEIROS, 2013) em países que sofreram o processo de colonização, trazemos à tona a noção de heterogeneidade. Orlandi (2002) apresenta a noção de heterogeneidade linguística, explicitando que, “no campo dos países colonizados, temos línguas como o português, ou o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade que chamaria de dupla” (ORLANDI, 2002, p. 23) – fala-se, portanto, a mesma língua, mas fala-se diferente, pois a língua se historiciza de modo diverso.

Há, ainda, a concepção de heterogeneidade constitutiva, proposta por Authier-Revuz (1990), a partir da qual considera-se que há o Outro no sujeito e no discurso, ou seja, que o sujeito é determinado pela relação com a exterioridade. Dessa forma, toda fala é heterogênea, porque já nascemos em um mundo dito e já significado, em que há o já-dito, isto é, o interdiscurso.

De acordo com Authier-Revuz (2004, p. 68), a heterogeneidade constitutiva é da palavra e “nenhuma palavra vem neutra”, pois, “sempre sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28), ou seja, há o já-dito, há, “*constitutivamente*, no sujeito e no seu discurso [...] o *Outro*” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29, grifos da autora). Isso significa que o sujeito e o discurso não são homogêneos, havendo palavras outras e a exterioridade que constituem todo discurso.

Além da heterogeneidade constitutiva, existe a heterogeneidade mostrada, aquela inerente à descrição linguística, que inscreve “o outro na sequência do discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25). Essa heterogeneidade se dá no fio do discurso e “um locutor *único*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12, grifos da autora) inscreve, na linearidade do discurso, “o *outro*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12, grifos da autora) por meio de formas linguísticas marcadas e autonímicas.

Trazendo a questão da heterogeneidade para o campo discursivo, conforme nos mostra Orlandi (2007), o outro (heterogeneidade mostrada) possui relação com o interlocutor para o qual está destinado o discurso (e, em nosso trabalho, o discurso do sujeito dicionarista), desse modo, precisamos pensar o outro em relação às condições de produção da formulação do discurso. O Outro (heterogeneidade constitutiva) possui relação com o interdiscurso enquanto constituição do dizer; assim, a exterioridade é constitutiva do discurso.

Em vista disso, também devemos levar em conta o funcionamento, no discurso, das condições de produção, das formações ideológicas, das formações discursivas e de o sujeito ser constituído pela ideologia e pelo inconsciente para ser sujeito do que diz. O sujeito fala de uma posição (sustentada pelas condições de produção e formações imaginárias e discursivas que ele se inclui) para produzir o seu discurso esquecendo que há o discurso do outro, a dispersão dos sentidos, pois o sujeito precisa da unidade e dos efeitos de evidência.

Assim, a heterogeneidade da palavra implica a descentralização do sujeito, pois todo discurso é atravessado por discursos outros. Ressaltamos, diante disso, que, enquanto a heterogeneidade mostrada se dá no discurso, a heterogeneidade constitutiva é do discurso, o que leva à formulação do interdiscurso no intradiscurso – ou seja, a constituição do sentido permite a formulação do sentido.

Ao encontro da conceituação de heterogeneidade constitutiva e mostrada, Orlandi (1998) retoma os dois esquecimentos propostos por Pêcheux ([1975] 2009) e propõe que se entenda o esquecimento número 1 como a heterogeneidade constitutiva – uma vez que o mundo já está dito, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer –; e o esquecimento número 2, do domínio da enunciação, como a heterogeneidade mostrada – a heterogeneidade mostrada é o discurso do outro, mas o discurso meu ou o do outro “é a impressão de que o que dizemos só pode ser assim” (ORLANDI, 1998, p. 7), de modo que o sujeito tem a ilusão de controlar os sentidos. Orlandi (2012a) também apresenta essa proposição sobre relacionar a heterogeneidade com os esquecimentos em vista de trabalhar a formulação e seu funcionamento nos processos de produção dos sentidos no intradiscurso.

Com o conceito de heterogeneidade presente em nossa escrita, remetemo-nos, novamente, às condições de produção para destacar que a Análise de Discurso viveu três épocas, de acordo com Pêcheux ([1983] 2010), e que essas três épocas foram heterogêneas. A primeira época – denominada AD-1 – é determinada pela “exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 307), destinando-se a selecionar um *corpus* de sequências discursivas sob condições de produção homogêneas e estáveis e em meio a formações discursivas fechadas. A análise linguística de cada sequência discursiva é, nesse momento, essencial, bem como a construção de identidades parafrásticas para o *corpus*. Trata-se de um procedimento com começo e fim predeterminados, em que se reúne um *corpus* com sequências discursivas fechadas, realizando-se uma análise linguística e instaurando, desse modo, uma época marcada pela análise automática do discurso – AAD 69 – , na qual os enunciados poderiam ser analisados por uma máquina lógico-semântica. Foi uma

época em que a “máquina” tinha um papel primordial, não incluindo, assim, a exterioridade nas análises.

A AD-2 – a segunda época da Análise de Discurso – caracteriza-se, por sua vez, pela “justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 309). Nessa época, são introduzidas a noção de formação discursiva não como fechada em si, mas atravessada por outras, havendo relações entre os seus saberes, e a noção de interdiscurso como um exterior específico em uma formação discursiva. Acredita-se, assim, que nem tudo cabe e pode ser dito em uma formação discursiva: como os sujeitos movimentam os sentidos possíveis dentro de uma formação discursiva, a “máquina” não poderia mais ficar “fechada”. Questionam-se, então, “as *relações entre* as ‘máquinas’ discursivas estruturais” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 309, grifos do autor), transformando-se as “relações de forças desiguais entre processos discursivos” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 309).

Já a terceira época, denominada a AD-3, orienta-se pelo “primado teórico do *outro* sobre o *mesmo*” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 311, grifos do autor) e pela “desconstrução das maquinarias discursivas” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 311), configurando um momento marcado por “muitos pontos de interrogação” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 313), por causa da contradição, da heterogeneidade, das condições de produção não homogêneas e das formações discursivas que podem ser atravessadas por outras. Desse modo, a Análise de Discurso reconfigura-se e trabalha questões da “Tríplice Aliança” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 269): Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise.

Dito isso, foi na terceira época que Pêcheux, influenciado por Authier-Revuz, explicitou que a heterogeneidade mostrada coloca em cena o discurso-outro e que esse discurso de um outro – ou o discurso do sujeito como um outro – instaura “pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 313). Não se trata mais de afirmar o primado do mesmo sobre o outro, mas de considerar que a existência do outro interfere no sujeito, pois o heterogêneo deve ser levado em consideração nas formações discursivas e no discurso.

Quando tratamos de heterogeneidade, tratamos do interdiscurso, em que “se *constitui* o dizer” por meio da formação discursiva que “define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito, em determinada conjuntura” (ORLANDI, 2008a, p. 46, grifo da autora), e do intradiscurso, em que se constitui a formulação uma vez que “falamos com palavras que já têm sentido” (ORLANDI, 2008a, p. 47). Desse modo, é a relação do interdiscurso com o intradiscurso que, para a referida autora, insere a heterogeneidade ou a diferença. Orlandi (2008a) entende, assim, que a heterogeneidade – tal como proposta por Authier-Revuz –



trabalha a formulação, enquanto que a diferença trabalha a constituição do sentido – sendo essa constituição que melhor trabalha a historicidade do sentido no interdiscurso.

Em vista disso, retomam-se noções discutidas no Capítulo 2 deste trabalho: a formulação e constituição do discurso. Além de refletir sobre esses conceitos para o estudo do dicionário, os pensamos relacionados à colonização linguística. Para Orlandi (2008a), a colonização é a diferença, pois nela temos a formação discursiva do colonizador e a do colonizado, constituindo um espaço de tensão. A colonização linguística é, dessa maneira, construída com saberes advindos de uma formação discursiva dominante que produz diferentes sentidos entre a posição-sujeito colonizador e a posição-sujeito colonizado. Entretanto, “o europeu nos constrói como o seu ‘outro’ mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o ‘outro’, mas o outro ‘excluído’, sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem o nosso ‘outro’” (ORLANDI, 2008a, p. 54-55). Em vista disso, o Uruguai, enquanto Nação colonizada, foi construído não só nessa tensão que constitui a heterogeneidade da Língua Espanhola dentro dela mesma, mas também na tensão entre as línguas indígenas, as línguas africanas, as línguas de imigração e a Língua Portuguesa do Brasil.

Nessa mesma direção, em um estudo sobre a constituição da identidade brasileira, Medeiros (2011) trabalha o heterogêneo na constituição do imaginário do brasileiro, identificando, na constituição identitária desse povo, três formações discursivas (que englobam, por sua vez, posições discursivas dominantes): a da descoberta, a do descobrimento e a do estranhamento. De modo geral, a primeira formação discursiva refere-se à acolhida do estrangeiro; a segunda, ao conflito e ao confronto, presente na formação do país; e a terceira, à desconstrução da posição do outro, advinda do momento em que o nacional e o local passam a ser acolhidos em detrimento do estrangeiro. Apesar de encontrarmos essas formações discursivas nas pesquisas sobre o Brasil, ainda não podemos afirmar que correspondam, de alguma forma, à história do Uruguai.

Ressaltamos, assim, que a relação entre a heterogeneidade e a diferença se deve ao fato de que “todo discurso atesta sua relação com outros (que ele exclui, ou inclui, ou pressupõe etc.) e com o interdiscurso (que o determina)” (ORLANDI, 2008a, p. 50). Nesse sentido, é preciso relacionar o discurso da colonização com as formações discursivas, pois “os sentidos circulam” e não têm origem: “o que há são efeitos de sentidos” (ORLANDI, 2008a, p. 49). Assim sendo, a heterogeneidade linguística, proposta por Orlandi (2008a) a partir da heterogeneidade cunhada por Authier-Revuz, refere-se à diferença que se insere na relação do intradiscurso com o interdiscurso, ou seja, que “o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um

‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’” (ORLANDI, 2002, p. 23, grifos da autora), razão pela qual falamos uma mesma língua que também é diferente. Ao encontro disso, Mariani (2003, p. 76), ao estudar os processos de colonização e de descolonização linguística no Brasil, afirma que a heterogeneidade linguística “ocorre, sobretudo, em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente”. Isso significa que a heterogeneidade/a diferença se estabelece quando a língua (portuguesa ou espanhola) se depara com outra historicidade, com outras condições de produção, com outra exterioridade.

Desse modo, queremos compreender se é possível tratar o espanhol do Uruguai como uma língua diferente, levando em consideração que os sentidos estão “sempre-já-aí” e podem se atravessar na formulação do discurso do dicionário, nosso objeto de estudo.

### 3.1 LÍNGUA E NAÇÃO – A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA PARA A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

Abordaremos, nesta seção, a questão da língua nacional, pois consideramos importante o seu papel na constituição de uma nação; também apreendemos que, para a construção da língua nacional, os instrumentos linguísticos têm forte contribuição: ajudam na escrita, na unidade e no ensino da língua, na identificação do sujeito com a língua e a nação e, por conseguinte, contribuem no fortalecimento da nação. Entender a conjuntura da constituição da nação também ajuda a compreender as condições de produção nas quais os dicionários se inserem (dicionários nacionais, regionais, integrais, contrastivos, etc.).

De acordo com Guimarães (2007, p. 64), língua nacional “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”. Nesse sentido, podemos pensar que a língua nacional é responsável pelo reconhecimento da comunidade linguística enquanto pertencente a um povo, a um coletivo, a uma nação.

Orlandi (2009b, p. 13) propõe a “língua nacional como sendo este imaginário de língua que se reveste de uma unidade que cobre assim um território correspondendo a um Estado-nação [...]. E é com a língua nacional que o Estado se apresenta com sua soberania frente a outros Estados”. Dessa forma, por fazer prevalecer uma heterogeneidade, a língua é importante para a constituição da Nação e também do Estado.

Segundo Zandwais (2013), não há critérios uniformes para caracterizar uma nação, de modo que o princípio da unidade silencia as diferenças que também constituem a nação. Assim sendo, “é pela discursividade que se naturalizam os vínculos de pertencimento dos sujeitos a

uma nação, e assim o processo de construção de uma ‘consciência nacional’” (ZANDWAIS, 2013, p. 272). Nesse âmbito, a autora ainda chama atenção ao fato de que “as línguas nacionais, tomadas como objeto da unidade de um Estado-nação são línguas idealizadas” (ZANDWAIS, 2013, p. 272), porque, para ter a unidade linguística, as línguas nacionais passam a ter um padrão, distanciando-se, desse modo, da heterogeneidade, da realidade do povo e da história. Conforme Zandwais (2013), o real das línguas é a diversidade, pois a fala de uma nação é constituída por variações, gírias, expressões idiomáticas, neologismos etc., questão sustentada com base nos países colonizados que possuem relações de identificação com a história e a cultura do país colonizador, bem como com a sua religião e língua. Dessa forma, não se pode ter uma unidade histórica, religiosa e/ou linguística. No entanto, o Estado-Nação é formado pela unidade, pela padronização e pela dominância, descartando a realidade, a diferença e o marginal, que também são constitutivos do Estado e da Nação.

A língua nacional está, assim, ligada à ideia de Estado, de modo que as fronteiras e os limites do Estado são mais que territoriais, são “linguístico-imaginários” (DI RENZO, 2012, p. 14), pois a noção de unidade linguística é a que constitui o Estado, unidade essa que é imaginária. Nesse viés, “a questão de língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 37). A constituição dos Estados nacionais fez com que, por meio de um projeto político, houvesse uma língua nacional e imaginária, anulando as diferenças e promovendo a igualdade.

Nesse sentido, cabe salientar a concepção de língua de Estado que Pêcheux ([1979] 2012) traz à baila ao definí-la como “uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes: ela usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e que ninguém pode dizer” (PÊCHEUX, [1979] 2012, p. 86). A língua de Estado, portanto, silencia a contradição, a heterogeneidade e o fato de que um Estado e uma Nação são constituídos por diferenças. Temos, dessa maneira, o Estado “mascarando” as relações de classes, “anestesiando” as resistências e impondo o controle, e “tudo isso não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente” (PÊCHEUX, [1979] 2012, p. 92). Nesse âmbito, o sujeito pode resistir à determinação/submissão imposta pela ideologia e pelo Estado e, assim, viver nessa (não-) contradição para se submeter à língua.

Segundo Anderson (2008), a língua está “ligada” à nação e ao nacional – elemento este entendido, aqui, como identidade que faz o sujeito cidadão identificar-se como pertencente a determinado território, a determinados símbolos, a determinada cultura e a determinada língua. No entanto, entendemos que a nação é “uma comunidade política imaginada” (ANDERSON, 2008, p. 32), já que a comunidade é imaginada e a nação é limitada e soberana. Em uma nação, o povo não se conhece, mas há “uma camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34) entre os sujeitos – mesmo sem se conhecerem, estes se sentem pertencentes a um território comum e a uma cultura comum, já que, em uma nação, as fronteiras são definidas e limitadas, e o Estado a faz soberana. Nesse contexto, a língua (escrita) ocupa um papel importante para a consciência nacional das nações. E, com a imprensa, houve a fixação da língua e a “criação” das línguas oficiais. Depois de a nação ser imaginada, ela é moldada e estruturada, dando início ao patriotismo, isto é, ao amor pela nação, amor esse que sentem mesmo os países que sofreram a colonização, segundo Anderson (2008).

Para Di Renzo (2012), a ideia de pertencer a uma nação, mais do que por aspectos como patrimônio, símbolos, esporte, culinária e origem comum, deve-se à adesão dos sujeitos ao coletivo: “por um lado, a constituição da nação teria origem na conjuntura de três fatores essenciais: histórico, geográfico e social. De outro, é a legitimidade cultural que vai se impor como condição de modernidade no momento em que se cria/sente a nação” (DI RENZO, 2012, p. 25). Tal legitimidade implica que seja pela cultura e pela literatura que língua e povo façam-se um. Assim, para Di Renzo (2012), o que fortalece a relação Estado-Nação é a ligação com a língua e, conseqüentemente, o estabelecimento de instituições para ensinar a língua nacional (ou a língua oficial), bem como a constituição de gramáticas e dicionários para definí-la e normatizá-la. Nesse sentido, conforme Di Renzo (2012, p. 37), “representar a identidade nacional significa descobrir uma unidade profunda numa diversidade imensa”: ter unidade de língua, de cultura e de patrimônio (museus, por exemplo) é garantir a estrutura para a identificação de uma unidade de nação.

A autora explica, ainda, que foi a partir da Revolução Francesa que o continente europeu pode visualizar a organização em nações e compreender que a soberania política poderia ser exercida. Esse acontecimento mudou o antigo regime centrado na autoridade real e instituiu uma nova forma de governar por meio da autoridade do povo soberano, que elege seus representantes democraticamente. Para Hobsbawn (2004), após a Revolução Francesa, houve a união do corpo político (Estado) com o corpo social (nação), fato que resultou em uma unidade nacional pelo território e principalmente pela língua nacional, levando a relação entre nação e Estado a ser incorporada à língua como elemento simbólico.

A Revolução Francesa, no entendimento de Pêcheux ([1982] 1990, p. 10), foi uma revolução burguesa e linguística. Como revolução burguesa, ela “universalizou as relações jurídicas” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 10), transformando sujeitos em cidadãos; para isso, eles deveriam “libertar-se dos particularismos históricos” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 10), ou seja, de “seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus ‘preconceitos’... e sua língua materna” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 10). A burguesia, diante disso, impôs uma política que organizava “uma nova divisão da sociedade, sob a cobertura de uma unidade formal fundada no Direito” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 11), fazendo com que a língua do direito atuasse como língua de madeira, que “representa, na língua, a maneira política de denegar a política: espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe dotada de senha e na qual para ‘bom entendedor’ meia palavra basta” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 24).

Além de ser uma revolução burguesa, foi uma revolução linguística no que concerne ao aprendizado e à “utilização legal da língua nacional” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 10). Assim, com a Revolução Francesa, o mundo tornou-se um só “no terreno de uma só língua, tendencialmente Una e Indivisível” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 11); formou-se um só pela língua nacional, pela evidência da unidade e pelo invisível das fronteiras entre os mundos dos dominados e dos dominantes. Com esse “ideal de igualdade frente à língua” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 11), a burguesia organiza “simultaneamente uma desigualdade real”, pois há uma “divisão no ensino da língua e da gramática”, de forma que nem todos os sentidos são acessíveis a todos, pois “as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não tem o mesmo ‘sentido’” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 11). O discurso da burguesia cria, então, ao promover o assujeitamento dos sujeitos, uma barreira invisível para esses dois mundos.

Essas reflexões sobre a época das Revoluções (francesa, socialista e proletária), que Pêcheux ([1982] 1990) apresenta em seu texto, também nos levam a pensar sobre a divisão social do trabalho de leitura, na qual, por um lado, há os sujeitos que têm o direito de ler e interpretar e, por outro, há aqueles que reproduzem essa interpretação sob o efeito de evidência de um sentido literal (PÊCHEUX, [1982] 2010), um sentido que carrega em si já a direção que a ideologia dominante determina que ele tenha ao se realizar no interior de dado grupo social. Igualmente, tais questões nos instigam a refletir sobre a divisão entre o certo e o errado na língua, entre o gramatical e o agramatical, entre o culto e o inculto, entre o que cabe e o que não cabe no dicionário, entre o que pode e o que não pode ser dito.

Nesse viés, segundo Di Renzo (2012, p. 29), “a língua nacional não existe se não for fato obrigatório, a condição para que todos sejam representados por ela”. Desse modo, com a instalação do Estado-Nação, a língua ganha mais força, pois a “forma” da língua nacional é instaurada por intermédio de instrumentos linguísticos (dicionários e gramáticas) e de seu ensino, elementos estes, que, para a autora, constituem formas de preservar e divulgar uma unidade linguística. Assim, a língua nacional tem duas funções: substituir/uniformizar a diversidade linguística e encarnar a nação para assegurar a comunicação, de modo que os cidadãos compreendam e utilizem a língua nacional.

A autora explica, ainda, que, no século XX<sup>84</sup>, a ideia de Estado-Nação já havia se consolidado – instituindo a Nação como fundamento do Estado e o Estado como materialização da Nação, já que “a nação é a premissa principal sobre a qual se sustenta a formação do Estado, ou seja, a ideia de nação funciona como o horizonte do Estado” (DI RENZO, 2012, p. 40). A partir desse século, começaram os movimentos descolonizadores, tendo início, assim, a busca para particularizar identidades que antes eram universais (comuns a colonizadores e colonizados), mas passaram a ser reivindicadas como nacionais (quando colonizados buscam sua própria identidade). Tendo isso em vista, recuperamos Siquan (1996), pois o autor propõe que os movimentos de independência na Hispano-América foram pela busca da identificação nacional – apesar de utilizarem a língua da metrópole, queriam sua própria identidade nacional.

Assim, de acordo com Orlandi (2007, p. 130), “não há língua nacional que não se constitua nesse movimento de confrontos, alianças, oposições, ambiguidades, tensões com outras línguas” (ORLANDI, 2007, p. 130). Há, portanto, relação entre língua e Nação e entre língua e Estado, pois, entendendo Nação como relacionada a um território, a uma língua e a uma história comum, e Estado como relacionado a práticas políticas, econômicas e sociais para garantir a unificação do território, acreditamos que a língua é fundamental para a ideia de Estado-Nação, que também perpassa pela construção da cidadania e culmina na identificação dos sujeitos com o Estado. Por isso, compreendemos Nação como sendo um princípio para a coletividade, e Estado como sendo a materialização desse princípio (DI RENZO, 2012). Temos, dessa forma, a língua funcionando nas políticas nacionais e na relação do sujeito com a língua nacional, assim como na constituição da cidadania por meio da prática com a língua.

Ainda, no que concerne à associação entre língua e nação, faz-se necessário considerar a constituição da língua em países colonizados para pensarmos o funcionamento da noção de

---

84 No caso da América do Sul, os processos de independência e consolidação do Estado-nação iniciaram-se no século XIX.

língua nos dicionários, motivo pelo qual abordaremos, a seguir, a colonização e descolonização linguística. Orlandi (2009a) trata a colonização linguística como um acontecimento linguístico da colonização, ou seja, “uma clivagem – disjunção obrigada – que afeta a materialidade da língua brasileira” (ORLANDI, 2009a, p. 81). O acontecimento linguístico nomeia o vínculo/o elo/o encadeamento do lugar enunciativo com a língua nacional – e faz pensá-la em outro espaço enunciativo: o outro lado do Atlântico. E “o lugar de onde o colonizado fala se constitui no entremeio da heterogeneidade linguística inerente à colonização” (MARIANI, 2003, p. 74), reflexão que nos remete à ideia de que a colonização linguística é um encontro de línguas diferentes, em circunstâncias diversas, que promove um desencontro para dar lugar a uma outra língua.

A colonização linguística como acontecimento produz, assim, de acordo com Mariani (2003), modificações e reorganizações nos sistemas linguísticos, além de rupturas. Em vista disso, a colonização linguística pode ser entendida como um “(des)encontro linguístico no qual os sentidos construídos são determinados em situações enunciativas singulares, situações históricas e paulatinamente engendradas que vão dando lugar ao surgimento de uma língua e de um sujeito nacionais” (MARIANI, 2003, p. 75).

Considerando acontecimento como “o que produz diferença’ ao ocorrer”, constituindo uma “temporalidade pela qual ele significa” (GUIMARÃES, 2004, p. 12, grifos do autor), podemos afirmar que a colonização linguística e a gramatização brasileira são acontecimentos que produziram diferença na Língua Portuguesa que se constituiu no Brasil – não na estrutura da língua, mas no seu funcionamento. A Língua Portuguesa, para se tornar a língua do Brasil, precisou constituir-se com uma memória europeia do colonizador e em uma atualidade de um território colonizado que buscava sua identidade nacional.

Para a constituição do Estado, conforme já mencionamos, deve haver uma língua nacional – homogênea e imaginária –, que, como coloca Orlandi (2002), é essencial para a identidade do país. Para isso, tal língua precisa ser escrita e gramatizada, o que ocorre por meio dos dicionários, das gramáticas e da escola. Os instrumentos linguísticos, como afirma Orlandi (2012), auxiliam, assim, na constituição da língua nacional, pois configuram um imaginário de língua dentro de seu espaço, institucionalizando, dessa forma, a relação dos sujeitos com a língua.

Em estudos sobre a descolonização brasileira, entendemos que o Brasil rompe com a tradição gramatical de Portugal ao produzir instrumentos linguísticos próprios. Se pensarmos que a descolonização linguística cria um imaginário que separa o português do Brasil do

português de Portugal, compreendemos que esse processo ocorre quando “[...] a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação” (ORLANDI, 2009a, p. 172). Desse modo, os processos de colonização e descolonização linguística – ambos relacionados à unidade necessária e à diversidade concreta na constituição de uma Nação e de um Estado – funcionam, segundo Orlandi (2009a), por causa das condições sócio-históricas e do processo de memória dos países colonizados e colonizadores.

Baseando-nos em Costa (2014), entendemos que há uma “relação intrínseca” (COSTA, 2014, p. 23) entre os processos de colonização e descolonização porque esses processos “não são nem unívocos nem fazem parte de uma história linear que traça uma teleologia” (COSTA, 2014, p. 23), mas “se entrelaçam fazendo parte de um processo complexo” (COSTA, 2014, p. 23). Ao encontro disso, Celada (no prelo) expõe que “o registro do prefixo “des” entre parênteses tenta dar conta do peso de uma inércia – isto é da determinação de um processo histórico”. De fato, a colonização linguística dura muito tempo, naturalizando as relações entre colonizador e colonizado, o que dificulta a descolonização, implementando essa “inércia”. O processo de (des)colonização linguística é uma contradição histórica – como Pêcheux ([1977] 1990) trabalha a contradição. Desse modo, é necessário pensar os processos de colonização e descolonização como formações discursivas heterogêneas em “relações de contradição-desigualdade-subordinação” (PÊCHEUX, [1977] 1990, p. 10). De acordo com o autor, “uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão, ela não se realiza a não ser dentro da contradição que organiza nela a unidade e luta dos contrários” (PÊCHEUX, [1977] 1990, p. 8). Sendo o caráter regional da formação ideológica, a formação discursiva, por sua vez, também é contraditória e dividida, ou melhor, heterogênea. Desse modo, grifar como (des)colonização linguística traduz o movimento desse processo de colonização e descolonização, mostrando a porosidade das formações discursivas (INDURSKY, 2008) e a “contradição constitutiva que atravessa” (CELADA, no prelo) esse processo, já que se atravessam outros saberes que não aqueles que até então funcionavam como prioritários.

No entanto, como esta pesquisa é sobre a história da dicionarização da Língua Espanhola no Uruguai, ressaltamos nosso pressuposto de que a Hispano-América não rompe totalmente com a tradição linguística da Espanha ou de que temos um processo de (des)colonização linguística. Nesse sentido, olhamos nosso *corpus*, o DEU, na expectativa de compreender um pouco mais dessa História das Ideias Linguísticas do e no Uruguai, que,



certamente, tem trabalhado para constituir um processo de gramatização particular de sua língua nacional.

### 3.1.1 A língua nacional espanhola na América

Como a língua ocupa um lugar importante na constituição do Estado-Nação e na relação do sujeito com esse Estado-Nação, faz-se necessário compreender a constituição da Língua Espanhola. Para Lara (2011), a história da Língua Espanhola perpassa por quatro momentos determinantes: as glosas emilianenses e silenses, a atividade textual de Afonso X, a obra de Antonio Nebrija e a fundação e atuação da RAE. As glosas, conforme vimos anteriormente, consistiam nas listas de palavras criadas para a compreensão das línguas medievais. Com a tradição dos textos escritos e a necessidade de comunicação, surgem as primeiras normas de correção e de identidade da língua, instituídas por Afonso X, rei de Castela, a fim de garantir a unidade da língua no reino e a comunicação entre os habitantes: o que propiciou a ascensão da língua castelhana, que também era empregada nos documentos oficiais (LAPESA, 1981) em detrimento do latim (LARA, 2011).

Com a formação do Estado nacional espanhol, com a unificação de Castela e Aragão e com a publicação da gramática de Nebrija, em 1492, houve a necessidade de promover a identificação por meio da instrumentalização com o território nacional, motivo pelo qual foi reforçado o processo de reflexão sobre a língua iniciado por Afonso X, fixando-se, assim, a norma ortográfica. Para Alonso (1967), Nebrija, com sua gramática e seu vocabulário, tinha a ambição de fixar e expandir a Língua Espanhola, mostrando que havia regras e normas e que, desse modo, a Língua Espanhola podia ser ensinada.

Nesse contexto, os dicionários monolíngues ganharam destaque, já que não surgiram em busca de informação ou por uma necessidade da comunidade linguística, mas por interesses simbólicos “*correspondentes, en última instancia, a los intereses de los Estados nacionales*”<sup>85</sup> (LARA, 1996, p. 32). A exemplo disso, podemos citar o surgimento e a delimitação do reino de Castela, cuja língua é a castelhana, que se transformou no Estado-Nação moderno da Espanha.

Posteriormente, no século XVIII, com o processo de unificação da Espanha, a RAE foi criada, em 1713, sob o lema “*limpia, fija y da esplendor*”<sup>86</sup>, que garantiu a “higienização”, “a

---

85 Tradução nossa: “correspondentes, em última instância, aos interesses dos Estados nacionais”.

86 Tradução nossa: “limpa, fixa e dá esplendor”.

homogeneização”, a “ilustração” e a “pureza” da língua, bem como o estudo da Língua Espanhola a partir de um caráter normativo e prescritivo. Para isso, sua primeira tarefa foi elaborar um dicionário monolíngue – o **Diccionario de Autoridades** (1726) –, visando dar identidade e grandeza à Língua Espanhola, servindo como modelo do bem escrever (LARA, 2011).

Em seguida, com a formação dos Estados nacionais hispano-americanos, houve um fortalecimento da unidade da Língua Espanhola, pois as academias de letras hispano-americanas que surgiram seguiam os valores puristas da RAE (LARA, 2011). No entanto, Lara (2011, p. 328) defende que *“lo que ha conservado efectivamente la unidad del español no es la acción de normas explícitas dictadas por la Academia, sino una tradición de cultivo de la lengua basada en el valor de la comunicación y en el aprecio de la literatura, considerada común a todos los países hispanohablantes”*<sup>87</sup>. Nesse sentido, a unidade do espanhol mantém-se pelas tradições e pela cultura, que permitem a comunicação entre os sujeitos falantes.

Já, para Lapesa (1981), o espanhol da América é o espanhol da colonização, diferindo, por isso, do espanhol da Espanha. Contudo, as diferenças não chegam a afetar a unidade do sistema linguístico da Língua Espanhola, de forma que a unidade linguística do espanhol prevalece, porque *“las colonias reconocen la excelsa labor civilizadora de nuestros antepasados, también suyos”*<sup>88</sup> e porque *“en España crece la estima por la vigorosa personalidad de las naciones hermanas”*<sup>89</sup>, zelando pelo *“valor instrumental e histórico de la hermosa lengua común”*<sup>90</sup> (LAPESA, 1981, p. 502). Diante disso, temos a política de língua imposta pela Espanha e pela Academia de Letras, fazendo com que, por mais que existam diferenças entre os países, a língua comum espanhola seja a que prevalece.

A respeito de a Língua Espanhola ser comum e as nações que a falam serem irmãs, Del Valle (2004) apresenta o hispanismo – que também chama de hispano-americanismo ou panhispanismo. Para o autor, o hispanismo abrange:

---

87 Tradução nossa: “o que conservou, efetivamente, a unidade do espanhol não foi a ação das normas explícitas ditadas pela Academia, mas a tradição de cultivar a língua baseada no valor de comunicação e no apreço pela literatura considerada comum a todos os países hispano-falantes”.

88 Tradução nossa: “as colônias reconhecem no excelso trabalho civilizador de nossos antepassados, também seus”.

89 Tradução nossa: “em Espanha, cresce a estima pela vigorosa personalidade das nações irmãs”.

90 Tradução nossa: “valor instrumental e histórico da formosa língua comum”.

[...] la existencia de una singular cultura, forma de vida, características, tradiciones y valores, “todas ellas encarnadas por la lengua”; la idea de que la cultura hispano-americana es simplemente cultura española trasplantada al Nuevo Mundo; y la noción de que la cultura hispánica posee una jerarquía interna en la que España ocupa una posición hegemónica<sup>91</sup> (DEL VALLE, 2004, p. 24, grifos do autor).

Com a independência da América Latina e sua transformação em Estados-Nações, a Espanha precisava manter sua “*viabilidad como nación moderna*”<sup>92</sup> (DEL VALLE, 2004, p. 25) e, para isso, necessitava garantir sua unidade nacional e linguística garantindo essa unidade também em suas ex-colônias. O que promove(u) a Espanha com suas Instituições (RAE e Instituto Cervantes) a respeito da língua é que ela é pátria comum (DEL VALLE, 2007a), assim, a Espanha defende o sentimento de unidade por uma Língua Espanhola comum.

Para Sepúlveda (2005), o hispano-americanismo, a partir do século XIX, é uma projeção da identidade cultural da Espanha para a América Latina, com isso, é uma:

[...] continuidad hispana en América como base para la construcción - e incluso como evidencia de su existencia - de un ascendente español sobre las sociedades del continente; ascendente susceptible de ser instrumentalizado para fundamentar una política exterior de prestigio que recuperara el valor internacional de la España de comienzos del siglo XX<sup>93</sup> (SEPÚLVEDA, 2005, p. 22).

A continuidade cultural seria baseada na língua, na religião, na história e nos costumes. Com isso, Espanha seria a “*Madre Patria*”<sup>94</sup> (SEPÚLVEDA, 2005, p. 13, grifos do autor) – a progenitora e protagonista do hispano-americanismo. Assim, o hispano-americanismo, para o autor, é um movimento, uma manifestação nacionalista espanhola, pois é uma busca pela identidade espanhola e pela identidade das nações americanas que estavam se consolidando. Por isso, é importante “*al tiempo que se analiza la nueva imagen de América para España, ver qué es España para las sociedades de las repúblicas americanas*”<sup>95</sup> (SEPÚLVEDA, 2005, p. 14). A América Latina estava buscando sua identidade e a Espanha estava promovendo a ideia de uma língua e cultura comum nos países de Língua Espanhola.

---

91 Tradução nossa: “a existência de uma cultura singular, forma de vida, características, tradições e valores, *todas encarnadas pela língua*; a ideia de que a cultura hispano-americana é, simplesmente, cultura espanhola transplantada ao Novo Mundo; e a noção de que a cultura hispânica possui uma hierarquia interna na qual a Espanha ocupa uma posição hegemônica”.

92 Tradução nossa: “viabilidade como nação moderna”.

93 Tradução nossa: “continuidade hispana em América como base para a construção – e, inclusive, como evidência de sua existência – de um ascendente espanhol sobre as sociedades do continente; ascendente suscetível de ser instrumentalizado para fundamentar uma política exterior de prestígio que recuperara o valor internacional da Espanha de começos do século XX”.

94 Tradução nossa: “Pátria Mãe”.

95 Tradução nossa: “ao mesmo tempo em que se analisa a nova imagem da América para a Espanha, ver o que é Espanha para as sociedades das repúblicas americanas”.

Na relação de identificar Espanha e América Latina, a língua ocupou um importante papel. A partir das independências dos países hispano-americanos, o debate sobre a língua intensificou-se, pois “*América había dejado de ser española y su idioma, el español-castellano, no era ya privativo de España*”<sup>96</sup> (SEPÚLVEDA, 2005, p. 212). A Língua Espanhola, por um lado, mantinha a influência de Espanha na América e, por outro lado, permitia a continuidade da identidade dos países hispano-americanos.

Del Valle (2007a), a partir da proposição de que a língua é pátria comum entre Espanha e América Latina, traz a noção de hispanofonia, além da noção de hispanismo e hispano-americanismo. Por meio da hispanofonia, temos a língua como papel central, “*una lengua común que une, formando un vínculo afectivo, a todos aquellos que se sienten en posesión de la misma y que comparten un sentimiento de lealtad hacia ella*”<sup>97</sup> (DEL VALLE, 2007a, p. 37), com isso, a relação entre a Espanha e a América Latina é pautada por todos falarem e compartilharem uma língua comum que pode dar uma identidade linguística comum, uma comunidade hispânica, uma pátria comum. No entanto, ainda temos a Espanha e suas instituições como centro, pois, se a lealdade se dá por meio da língua, a instituição com mais e reconhecida autoridade sobre a Língua Espanhola é a RAE.

Alonso (1967) apresenta um estudo sobre a base linguística do espanhol americano e sobre as mudanças que o espanhol sofreu no continente americano. Consoante o referido autor, a base da Língua Espanhola da América “*es la forma americana que fue adquiriendo en su marcha natural el idioma que hablaban los españoles del siglo XVI, los de 1500 y los de 1600, y unos decenios del XVII*”<sup>98</sup> (ALONSO, 1967, p. 11). Com isso, o autor afirma que a base do espanhol americano não é o espanhol clássico do século XV ou dos séculos anteriores, porque este já não pertence “*al sistema lingüístico vivo*”<sup>99</sup> (ALONSO, 1967, p. 12), mas é “*la nivelación realizada por todos los expedicionários en sus oleadas sucesivas durante todo el siglo XVI. Ahí empieza lo americano*”<sup>100</sup> (ALONSO, 1967, p. 44). Ao encontro disso, entendemos que a Língua Espanhola é transferida para um novo espaço e, por isso, sofre mudanças (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001).

---

96 Tradução nossa: “América deixou de ser espanhola e seu idioma, o espanhol-castelhano, já não era privativo de Espanha”.

97 Tradução nossa: “uma língua comum que une, formando um vínculo afetivo naqueles que se sentem possuidores dela e que compartilham um sentimento de lealdade frente a ela”.

98 Tradução nossa: “é a forma americana que foi adquirindo, em sua marcha natural, o idioma que falavam os espanhóis do século XVI, os de 1.500 e os de 1.600, e umas décadas do século XVII”.

99 Tradução nossa: “ao sistema linguístico vivo”.

100 Tradução nossa: “a nivelção realizada por todos os expedicionários em suas jornadas sucessivas durante todo o século XVI. Assim começa o espanhol americano”.

A produção de instrumentos linguísticos em castelhano, o Estado-Nação espanhol e a língua nacional espanhola contribuíram, assim, para a base do espanhol americano. A Espanha exerceu seu poder de unificação durante os séculos XV e XVI, pois, já nos séculos XVII e XVIII, as sociedades hispano-americanas foram tornando-se independentes e exercendo suas autonomias frente à sociedade e à língua. Conforme Izquierdo e Utrilla (2010), na América Latina, a Língua Espanhola sofreu transferências devido ao surgimento de novas necessidades: denominação de coisas novas, o que resultou em muitos empréstimos do espanhol peninsular para as línguas autóctones americanas e vice-versa. Houve, diante disso, mudanças de significados e preferências por certos usos em função da enorme extensão da América Latina, mas a norma padrão continuou sendo a mesma do espanhol peninsular – forçada pela dominação da RAE na produção dos instrumentos linguísticos. Por esse motivo, “*la formación del léxico hispano-americano es, pues, producto de una evolución paulatina y continuada*”<sup>101</sup> (OLIVER; UTRILLA, 1992, p. 252) do espanhol. Como o léxico é o elemento menos estável da estrutura das línguas, sofre maiores transformações.

Nesse âmbito, para Izquierdo e Utrilla (2010), é necessário atentar para a procedência dos colonizadores, a relação dos colonizadores com os nativos, as imigrações posteriores e a cultura e a administração das colônias da época para compreender a constituição da língua nacional em cada país da América Latina. Tendo isso em vista, os referidos autores afirmam que é válido opor o espanhol *de* América ao espanhol *de* Espanha para confrontar os traços de cada Língua Espanhola, assim como para explicar a formação de uma língua em um país colonizado, de novas palavras e de novos conceitos; essa oposição não é válida, porém, para descrever o espanhol americano como homogêneo e distinto do espanhol da Espanha. Dessa forma, o espanhol hispano-americano não se distancia do espanhol peninsular, pois eles possuem uma unidade em comum, já que ambos pertencem à Língua Espanhola; o que ocorre é que o espanhol hispano-americano vai adquirindo características próprias que singularizam a Língua Espanhola.

De acordo com Oliver e Utrilla (1992), a expressão o espanhol *de* América é empregada para tratar da Língua Espanhola difundida no continente americano pelos espanhóis; enquanto o termo espanhol *em* América faz referência a uma diversificação regional. Essa asserção vai ao encontro do que Elizaincín (2006) entende por estas posições: *de* e *em* América. O espanhol *de* América dá a ideia, além da diversidade linguística, de heterogeneidade e de

---

101 Tradução nossa: “a formação do léxico hispano-americano é, pois, produto de uma evolução paulatina e continuada”.

pertencimento a um espaço; trata-se, para o autor, de uma visão mais específica do espanhol, pois o coloca em uma região, em um espaço. Já, falar do espanhol *em* América remete à ideia de um percurso histórico que a Língua Espanhola estabeleceu no continente americano e de um espanhol comum, demonstrando uma visão mais geral e abrangente da língua, o que fornece a ilusão de que a língua pode estar em outro e qualquer lugar. Nesse viés, entendemos que a Língua Espanhola estabeleceu-se em América para tornar-se o espanhol de América – pressuposto esse que não é invalidado pelos estudos que comprovam que houve variedades da Língua Espanhola que se transportaram para o continente americano, por exemplo.

De acordo com Izquierdo e Utrilla (2010), a Língua Espanhola da Hispano-América é muito parecida com a da região das Ilhas Canárias e de Andaluzia, na Espanha. Lapesa (1981) também afirma que há interferências andaluzas e canárias no espanhol hispano-americano, citando como exemplos: o *yeísmo*<sup>102</sup>, a aspiração de /-s/ e o não uso do pronome *vosotros* para segunda pessoa do plural, prevalecendo somente o pronome *ustedes*. Também existiram outras línguas de outras regiões da Espanha e da Europa que vieram para a Hispano-América e contribuíram para a constituição do espanhol americano, bem como as línguas indígenas e, posteriormente, as línguas africanas. Além disso, a própria vida colonial promoveu mudanças semânticas na língua (LAPESA, 1981).

Outro dado que reforça a herança linguística andaluza e canária em vez da castelhana (embora o castelhano também tenha algumas características linguísticas em comum com o andaluz e o canário) na América Latina é que, de acordo com Lipski (2004), a colonização, durante dois séculos, foi planejada por Castela e administrada por Andaluzia com colaboração das Ilhas Canárias, que era escala obrigatória dos navios que iam à América. Assim, os navios com os colonizadores saíam dos portos de Ilhas Canárias e Andaluzia (alguns também partiam de Sevilha), tendo os andaluzes dominado a colonização numérica e sociolinguisticamente.

Ao encontro disso, Alonso (1967, p. 12) afirma que a impressão de o espanhol americano lembrar o espanhol andaluz é autêntica; no entanto, “*no tiene justificación histórica*”<sup>103</sup>, pois essa impressão se dá apenas pelos traços da pronúncia (como o *yeísmo*). Segundo o autor, o *yeísmo* está, contudo, documentado primeiro na América e depois na Andaluzia. Desse modo, para o autor, não se pode afirmar que a base do espanhol da América é andaluza, pois há apenas estudos comparando o sistema fonético da língua. Diante disso, Alonso (1967) afirma, ainda, que a “base” para o espanhol americano é o castelhano, devido à

---

102 *Yeísmo* é o fenômeno em que a pronúncia da letra /-ll/ é igual ao da letra /-y/, ocorrendo em diversos países hispano-americanos e em regiões da Espanha.

103 Tradução nossa: “não tem justificação histórica”.

importância econômica e política de Castela e ao fato de o castelhano ser a língua que “*todo el mundo estaba preparado para aceptar su hablar como el mejor, puesto que era el más cercano al ‘español’, casi idéntico a él*”<sup>104</sup> (ALONSO, 1967, p. 45, grifo do autor).

Nesse viés, para Alonso (1967), a língua na América sofreu um processo de “transformação”, mas esta não foi momentânea. Não há só questões demográficas, cronológicas, geográficas ou sociais que impõem o espanhol na América: há, também, a uniformização da língua, “*un ideal de bien hablar que de unos individuos pasó a los españoles en general, y que peso en la historia del idioma de ambos lados del Atlántico*”<sup>105</sup> (ALONSO, 1967, p. 20). Tal ideal é representado pela produção de Nebrija, pois, no ano de descobrimento da América, foi publicada a sua **Gramática de la lengua castellana**.

Na época da colonização, para Alonso (1967), houve, também, a questão da constituição da língua nacional na Espanha, da formação do Estado-Nação espanhol, do crescimento da identidade nacional e, conseqüentemente, da unificação da língua – o que determinou a Língua Espanhola como língua nacional em vez do castelhano. Nesse contexto, havia o espanhol como “*idioma común a la nación entera*”<sup>106</sup> (ALONSO, 1967, p. 42), convivendo com as línguas “regionais”. Para Lapesa (1981), a denominação “espanhol” preponderou sobre a “castelhano” porque, fora da Espanha, a designação “Língua Espanhola” era mais adequada, e, dentro da Espanha, os aragoneses e andaluzes sentiam-se incluídos nessa designação mais do que na denominação “língua castelhana”. Reforçando essa perspectiva, Alonso (1942) entende que a denominação “espanhol” significava um idioma falado também fora de Castela.

De acordo com Alonso (1942), a denominação “espanhola” para a língua falada na Espanha originou-se da unificação da Nação e do “*despertar renacentista de las conciencias nacionales en Europa*”<sup>107</sup> no século XVI, o que fez com que a denominação da língua ganhasse um novo sentido: o do “*idioma como instrumento de la nación y, en cierto modo como su símbolo*”<sup>108</sup> (ALONSO, 1942, p. 27). Dessa maneira, o espanhol, sendo “*el idioma de la nación*”<sup>109</sup> (ALONSO, 1942, p. 19), passou a ser usado dentro e fora de Espanha.

Entende-se, assim, que há o sentido da unidade nacional e que a língua auxilia nessa unidade e identidade. Ademais, castelhano e espanhol situam aspectos distintos sobre o idioma:

---

104 Tradução nossa: “todo o mundo estava preparado para aceitar seu falar como o melhor, visto que era o mais próximo do *espanhol*, quase idêntico a ele”.

105 Tradução nossa: “um ideal de bem falar que, de uns indivíduos, passou aos espanhóis em geral e que pesou na história do idioma de ambos os lados do Atlântico”.

106 Tradução nossa: “idioma comum à nação inteira”.

107 Tradução nossa: “despertar renascentista das consciências nacionais na Europa”.

108 Tradução nossa: “idioma como instrumento da nação e, em certo modo, como seu símbolo”.

109 Tradução nossa: “o idioma da nação”.

“‘castellano’ había hecho referencia, comparando y discerniendo, a una esfera de hablas peninsulares – castellano, leonés, aragonés, catalán, gallego, árabe –; ‘español’ aludía explícitamente a la esfera de las grandes lenguas nacionales – francés, italiano, alemán, inglés”<sup>110</sup> (ALONSO, 1942, p. 34, grifos do autor). Desse modo, castelhano foi a denominação utilizada quando Espanha se unificou, enquanto espanhol foi a denominação empregada para expressar a unidade nacional e a língua nacional dentro e fora de Espanha. Tendo isso em vista, Alonso (1942, p. 113, grifos do autor) afirma, ainda, que as denominações da língua convivem por muitos séculos e se alternam, pois “‘castellano’ lleva ahora dentro de sí español”<sup>111</sup>. Na América, também, há essa alternância entre as denominações da língua, ainda que fosse preferível usar o castelhano para marcar o sentimento nacional e estabelecer uma distinção em relação a uma Nação que não apoiava os movimentos independentistas. Assim, “castellano no se identifica con ningún estado constituido; español sí”<sup>112</sup> (ALONSO, 1942, p. 140).

A formação do vocabulário do espanhol americano, de acordo com Lapesa (1981), também se deve a transferências léxicas de outros colonizadores, de africanos, de indígenas e de imigrantes. A contribuição mais importante das línguas indígenas em relação à Língua Espanhola pode ser observada no léxico, pois os espanhóis depararam-se com plantas, animais e costumes diferentes, tendo utilizado muitas palavras dos indígenas para nomear o novo. A língua africana advinda dos escravos negros também contribuiu para o léxico do espanhol hispano-americano, principalmente no que concerne a nomes de plantas, frutas, comidas, bebidas, instrumentos musicais e danças. As línguas indígenas, por sua vez, contribuíram mais em algumas regiões do que em outras, porque o contato com os índios diferia dependendo do local.

Esses estudos apresentam uma das características mais contrastantes entre a Língua Espanhola no uso dos pronomes *tú* e *vos*. Na Espanha de 1500, os dois pronomes eram utilizados – o pronome *tú* era usado para se comunicar com classes inferiores ou quando havia intimidade, já o pronome *vos* era usado em alguns casos em que havia maior confiança. No entanto, diante da generalização do pronome *usted* como forma de tratamento formal e de respeito, o pronome *tú* foi o adotado para o uso familiar ou informal, de forma que, nos séculos XVII e XVIII, o *vos* foi eliminado. Já na Hispano-América, principalmente na região do Rio da

---

110 Tradução nossa: “castelhano havia feito referência, comparando e discernindo, a uma esfera de falas peninsulares – castelhano, leonês, aragonês, catalão, galego, árabe –; espanhol aludia, explicitamente, à esfera das grandes línguas nacionais – francês, italiano, alemão, inglês”.

111 Tradução nossa: “o castelhano leva, agora, dentro de si o espanhol”.

112 Tradução nossa: “o castelhano não se identifica com nenhum estado constituído; o espanhol, sim”.



Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai), esse pronome foi conservado, originando o fenômeno do *voseo*, que se tornou uma característica do espanhol dessa região (LAPESA, 1995).

Para Weinberg (1992), é necessário tomar cuidado com as generalizações sobre o espanhol americano. O espanhol na América Latina não é homogêneo, não é arcaico e não possui origem pré-clássica. Não é homogêneo porque há “*muchas variedades regionales y sociales del español americano*”<sup>113</sup> (WEINBERG, 1992, p. 119). Não é arcaico porque isso “*significa generalizar a todo el español de América algunos rasgos conservadores, que en la mayoría de los casos están restringidos social o geográficamente*”<sup>114</sup> (WEINBERG, 1992, p. 120), pois nem todas as características do espanhol peninsular têm perdurado na América. Não possui origem no castelhano pré-clássico porque isso se baseia em “*confundir lengua con literatura (el término clásico se aplica a lo literario, no a lo lingüístico)*”<sup>115</sup> (WEINBERG, 1992, p. 120) e em “*considerar que la conquista de América se realizó en 1492, cuando en realidad se desarrolló durante todo el siglo XVI y la afluencia de pobladores continuó a lo largo de los siglos XVII e XVIII*”<sup>116</sup> (WEINBERG, 1992, p. 120). Na comparação entre o espanhol peninsular e o americano, devem-se considerar as diferenças entre o padrão culto da língua e o padrão menos culto; tanto no espanhol peninsular quanto no americano, há “padrões” “cultos” e “populares”. Com isso, entendemos que a Língua Espanhola constituiu-se de forma diferente durante os séculos e em cada região americana e, assim, apesar de ser a língua comum de dois continentes – foi transferida da Espanha para a América Latina – e das generalizações – por causa do contato linguístico entre os sujeitos falantes –, tem suas peculiaridades.

Conforme Weinberg (1992), há apenas duas características gerais da Língua Espanhola no continente americano: o *seseo*<sup>117</sup> e a eliminação da oposição entre os pronomes *vosotros* e *ustedes*; que, apesar de serem características gerais na América, também aparecem em algumas variedades da língua na Espanha. O *voseo* é uma característica da hispano-américa que não é encontrada na Espanha, mas também não é compartilhada em todo o território americano. A autora ainda menciona outros traços do espanhol hispano-americano que não são gerais em todo

---

113 Tradução nossa: “há muitas variedades regionais e sociais do espanhol americano”.

114 Tradução nossa: “significa generalizar todo o espanhol de América com características conservadoras que, na maioria dos casos, estão restringidas social e geograficamente”.

115 Tradução nossa: “confundir língua com literatura (o termo clássico se aplica ao literário e não ao linguístico)”.

116 Tradução nossa: “considerar que a conquista da América se realizou em 1492 quando, na verdade, desenvolveu-se durante todo o século XVI e a afluência dos povoadores continuou ao longo dos séculos XVII e XVIII”.

117 *Seseo* é a perda da distinção entre o fonema /θ/ - fricativo interdental surdo – e o fonema /s/ - fricativo alveolar surdo, por exemplo, a distinção entre /-c/, /-z/ e /-s/.

o continente e também aparecem no espanhol peninsular: *yeísmo*, perda de /-s/ e confusão entre /-l/ e /-r/.

Esses estudos sobre as diferenças ou não nos sistemas fonológicos, sintáticos, morfossintáticos, no léxico são para alertar-nos que o espanhol americano é “*una compleja realidad lingüística basada en lo histórico y lo geográfico*”<sup>118</sup> (WEINBERG, 1992, p. 122), ou seja, faz parte de um continente e possui uma história comum “*por tratarse de una lengua trasplantada a partir del proceso de conquista y colonización del territorio americano*”<sup>119</sup> (WEINBERG, 1992, p. 15).

De encontro com as ideias que indicam um espanhol *de América* e um espanhol *de Espanha*, Lara (2007, p. 178) defende que “*no se puede seguir pensando [...] que hay un ‘español de América’, capaz de caracterizarse en bloque frente al de España; y no se puede seguir pensando que las variedades hispanoamericanas se describen y se comprenden bien mediante la pareja de “‘español general’/‘español americano’*”<sup>120</sup>. O referido autor defende a não oposição entre espanhol de América e espanhol de Espanha porque a Língua Espanhola é língua nacional de vinte e dois países independentes e, por ser a língua nacional, os países hispano-americanos também possuem a ideia unificadora da língua. Interpretamos, com isso, que cada língua nacional possui seu sistema, seu funcionamento e identifica os sujeitos com o Estado-nação, há produção de políticas de línguas para a unidade (imaginária) da língua no Estado. O autor defende que a diferença entre os “*españoles nacionales*”<sup>121</sup> (LARA, 2007, p. 178) está na história, na cultura e na língua escrita e falada de cada país. Diante disso, interpretamos que podemos tratar a Língua Espanhola como sendo a língua de cada país que a tem como língua nacional; podemos falar que cada Estado-nação, que tem a Língua Espanhola como língua nacional, possui entendimento e identidade com essa língua.

Para Fánjul (2004) a generalização espanhol *de América* deve ser questionada porque não há traços na Língua Espanhola característicos de somente um país e as diferenças léxicas não causam mal-entendidos que não podem ser esclarecidos pela estrutura da língua. O referido autor esclarece essa asserção comparando a Língua Espanhola com a Língua Portuguesa. Na Língua Portuguesa, há fatores objetivos (identificados pelo autor como sendo traços fonéticos,

---

118 Tradução nossa: “uma complexa realidade linguística baseada no histórico e no geográfico”.

119 Tradução nossa: “por tratar-se de uma língua transplantada a partir do processo de conquista e colonização do território americano”.

120 Tradução nossa: “não se pode continuar pensando [...] que há um ‘espanhol de América’, capaz de caracterizar-se em bloco frente ao de Espanha; e não se pode continuar pensando que as variedades hispano-americanas se descrevem e se compreendem bem diante do par ‘espanhol geral’/‘espanhol americano’”.

121 Tradução nossa: “espanhóis nacionais”.

fonológicos, léxicos, pragmáticos) e subjetivos (as atitudes de grupos sociais perante a língua) que embasam a afirmação de que há um português do Brasil e um português de Portugal. A estrutura da Língua Portuguesa é diferente nesses dois países e há percepção por parte dos brasileiros de que há um português do Brasil, ademais há trabalhos científicos sobre as diferenças entre a Língua Portuguesa desses dois países. O mesmo não ocorre com a Língua Espanhola, a qual identifica todos os sujeitos que falam essa língua e permite sua comunicação.

Com base em tais considerações, entendemos que a Língua Espanhola historicizou-se de outra maneira no novo continente, produzindo outros ou novos sentidos, o que nos leva à heterogeneidade linguística. Falar de um espanhol *de* América e um espanhol *de* Espanha mostra uma suposta homogeneidade linguística e um processo de (des)colonização linguística que sempre estão marcados.

Optamos por trazer dois pontos de vista para a questão da constituição da língua nacional espanhola (um ponto de vista de autores espanhóis e outro de autores hispano-americanos) para visualizarmos os discursos da (des)colonização e, assim, entendermos o discurso dos colonizadores e o dos colonizados, bem como a tensão que ressoa nesses discursos que é a busca por identificação com o “novo espaço-tempo” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 21), adaptação ao novo funcionamento de uma língua transportada.

### 3.1.2 A constituição da Língua Espanhola do Uruguai

Em relação ao Uruguai, os fatos históricos e linguísticos indicam que a colonização da Banda Oriental foi lenta e tardia, pois não havia interesse econômico da Espanha pela região. Assim, as línguas espanhola e portuguesa chegaram ao país de forma esporádica, a partir do século XVII. A língua indígena também contribuiu para a constituição do espanhol uruguaio, mas, atualmente, não há línguas indígenas no território – segundo Bertolotti e Coll (2006), não há população indígena no Uruguai que se reconheça como tal, e a contribuição e perpetuação da língua indígena no léxico diz respeito a palavras referentes à fauna e flora e a topônimos, fato que evidencia a europeização dos índios no período de colonização e a adoção do espanhol como língua franca<sup>122</sup>, assim como ocorreu com a Língua Portuguesa no Brasil. Posteriormente, nos séculos XIX e XX, houve a presença de línguas africanas e europeias devido a migrações

---

122 Entendemos por língua franca “aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum” (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

e imigrações. Diante de tais questões, notamos que a história demográfica e populacional do Uruguai também influencia a história da língua do Uruguai.

Nesse viés, Bertolotti e Coll (2006; 2014) destacam algumas particularidades do espanhol do Uruguai – embora não sejam exclusivas do país. Além da característica morfológica do uso do *vos* – cabe ressaltar que, no Uruguai, também é usado o *tú* – eles salientam a característica fonológica do *yeísmo* e do *seseo* – cabe mencionar a sonorização do /-y/, a aspiração de /-s/ no meio ou fim de palavras, a elisão de /-d/ em fim de palavra, a preferência pelo uso de diminutivo com terminação em /-ito/ –, e as características sintáticas, que se referem, principalmente, à preferência pelo uso do pretérito perfeito simples.

Quanto à história do descobrimento do Uruguai, Bertolotti e Coll (2006; 2014), bem como Elizaincín (1992) afirmam que, em 1516, o primeiro descobridor espanhol, Juan Díaz de Solís, chegou no Rio da Prata em virtude de uma viagem exploratória, ou seja, sem intuito demográfico. A área que pertence hoje ao Uruguai, por algum tempo, foi esquecida, pois era geograficamente pouco estratégica, não possuía materiais preciosos e era habitada por escassos índios. Somente no século XVII a Coroa espanhola passou a interessar-se por essas terras com o objetivo de conter a invasão portuguesa e de outras nações europeias, não só pelo fato de o porto de Montevidéu ser bastante vantajoso para o comércio e para o militarismo, mas também pelo interesse na criação de gado, favorecida pelas características geográficas da região. De acordo com Bertolotti e Coll (2014), em 1624, estabeleceu-se uma redução em Santo Domingo de Soriano; em 1680, foi fundada a Colônia de Sacramento pelos portugueses; e, em 1724, o que é hoje a cidade de Montevidéu foi planejada pela Coroa espanhola para frear os avanços dos portugueses pela região.

Para Elizaincín (1992), a época colonial do Uruguai pode ser dividida em dois períodos: 1) desde a descoberta de Solís (1516) até a fundação de Montevidéu; e 2) desde a fundação de Montevidéu até o ano de 1811. Enquanto o primeiro período foi marcado pela instauração do primeiro povoado fixo (Santo Domingo de Soriano), pela introdução de gado e pela fundação da Colônia de Sacramento pelos portugueses, o segundo caracterizou-se pela organização política e civil do país. Para Nahum (2016), o período colonial – e inclusive o período da independência – foi marcado por conflitos políticos pelo território oriental, o que dificultou a ascensão do Uruguai como Estado soberano.

Até o século XVIII, o Uruguai não contava com uma densidade demográfica alta nem com centros urbanos; portanto, era a cidade de Montevidéu que, desde o começo da colonização, concentrava a maior densidade populacional. A partir do século XIX, segundo Coll (1994), com a modernização e urbanização do Uruguai, iniciaram-se também as reflexões

sobre a língua, o que levou à criação da primeira biblioteca pública e do primeiro instituto acadêmico, à alfabetização do povo, à ampliação da escola pública e ao surgimento da imprensa, das artes e da literatura. Para a referida autora, o século XVIII foi um período de transição para a língua escrita e para o acesso à língua escrita devido à implantação de escolas públicas, de bibliotecas e de imprensa. Isso vai ao encontro da afirmação de Di Renzo (2012, p. 29) em relação ao Brasil: “a tomada de consciência de uma unidade linguística nacional” se faz pela escrita e pela imprensa, de forma que a língua nacional é definida após a estabilização da Nação; ou seja, primeiro surge o sentimento de pertencimento a um território, a um povo e a uma coletividade e, após, vem a língua (imaginária) comum, que auxilia a identificar essa coletividade e a formar a identidade da Nação (por meio das organização e instalação das instituições do Estado).

É possível, assim, destacar alguns fatos importantes na história do Uruguai durante o século XIX, em seu período de colônia, consoante Nahum (2016): em 1810, iniciou-se a Revolução do Rio da Prata; em 1811, entre outros fatos, Artigas tornou-se o chefe dos orientais, pois tinha muito prestígio na campanha oriental e conseguiu reunir um exército popular; em 1813, com as divergências entre orientais e bonaerenses, ocorreram as “*Instrucciones del Año XIII*”, redigidas por Artigas e encaminhadas à assembleia geral de Buenos Aires – nessas instruções, entre outras coisas, estava o desejo de adentrar à nova ordem política de governo republicano e de independência da Espanha, fatos que promoveriam a autonomia do Uruguai; em 1815, o projeto de povos independentes de José Artigas difundiu-se – apesar disso, com a expansão dos ideais de independência de Artigas, houve a mobilização dos portugueses juntamente com os portenhos para ocupar Montevidéu, o que ocorreu em 1817; em 1820, houve o exílio de Artigas no Paraguai; em 1828, o Uruguai tornou-se independente, pondo fim às guerras entre Brasil e Argentina pelo território oriental; e, em 1830, com a Constituição, o Uruguai iniciou seu percurso como Estado-nação independente.

A independência do Uruguai foi uma consequência mais de interesses políticos do que de uma vontade expressa dos uruguaios por um sentimento nacional. Conforme Oroño (2012, p. 77), “*la creación del Estado uruguayo no fue consecuencia de los reclamos de una nación, sino que primero se creó el Estado y luego se fue avanzando hacia una nación que lo sustentase*”<sup>123</sup>. Mesmo com o Uruguai independente e com a Constituição aprovada, o sentimento nacional, por parte dos habitantes, não era voltado à nacionalidade e não cessaram

---

123 Tradução nossa: “a criação do Estado uruaio não foi consequência dos reclamos de uma nação, primeiro, criou-se o Estado e, após, foi-se avançando até uma nação que o sustentasse”.

os conflitos e as revoluções. O país, recém-independente, enfrentou vários obstáculos para consolidar-se e garantir a consciência nacional, pois havia disparidade entre capital e campanha, o Estado estava endividado e desorganizado e não havia urbanização, indústria, comércio e transporte, mas existiam disputas externas entre Brasil e Argentina pelas terras do Uruguai e disputas internas entre os partidos políticos. Dessa forma, ainda foram necessários alguns séculos e conflitos armados, políticos, econômicos e ideológicos para o país se consolidar como Nação e como o Estado que é nos dias de hoje.

Com a independência do Uruguai, tornou-se necessário afirmar a nacionalidade, a unificação política, social e cultural e a língua nacional, e isso requeria optar pelo modelo castelhano ou pelo local. Nesse contexto, como a língua ocupa um papel importante na unificação de uma Nação e de um Estado, foi preciso promover a unificação linguística no Uruguai. Segundo Oroño (2011), nos fins do século XIX, com a modernização do Uruguai, iniciou-se um discurso nacionalista, e a unificação linguística foi instrumentado pelo Decreto-Lei da Educação, em 1877. Esse Decreto-Lei estabeleceu a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino e definiu o espanhol como a única língua para o ensino nas escolas. Segundo Barrios et al (1993), essa obrigatoriedade do ensino do espanhol fez com que os filhos dos estrangeiros que imigraram para o Uruguai alfabetizassem-se em Língua Espanhola. Ao encontro disso, para Barrios e Pugliese (2006), esse Decreto-Lei da Educação é uma política linguística do Estado uruguaio com caráter homogeneizador, defendendo a língua nacional, que é a espanhola, das outras línguas (principalmente, pela presença da Língua Portuguesa característica da fronteira uruguaia e brasileira). Dessa forma, o espanhol tornou-se a língua nacional. No entanto, conforme Barrios et al (1993), essa política linguística que defendia um Estado monolíngue não teve tanto efeito na zona de fronteira com o Brasil, pois, com o Decreto-lei, tornou-se uma zona bilíngue português e espanhol e não monolíngue espanhola, pois o português não deixou de ser falado, o que pode ser explicado pelas características demográficas e culturais dessa zona de fronteira.

De acordo com Sturza (2006), a fronteira “já se define em si mesma como um espaço de contato, um espaço em que se tocam culturas, etnias, línguas, nações” (STURZA, 2006, p. 26). Desse modo, devemos pensá-la como contato social e não somente como limite geopolítico, pois temos a fronteira linguística que não se limita à demarcação geográfica, vai “além de suas margens territoriais” (STURZA, 2006, p. 31). A fronteira, por um lado, precisa de uma referência física – necessidade para a constituição de um Estado – e, por outro, tem um sentido “fluido” (STURZA, 2006, p. 31) de contato com as línguas.

A zona de fronteira Uruguai-Brasil foi povoada, inicialmente, por portugueses (com a Colônia do Sacramento, em 1680), com isso, a Língua Espanhola não era majoritariamente falada pela população, predominava a Língua Portuguesa. No entanto, no mesmo ano da fundação da Colônia de Sacramento pelos portugueses, em 1680, ela passou a ser administrada pelos espanhóis. E, depois, em 1683, a Colônia retornou para os portugueses. Em 1705, voltou para os espanhóis. Em 1715, ficou novamente em mãos portuguesas. Em 1762, a Espanha recuperou a Colônia, mas a perdeu novamente. A Espanha teve a conquista definitiva de Colônia de Sacramento em 1777. Em vista disso, a Colônia do Sacramento “*simboliza la coexistencia de dos culturas, de dos lenguas diferentes*”<sup>124</sup> (BERTOLOTTI; COLL, 2014, p. 62).

A existência de Colônia de Sacramento e a ocupação da região das Missões fez com que houvesse disputas entre as coroas espanhola e portuguesa e uma das consequências desses confrontos foi que “*en el territorio de la Banda Oriental coexistieran desde siempre portugueses y españoles*”<sup>125</sup> (BERTOLOTTI; COLL, 2014, p. 62). Segundo as referidas autoras, após a época colonial, a Banda Oriental continuou sendo requisitada e invadida pelos portugueses. A presença da Língua Portuguesa na região da fronteira não se deu somente por razões políticas e militares, a característica da região de ser rica em campos para criação de gado e de ter poucos habitantes de origem espanhola também favoreceu a presença de portugueses, bem como havia documentos oficiais nessa região, já no século XIX, que alternavam a escrita em português e em espanhol. No século XIX, as línguas espanhola e portuguesa estavam em âmbitos públicos e privados na região da frontera, “*se puede escribir en portugués y en español en un registro tan formal como lo es la justicia y se puede también escribir en ambas lenguas en ámbitos tan íntimos como el que se registra en la correspondencia familiar*”<sup>126</sup> (BERTOLOTTI; COLL, 2014, p. 83).

Para frear o domínio da Língua Portuguesa na região de fronteira, o Estado uruguaio fundou alguns povoados e decretou a Lei da Educação, em 1877. Por meio do ensino, o Uruguai pretendeu expandir a Língua Espanhola na fronteira. Desse modo, ao fim do século XIX, “*el español comienza, así, a expandirse lentamente sobre la base lingüística portuguesa en una relación de tipo sustrato-superestrato, dando origen a los hoy llamados dialectos portugueses*

---

124 Tradução nossa: “simboliza a coexistência de duas culturas, de duas línguas diferentes”.

125 Tradução nossa: “no território da Banda Oriental, coexistiram, desde sempre, portugueses e espanhóis”.

126 Tradução nossa: “pode-se escrever em português e em espanhol em um registro tão formal como o da justiça e se pode, também, escrever nas duas línguas em âmbitos tão íntimos como o que se registra na correspondência familiar”.

*del Uruguay, dpu*”<sup>127</sup> (BERTOLOTTI; COLL, 2014, p. 67). A Língua Espanhola consolidou-se como língua oficial com a constituição do Estado uruguaio, ao final do século XIX.

Sturza (2006) aponta dois modos de distribuição das línguas espanhola e portuguesa no espaço da fronteira Uruguai-Brasil: um modo no século XIX e outro modo no século XX. De acordo com o seu estudo, a Língua Portuguesa, no século XIX, era a língua materna e, no século XX, era língua materna e segunda língua. A Língua Espanhola, no século XIX, era língua nacional, segunda língua, língua materna e, no século XX, era língua nacional e língua materna. Ainda, segundo a referida autora,

A prática de uma ou outra língua, portuguesa ou espanhola, nos dois períodos, esteve muito afetada pela maneira como a sociedade fronteiriça foi se organizando. Às vezes foram praticadas com total domínio de ambas, tendo-se uma situação bilíngüe; outras vezes houve uma situação de monolíngüismo que não é em nenhuma das línguas nacionais, mas em uma terceira prática, que resulta justamente da relação entre as duas nacionais (STURZA, 2006, p. 52).

E essa terceira prática – designada como *fronterizo*<sup>128</sup>, *portunhol*<sup>129</sup> ou dialetos portugueses do Uruguai (DPU)<sup>130</sup> – são práticas linguísticas que se cruzam na fronteira entre Brasil e Uruguai formando “um conjunto de línguas: as línguas de fronteira” (STURZA, 2006, p. 73).

Com o ensino da Língua Espanhola imposto pelo Estado uruguaio, a Língua Portuguesa foi perdendo seu espaço de língua materna, conforme Sturza (2006). Com isso, no fim do século XX, há outro quadro de distribuição da Língua Portuguesa no espaço de fronteira que, para a referida autora, mostra a Língua Portuguesa como segunda língua, a Língua Espanhola como língua nacional e primeira língua e o *fronterizo*, o *portunhol* ou o DPU, como língua materna, segunda língua e língua de fronteira.

---

127 Tradução nossa: “o espanhol começa a expandir-se lentamente sobre a base linguística portuguesa em uma relação de substrato-superstrato, tendo origem aos chamados dialetos portugueses do Uruguai, DPU”.

128 Essa designação foi dada por José Pedro Rona em sua obra **Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay**, de 1965.

129 *Portunhol* é outra designação reconhecida pelos sujeitos fronteiriços como a prática em que se mistura a Língua Portuguesa e a Espanhola, sendo também associado ao estágio de aprendizagem da Língua Espanhola pelos sujeitos falantes da Língua Portuguesa. O *portunhol* “não implica a desidentificação do sujeito com a língua nacional e/ou oficial, é mais uma língua, mais uma possibilidade de dizer na fronteira e para além dela” (PETRI, 2018a, p. 182).

130 Os dialetos portugueses do Uruguai são caracterizados pela alternância entre as gramáticas das línguas portuguesa e espanhola e foram designados por estudos acadêmicos de Adolfo Elizaincím, Luis Behares, Graciela Barrios, conforme Sturza (2006). O dialeto português do Uruguai “não é um português brasileiro, mas um português uruguaio afetado pelas transformações diacrônicas do português em território uruguaio” (STURZA, 2006, p. 60).



Cabe ressaltar, apoiando-nos em Sturza (2006, p. 123), que as designações para as práticas das línguas na fronteira Uruguai-Brasil marcam “o movimento que elas vão dar ao percurso de novas práticas de conhecimento”, da relação do sujeito com a língua (do sujeito falante e do sujeito acadêmico com a língua) e da produção de sentidos. A primeira designação foi a de *fronterizo* – que a autora apresenta como acontecimento discursivo fundador – e o fato de “designar as práticas do cruzamento linguístico é trazer para o debate o sentido das línguas afetado pelo lugar que lhe foi conferido no discurso acadêmico, construindo-se um quadro das línguas da fronteira” (STURZA, 2006, p. 123). Com isso, designar as práticas das línguas na fronteira é um sentido político, o que se entende como “aquele que remete à memória sóciohistórica das relações políticas de tais nações” (STURZA, 2006, p. 122). São duas línguas nacionais que convivem, que se cruzam, que se misturam, que disputam, que produzem sentidos. Assim, “o que há são línguas de fronteira, não há como generalizar, as fronteiras são diferentes [...]” (PETRI, 2018a, p. 187).

Conforme Oroño (2011; 2012), a escola teve, assim, forte participação na escolha da língua nacional, pois, nos textos escolares, apareciam denominações de língua. A referida autora afirma que, nos anos 1890, a denominação que prevalecia era a de “castelhano”, enquanto, nos anos 1940, era a de “idioma nacional”. Para Oroño (2012), o termo idioma nacional remete à variedade local – espanhol do Uruguai – e o termo castelhano, à Espanha. Predominava, portanto, um modelo peninsular, em um primeiro momento, não havendo ruptura com a Espanha; e, depois, um modelo local que consolidou o sentimento nacional a partir da língua, o que pode indicar a preocupação em definir uma variedade linguística para o Estado-Nação uruguaio. Em vista disso, a Língua Espanhola do Uruguai consolidou-se como nacional/do Estado quando foi introduzida na educação escolar, o que contribuiu para a unificação linguística e cultural, fortalecendo a ideia de um Estado monolíngue.

Com a Lei Geral da Educação, publicada em 2009, o tratamento da língua no Uruguai modificou-se, de acordo com Art. 40, inciso I,

*La educación lingüística tendrá como propósito el desarrollo de las competencias comunicativas de las personas, el dominio de la lengua escrita, el respeto de las variedades lingüísticas, la reflexión sobre la lengua, la consideración de las diferentes lenguas maternas existentes en el país (español del Uruguay, portugués del Uruguay, lengua de señas uruguayas) y la formación plurilingüe a través de la enseñanza de segundas lenguas y lenguas extranjeras.*<sup>131</sup>

---

<sup>131</sup> Tradução nossa: “A educação linguística terá como propósito o desenvolvimento das competências comunicativas das pessoas, o domínio da língua escrita, o respeito às variedades linguísticas, a reflexão sobre a língua, a consideração das diferentes línguas maternas existentes no país (espanhol do Uruguai, português do

Observamos uma nova forma de política de línguas no Estado uruguaio com o reconhecimento de outras línguas maternas no território, além do espanhol. Tanto do lado uruguaio quanto a educação bilíngue do lado brasileiro<sup>132</sup> fortificou-se (e uma causa disso foram os acordos do Mercosul<sup>133</sup>)<sup>134</sup>.

Podemos inferir, desse modo, que *“la escuela fue concebida para asimilar los tipos humanos dispersos, para asimilar a los inmigrantes y demarcar fronteras lingüísticas; en definitiva, para estar al servicio de la construcción de la nación”*<sup>135</sup> (OROÑO, 2012, p. 79). Nesse contexto, a escola encarregou-se de qual língua e de qual espanhol falar e escrever nos limites do Estado uruguaio, indicando, tal como prevê Di Renzo (2012), que o papel dessa instituição na constituição de um Estado-Nação é importante, pois é nela que se movimenta o pensar nacionalmente e o amor pela pátria e é na escola que aprendemos a língua, a história e a geografia da nação. Diante disso, percebemos que o Estado tem a função de proteger, e a nação tem a função de unificar, e a língua tem a função de consolidar a relação de pertencimento ao Estado-nação.

### 3.1.3 Políticas de Línguas

Para tratar da heterogeneidade na língua e da constituição do Estado e da língua nacional, faz-se necessário tratar de política na língua, porque a política ocorre entre a unidade e a diversidade; na constituição e formulação do discurso; na tensão da língua imaginária com a língua fluida; e na escolha de uma língua como nacional, silenciando as outras. A esse respeito, Orlandi (2007a, p. 8) afirma: “quanta política se passa entre a língua comum, a língua nacional, a língua materna, a língua oficial, a língua regional”! O nome da língua (materna, nacional, oficial ou regional) “recobre uma multiplicidade de instâncias em que o seu poder e

---

Uruguaio, língua de sinais uruguaio) e a formação plurilíngue por meio do ensino de segundas línguas e línguas estrangeiras”.

132 Ressaltamos que temos um novo cenário na política linguística brasileira em relação ao ensino de Língua Espanhola, já que até 2016 ela era obrigatória nos currículos do Ensino Médio, conforme a Lei nº 11.161/2005, no entanto, essa lei foi revogada pela Medida Provisória nº 746/2016, convertida na Lei nº 13.415/2017. Essa Lei altera também a Lei nº 9.394/1996. No Rio Grande do Sul, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 270/2018 acrescenta à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul a oferta obrigatória de Língua Espanhola no currículo das escolas públicas de ensino fundamental e médio.

133 O Tratado de Assunção (1991) apresenta que as línguas oficiais desse bloco econômico regional são a espanhola e a portuguesa e o Protocolo de Intenções (1991) do Mercosul declara o interesse em difundir essas duas línguas nos sistemas educativos.

134 Quanto ao Uruguaio, chamamos a atenção para que o português do Uruguaio, a partir dessa Lei, é considerado como língua materna.

135 Tradução nossa: “a escola foi concebida para assimilar os tipos humanos dispersos, para assimilar os imigrantes e demarcar fronteiras linguísticas; definitivamente, para estar a serviço da construção da nação”.

o modo de sua prática se inscrevem de formas diferentes na sociedade e na história (em) que elas (se) constituem” (ORLANDI, 2007a, p. 8), ou seja, o nome da língua indica como a língua se constitui na história e na sociedade. Dessa forma, “uma política linguística determinada se insere em um domínio de pensamento de uma época, ou seja, nas redes de sentidos que regulam o campo de saberes e o imaginário linguístico em circulação” (MARIANI, 2003, p. 79). Nesse âmbito, a instauração de uma política de língua constitui a base para que as instâncias de poder regulem uma língua e silenciem outra, regulando com isso “os espaços institucionais por onde as línguas circulam e o modo como elas circulam” (MARIANI, 2003, p. 78).

Em relação à constituição da Língua Portuguesa enquanto língua nacional e oficial do Brasil, entendemos que, desde o período da colônia, a Língua Portuguesa conviveu com outras – indígenas, africanas e de imigração –, resultando em diferentes funcionamentos da língua. Guimarães (2005) propõe uma periodização quanto a essa constituição, envolvendo acontecimentos históricos e linguísticos. O primeiro período abarca desde a época da Colônia até a saída dos holandeses, em 1654. Naquele momento, a Língua Portuguesa convivía com as línguas gerais – as “línguas tupi faladas pela maioria da população” (GUIMARÃES, 2005, p. 24) e era a língua oficial empregada em documentos oficiais, mas não a língua da maioria da população.

Já o segundo período abrange de 1654 – saída dos holandeses – até a chegada da Família Real, em 1808. Após o ano de 1808, houve um crescimento do número de portugueses no Brasil, elevando, conseqüentemente, o número de sujeitos falantes da Língua Portuguesa. Outro fator importante naquela fase foi a instituição do Diretório dos Índios, que silenciou as línguas indígenas e tornou obrigatório o ensino de português nas escolas – “uma atitude direta de política de línguas de Portugal para tornar o português a língua mais falada do Brasil” (GUIMARÃES, 2005, p. 24). Com isso, estabeleceu-se a língua oficial do Estado – embora se tratasse da língua do Estado português no território brasileiro, pois o Brasil ainda era colônia de Portugal –, e a Língua Portuguesa passou a ser mais falada no território do que as línguas indígenas.

O terceiro período, por sua vez, iniciou-se com a chegada da família real e terminou em 1826. Naquele momento, em que o português dominava como língua do Estado, começou-se a pensar em unidade da Língua Portuguesa “enquanto língua do rei e da corte” (GUIMARÃES, 2005, p. 24). Essa unidade foi favorecida pela criação de escolas e da Biblioteca Nacional, assim como pela presença da imprensa no Brasil, devido à vinda da família real.

O quarto período iniciou-se em 1826, com a Independência já proclamada. O português, que já era língua oficial, também tornou-se a língua nacional porque, a partir de 1826, o parlamento brasileiro começou a discutir sobre língua nacional; começou-se a discutir sobre ensinar a ler e a escrever com a gramática da língua nacional; iniciou-se o destaque para escritores brasileiros como, por exemplo, José de Alencar; e ocorreu o início da produção de gramáticas com autorias brasileiras, existindo, portanto, o processo de gramatização brasileira com a produção de instrumentos linguísticos diferentes dos de Portugal. Tais fatos indicam o começo de uma identidade nacional: a língua continua sendo a portuguesa, mas “se põe agora como uma forma de transformá-la de língua do colonizador em língua da nação brasileira” (GUIMARÃES, 2005, p. 25). A Língua Portuguesa no Brasil conviveu em espaço e tempo com outras línguas, caracterizando-se como a Língua Portuguesa do Brasil, com o nome de língua nacional e oficial.

Tendo isso em vista, podemos afirmar que o processo de colonização linguística, de acordo com Mariani (2003, p. 78), “instaura, por si mesmo, uma política entre as línguas”, pois “uma política linguística determinada se insere em um domínio de pensamento de uma época, ou seja, nas redes de sentidos que regulam o campo de saberes e o imaginário linguístico em circulação” (MARIANI, 2003, p. 79). Nesse âmbito, a introdução de uma política de língua constitui a base para que as instâncias de poder regulem uma língua e silenciem outra, regulando com isso “os espaços institucionais por onde as línguas circulam e o modo como elas circulam” (MARIANI, 2003, p. 78).

Os instrumentos linguísticos – gramáticas e dicionários – se relacionam com a política da língua, pois eles contêm um saber sobre a língua e “não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político” (ORLANDI, 2007a, p. 8). O político, na perspectiva discursiva, é o espaço de conflito, da tensão e da contradição, pois “se define pela divisão e as relações de poder simbolizadas. Assim, o político está no fato de que tanto os sentidos como os sujeitos [...] são divididos: divididos em si e entre si” (ORLANDI, 2014, p. 27), sendo a língua uma forma de representação desse conflito.

Ao encontro disso, Mariani (2016, p. 44) afirma que “a política é aqui compreendida como campo de disputas dos sentidos, e o político, como processo inscrito na própria linguagem que promove a divisão dos sentidos”. Entendemos, dessa forma, que a política da língua deve ser compreendida em relação à produção de sentidos, sempre divididos que se tencionam na língua. Esse espaço de disputa se caracteriza, quando o sujeito toma a palavra, pois “usar uma palavra é não usar outra” (MARIANI, 2016, p. 45), de modo que “não se diz tudo, não se compreende tudo, há sempre um resto indizível, por mais que se tente significar qualquer coisa,

inclusive a si próprio” (MARIANI, 2016, p. 45). Sendo assim, há o real da língua, os esquecimentos e o seu próprio funcionamento que permitem admitirmos um espaço de conflito, tensões e divisões de sentidos. Há, ainda, a política na e da língua, reforçando a não transparência da língua, do sujeito e da história: sempre somos incitados a negociar sentidos para nos subjetivarmos e significarmos.

Diante de tais aspectos, na leitura e interpretação dos dicionários, é preciso considerar que eles, enquanto discursos, são produção de sentidos e, por isso, não são completos e não carregam a verdade da língua, mas, sim, sentidos divididos simbolizados pela unicidade da língua. Conforme Mariani (2016, p. 47), “o que há são tentativas de amarração e de organização dos dizeres de forma a assegurar sentidos em comum”. Por essa razão, isto é, por ser a língua capaz de falhas, a teoria discursiva trata de evidências de sentidos.

Nesse viés, precisamos considerar, conforme Ludmer (2010), o confronto político da colonização, mas também a política econômica e globalizadora que é a política de línguas de hoje. Essa política econômica, imperial e globalizadora conserva a unidade da língua e faz parte da consolidação do Estado-Nação e também da Academia, pois a instituição tem poder e promove a internacionalização dessa língua via mercado (economia). Com isso, a “estrutura do império” regula o “território da língua”:

*El territorio de la lengua está organizado jerárquicamente como un imperio más o menos clásico, con un centro real, la Real Academia de Lengua Española (la autoridad lingüística que legisla la lengua y la unifica: el poder legislador del territorio), y una cantidad de ‘correspondientes’: América latina es el sitio de las correspondientes. La estructura del imperio en el territorio de la lengua: uno arriba, la autoridad (y una nación), y muchos abajo (una región)<sup>136</sup> (LUDMER, 2010, p. 190).*

A estrutura de autoridade e de poder do império (a RAE mantém uma relação imperial no que se refere à língua) – substituída, na contemporaneidade, pela do Estado-Nação – influencia o território da língua em vista de promover uma unidade. Para Ludmer (2010), “*es la primera regla de una política de la lengua y también la primera regla del imperio*”<sup>137</sup> e “*la ‘diversidad’ es la primera regla del mercado*”<sup>138</sup> (LUDMER, 2010, p. 191, grifo da autora). Sobre essa reflexão, podemos mencionar a autoridade da RAE frente a suas Academias

---

136 Tradução nossa: “o território da língua está organizado hierarquicamente como um império mais ou menos clássico, com um centro real, a Real Academia da Língua Espanhola (autoridade linguística que legisla a língua e a unifica: o poder legislador do território), e uma quantidade de ‘correspondentes’: América Latina é o lugar das correspondentes. A estrutura do império no território da língua: algo acima, a autoridade (e uma nação) e muitos abaixo (uma região)”.

137 Tradução nossa: “é a primeira regra de uma política da língua e também a primeira regra do império”.

138 Tradução nossa: “a *diversidade* é a primeira regra do mercado”.

correspondentes e subordinadas. A RAE foi criada em 1713 e ainda hoje possui autoridade no que concerne à Língua Espanhola, espalhando sua política de língua agora sob o lema da ASALE: unidade na diversidade. A política está entre a manutenção da unidade e o espaço da diversidade, mas, se há diversidade, há conflito e estabelecem-se relações de poder. No entanto, essa diversidade é regulada pela RAE. Ainda podemos falar em estrutura de império porque a RAE mantém uma relação imperial no que tange à língua.

Ao encontro disso, existem as relações de poder e de política de línguas, conforme indica Orlandi (2012a, p. 7, grifos da autora):

**[...] em diferentes momentos da história, as relações de poder se organizam e declinam diferentemente suas relações com as línguas e entre elas, nas e entre as sociedades e as culturas diferentes.** Como consequência, podemos dizer que a produção cultural, científica, social e a própria relação entre os sujeitos no mundo dependem de como se realizam as chamadas “políticas de línguas”.

Ressaltamos, assim, que a escolha de uma língua nacional é uma escolha política. Diante das relações de poder, entendemos não ser possível descartar a relação de poder entre a RAE e as outras Academias hispano-americanas, bem como as relações entre Espanha e Uruguai que se organizam na constituição da Língua Espanhola. Por conseguinte, “uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na vida social e histórica” (ORLANDI, 2007a, p. 8). Há uma relação entre língua e Estado, e os instrumentos linguísticos são meios pelos quais a sociedade aproxima-se da representação da sua língua e da política de línguas.

E na relação da língua com o Estado, dos instrumentos linguísticos com a comunidade linguística, da língua com a política podemos observar a vinculação da Espanha com a América Latina. Quando mencionamos “hispanismo”, “hispanofonia”, “unidade na diversidade”, o que está em jogo é uma política de línguas (uma política com a Língua Espanhola). A Espanha promove uma política pautada na “*promoción del ‘estatus’ del español como pilar central que sostiene a la comunidad panhispánica*”<sup>139</sup> (DEL VALLE, 2007a, p. 55). Temos, com isso, a Língua Espanhola como centro da identificação dos sujeitos hispano-americanos.

Como tomamos a noção de político constitutiva do discurso, tratar de política de línguas não pode ser diferente, ela se realiza enquanto disputa de sentidos promovendo a tensão entre a unidade e a diversidade linguística, os dicionários (DEU e DLE, no caso deste trabalho)

---

139 Tradução nossa: “promoção do *status* do espanhol como pilar central que sustenta a comunidade panhispânica”.

carregam sentidos divididos. Assim, temos, por um lado, a Língua Espanhola como unidade – conforme observaremos nas relações de complementaridade do DEU quanto ao DLE, e, por outro lado, temos a Língua Espanhola como diversidade – conforme observaremos nas relações de especificidade do DEU quanto ao DLE. Desse modo, os sentidos da Língua Espanhola são reproduzidos e atualizados pelos sujeitos em cada país hispano-americano. Analisando discursivamente o DEU e o DLE, temos uma tensão entre a influência da Espanha na Hispano-américa e a identidade de cada Estado-nação hispano-americano. A tensão, o conflito, as disputas de sentidos, nesse caso, estabelecem-se com o lema “unidade na diversidade”: promovendo relações de poder entre as línguas (entre a língua nacional do Estado-nação espanhol e a língua nacional de cada Estado-nação hispano-americano).

#### 4 ENTRE A TEORIA E A ANÁLISE: UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO

Esta terceira parte do trabalho será dedicada ao gesto analítico sobre o DEU tendo em vista seus textos introdutórios e verbetes. Diante disso, conforme Nunes (2010, p. 12, grifo do autor):

Um primeiro ponto a ser considerado é que a leitura do dicionário e os sentidos que ela produz dependem da história do leitor na sua relação com o texto e com a história dos sentidos das palavras (ou seja, em termos conceituais, com o *interdiscurso*). Não há uma leitura única do dicionário, assim como não há sentidos das palavras fixados eternamente. Os sentidos sempre podem ser outros e assim também as leituras. Ao mesmo tempo, a leitura, quando se trata da perspectiva discursiva, não pode ser qualquer uma, visto que a história dos sentidos tem uma materialidade específica que deve ser considerada.

Desse modo, realizamos uma leitura do DEU de acordo com a nossa relação com ele e com a teoria, para assim compreendermos o dicionário a partir de nosso olhar, considerando que os sentidos podem ser outros, mas não podem ser qualquer um. O que queremos, neste gesto inicial de análise, é elencar possíveis sentidos sobre dicionário e sobre língua e, assim, compreender o discurso, tendo em vista que o DEU é o primeiro dicionário da Academia Nacional de Letras do Uruguai.

A análise discursiva, conforme Orlandi (2009), é composta pelo dispositivo teórico de interpretação e pelo dispositivo analítico. O dispositivo teórico movimenta conceitos teóricos que mobilizam a análise e mediam “o movimento entre a descrição e a interpretação” (ORLANDI, 2009, p. 28) – entre o real da língua e o discurso-outro. Considerando que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 53), o movimento entre descrição e interpretação possibilita entender que os sentidos escapam. Já o dispositivo analítico “é construído pelo analista a cada análise” (ORLANDI, 2009, p. 27), levando em consideração, além do *corpus* e do objetivo da análise, o que foi movimentado nos conceitos teóricos. Desse modo, com o dispositivo teórico e o analítico, chega-se à compreensão do objeto discursivo, ou seja, chega-se à produção de sentidos, pois “compreender é saber como um objeto simbólico [...] produz sentidos” (ORLANDI, 2009, p. 26).

Orlandi (2009) expõe, então, que a primeira etapa da análise é a constituição do *corpus* e da questão de análise: tomando o dicionário como discurso, é preciso identificar as formações discursivas, as relações de paráfrase, as sinónimas, o efeito metafórico, os ditos e os não ditos. Já a segunda etapa consiste em observar o modo de constituição dos sujeitos e dos sentidos



mediante análise das desconstruções das evidências, das formações ideológicas, dos esquecimentos e dos conceitos mobilizados no dispositivo teórico. A terceira e última etapa, por sua vez, é a interpretação, na qual se observa a constituição dos sentidos.

Orlandi (2012a) também menciona as noções de paráfrase e metáfora para a realização da análise, porque essas noções funcionam na produção de sentidos e nas formações discursivas, instaurando a tensão entre o mesmo e o diferente. Desse modo, nosso gesto de análise é “acompanhar o trajeto em que se estabelecem os sentidos e os sujeitos pela inscrição da língua na história” (ORLANDI, 2012a, p. 51).

Nesta parte do trabalho, queremos colocar em funcionamento o dispositivo teórico que construímos até agora, tentar responder às perguntas feitas no decorrer do texto e traçar o trajeto dos sentidos no DEU de acordo com sua inscrição na língua e na história.

#### 4.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY

O DEU foi produzido pela Academia Nacional de Letras do Uruguai (doravante ANL) e publicado no ano de 2011. A editora *Ediciones de la Banda Oriental*, responsável pela impressão do DEU, é tradicional no país: funcionando desde 1961, possui um projeto editorial interessado na problemática social/ cultural do Uruguai e da América Latina, contando com publicações de obras principalmente nas áreas de Literatura e História.

Destacamos que a ANL foi criada em 1943 por um decreto-lei<sup>140</sup> e tem como lema “*Vetera servat, fovet nova*”, que significa “*conserva las cosas antiguas y promueve las nuevas*”<sup>141</sup>. As finalidades da ANL são<sup>142</sup>: “*velar por la conservación y el enriquecimiento de la lengua española en el Uruguay, así como contribuir, en lo pertinente, al desarrollo y a la difusión de la cultura nacional*”<sup>143</sup>. Em 1960, a Academia foi reconhecida formalmente pela Associação de Academias da Língua Espanhola e, a partir daí, estabeleceram-se relações entre a Academia uruguaia e a RAE, de forma que a ANL esteve presente nos congressos da ASALE.

---

140 Barrios (2011, p. 33) apresenta o decreto-lei e o analisa, concluindo que “*las expresiones y los calificativos de esta ley no dejan lugar a dudas sobre las funciones prescriptiva y política del organismo propuesto, y sobre los perjuicios que genera a quienes no comparten sus parámetros de corrección*”. [tradução nossa: “as expressões e os qualificativos desta lei não deixam dúvidas sobre as funções prescritiva e política da instituição proposta e sobre os danos que isso gera àqueles que não compartilham seus parâmetros de correção”].

141 Tradução nossa: “conserva as coisas antigas e promove as novas”.

142 Informações retiradas do *site* da Academia Nacional de Letras.

143 Tradução nossa: “velar pela conservação e pelo enriquecimento da língua espanhola no Uruguai, bem como contribuir, no que for pertinente, ao desenvolvimento e à difusão da cultura nacional”.

Em 2001, na visita do então diretor da RAE, Víctor García de la Concha, houve o acordo pelo qual a ANL passou a ser Academia correspondente da RAE.

Segundo Barrios (2011, p. 33), a fundação da ANL “*constituyó un acto de afirmación nacional*”<sup>144</sup>, pois foi criada em um período histórico que restringia a imigração e considerava os “*inmigrantes como problema económico, social, político, ideológico, educativo y (por supuesto) también lingüístico*”<sup>145</sup> (BARRIOS, 2011, p. 32) e, para isso, a Academia “*respondió en buena medida a un intento de defender el español de la influencia de las lenguas migratorias*”<sup>146</sup> (BARRIOS, 2011, p. 32). Desse modo, “*el texto de la ley de creación de la ANL de Uruguay explicita fuertemente su vocación prescriptiva y más tenuemente el espíritu nacionalista de una autoridad lingüística propia*”<sup>147</sup> (BARRIOS, 2011, p. 34). O que vai ao encontro da afirmação de que “*las academias de la lengua son instituciones normativas por definición; como tales, sus discursos y acciones promueven la uniformidad lingüística*”<sup>148</sup> (BARRIOS, 2011, p. 31). Com isso, entendemos que o objetivo das Academias é político, já que foram criadas para normatizar a língua, possuindo “*la autoridad y el prestigio del Estado*”<sup>149</sup> (BARRIOS, 2011, p. 31) o que torna legítimas as decisões das Academias.

A ANL é constituída<sup>150</sup> por acadêmicos de honra, de número, eméritos, correspondentes e pesquisadores associados. Ela publica anualmente a *Revista de la Academia Nacional de Letras*, que, entre 1996 e 2005, chamava-se *Boletín de la Academia Nacional de Letras*. As decisões da ANL ocorrem em plenária pelos acadêmicos de número (que são dezenove ao total), e a organização da Academia é baseada em comissões. As comissões permanentes são: Gramática, Literatura, Lexicografia, Assuntos Linguísticos e Publicações e Assuntos Culturais (a Comissão de Lexicografia é a responsável pela elaboração e revisão do DEU). A ANL também organiza, junto com a Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade da República, Seminários de Lexicografia.

O DEU é um projeto antigo da Academia que, desde 1970, está sendo desenvolvido. Atualmente, está em fase de revisão. Estão sendo revistas, além da organização da estrutura, as

---

144 Tradução nossa: “constituiu um ato de afirmação nacional”.

145 Tradução nossa: “imigrantes como problema econômico, social, político, ideológico, educativo e (por consequência) também linguístico”.

146 Tradução nossa: “respondeu, de certo modo, a um propósito de defender o espanhol da influência das línguas de imigração”.

147 Tradução nossa: “o texto da lei de criação da ANL do Uruguai explicita fortemente sua propensão prescriptiva e mais tenuemente o espírito nacionalista de uma autoridade linguística própria”.

148 Tradução nossa: “as academias da língua são instituições normativas por definição; como tais, seus discursos e ações promovem a uniformidade linguística”.

149 Tradução nossa: “a autoridade e o prestígio do Estado”.

150 Informações retiradas do *site* da Academia Nacional de Letras. Disponível em: <<http://www.academialetras.gub.uy/>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

definições. Outro projeto que está vinculado ao DEU é torná-lo disponível *online*, como comentamos anteriormente.

A maior divulgação do DEU ocorreu no ano de 2012, junto ao dia do patrimônio uruguaio, com o tema “*el lenguaje de los uruguayos*”<sup>151</sup>. O dia do patrimônio é realizado todos os anos no Uruguai, desde 1995, e é organizado pela Comissão de Patrimônio Cultural da Nação, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Nesse dia, que abarca um fim de semana, todos os edifícios históricos e governamentais, museus, instituições etc. do país estão abertos ao público com entrada livre, sendo promovidas, também, atividades culturais. No ano de 2012, o dia do patrimônio foi acompanhado pela divulgação da primeira edição do DEU.

Em relação à estrutura de apresentação do DEU, destacamos que ele possui três textos introdutórios. O primeiro, intitulado *Proemio*, é assinado por Adolfo Elizaincín, presidente da ANL de 2011 a 2017, presidente da Comissão de Assuntos Linguísticos da ANL, professor aposentado da Universidade da República (Montevidéu) – onde ministrava aulas de Linguística. O segundo texto, intitulado *Prólogo* é assinado por José María Obaldía, que é presidente da Comissão de Lexicografia da ANL, atuando, ainda, como escritor, poeta e professor no ensino público. E o terceiro texto, intitulado *Preámbulo*, não apresenta quem o fez. Desse modo, temos três sujeitos diferentes prefaciando o mesmo dicionário, o que nos leva a defendermos três olhares diferentes para a obra.

O DEU pretende – conforme os textos introdutórios – ser um dicionário contrastivo porque é um dicionário que contrasta com o espanhol geral, revelando a identidade do uruguaio e preocupando-se em mostrar como os uruguaios falam. Dessa forma, seu *corpus* é constituído por 9.117 verbetes com usos registrados, encontrados na escrita, na oralidade, na Literatura, nos jornais, na cidade e no campo. E, conforme o texto introdutório *Preámbulo* indica, o DEU é voltado a vários usuários: “*docentes, técnicos, especialistas de diversas áreas del conocimiento, gramáticos, etimologistas, lexicógrafos, investigadores, lingüistas, pero principalmente al lector común*”<sup>152</sup>.

Em contraponto, no DLE, temos 93.111 verbetes e em seu texto introdutório não é mencionado a que sujeitos leitores o dicionário é destinado. No entanto, em um documento<sup>153</sup> disponibilizado no site da RAE, na seção de apresentação do dicionário, temos a antecipação

---

151 Tradução nossa: “a linguagem dos uruguaiois”.

152 Tradução nossa: “docentes, técnicos, especialistas de diversas áreas do conhecimento, gramáticos, etimologistas, lexicógrafos, investigadores, linguistas, mas, principalmente, ao leitor comum”.

153 Disponível em: <[http://www.rae.es/sites/default/files/Dossier\\_Prensa\\_Drae\\_2014\\_5as.pdf](http://www.rae.es/sites/default/files/Dossier_Prensa_Drae_2014_5as.pdf)>. Acesso em 14 jul. 2019.

para quem se dirige o DLE: “*hablantes cuya lengua materna es el español, que encontrarán en él recursos suficientes para descifrar toda clase de textos escritos y mensajes orales; se dirige también a los hispanistas, docentes y estudiosos de la lengua española en todo el mundo*”<sup>154</sup> (p. 4). Nesse mesmo documento, temos também a informação de que o dicionário recolhe “*el léxico general utilizado en España y en la América hispanohablante*”<sup>155</sup> (p. 4); contempla vozes e acepções que se empregam nos diferentes níveis de comunicação (coloquial, culto, etc), no léxico especializado (das ciências, artes, técnicas, etc.), no intervalo de tempo entre o século XVI até os dias atuais; e, com o auxílio das Academias hispano-americanas, as vozes e acepções americanas aumentaram.

O que podemos observar é que o DLE pretende ser a referência do léxico da Língua Espanhola em todos os países hispano-americanos e o DEU pretende, além de ser um dicionário contrastivo, dar visibilidade à Língua Espanhola do/no espaço uruguaio, complementando e especificando a Língua Espanhola e abrangendo vários sujeitos leitores.

#### 4.2 OS TEXTOS INTRODUTÓRIOS E A NOÇÃO DE LÍNGUA

Para efetuar nosso gesto interpretativo do DEU, consideraremos Nunes (2006) e tomaremos os prefácios, de forma geral, como textos introdutórios. Esses textos podem ser denominados de diferentes maneiras; no DEU, por exemplo, temos: *Proemio*, *Prólogo* e *Preámbulo*. Diante disso, entendemos que chamar amplamente tais textos de textos introdutórios reforça a ideia de que se trata do texto que, independentemente do nome, antecede o dicionário, sendo o espaço em que podemos observar as condições de produção.

Como se pode observar no Quadro 2, temos três denominações diferentes para os textos introdutórios. Em vista disso, buscamos no DLE as definições para essas palavras que trazemos a seguir:

---

154 Tradução nossa: “falantes cuja língua materna é o espanhol que encontrarão nele recursos suficientes para decifrar todo tipo de textos escritos e mensagens orais; dirige-se também aos hispanistas, docentes e estudiosos da Língua Espanhola em todo o mundo”.

155 Tradução nossa: “o léxico geral utilizado na Espanha e na América hispano-falante”.

Quadro 2 – Definições de *proemio*, *prólogo*, *preámbulo* no DLE

<b>proemio</b>	Del lat. <i>prooemĭum</i> , y este del gr. προοίμιον <i>prooímion</i> . 1. m. Prólogo, discurso antepuesto al cuerpo de un libro.
<b>prólogo</b>	Del gr. <i>πρόλογος</i> <i>prólogos</i> . 1. m. Texto preliminar de un libro, escrito por el autor o por otra persona, que sirve de introducción a su lectura. 2. m. Aquello que sirve como de exordio o principio para ejecutar una cosa. 3. m. Primera parte de una obra, en la que se refieren hechos anteriores a los recogidos en ella o reflexiones relacionadas con su tema central. 4. m. Discurso que en el teatro griego y latino, y también en el moderno, precede al poema dramático.
<b>preámbulo</b>	Del lat. <i>praeambŭlus</i> 'que va delante'. 1. m. Exordio, prefación, aquello que se dice antes de dar principio a lo que se trata de narrar, probar, mandar, pedir, etc. 2. m. Rodeo o digresión antes de entrar en materia o de empezar a decir claramente algo.

Fonte: **Diccionario de la Lengua Española**

Nessas definições, observamos o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019), por exemplo: a palavra *proemio* puxa a palavra *prólogo*, a palavra *prólogo* puxa a palavra *exordio*, a palavra *exordio* puxa a palavra *preámbulo*. Uma palavra remete a outra no interior dos verbetes, como um convite ao leitor para que siga lendo. Nas definições também se observa um processo de remissão, o que sugere pensar que um texto introdutório pode puxar outro, pois, apesar de cada um possuir uma autoria – e, por consequência, um discurso diferente –, os três textos introdutórios antecedem o DEU, antecipando-nos uma imagem de dicionário e de língua. De modo geral, observamos que tanto o *proemio* quanto o *prólogo* promovem uma reflexão sobre o dicionário e sobre o conceito de língua; o *preámbulo*, por sua vez, trata mais especificamente da feitura do dicionário.

Esses textos introdutórios, cada um a seu modo, produzem um efeito introdutório ao dicionário; e esse efeito prepara a leitura, tenta controlar os sentidos e expõe as tomadas de posição dos sujeitos dicionaristas; são nesses textos que se pode dizer sobre a obra e apresentar o dicionário dessa maneira e não de outra. Atentando-nos especialmente para a definição de *prólogo*, cuja terceira acepção nos apresenta que pode ser um texto que se refere a fatos anteriores à obra ou a reflexões sobre ela, podemos pensar que o DEU, em seus textos introdutórios, faz, sim, uma reflexão sobre o dicionário e sobre a língua e remete à produção da

RAE como fato que o antecede. Isso nos auxilia a afirmar que o DEU faz parte de uma rede de dicionários cujos sentidos circulam. Interpretamos que apresentar três textos introdutórios com denominações diferentes, possuindo uma rede de sentidos em suas definições, é tentar revelar o que é o DEU e justificar a sua produção.

Dito isso, apresentamos que os textos introdutórios podem ser produzidos por editores (objetivando promover a venda da obra), por autores (estabelecendo uma relação de aproximação com o leitor) ou por terceiros (adjetivando a obra e o autor) (PETRI, 2009a). Assim, o prefácio é visto como “um texto com funcionamento muito próprio” (PETRI, 2009a, p. 330), porque “ele vem antes, antecede, apresenta e representava obra que vem na sua sequência. Nele está contido o que pode e o que não pode ser dito, bem como nele se revelam marcas da posição-sujeito que produz a obra como um todo” (PETRI, 2009a, p. 330). O prefácio revela a ideologia, a história e a posição do sujeito dicionarista presente em cada obra, além de representá-la, enaltecendo-a.

Conforme Nunes (2006), os prefácios são materiais importantes para verificar as condições de produção do dicionário, pois é nesse espaço que percebemos a posição do sujeito lexicógrafo e o que ele entende por dicionário e por língua. Igualmente, é nesse local que notamos “o plano da obra, a concepção de língua, o recorte da nomenclatura, os procedimentos lexicográficos, o contexto em que o dicionário se insere” (NUNES, 2006, p. 33).

Por voltarmos nossa atenção a um dicionário que é produzido por uma Academia, podemos inferir a presença de uma autoria coletiva ou de uma autoria do imaginário acadêmico sobre o que simbolizaria um autor individual. Segundo Orlandi (2007, p. 97), “o que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido”. Em vista disso, o sujeito lexicógrafo ocupa uma posição de autor do dicionário, e os dicionários das Academias promovem uma dispersão de sujeitos em espaços institucionais<sup>156</sup>. Para Nunes (2008a, p. 94), “o que funciona, desse modo, é um imaginário da autoria, que muitas vezes silencia o trabalho anônimo e coletivo dos membros das equipes lexicográficas, assim como a continuidade em relação a obras anteriores”. Cada obra tem uma representação de autoria, mas isso não significa que não exista singularidade na história e complexidade na prática lexicográfica.

---

156 No caso da ANL, consideramos que há uma dispersão de sujeitos, pois há um grupo de pesquisa - não necessariamente todo composto por lexicógrafos - trabalhando com lexicografia e com o DEU.

Com base nessas considerações sobre os textos introdutórios, selecionamos sequências discursivas<sup>157</sup> (SD) dos textos introdutórios do DEU, conforme indicam os Quadros 3, 4 e 5 expostos a seguir. As sequências discursivas, de SD1 a SD6, foram retiradas do *Proemio*, as sequências discursivas SD7 e SD9 foram retiradas do *Prólogo* e as sequências discursivas SD10 e SD11, do *Preámbulo*. Entendemos que essas sequências são representativas do que queremos mostrar nesta escrita: o que é o dicionário em geral e o que é o DEU em específico.

### Quadro 3 – Sequências discursivas do *Proemio*

(continua)

SD1	<i>Para el hablante común de una lengua cualquiera (quiero decir, para el hablante no especializado ni especialmente interesado en las cuestiones de la lengua), para quien usa el lenguaje casi de la misma manera como camina y respira (sin preocuparse cómo logra caminar y respirar), el diccionario es casi la única obra en la que ve objetivada (tangible, palpable) la lengua que utiliza.</i> <sup>158</sup>
SD2	<i>En el momento en que estas obras aparecen puede sin más afirmarse que la reflexión sobre la lengua se ha iniciado, que existen ya personas que se han detenido a pensar en su lengua, que la han relacionado probablemente con otras y que en el curso de esa reflexión han considerado útil y necesario que esa lengua – en general, su lengua – posea un diccionario y una gramática (quizás también una ortografía).</i> <sup>159</sup>
SD3	<i>Estamos en el momento de madurez de una lengua, el momento en que el proceso de normalización o estandarización se echa a andar transformando aquella vieja forma de comunicación y hasta de expresión poética popular y mayormente oral en una lengua asociada fuertemente a la escritura, a la cultura letrada, en definitiva.</i> <sup>160</sup>

157 Por sequência discursiva (SD) entendemos “manifestação da realização de um intradiscurso” (COURTINE, [1982] 2016, p. 25), que, desse modo, está relacionada à formação discursiva e às condições de produção. A sequência discursiva organiza o *corpus* de acordo com o objetivo da análise; ela é “ponto de referência a partir do qual o conjunto de elementos do corpus receberá sua organização” (COURTINE, [1982] 2016, p. 25).

158 Tradução nossa: “Para o falante comum de uma língua qualquer (quero dizer, para o falante não especializado nem especialmente interessado nas questões da língua, para quem usa a linguagem quase da mesma maneira que caminha e respira (sem se perguntar como consegue caminhar e respirar), o dicionário é quase a única obra na qual se vê objetivada (tangível, palpável) a língua que utiliza”.

159 Tradução nossa: “No momento em que estas obras aparecem, pode-se afirmar que a reflexão sobre a língua iniciou, que há pessoas que se detiveram a pensar sobre sua língua, que relacionaram a sua língua com outras e que, no rumo dessa reflexão, consideraram útil e necessário que essa língua – geralmente, sua língua – possua um dicionário e uma gramática (talvez uma ortografia também)”.

160 Tradução nossa: “Estamos no momento de maturidade de uma língua, o momento em que o processo de normalização ou estandarização começa a andar, transformando aquela velha forma de comunicação e até de expressão poética popular e, maioritariamente, oral em uma língua associada fortemente à escrita, à cultura letrada definitivamente”.

Quadro 3 – Sequências discursivas do *Proemio*

(conclusão)

SD4	<i>La existencia de diccionarios (entre otras obras lingüísticas (gramáticas, fonéticas, atlas lingüísticos) testimonia el estatuto de lengua estándar de una variedad determinada y, más que concretamente, y por el hecho mismo de la estandarización o normalización, permite cumplir una de las funciones fundamentales de este tipo de lenguas: la de marco de referencia, aquella que, frente a una duda cualquiera del usuario, tanto de la forma (ortografía) como del significado de una pieza léxica, le permite recurrir al diccionario para despejar sus dudas.</i> <sup>161</sup>
SD5	<i>Su utilidad es por cierto muy grande; en él encontrará el lector formas típicas o peculiares (no necesariamente exclusivas) de nuestro país, lo que le ayudará no solo a entender cabalmente una forma que desconozca en algún texto escrito, sino también muchos de los usos orales y no solo los de Montevideo sino también los del interior del país.</i> <sup>162</sup>
SD6	<i>Ingente trabajo es la confección de un diccionario.</i> <sup>163</sup>

Fonte: **Diccionario del español del Uruguay**Quadro 4 – Sequências discursivas do *Prólogo*

(continua)

SD7	<i>Porque lo que él tendrá ante de sí es un trabajo que, para apreciarlo hoy cabalmente, por el tiempo que insumió su forja y por las generaciones que a ella aplicaron su esfuerzo, debe apelarse a la estimación de muchas décadas.</i> <sup>164</sup>
-----	--

161 Tradução nossa: “A existência de dicionários (entre outras obras linguísticas (gramáticas, fonéticas, atlas linguísticos) testemunha o estatuto de *lengua standard* de uma variedade determinada e, mais concretamente, pelo fato mesmo da estandardização ou normalização, permite cumprir uma das funções fundamentais deste tipo de línguas: a de *marco de referència*, aquela que, diante de uma dúvida qualquer do usuário, tanto de forma (ortografia) quanto de significado de uma peça léxica, permite que ele recorra ao dicionário para esclarecer suas dúvidas”.

162 Tradução nossa: “Sua utilidade é, por certo, muito grande; nele, o leitor encontrará formas típicas ou peculiares (não, necessariamente, exclusivas) de nosso país, o que lhe ajudará a entender cabalmente não somente uma forma que desconheça em algum texto escrito, mas também muitos usos orais; não somente os de Montevideú, mas também os do interior do país”.

163 Tradução nossa: “Ingente trabalho é a confecção de um dicionário”.

164 Tradução nossa: “Porque o que ele terá diante de si é um trabalho, para apreciá-lo hoje, plenamente, pelo tempo que consumiu sua elaboração e pelas gerações que a ela dedicaram seu esforço, deve apelar à estima de muitas décadas”.



Quadro 4 – Sequências discursivas do *Prólogo*

(conclusão)

SD8	<i>Ya se verá claramente, líneas adelante, que, puesta la rosa de los vientos sobre nuestro país, por todos y cada uno de sus rumbos, punto a punto y desde allí a todos los de sus límites, nos llegaron un día una o varias de las voces que aquí se muestran.</i> <sup>165</sup>
SD9	<i>Que el lenguaje es algo indominable, que por estar en incesante evolución es un campo abierto a mil influencias pasibles de ser, cada una de ellas, causa variantes infinitas y que todo ello, al fin, crea una permeabilidad insalvable a su aparición, que a veces, alguien puede conceptuar como errores.</i> <sup>166</sup>

Fonte: **Diccionario del español del Uruguay**Quadro 5 – Sequências discursivas do *Preámbulo*

SD10	<i>Su elaboración se apoya en un criterio contrastivo: recoge solamente aquellas palabras que no pertenecen al español general o estándar, o que sí pertenecen a él pero con otros significados. Para establecer esa diferencialidad se ha considerado estándar, por razones prácticas, el vocabulario reunido, sin marcas geográficas de uso, en la vigésima segunda edición del DRAE.</i> <sup>167</sup>
SD11	<i>Es sabido que un diccionario, además de perfectible es interminable, porque el material que recoge tiene movimiento perpetuo; su finalización, como suele recordarlo en su diccionario de lengua la Real Academia Española, solo concluye para empezar de nuevo.</i> <sup>168</sup>

Fonte: **Diccionario del español del Uruguay**


---

165 Tradução nossa: “Já se verá claramente, linhas adiante, que, posta a rosa dos ventos sobre nosso país, por todas e cada uma de suas direções, ponto a ponto e para todos os seus limites, chegaram a nós um dia uma ou várias das vozes que aqui se mostram”.

166 Tradução nossa: “Que a linguagem é algo indominável, que, por estar em incessante evolução, é um campo aberto a muitas influências passíveis de ser, cada uma delas, causa de variedades infinitas e tudo isso cria uma permeabilidade insuperável a sua aparição, que às vezes, pode-se julgar como erros”.

167 Tradução nossa: “Sua elaboração se apoia em um critério contrastivo: recolhe somente aquelas palavras que não pertencem ao espanhol geral ou *standard*, ou que pertencem a ele, mas com outros significados. Para estabelecer essa diferenciação, foi considerado *standard*, por razões práticas, o vocabulário reunido, sem marcas geográficas de uso, na vigésima segunda edição do DRAE”.

168 Tradução nossa: “É sabido que um dicionário, além de perfectível, é interminável, porque o material que recolhe tem movimento perpétuo; sua finalização, como costuma recordar a Real Academia Espanhola em seu dicionário de língua, apenas se conclui para recomeçar”.

Nos textos introdutórios, observamos uma relação entre o sujeito, a língua e o dicionário. Há sujeitos preocupados com a língua e com o dicionário, o que corrobora o fato de ser o primeiro dicionário da Academia de Letras. Nesses textos, observamos que a língua é dada como transparente, como a língua dos uruguaios, a qual identifica os sujeitos (inclusive, o sujeito lexicógrafo) com o Estado-nação. Conforme Petri (2009), o sujeito dicionarista toma a língua como sua, pois, antes de ser lexicógrafo ou dicionarista, também é sujeito falante da língua; no entanto, em uma posição de lexicógrafo/dicionarista, ele deixa a “sua” língua e trabalha sobre a língua. Para produzir um saber sobre a língua, o sujeito precisa distanciar-se dessa posição de sujeito falante e tratar de uma língua resultante do processo de gramatização, criando, com isso, o efeito de completude e de transparência da língua.

A construção do saber sobre a língua ocorre por meio da instrumentalização promovida pelos instrumentos linguísticos. Como exemplo disso, citamos o fato de que a língua castelhana se fixou com a gramática de Nebrija. Após a publicação de Nebrija, a identidade da língua foi marcada pela política de unificação da Língua Espanhola da RAE. A autoridade das instituições Estado e Academia, igualmente, acontece via instrumentos linguísticos. E os países hispano-americanos inscrevem-se nessa ideologia e a reproduzem por meio de seus dicionários: para pensar sobre a língua e ter uma identidade própria, é necessário ter instrumentos linguísticos regidos por uma instituição. Ao encontro disso, pensamos que o DEU, por ser produzido por uma Academia de Letras, possui uma responsabilidade em relação a esta instituição e ao Estado, justamente por ser uma obra que reproduz a ideologia dessas instituições, reflete a unidade (imaginária) da língua e mostra o espanhol geral da RAE.

Podemos perceber, assim, na SD1, uma primeira afirmação do que é um dicionário – uma obra que torna a língua objetiva, estável e homogênea; bem como uma primeira “classificação” dos sujeitos leitores – há os leitores comuns (não especializados e não interessados sobre questões da língua), o que indica que há, também, os leitores especializados (que se interessam pelas questões linguísticas). Essa sequência indica que podemos encontrar as palavras e seus significados, não sendo necessário refletir sobre a língua que está no dicionário, porque ela está dada, está objetivada, está palpável.

Na SD2, temos que, com a instrumentalização da língua, ela é considerada como objeto de reflexão. Nessa sequência, o sujeito leitor especializado é descrito como capaz de refletir sobre a língua que está no dicionário, o que nos remete, entretanto, à ideia de que a língua só se torna passível de reflexão se estiver escrita em obras (tradição vinda do **Diccionario de Autoridades**). Tal ideia faz referência à escrita como revolução tecnológica e parte do saber metalinguístico, conforme tratamos anteriormente. Aqui, pensamos que há a inclusão dos

diferentes campos de saberes sobre a língua no dicionário, como as chamadas ciências do léxico (lexicologia, lexicografia e terminologia), e incluímos a lexicografia discursiva. Temos, a partir da descrição da língua e da tecnologia dos instrumentos linguísticos, a evidência de que está iniciada, assim, a reflexão sobre a língua.

Já a SD3 indica que, no processo de normatização, a língua que está no dicionário ganha estatuto de língua escrita e nacional. A língua e o dicionário ganham, diante disso, um funcionamento padronizado e normativo, o que remonta à tradição normativa das Academias e à língua nacional no funcionamento de língua imaginária. Se a língua é nacional, ela é homogênea para todos os sujeitos cidadãos, e estes sujeitos podem encontrar a (sua) língua nos dicionários. Nesse sentido, as instituições (Estado e Academia) trabalham para cuidar da língua, fazendo com que o sujeito se assujeite. Ressaltamos, assim, que a Língua Espanhola em cada Estado hispano-americano historiciza-se de forma diferente, pois cada país hispano-americano procura sua identidade também na língua; no entanto, a unidade da língua imposta pela instituição é forte e implica normas sobre os usos linguísticos. Em vista disso, nessa SD, temos uma imagem de língua como madura, sendo o momento de madurez da Língua Espanhola do Uruguai entendido a partir de quando a Academia produz um dicionário. Isso indica o suposto papel de uma Academia de Letras: produzir instrumentos linguísticos e “cuidar” o uso da língua.

Com a produção de instrumentos linguísticos, construímos nosso saber metalinguístico, os dicionários convivem com os saberes práticos e especulativos, a língua se evidencia como palpável, tangível, escrita, refletida e madura. Entendemos que a maturidade trazida nessa SD refere-se à maturidade da ANL em produzir seu próprio dicionário e não, necessariamente, com a maturidade da Língua Espanhola do Uruguai.

Na SD4, também surge o imaginário de dicionário como o guardião da língua, como objeto de consulta e como marco de referência. Temos, nessa SD, a imagem do dicionário como um local onde as dúvidas sobre a forma e significado podem ser resolvidas, sendo assim uma imagem de língua *standard*. Nessa SD, observamos o que mencionamos anteriormente: a Academia preocupa-se em dirimir as dúvidas sobre a língua dos sujeitos leitores e em propagar uma imagem de que o sujeito é cheio de dúvidas que precisa suprimir. Ademais, observamos que é preciso ter uma referência, um padrão e uma unidade dentre as variedades da língua – podemos dizer, aqui, que essa “variedade” escolhida é a língua nacional –, e uma forma de manter essa referência é escolher uma “variedade” e colocá-la em instrumentos linguísticos.

Já na SD5, após abordar o imaginário de dicionário – como obra que objetiva a língua, como obra em que se encontra a língua escrita de uma “variedade” determinada, como marco de referência em que se podem sanar as dúvidas sobre a língua escrita –, o sujeito lexicógrafo inicia esclarecendo que sua finalidade é servir para o sujeito leitor encontrar palavras “peculiares” do Uruguai e região, para que entenda o que ele não conhece, tornando, assim, o DEU uma obra útil. Isso nos leva a pensar que, certamente, existem palavras que os leitores não conhecem, o que reforça o fato de o DEU ser um dicionário contrastivo, ou seja, de conter palavras específicas de uma região e de uma Nação. Também nessa sequência, notamos uma distinção entre oralidade e escrita (usos orais e texto escrito), entre urbano e interior (usos de Montevideu e do interior do país). Após trazer uma imagem da Língua Espanhola do Uruguai como objetiva, tangível, madura, temos uma imagem de língua como peculiar e, a partir dessa imagem de língua, há uma imagem do DEU: um dicionário contrastivo que traz as peculiaridades da língua; desse modo, por ser um dicionário contrastivo, o DEU traz sentidos específicos para determinados verbetes. O que remete ao imaginário de o dicionário ser o lugar para sanar as dúvidas e encontrar as palavras que os sujeitos leitores não conhecem.

Na SD6, por sua vez, afirma-se que elaborar um dicionário não é tarefa fácil. Nessa sequência, volta-se a falar dos dicionários em geral, o que também inclui o DEU. Diante do que é dito sobre dicionário – guardião da língua, obra em que se encontra o que se procura, obra em que a língua está descrita, obra em que se encontra o padrão da língua –, notamos que a tarefa de buscar palavras, selecionar significados, incluir acepções, relacionar significados semelhantes e estudar a metodologia lexicográfica exige um trabalho muito árduo. Com essas sequências discursivas, também observamos um destaque para a importância dos dicionários.

O destaque para o trabalho árduo de pesquisa – e que se realizou por muitas décadas – para o desenvolvimento do DEU também é descrito na SD7, sendo usado como justificativa para a necessidade de apreciar o dicionário. Nesse viés, por ser uma obra trabalhosa, que requer tempo, dedicação e técnica, é uma obra sobre a língua dos uruguaios; os leitores devem apreciá-lo e reconhecer isso.

Na SD8, encontramos a menção de que o Uruguai é um país composto por diversas vozes que chegaram nesse território e constituíram a língua do Uruguai, o que nos remete à constituição da língua do Uruguai, formada pelas línguas espanhola, indígena, africana, portuguesa do Brasil, portuguesa de Portugal e outras línguas europeias. Considerar que a língua se movimenta, imaginando a rosa dos ventos sobre o desenho do território uruguaio – de norte a sul, de leste a oeste, dentro ou fora dos limites do país –, pode ser uma associação ao que trouxemos no trabalho de dissertação, quando discutimos sobre a divisão geográfica entre

Norte e Sul e a afirmação de Torres García de que “*nuestro norte es el Sur*”<sup>169</sup>. Ao encontro disso, entendemos que:

[...] sugerir o Sul como Norte é dar visibilidade a essa região que foi dominada/colonizada e é destacar o Uruguai, que está na ponta do Sul buscando a sua orientação, o seu norte. O Norte e o Sul são localizados de forma polarizada um ao outro, estão em constante comparação e contradição – um é o que o outro não é, um está localizado onde o outro não está (BRANCO, 2015, p. 83).

Além de destacar o Sul como Norte, pensamos agora em todos os lados da localização geográfica do Uruguai. O DEU é um dicionário em que se podem encontrar palavras de todos os pontos cardiais do Uruguai, concedendo visibilidade a uma região bem específica e mostrando a exaustividade desse dicionário.

Como o discurso do prólogo é mais entusiasmado, ufanista e ressalta o orgulho e o trabalho para a realização do DEU, selecionamos a SD9 para apreender a imagem de língua para o sujeito dicionarista. Temos, nessa SD, uma imagem de língua(gem) como organismo vivo (em constante evolução) e com possibilidade de variações, o que torna o trabalho de revisão do dicionário contínuo. O sujeito dicionarista recupera pré-construídos sobre a língua – sobre as correntes do evolucionismo e do gerativismo, por exemplo –, para formular seu dizer. Entendemos que essa imagem de língua vai ao encontro das outras SDs, pois, uma vez que a língua é indominável, permeável, passível de variação, o sujeito falante precisa dela normatizada e madura para utilizá-la e, também, ele precisa de uma obra para consultar quais formas e significados ele pode/deve usar.

Na SD10, por sua vez, temos a explicação do que o sujeito lexicógrafo entende por dicionário contrastivo e por espanhol geral. Um dicionário contrastivo, nessa perspectiva, é aquele que adota como critério a seleção de palavras que não pertencem ao espanhol geral, ou seja, ao espanhol encontrado no dicionário da RAE. Esse critério se deu, conforme mencionado, por “*razones prácticas*” que, no entanto, podemos interpretar como razões políticas, já que há relação de (des)colonização linguística entre Espanha e Uruguai. O processo de colonização linguística, conforme Mariani (2003, p. 78), “instaura, por si mesmo, uma política entre as línguas” devido à conjuntura histórica “das relações entre as línguas num preciso espaço-tempo de práticas discursivas” (MARIANI, 2003, P. 78). Conforme Orlandi (2008a) – e tratado anteriormente – a colonização instaura uma formação discursiva que produz diferentes sentidos entre a posição-sujeito colonizado e a do colonizador. Mesmo sendo a mesma língua, a sua

---

169 Tradução nossa: “nosso norte é o Sul”.

historicidade difere em cada país de Língua Espanhola. Por mais que a RAE, junto com a ASALE, queira propagar a unidade na diversidade, a heterogeneidade linguística é relacionada com a diferença. Se promover um espanhol “geral” é promover uma unidade na língua, um dicionário contrastivo expõe as diferenças da língua.

Na SD11, notamos a presença do efeito de completude dos sentidos no dicionário e também do imaginário de dicionário como interminável, sempre possível/passível de ser aperfeiçoado, porque a língua se movimenta na história. Nessa SD, novamente o sujeito lexicógrafo se apoia na RAE para autorizar seu dizer de que o dicionário é uma obra que pode ser ampliada e ter outras edições, assim como ocorreu com o dicionário da Real Academia Espanhola. Em vista disso, podemos relacionar com a definição da palavra *preâmbulo*, esse texto introdutório traz um “rodeio” marcando a presença da RAE em seu discurso para poder justificar e corroborar seu dizer. Nessa SD, consideramos que o discurso da formação discursiva do colonizador se atravessa, pois, o sujeito dicionarista formula, em seu discurso, a presença do discurso da Real Academia Espanhola. Temos, com isso, a presença do Outro na constituição do discurso desse texto introdutório.

#### 4.3 OS VERBETES E OS PROCESSOS DEFINITÓRIOS

Conforme já mencionado, Nunes (2007) apresenta três possíveis funcionamentos da língua nos dicionários: a imaginária, a dos verbetes e a das definições. Segundo o autor, a língua imaginária é aquela do dicionário, sendo “construída de acordo com determinados objetivos e recortes do dicionarista” (NUNES, 2007, p. 167). Esse funcionamento da língua pode ser observado nos prefácios “que tomam por objeto a língua e o recorte da nomenclatura” (NUNES, 2007, p. 168), mobilizando a relação dos sujeitos lexicógrafos com diferentes representações de língua, seja ela nacional, escolar, regional ou popular, por exemplo. O segundo funcionamento é o de língua “enquanto discurso gramatical presente nos verbetes” (NUNES, 2007, p. 168), caso das indicações de categorias gramaticais e dos exemplos empregados para ilustrar essas marcações, pois “a metalinguagem do dicionário está estreitamente relacionada com a gramática” (NUNES, 2007, p. 168). Já o terceiro funcionamento considerado é o da língua utilizada nas definições, pois “ao falar da língua o dicionarista utiliza a língua” (NUNES, 2007, p. 168). A língua das definições indica, assim, qual é a concepção de dicionário em relação à sua natureza, aos sujeitos e à sociedade. Segundo Nunes (2003, p. 14), na definição, encontramos “uma memória lexicográfica que é retomada, denegada, atualizada”, porque, na formulação da definição lexicográfica, estão os dizeres já-ditos. Como vimos anteriormente, o

interdiscurso é regionalizado em formações discursivas que contêm os dizeres que podem e/ou devem ser ditos em dada condição de produção, de forma que, na definição lexicográfica, temos enunciados relacionando-se com outros enunciados, bem como marcas da heterogeneidade que podem evidenciar a transversalidade do discurso.

Em relação ao funcionamento da língua nos verbetes enquanto discurso gramatical, a comunicação de Zunini e Taibo (2016) realizada no *IX Seminario sobre lexicología y lexicografía del español y portugués americanos* indica que um dos aspectos a ser modificado na revisão do DEU diz respeito à estrutura da entrada dos verbos pronominais, uma vez que se pretende estabelecer uma comparação com o que consta em outras gramáticas e dicionários, inclusive no DLE. Para os referidos autores, a gramática “*constituye un elemento esencial en la configuración de las unidades del léxico y que, por tanto, una definición lexicográfica adecuada supone asumir la necesaria interrelación entre gramática y léxico*”<sup>170</sup> (ZUNINI; TAIBO, 2016, p. 10). Além desse estudo, existem outros trabalhos acadêmicos sobre o DEU que evidenciam uma preocupação com a gramática na revisão do dicionário, o que nos leva a refletir sobre o uso correto da língua defendido no dicionário e sobre o papel da Academia de Letras sobre a língua.

Com base nessas considerações, a análise da definição, conforme Nunes (2003, p. 22), pode ocorrer por meio de três recortes: (a) análise de um dicionário – observando-se, a partir disso, o seu tipo (geral, regional, específico), os verbetes de uma letra ou um bloco de verbetes de uma letra – ou de uma série de dicionários – analisando-se, neste caso, séries sincrônicas (dicionários que circulam em uma mesma conjuntura), históricas (dicionários elaborados em determinado período histórico) ou heterogêneas (relacionar dicionários de diferentes tipos) a fim de comparar as definições; (b) análise de um domínio (natural, cultural, científico ou político) na definição; e (c) análise de palavra, situação em que é preciso selecionar quais entradas, temas, sinônimos etc. serão abarcados.

A partir disso, reafirmamos a importância de analisar o dicionário na perspectiva discursiva e de tratá-lo como discurso e instrumento linguístico, pois, pela língua dos prefácios e das definições, podemos compreender como o dicionário produz sentidos. Dessa forma, uma análise da definição também deve levar em conta o interdiscurso e as filiações discursivas. Assim, para a análise dos verbetes e também dos prefácios, Nunes (2006) propõe verificar as diferenças, as repetições, as retomadas e as reformulações dos sentidos, o que é dito em um

---

170 Tradução nossa: “constitui um elemento essencial na configuração das unidades do léxico, e, por isso, uma definição lexicográfica adequada supõe assumir a necessária inter-relação entre gramática e léxico”.

verbetes e o que é dito em outro, porque o sentido se dá – como mencionamos anteriormente – “em relação a”.

Apoiando-nos em Nunes (2003) a respeito da análise das definições, em nosso trabalho, ocupamo-nos do recorte que ele apresenta sobre a análise de dicionário. Temos dois tipos de dicionários – o DLE<sup>171</sup> e o DEU – e selecionamos um bloco de verbetes da letra “A” (os verbetes são apresentados na sequência alfabética em que aparecem no DEU em suas quatro primeiras páginas totalizando noventa e duas entradas)<sup>172</sup> para, com isso, verificar o funcionamento desse dicionário, se há redes de sentidos entre os dicionários e no interior do DEU e propor nosso gesto de interpretação para o DEU. O DLE se faz necessário nessa análise, pois ele é mencionado nos textos introdutórios do DEU. Optamos por analisar os verbetes da letra “A” (conforme Quadro 4) porque a Academia Nacional de Letras iniciou a revisão do dicionário por aí, conforme constatamos no encontro<sup>173</sup> que tivemos com os integrantes da ANL.

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

	<i>Diccionario del español del Uruguay</i>	<i>Diccionario de la lengua española</i>
<b>a fasón.</b>	<i>loc. adv. Referido al modo de producir:</i> proporcionando únicamente la mano de obra y la maquinaria.	La palabra <i>a fasón</i> no está en el Diccionario.
<b>a full.</b>	<i>loc. adv.</i> Plenamente, en su capacidad máxima. ◆ <b>al °mango<sup>2</sup>.</b>	La palabra <i>a full</i> no está en el Diccionario.
<b>a la sanfasón.</b>	<i>loc. adv. esp.</i> <b>a las °apuradas.</b>	La palabra <i>a la sanfasón</i> no está en el Diccionario.
<b>a la villeroi.</b>	<i>loc. adj. / loc. adv. Referido a un alimento:</i> rebozado por su fritura y cubierto con salsa blanca.	La palabra <i>a la villeroi</i> no está en el Diccionario.

171 Os verbetes do DLE foram selecionados da versão *online* desse dicionário. Disponível em: <<http://www.rae.es/obras-academicas/diccionarios/diccionario-de-la-lengua-espanola>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

172 Este número de entradas representa um pouco mais de 10% da letra “A” e se tornou consistente para demonstrar quais processos discursivos estão fortemente presentes na constituição da contrastividade do DEU.

173 O encontro ocorreu entre 20 e 22 de junho de 2017, na sede da Academia Nacional de Letras, em Montevideú, Uruguai.



Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>a ojímetro.</b>	<i>loc. adv. esp. Referido al modo de medir algo: sin emplear un instrumento de medición. // 2. loc. adv. esp. Referido al modo en que se obtiene un dato numérico: sin cálculo exacto, aproximadamente.</i>	<b>ojímetro</b> De <i>ojo</i> y <i>-metro</i> . 1. m. coloq. Capacidad de hacer con rapidez un cálculo aproximado. <b>a ojímetro</b> 1. loc. adv. coloq. <b>a bulto</b> .
<b>a piacere.</b>	<i>loc. adv. esp. Según el propio gusto o deseo.</i>	La palabra <i>a piacere</i> no está en el Diccionario.
<b>a rajacinha.</b>	<i>loc. adv. esp. Sin contemplaciones. ♦ a °prepo // 2. loc. adv. p. us. esp. En exceso.</i>	La palabra <i>a rajacinha</i> no está registrada en el Diccionario.
<b>abacagnar(se).</b>	(Der. de <b>bacán</b> ). <i>tr. / prnl. obs. esp. Transformar a una persona en bacán. // 2. prnl. obs. esp. Adoptar los hábitos o gustos propios de un bacán.</i>	La palabra <i>abacagnar</i> no está registrada en el Diccionario. Las entradas que se muestran a continuación podrían estar relacionadas: <b>abatanar</b> <b>azacagnar</b>
<b>abacaxi.</b>	(Voz port.) <i>m. Norte, Rocha, T. y Tres. Fruto del ananá.</i>	La palabra <i>abacaxi</i> no está en el Diccionario.
<b>abadejo.</b>	<i>m. Pez marino de hasta 125 cm de largo, de dorso rosado con manchas irregulares más oscuras y vientre blanquecino; tiene la mandíbula superior saliente, dientes pequeños, cuerpo afinado hacia la cola, una aleta oscura, continuada, desde el dorso hasta la región anal y escamas muy pequeñas; habita en aguas oceánicas templadas; se alimenta principalmente de peces, cefalópodos y crustáceos; es objeto de pesca comercial. Nombre común de dos especies de la familia Ophidiidae: <i>Genypterus blacodes</i> y <i>G. brasiliensis</i>.</i>	Quizá de <i>abad</i> y <i>-ejo</i> . 1. m. <b>bacalao</b> . 2. m. Nombre común a varios peces del mismo género que el bacalao. 3. m. <b>reyezuelo</b> . 4. m. <b>carraleja</b> . 5. m. <b>cantárida</b> (l insecto). 6. m. Pez del mar de las Antillas, de color oscuro y escamas pequeñas y rectangulares.

## Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>abagualarse.</b>	(Der. de <i>bagual</i> ). <i>prnl. rur. obs.</i> Volverse indómito <i>un equino</i> al perder contacto con el hombre.	La palabra <i>abagualarse</i> no está en el Diccionario.
<b>abagualarse.</b>	(Der. de <i>bagual</i> ). <i>prnl. rur. obs.</i> Volverse indómito <i>un equino</i> al perder contacto con el hombre.	La palabra <i>abagualarse</i> no está en el Diccionario.
<b>¡abajajá!</b>	(De or. onomat.) <i>interj. / m. rur. esp.</i> Indica el ruido que se hace con la voz para azuzar a un animal.	La palabra <i>abajajá</i> no está registrada en el Diccionario. Las entradas que se muestran a continuación podrían estar relacionadas: <b>abajar</b> <b>abarajar</b>
<b>abajar(se).</b>	(Var. de <i>bajar</i> ). <i>intr. / prnl. rur. p. us. pop.</i> Descender de una cabalgadura o de un vehículo.	<b>abajar</b> 1. tr. <b>bajar</b> . U. t. c. intr. y c. prnl. 2. tr. <i>Veter.</i> Cortar mucho del casco de las caballerías.
<b>abajera.</b>	(Var. de <i>bajera</i> ). <i>f. p. us. jerga.</i>	De <i>bajero</i> . 1. f. <i>Arg. sudadero</i> (   manta que se pone a las cabalgaduras).
<b>abanderado.</b>	<i>m. rur. p. us. En una penca:</i> hombre encargado de disponer la partida de los caballos, bajando una bandera. ◆ <b>bandera.</b>	Del part. de <i>abanderar</i> . 1. m. y f. Persona que lleva una bandera en las procesiones u otros actos públicos. 2. m. y f. Oficial designado para llevar la bandera de un cuerpo de tropas. 3. m. y f. Portavoz o representante de una causa, movimiento u organización. 4. m. Hombre que antiguamente servía al alférez para ayudarle a llevar la bandera.
<b>abarajar.</b>	(Var. de <i>barajar</i> ). <i>tr. esp.</i> <b>atajar(se) (3).</b> <i>Tb. barajar.</i>	1. tr. rur. <i>Arg. y Ur. barajar</i> (   atrapar en el aire).
<b>abarrotamiento.</b>	(Der. de <i>abarrotar</i> ). <i>m.</i> Acumulación, amontonamiento.	1. m. Acción y efecto de <b>abarrotar</b> (   llenar por completo un espacio).

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>abarrotar.</b>	<i>tr.</i> Llena <i>un espacio</i> al máximo. <i>Abarroté la biblioteca de libros.</i> ¶ <i>Constr.:</i> Se emplea con un complemento encabezado por la preposición <b>de</b> .	1. <i>tr.</i> Apretar o fortalecer con barrotes algo. 2. <i>tr.</i> Llenar por completo un espacio de personas o cosas. <i>El público abarrotó la plaza.</i> 3. <i>tr.</i> Hacer que un local se llene. <i>El conferenciante abarrotó la sala.</i> 4. <i>tr. Mar.</i> Asegurar la estiba con abarrotos. 5. <i>tr. Mar.</i> Cargar un buque aprovechando hasta los sitios más pequeños de su bodega y cámaras, y a veces parte de su cubierta. 6. <i>tr. Am.</i> Saturar de productos el mercado, de manera que se deprecian por su excesiva abundancia. 7. <i>prnl.</i> Dicho de un lugar: Llenarse con personas u objetos. <i>La plaza se abarrotó.</i>
<b>abastecedor.</b>	<i>m. obs.</i> En las ciudades del <b>interior del país</b> : carnicero al por mayor y matarife, que tiene un cupo de carne fresca para el abastecimiento de la población.	1. <i>adj.</i> Que abastece. U. t. c. s. 2. <i>m. C. Rica.</i> Tienda de comestibles y otros enseres de uso doméstico.
<b>abasto.</b>	<i>m.</i> En las ciudades del <b>interior del país</b> : matadero municipal.	De <i>abastar</i> . 1. <i>m.</i> Provisión de bastimentos, y especialmente de víveres. U. t. en pl. con el mismo significado que en sing. 2. <i>m.</i> <b>abundancia</b> . 3. <i>m.</i> En el arte del bordado, pieza o piezas menos principales de la obra. 4. <i>m. Ven.</i> Tienda pequeña de comestibles. U. t. en pl. con el mismo significado que en sing. 5. <i>adv. desus.</i> De manera copiosa o abundante. <b>dar abasto</b> 1. <i>loc. verb.</i> Dar o ser bastante, bastar, proveer suficientemente. U. m. con neg. <b>plaza de abastos</b>

## Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>abatamiento.</b>	(Der. de <i>abatarse</i> ). <i>m. esp.</i> <b>abombamiento (1).</b> // <b>2. m. esp.</b> Amedrentamiento.	1. <i>m. Arg., Bol. y Ur.</i> Acción y efecto de abatatar o abatarse.
<b>abatatar(se).</b>	(Der. de <i>batata</i> ). <i>prnl./ tr. esp.</i> <b>embotarse.</b> // <b>2. prnl/ tr. esp.</b> <b>arrugar(se) (1).</b>	De <i>batata</i> . 1. <i>tr. coloq. Arg., Bol., Par. y Ur.</i> Turbar, apocar, confundir. U. t. c. <i>prnl.</i>
<b>abatunado, -a.</b>	(Del port. <i>abatunado</i> ). <i>adj. Riv. T. y Tres, p. us. esp.</i> <b>apunado, -a.</b>	La palabra <i>abatunado</i> no está en el Diccionario.
<b>aberdeen angus.</b>	<i>f. aberdinangus.</i>	La palabra <i>aberdeen angus</i> no está en el Diccionario.
<b>aberdinangus.</b>	(Del esc. <i>aberdeen angus</i> ). <i>f.</i> Raza vacuna destinada a la producción de carne recubierta con capas delgadas de grasa; el prototipo carece de cuernos, tiene cuerpo macizo, lomo ancho, cuartos traseros largos, amplios y pelaje negro o marrón rojizo; se destaca por ser <b>precoz</b> y por el alto rendimiento del canal. // <b>2. adj.</b> // <i>m. / f.</i> Perteneciente o relativo a la raza <b>aberdinangus</b> . <b>V. careta.</b> ♦ <b>aberdeen angus; angus; poliango.</b>	La palabra <i>aberdinangus</i> no está en el Diccionario.
<b>abertura.</b>	<i>f.</i> Puerta o ventana de una construcción. // <b>2. f. Vest.</b> Interrupción de la línea de costura de una prenda antes de llegar al borde de la tela. ♦ <b>tajo.</b> // <b>3. f. Vest.</b> Espacio abierto, con formas diversas, que se deja en una prenda para su mayor lucimiento.	Del lat. <i>apertūra</i> . 1. <i>f.</i> Acción de abrir o abrirse. 2. <i>f.</i> Boca, hendidura, agujero. 3. <i>f.</i> <b>grieta</b> (   hendidura en la tierra). 4. <i>f.</i> Terreno ancho y abierto que media entre dos montañas. 5. <i>f.</i> <b>ensenada</b> (   parte de mar que entra en la tierra). 6. <i>f. Der.</i> <b>apertura</b> (   acto de dar publicidad a un testamento). 7. <i>f. Fon.</i> Amplitud que los órganos articulatorios dejan al paso del aire, cuando se emite un sonido. 8. <i>f. Fon.</i> Cualidad que el sonido recibe según sea la amplitud que los órganos articulatorios dejan al paso del aire, cuando es emitido. 9. <i>f. Ópt.</i> <i>apertura</i> (   diámetro de la lente). 10. <i>f. p. us.</i> Franqueza, lisura en el trato y conversación.

## Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>abicharse.</b>	(Der. de <i>bicho</i> ). <i>prnl.</i> Agusanarse, <i>especialmente la herida de un animal.</i> // <b>2.</b> <i>prnl.</i> Tener <b>bicheras</b> .	De <i>bicho</i> . 1. <i>prnl. And., Arg. y Ur.</i> Dicho de la fruta: <b>agusanarse</b> . 2. <i>prnl. rur. And., Arg. y Ur.</i> Dicho de una herida de una persona o de un animal: Criar gusanos.
<b>abierto.</b>	<i>adj. Enol. Referido al vino:</i> de poco color y equilibrio. // <b>2.</b> <i>adv. esp.</i> Sin medida. <i>En la fiesta comimos abierto.</i>	<b>abierto, ta</b> Del part. de <i>abrir</i> ; lat. <i>apertus</i> . 1. <i>adj.</i> Dicho comúnmente del campo: Desembarazado, llano, raso, dilatado. 2. <i>adj.</i> No murado, no cercado. 3. <i>adj.</i> Dicho de una persona: Franca, llana, receptiva. 4. <i>adj.</i> Claro, patente, indudable. <i>Abierta enemistad.</i> 5. <i>adj.</i> Dicho de una relación o de una lista: Susceptible de cambios. 6. <i>adj.</i> Dicho de un asunto o de un negocio: No resuelto. <i>El trato queda abierto.</i> 7. <i>adj.</i> Poco acotado, restringido o preciso. <i>El convenio queda demasiado abierto.</i> 8. <i>adj.</i> Dicho de una caballería: Que separa excesivamente sus extremidades al andar. 9. <i>adj. Fon.</i> Dicho de un sonido: Que se articula con mayor grado de abertura que otro sonido que se considera cerrado. <i>Vocal abierta.</i> 10. <i>adj. Mar.</i> Dicho de una embarcación: Que no tiene cubierta. 11. <i>m. Dep.</i> Competición deportiva en la que pueden participar todas las categorías. 12. <i>f. Nic.</i> <b>abertura</b> (   acción de abrir). 13. <i>f. desus.</i> <b>abertura</b> (   boca, hendidura).  <b>en abierto</b> 1. <i>loc. adj.</i> Dicho de una emisión televisiva: Sin codificar. <i>Ese canal ha estrenado un nuevo programa en abierto.</i>

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

		<p>carga <b>abierta</b>  carta <b>abierta</b>  cartela <b>abierta</b>  casa <b>abierta</b>  circuito <b>abierto</b>  concejo <b>abierto</b>  crédito <b>abierto</b>  curva <b>abierta</b>  espejuela <b>abierta</b>  fractura <b>abierta</b>  guerra <b>abierta</b>  hogar <b>abierto</b>  jornada de puertas <b>abiertas</b>  letra <b>abierta</b>  línea <b>abierta</b>  orden <b>abierto</b>  puerta <b>abierta</b>  régimen <b>abierto</b>  resto <b>abierto</b>  sílabas <b>abierta</b>  testamento <b>abierto</b>  vaca <b>abierta</b>  vaina <b>abierta</b>  viento <b>abierto</b></p>
<b>abigeato.</b>	(Del lat. <i>abigeatus</i> ). <i>m.</i> Hurto de ganado. <b>V. cuatrerear.</b> ◆ <b>abigeo; arreado; cuatrерismo.</b>	<p>Del lat. tardío <i>abigeātus</i>, der. de <i>abigeāre</i> 'robar ganado'.</p> <p>1. <i>m. Arg., Bol., Chile, Col., Ec., El Salv., Hond., Méx., Nic., Pan., Par., Perú y Ur.</i> Hurto de ganado.</p>
<b>abigeo.</b>	(Del lat. <i>abigeus</i> ). <i>m. esm.</i> <b>abigeato.</b> // <b>2. m. p. us. esm.</b> Ladrón de ganado.	<p>Del lat. tardío <i>abigeus</i>, y este der. del lat. <i>abigĕre</i> 'apartar', 'ahuyentar', 'robar ganado'.</p> <p>1. <i>m. Arg., Bol., Chile, Col., Ec., Hond., Méx., Nic., Par., Perú y Ur.</i> Ladrón de ganado.</p>

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>abismamiento.</b>	(Der. de <i>abismarse</i> ). <i>m. p. us.</i> Ensimismamiento.	La palabra <i>abismamiento</i> no está registrada en el Diccionario. Las entradas que se muestran a continuación podrían estar relacionadas: <b>avisamiento</b> <b>avistamiento</b>
<b>abismarse.</b>	<i>prnl. p. us.</i> Ensimismarse.	<b>abismar.</b>  1. tr. Hundir en un abismo. U. t. c. prnl. 2. tr. Confundir, abatir. U. t. c. prnl. 3. prnl. Entregarse del todo a la contemplación, al dolor, etc. 4. prnl. <i>Arg., Chile, Col., Ec., Guat., Méx., Nic., Pan., R. Dom. y Ven.</i> <b>sorprenderse</b> (   comoverse con algo imprevisto o raro).
<b>ablandar(se).</b>	<i>tr.</i> Hacer que <i>un vehículo con motor nuevo o recién <b>rectificado</b></i> marche a una velocidad moderada y constante, para que sus piezas terminen de <b>ajustarse</b> . ◆ <b>asentar.</b> // <b>2. prnl. rur.</b> Ceder <i>la cabalgadura</i> al dominio de la rienda durante la doma.	1. tr. Poner blando algo. U. t. c. prnl. 2. tr. Laxar, suavizar. U. t. c. prnl. 3. tr. Hacer que alguien ceda en una postura intransigente o severa, mitigar su ira o enojo. U. t. c. prnl. 4. tr. <i>Tecnol.</i> Reducir la dureza del agua por métodos químicos. U. t. c. prnl. 5. tr. <i>Arg., Bol. y Ur.</i> <b>rodar</b> (   hacer que un automóvil marche a las velocidades prescritas). 6. intr. Dicho del invierno: Calmar sus rigores, empezando a derretirse los hielos y las nieves. 7. intr. Dicho del viento: Ceder en su fuerza. U. t. c. prnl. 8. prnl. <b>acobardarse.</b>
<b>ablande.</b>	(Der. de <i>ablandar</i> ). <i>m.</i> Circulación a velocidad constante de un vehículo recién <b>rectificado</b> para que las piezas del motor se <b>ajusten.</b> // <b>2. m.</b> Período de tiempo durante el cual se realiza la circulación para <b>ablandar</b> el motor de un vehículo.	De <i>ablandar</i> . 1. <i>m. Arg., Bol. y Ur.</i> <b>rodaje</b> (   de un automóvil).

## Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>ablusonar(se).</b>	(Der. de <i>blusa</i> ). <i>tr. prnl. p. us.</i> Dar holgura a un vestido a manera de blusa.	La palabra <i>ablusonarse</i> no está registrada en el Diccionario. La entrada que se muestra a continuación podría estar relacionada: <b>ablucionar</b>
<b>abocarse.</b>	<i>prnl.</i> Entregarse de lleno a la realización de una tarea. <i>Me aboqué a terminar la corrección de la novela.</i> ¶ <i>Constr.:</i> Se emplea seguido de un complemento encabezado por la preposición <i>a</i> .	<b>abocar.</b> 1. <i>tr.</i> Verter el contenido de un cántaro, costal, etc., en otro. U. propiamente cuando para ello se aproximan las bocas de ambos. 2. <i>tr.</i> Acercar, dirigir hacia un lugar armas de fuego, tropas, pertrechos, etc. U. t. c. <i>prnl.</i> 3. <i>tr. desus.</i> Asir con la boca. 4. <i>intr.</i> Desembocar, ir a parar. 5. <i>intr. Mar.</i> Comenzar a entrar en un canal, estrecho, puerto, etc. 6. <i>prnl.</i> Dicho de una o más personas: Juntarse de común acuerdo con otra u otras para tratar un negocio. 7. <i>prnl.</i> Existiendo proximidad en el tiempo, hallarse en disposición, peligro o esperanza de algo. U. m. en part. <i>Estar, hallarse, quedar, verse abocado A la ruptura.</i> U. t. c. <i>intr.</i> 8. <i>prnl. Arg., Bol., C. Rica, Guat., Méx., Ur. y Ven.</i> Entregarse de lleno a hacer algo, o dedicarse a la consideración o estudio de un asunto. <i>La Administración se abocará A resolver los problemas de los niños.</i>
<b>abolerado, -a.</b>	(Der. de <i>bolero</i> ). <i>adj. Folc.</i> Referido a una danza tradicional: con ritmo de bolero en alguna de sus partes.	La palabra <i>abolerado</i> no está en el Diccionario.



## Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>abombado, -a.</b>	(Del v. <i>abombarse</i> ). <i>m</i> y <i>f.</i> / <i>adj.</i> <i>esp.</i> <b>gil, -a.</b> // <b>2.</b> <i>m</i> y <i>f.</i> / <i>adj.</i> <i>esp.</i> <b>choto, -a (2).</b>	<b>abombado<sup>1</sup>, da</b> Del part. de <i>abombar</i> <sup>1</sup> . 1. <i>adj.</i> <i>Arg., C. Rica, Nic., R. Dom. y Ur.</i> Tonto, falto o escaso de entendimiento o razón. U. t. c. s.
<b>abombamiento.</b>	<i>m.</i> <i>esp.</i> Aturdimiento, perturbación momentánea de los sentidos. <b>V. cohete.</b> ◆ <b>abatamiento.</b> // <b>2.</b> <i>m.</i> <i>esp.</i> Torpeza para resolver o ejecutar algo. ◆◆ <b>embotamiento.</b>	<b>abombamiento<sup>1</sup></b> 1. <i>m.</i> Acción y efecto de <b>abombar</b> <sup>1</sup> .
<b>abono.</b>	<i>m.</i> Estiércol que se utiliza para fertilizar la tierra. // <b>abono verde.</b> <i>m.</i> Cultivo de gramíneas o leguminosas destinado a ser enterrado como <b>abono.</b>	<b>abono<sup>1</sup></b> 1. <i>m.</i> Acción y efecto de <b>abonar</b> <sup>1</sup> . 2. <i>m.</i> Sustancia con que se abona la tierra o las plantas. 3. <i>m. p. us.</i> Garantía, fianza o respaldo que acredita algo. 4. <i>m.</i> <i>El Salv., Guat., Hond. y Méx.</i> Cada uno de los pagos parciales de un préstamo o una compra a plazos.  <b>ser de <u>abono</u></b> 1. <i>loc. verb.</i> Dicho de una cosa: Tener validez para que se compute en favor de alguien. <b>decreto de <u>abono</u></b>
<b>abotagarse.</b>	<i>prnl. obs. esp.</i> <b>embotarse.</b>	<b>abotagar</b>  Quizá de una raíz romance <i>bott-</i> , de or. expr. 1. <i>tr.</i> Embotar o entorpecer. U. t. c. intr. U. m. c. prnl. 2. <i>prnl.</i> Dicho del cuerpo, o de parte del cuerpo de un animal, o de una persona: Hincharse, generalmente por enfermedad.

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>abotonarse.</b>	<i>prnl. vulg. esp.</i> Quedar el perro macho y la hembra ligados por los genitales, durante el proceso de la eyaculación. // <b>2. prnl. vulg. esp.</b> En el juego del <b>truco</b> : cantar <b>flor</b> a la misma vez los que juegan como compañeros.	<b>abotonar</b> 1. tr. Cerrar, unir o ajustar una prenda de vestir metiendo los botones por los ojales. U. t. c. prnl. 2. intr. <i>Bot.</i> Dicho de una planta: Echar botones. 3. intr. p. us. Dicho de un huevo: Arrojar grumos de clara cuando se cuece en agua.
<b>abra.</b>	<i>f.</i> En el interior de un <b>monte extenso</b> : pequeña pradera, con pocos árboles. ♦ <b>campestre.</b>	Del fr. <i>havre</i> 'puerto de mar', y este del neerl. medio <i>havene</i> 'puerto'; cf. al. e ingl. <i>haven</i> . 1. f. Bahía no muy extensa. 2. f. Abertura ancha y despejada entre dos montañas. 3. f. Grieta producida en el terreno por efecto de sacudidas sísmicas. 4. f. <i>Mar.</i> Distancia entre los palos de la arboladura, o abertura angular de las jarcias, de la obencadura, etc. 5. f. <i>Arg., Bol., Chile, Col., C. Rica, Ec., Hond., Méx., Nic., Par. y Ur.</i> Espacio desmontado, claro en un bosque. 6. f. <i>Bol., Nic. y R. Dom.</i> Trocha, camino abierto entre la maleza.
<b>abrasileñado, -a.</b>	(Der. de <i>brasileño</i> ). <i>adj. cult.</i> <b>abrasileirado, -a.</b>	La palabra <i>abrasileñado</i> no está en el Diccionario.
<b>abrasilerado, -a.</b>	(Der. de <i>brasileiro</i> ). <i>adj. Referido a una persona</i> : que muestra influencia de la cultura de Brasil. ♦ <b>abrasileñado.</b>	La palabra <i>abrasilerado</i> no está en el Diccionario.
<b>abreboca.</b>	<i>m. rur.</i> Instrumento con el que se mantiene abierta la boca de los ovinos para darles un medicamento.	1. m. <b>aperitivo.</b>

## Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>abrigado, -a.</b>	<i>adj. Referido a una prenda de vestir o a una manta: que protege del frío con eficacia.</i>	Del part. de <i>abrigar</i> . 1. <i>adj.</i> Dicho de un lugar: Que está protegido del viento, del frío o del temporal. <i>Un valle abrigado</i> . 2. <i>adj.</i> Dicho especialmente de una prenda de vestir: Que es cálida, que abriga. 3. <i>m.</i> abrigo (   lugar donde se está resguardado). 4. <i>f.</i> abrigo (   lugar donde se está resguardado).
<b>abrillantar.</b>	<i>tr.</i> Confitar <i>frutas frescas</i> mediante sucesivos hervidos en almíbar.	1. <i>tr.</i> Labrar en facetas, como las de los brillantes, las piedras preciosas y ciertas piezas de acero u otros metales. 2. <i>tr.</i> Iluminar o dar brillantez. 3. <i>tr.</i> Dar más valor o lucimiento. 4. <i>tr.</i> <i>Arg., Ur. y Ven.</i> <b>confitar</b> (   cubrir con un baño de azúcar). 5. <i>tr.</i> <i>Cuba.</i> Cubrir un producto de pastelería con clara batida.
<b>abrirse.</b>	<i>prnl.</i> Desviarse. // <b>2.</b> <i>prnl. esp.</i> Apartarse, hacerse a un lado. // <b>3.</b> <i>prnl.</i> Desistir unilateralmente de una empresa o compromiso.	<b>abrir.</b> Del lat. <i>aperīre</i> . Part. irreg. abierto.  1. <i>tr.</i> Descubrir o hacer patente lo que está cerrado u oculto. <i>Abrir una caja. Abrir un aposento.</i> U. t. c. <i>prnl.</i> 2. <i>tr.</i> Separar del marco la hoja o las hojas de una puerta o ventana, haciéndolas girar sobre sus goznes, o quitar o separar cualquier otra cosa con que esté cerrada una abertura, para que deje de estarlo. U. t. c. <i>intr.</i> y c. <i>prnl.</i> <i>Esta puerta abre bien o abre mal. Abrirse una puerta.</i> 3. <i>tr.</i> Descorrer el pestillo o cerrojo, desechar la llave, levantar la aldaba o desencajar cualquier otra pieza o instrumento semejante con que se cierra algo.

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

	<p>4. tr. Tirar hacia afuera de los cajones de una mesa o de cualquier otro mueble, sin sacarlos del todo.</p> <p>5. tr. Destapar un recipiente.</p> <p>6. tr. Dejar en descubierto algo, haciendo que aquello que lo oculta se aparte o se separe. <i>Abrir los ojos</i>, por separar un párpado de otro. <i>Abrir un libro</i>, por separar una o varias de sus hojas de las demás para dejar patentes dos de sus páginas.</p> <p>7. tr. Separar las partes del cuerpo del animal o las piezas de cosas o instrumentos unidas por diferentes elementos, de modo que entre ellas quede un espacio mayor o menor, o formen ángulo o línea recta. <i>Abrir los brazos, las alas, unas tijeras, una navaja</i>.</p> <p>8. tr. Cortar por los dobleces los pliegos de un libro para separar las hojas.</p> <p>9. tr. Extender lo que estaba encogido, doblado o plegado. <i>Abrir la mano, la cola ciertas aves, un abanico, un paraguas</i>.</p> <p>10. tr. Hender, rasgar, dividir. U. t. c. prnl. <i>Abrirse la tierra, el techo, la madera, una granada, un tumor</i>.</p> <p>11. tr. <b>hacer</b>. <i>Abrir un agujero, un ojal, una ranura, un camino, un canal</i>.</p> <p>12. tr. Despegar o romper por alguna parte una carta, un paquete, un sobre, una cubierta, etc., para ver o sacar lo que contengan.</p> <p>13. tr. Grabar, esculpir. <i>Abrir una lámina, un troquel, un molde</i>.</p> <p>14. tr. Vencer, apartar o destruir cualquier obstáculo que cierre la entrada o la salida de algún lugar o impida el tránsito. <i>Abrir paso, calle</i>.</p>
--	--

## Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

		<p>15. tr. Dar principio a las tareas, ejercicios o negocios propios de instituciones o establecimientos políticos, administrativos, científicos, literarios, artísticos, comerciales o industriales. <i>Abrir las Cortes, la Universidad, un teatro, un café.</i></p> <p>16. tr. Comenzar ciertas cosas o darles principio, inaugurar. <i>Abrir la campaña, el curso, la sesión.</i></p> <p>17. tr. Anunciar y publicar las condiciones con que deben llevarse a cabo certámenes, concursos de opositores, suscripciones, empréstitos, etc.</p> <p>18. tr. Ir a la cabeza o delante de gente que camina formando hilera o columna. <i>Abrir la procesión, la marcha.</i></p> <p>19. tr. Esparcir, extender, dilatar o distribuir algo, haciendo que tenga mayor alcance, superficie o volumen. <i>La escopeta abre el tiro cuando dispersa la pólvora.</i> U. t. c. intr. y c. prnl.</p> <p>20. tr. <i>Com.</i> Crear una cuenta corriente o de crédito en una entidad bancaria.</p> <p>21. tr. <i>Fon.</i> Hacer que se separen los órganos articulatorios al emitir un sonido, franqueando mayor paso al aire. U. t. c. prnl.</p> <p>22. tr. <i>Taurom.</i> Separar al toro de la barrera para colocarlo en suerte.</p> <p>23. intr. Dicho de una flor: Separar, extendiéndolos, los pétalos que estaban recogidos en el botón o capullo. U. t. c. prnl.</p> <p>24. intr. Dicho del tiempo: Empezar a clarear o serenarse.</p> <p>25. intr. Dicho de un jugador: En algunos juegos de naipes, poner cierta cantidad que ha de aceptar o mejorar quien pretenda disputársela.</p>
--	--	---

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

		<p>26. intr. <i>Mar.</i> Dicho de una embarcación: Empezar a desatracar.</p> <p>27. prnl. <b>relajarse</b> (   laxarse o dilatarse).</p> <p>28. prnl. Separarse, extenderse, hacer calle. <i>Abrirse un batallón</i>. U. t. c. tr. <i>El batallón abre sus filas</i>.</p> <p>29. prnl. Dicho del vehículo o del conductor que toma una curva: Hacerlo por la parte de fuera.</p> <p>30. prnl. Dicho de una persona: Declararse, descubrirse, confiarse a otra. <i>Se abrió conmigo</i>.</p> <p>31. prnl. jerg. Irse de un lugar, huir, salir precipitadamente.</p> <p>32. prnl. <i>Ant., Arg., Chile, Col., Ec., Méx., Nic., Pan., Par., Ur. y Ven.</i> Dicho de un caballo: Desviarse de la línea que seguía en la carrera.</p> <p>33. prnl. <i>Arg., Bol., Col., Cuba, Ec., Méx., Nic., Pan., Par., Perú, R. Dom., Ur. y Ven.</i> Desistir de algo, volverse atrás, separarse de una compañía o negocio.</p> <p>34. prnl. <i>Arg., Méx., Nic., Pan., Par., Perú, Ur. y Ven.</i> Apartarse, desviarse, hacerse a un lado.</p>
<b>abrojo.</b>	<p><i>m.</i> <b>Maleza</b> estival de hasta 150 cm de altura; tiene tallo erguido, hojas cordiformes de hasta 15 cm de longitud, ásperas, con borde ondulado, flores en cabezuelas de color verde amarillento y frutos aovados, recubiertos de pelos rígidos, que se adhieren a la pelambre y la lana de los animales; crece especialmente en tierras de laboreo, basureros y bordes de caminos; es plaga de la agricultura y de la producción lanera. Asteraceae: <i>Xanthium cavanillesii</i>. // <b>2. m.</b> Fruto seco del <b>trébol carretilla</b>; es pequeño, redondeado y recubierto de pelos rígidos que se adhieren con</p>	<p>De <i>abre</i> y <i>ojo</i>, por la precaución que precisaba quien segaba un terreno lleno de abrojos.</p> <p>1. m. Planta espinosa de la familia de las cigofiláceas, perjudicial para los sembrados.</p> <p>2. m. Fruto del <b>abrojo</b>.</p> <p>3. m. <b>cardo estrellado</b>.</p> <p>4. m. Instrumento de plata u otro metal en forma de <b>abrojo</b>, que solían poner los disciplinantes en el azote para herirse la espalda.</p> <p>5. m. <i>Mil.</i> Cada una de las piezas de hierro en forma de estrella con púas o cuchillas que se diseminaban por el terreno para dificultar el paso al enemigo.</p>

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

	facilidad a la lana de la región maxilar de los ovinos. // <b>3. m.</b> Bráctea protectora de la flor del <b>pasto roseta</b> ; tiene unos 15 mm de diámetro; está formada por espinas anchas, planas y muy afiladas, soldadas por la base, que se clavan con facilidad. ♦ <b>roseta.</b>	6. m. pl. Sufrimientos, dificultades, daños. 7. m. pl. <i>Mar.</i> <b>escollos</b> (   peñascos).
<b>abrojudo, -a.</b>	(Der. de <b>abrojo</b> ). <i>adj. rur. obs. esp.</i> Referido a un equino sin domar: criado sin contacto cercano con el hombre.	La palabra <i>abrojudo</i> no está registrada en el Diccionario. La entrada que se muestra a continuación podría estar relacionada: <b>abrojo</b>
<b>absórbex.</b>	(De la marc. com. reg. <i>Absorbex</i> ). <i>m.</i> <b>°toalla higiénica.</b>	La palabra <i>absórbex</i> no está registrada en el Diccionario. La entrada que se muestra a continuación podría estar relacionada: <b>absorber</b>
<b>absorción.</b>	<i>f. Com.</i> Adquisición de una empresa por otra, en la que la adquirente pasa a tener un rol hegemónico.	Del lat. <i>absorptio, -ōnis</i> . 1. f. Acción de absorber. 2. f. <i>Econ.</i> Total de los bienes y servicios demandados por los residentes de un país. 3. f. <i>Fís.</i> Pérdida de la intensidad de una radiación al atravesar un medio. <b>espectro de absorción</b>
<b>abstraimiento.</b>	(Der. de <i>abstraer</i> ). <i>m. cult.</i> Recogimiento en sí mismo.	La palabra <i>abstraimiento</i> no está en el Diccionario.
<b>abuchonar.</b>	(Var. de <b>abullonar</b> ). <i>tr. esp.</i> <b>abullonar.</b>	La palabra <i>abuchonar</i> no está registrada en el Diccionario. La entrada que se muestra a continuación podría estar relacionada: <b>abulonar</b>
<b>abuela.</b>	// <b>andar sin abuela.</b> <i>loc. v. obs. esp.</i> Carecer de principios morales. // <b>éramos pocos y mi abuela parió mellizos.</b> <i>fr. esp.</i> <b>la °bolilla que faltaba.</b>	<b>abuelo, la</b> Del lat. mediev. <i>avolus</i> ; la forma f., del lat. vulg. <i>aviōla</i> , dim. del lat. <i>avia</i> . 1. m. y f. Padre o madre de uno de los padres de una persona. 2. m. y f. afect. coloq. Persona anciana. 3. m. En la lotería de cartones, número 90.

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

		<p>4. m. Cada uno de los mechoncitos que quedan sueltos en la nuca cuando se atiranta el cabello hacia arriba. U. m. en pl.</p> <p>5. m. pl. Padres del padre o de la madre de una persona.</p> <p>6. m. pl. Antepasados de una persona.</p> <p><b>contárselo alguien a su abuela</b></p> <p>1. loc. verb. coloq. U. para negar o poner en duda lo que alguien refiere como cierto. <i>¿Que no lo sabías?, ¡cuéntaselo a tu abuela!</i></p> <p><b>éramos pocos y parió la, o mi, abuela</b></p> <p>1. expr. irón. coloq. U. para dar a entender que aumenta de modo inoportuno el número de personas presentes en un lugar, o el de dificultades existentes.</p> <p><b>habérsele muerto a alguien su abuela, o no necesitar, o no tener, abuela</b></p> <p>1. locs. verbs. coloqs. U. para censurar a quien se alaba mucho a sí mismo.</p> <p><b>tío <u>abuelo</u></b></p>
<b>abuenarse.</b>	(Der. de <i>bueno</i> ). <i>prnl. p. us. esp.</i> Amigarse, reconciliarse.	<p><b>abuenar</b></p> <p><i>De a buenas.</i></p> <p>1. tr. <i>Chile.</i> Hacer que se adopte una buena disposición para el trato con alguien. U. m. c. <i>prnl.</i></p> <p>2. <i>prnl. Bol. y Ur.</i> Reconciliarse, reanudar la amistad o el trato con alguien.</p>
<b>abullonar.</b>	(Der. de <i>bullón</i> ). <i>tr.</i> Dar forma redonda o abultada a algo, especialmente a las mangas de una prenda de vestir. <i>Tb. abuchonar.</i>	<p>1. tr. Adornar con <b>bullones</b> (   plegados de tela).</p>



Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>abulonar.</b>	(Der. de <i>bulón</i> ). <i>tr.</i> Sujetar con <b>bulones</b> .	1. <i>tr. Arg. y Ur.</i> Sujetar con bulones.
<b>abusador, -a.</b>	<i>m. y f. / adj.</i> Persona que abusa de la confianza o de la bondad de los demás.	1. <i>adj.</i> <b>abusón</b> .
<b>abusar.</b>	<i>intr.</i> Violentar sexualmente, violar. ¶ <i>Constr.:</i> Se emplea un complemento encabezado por la preposición <i>de</i> .	De <i>abuso</i> . 1. <i>intr.</i> Hacer uso excesivo, injusto o indebido de algo o de alguien. <i>Abusaba DE su autoridad</i> . 2. <i>intr.</i> Hacer objeto de trato deshonesto a una persona de menor experiencia, fuerza o poder. <i>Abusó DE un menor</i> . 3. <i>prnl. Guat.</i> <b>espabilarse</b> (   avivar y ejercitar el entendimiento de alguien).
<b>acá.</b>	// <b>¡de acá!</b> <i>loc. interj. esp. fest.</i> <b>¡qué °esperanza!</b>	Del lat. <i>eccum hac</i> 'he aquí'.  1. <i>adv. dem.</i> En este lugar o cerca de él. <i>Acá todo es más barato. Puedes guardarlo acá abajo. No coloquen las sillas tan acá.</i> 2. <i>adv. dem.</i> A este lugar o cerca de él. <i>Volvieron acá a toda prisa. Quiero traer el armario más acá.</i> 3. <i>adv. dem.</i> Este lugar o el área próxima. U. precedido de prep. <i>Subió hasta acá con el paquete. Merodearon por acá anoche.</i> 4. <i>adv. dem.</i> Hasta ahora. U. tras un complemento de tiempo introducido por <i>de</i> o <i>desde</i> , que señala el comienzo de un intervalo. <i>De ayer acá. Desde entonces acá.</i> 5. <i>pron. dem. m. y f. coloq.</i> <b>este</b> (   persona presente). <i>Acá tiene razón.</i>  <b>acá y allá, o acá y acullá</b> 1. <i>locs. advs.</i> <b>aquí y allí</b> .  <b>de acá para allá, o de acá para acullá</b> 1. <i>locs. advs.</i> <b>de aquí para allá</b> .

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>acabada.</b>	<i>f. vulg. esp.</i> Semen derramado en la eyaculación. // <b>2. f. vulg. esp.</b> Orgasmo.	De <i>acabar</i> . 1. f. coloq. <i>Ur.</i> <b>semen</b> (   conjunto de espermatozoides). 2. f. coloq. <i>Ur.</i> <b>orgasmo</b> (   culminación del placer sexual).
<b>acabar.</b>	<i>intr. vulg. esp.</i> Alcanzar el orgasmo. ◆ <b>irse.</b> // <b>2. intr. vulg. esp.</b> Eyacular <i>un hombre.</i> ◆ <b>vaciarse.</b> ◆◆ <b>terminar.</b>	De <i>cabo</i> <sup>1</sup> . 1. tr. Poner o dar fin a algo. U. t. c. prnl. 2. tr. Apurar, consumir. 3. tr. Poner mucho esmero en la conclusión de una obra. 4. tr. <b>matar.</b> 5. tr. coloq. <i>Ec.</i> <b>insultar</b> (   ofender). 6. tr. desus. Alcanzar, conseguir. 7. intr. Rematar, terminar, finalizar. <i>La espada acaba en punta.</i> 8. intr. <b>morir</b> (   llegar al término de la vida). 9. intr. Extinguirse, aniquilarse. U. t. c. prnl. 10. intr. Poner fin, destruir, exterminar, aniquilar. <i>Los disgustos acabaron CON Pedro. Tú acabarás CON mi vida.</i> 11. intr. Haber ocurrido poco antes algo. <i>Acaba DE perder su caudal.</i> 12. intr. No lograr algo. U. con neg. <i>No acaba DE licenciarse.</i> 13. intr. coloq. <i>Arg., Cuba, El Salv., Méx., Nic., Ur. y Ven.</i> Alcanzar el orgasmo. 14. intr. <i>Cuba y R. Dom.</i> Hablar mal de alguien. <i>Acabar CON Fulano.</i> 15. intr. <i>Cuba.</i> Tener éxito en una empresa.  <b>acabara ya, o acabáramos, o acabáramos con ello</b> 1. exprs. coloqs. U. cuando, después de gran dilación, se termina o logra algo, o se sale de una duda.

## Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

		<p><b>de nunca <u>acabar</u></b> 1. loc. adj. Dicho de un asunto, de un negocio, etc.: Que se prolonga o puede prolongarse indefinidamente.</p> <p><b>nunca <u>acabar</u></b> 1. loc. sust. m. coloq. Cosa o asunto interminable.</p> <p><b>san se acabó</b> V. <b>sanseacabó</b>.</p> <p><b>se acabó lo que se daba</b> 1. expr. coloq. U. para dar por terminada una cuestión o situación.</p> <p><b>el cuento de nunca <u>acabar</u></b></p>
<p><b>acacia. // acacia de bañado.</b></p>	<p><i>f.</i> Arbusto ornamental de follaje caduco; alcanza los dos metros y medio de altura; tiene hojas compuestas, flores en racimo de color rojo anaranjado y frutos en vainas, con cuatro <b>alas</b> longitudinales; crece en lugares bajos y húmedos; en medicina popular se emplea la corteza para lavar heridas y en inflamaciones de la mucosa bucal. Fabaceae: <i>Sesbania punicea</i>. // <b>acacia mansa. loc. sust. f. acacia de bañado. // 2. loc. sust. f.</b> Arbusto de hasta 5 m de altura; tiene hojas compuestas con folíolos lanceolados, flores amarillas en racimo y fruto en vainas apenas arqueadas; es frecuente en los arenales de la costa <b>platense</b>, donde crece tendido. Fabaceae: <i>Sesbania virgata</i>. // <b>acacia negra. f.</b> Árbol exótico, ornamental, que alcanza unos 10 m de altura; tiene tronco recto, corteza rugosa, oscura, pecíolos ensanchados a modo de hojas, con numerosas nervaduras principales e inflorescencias en racimos cortos, con cabezuelas de color amarillo</p>	<p>Del lat. <i>acacia</i>, y este del gr. <i>ἀκακία</i> <i>akakía</i>.</p> <p>1. f. Árbol o arbusto de la familia de las mimosáceas, a veces con espinas, de madera bastante dura, hojas compuestas o divididas en hojuelas, flores olorosas en racimos laxos y colgantes, y fruto en legumbre. De varias de sus especies fluye espontáneamente la goma arábica.</p> <p>2. f. Madera de la <b>acacia</b>.</p> <p>3. f. <i>Med.</i> Sustancia medicinal concreta y astringente que se extrae del fruto verde de la <i>acacia</i> de Egipto o del de la bastarda.</p> <p>4. f. <i>Ven.</i> <b>flamboyán</b>.</p> <p><b><u>acacia bastarda</u></b> 1. f. <b>endrino</b>.</p> <p><b><u>acacia blanca, o acacia falsa</u></b> 1. f. <b>acacia</b> espinosa con hojuelas aovadas, que procede de América del Norte y se planta en los paseos de Europa.</p> <p><b><u>acacia rosa</u></b> 1. f. <b>acacia</b> de flores rosadas.</p>

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

	pálido; fructifica en legumbres aplanadas de color castaño rojizo, curvadas o cerradas en círculo. Febaceae: <i>Acacia melanoxylon</i>	
<b>académico, -a.</b>	<i>m. y f. / adj. racinguista.</i>	Del lat. <i>Academīcus</i> , y este del gr. Ἀκαδημικός <i>Akadēmikós</i> . 1. adj. Perteneciente o relativo a las academias. <i>Diploma académico</i> . 2. adj. Propio y característico de las academias. <i>Discurso, estilo académico</i> . 3. adj. Perteneciente o relativo a centros oficiales de enseñanza, especialmente a los superiores. <i>Curso, expediente, título académico</i> . 4. adj. Dicho de una obra de arte o de su autor: Que observa con rigor las normas clásicas. 5. adj. Ajustado a pautas tradicionales de corrección o propiedad. 6. adj. <i>Esc. y Pint.</i> Perteneciente o relativo a la <b>academia</b> (   estudio de un modelo al natural). 7. adj. <i>Fil.</i> Dicho de un filósofo: Seguidor de la escuela de Platón. U. t. c. s. 8. adj. <i>Fil.</i> Perteneciente o relativo a la escuela de Platón. 9. m. y f. Individuo perteneciente a una corporación <b>académica</b> . <b>año académico</b>
<b>acalambrar(se).</b>	(Der. de <i>calambre</i> ). <i>prnl. / tr.</i> Contraérsele <i>los músculos a alguien</i> a causa de un calambre. // <b>2. tr. esp.</b> Fatigar, abrumar <i>a alguien</i> con la palabra. <b>V. patilludo; tener las °bolas por el piso.</b> // <b>3. tr. esp.</b> Producir miedo o gran preocupación. // <b>4. tr. p. us. esp.</b> Causar asombro. // <b>5. prnl. p. us. esp.</b> Desistir inesperadamente <i>de algo</i> . <b>V. colgar los °guantes.</b>	1. tr. <i>Am.</i> Contraer los músculos a causa del calambre. U. t. c. <i>prnl.</i> 2. tr. coloq. <i>Nic. y Ur.</i> Producir miedo o gran preocupación. U. t. c. <i>prnl.</i> 3. tr. coloq. <i>Ur.</i> Causar asombro. 4. tr. coloq. <i>Ur.</i> Fatigar, abrumar con la palabra.

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>acamalar.</b>	(Del genov. <i>camallâ</i> , cargar con algo). <i>tr. p. us. esp.</i> Guardar dinero u objetos de valor como ahorro. <b>V. encanutarse.</b>	La palabra <i>acamalar</i> no está registrada en el Diccionario. Las entradas que se muestran a continuación podrían estar relacionadas: <b>acabalar</b> <b>acanalár</b>
<b>acampante.</b>	(Del v. <i>acampar</i> ). <i>m. / f.</i> En <i>campamentos o ambientes naturales</i> : persona que vive temporalmente en <b>carpas</b> o casas rodantes por esparcimiento. ♦ <b>campamentista.</b>	La palabra <i>acampante</i> no está registrada en el Diccionario. Las entradas que se muestran a continuación podrían estar relacionadas: <b>acampanar</b> <b>acampar</b> <b>campante</b>
<b>acapachamiento.</b>	(Der. de <i>capacho</i> ). <i>m. Tex.</i> Apelmazamiento del <b>vellón</b> de un ovino por deficiencias nutritivas, fisiológicas o sanitarias.	La palabra <i>acapachamiento</i> no está registrada en el Diccionario. La entrada que se muestra a continuación podría estar relacionada: <b>acaparamiento</b>
<b>acápite.</b>	(Del lat. <i>a capite</i> , desde el principio). <i>m. cult.</i> Epígrafe, cita o sentencia que suele ponerse a la cabeza de una obra científica o literaria, o de alguno de sus capítulos o divisiones. // <b>2. m. cult. copete (3).</b> // <b>3. m. Der.</b> Título o subtítulo de una ley o decreto. // <b>4. m. Der.</b> Primer párrafo de un artículo legal donde se enuncia el tema o el concepto genérico que luego se desarrolla.	Del lat. <i>a capite</i> 'desde el principio'.  1. <i>m. Am.</i> <b>párrafo</b> (   fragmento de un texto). 2. <i>m. Arg. y Cuba.</i> Título, capítulo, epígrafe. 3. <i>m. Ur.</i> Texto breve, posterior al título, que aclara el contenido del artículo que encabeza. <b>punto acápite</b>
<b>acariciante.</b>	(Del v. <i>acariciar</i> ). <i>adj. Enol.</i> <b>aterciopelado.</b>	De <i>acariciar</i> y <i>-nte</i> .  1. <i>adj.</i> Que acaricia. <i>Manos acariciantes. Mirada acariciante.</i>

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<p><b>ácaro. // ácaro blanco.</b></p>	<p><i>m. Agric.</i> Ácaro cosmopolita de 200 <math>\mu</math> de longitud, de color blanco amarillento, cuerpo ovalado, con los dos primeros pares de patas fuertes y dos cerdas largas en el último par; se alimenta de tejidos vegetales; es plaga de cítricos, plantas ornamentales y cultivos de <b>morrón</b>. Tarsonemidae: <i>Polyphagotarsonemus latus</i>. // <b>ácaro bronceador del tomate.</b> <i>m. Agric.</i> Ácaro cosmopolita de unas 170 <math>\mu</math> de longitud, de color blanquecino o amarillento; tiene cuerpo fusiforme, con un par de lóbulos y dos pelos largos al final del abdomen; es plaga del tomate; provoca desfoliación y agrietamiento en los tallos, que toman color bronceado. Eriophyidae: <i>Aculops lycopersici</i>. // <b>ácaro de los frutales.</b> <i>m. Agric.</i> <b>°arañuela parda.</b> // <b>ácaro mejicano.</b> <i>m. Agric.</i> Ácaro de unas 400 <math>\mu</math> de longitud, de color amarillo, verdoso o rojizo, con manchas oscuras en el dorso; tiene cuerpo ovalado; vive en colonias; teje una tela sedosa en el envés de las hojas, que las torna amarillentas; es plaga de los cítricos. Tetranychidae: <i>Tetranychus mexicanus</i>. // <b>ácaro tejedor.</b> <i>m. Agric.</i> Ácaro cosmopolita de unas 500 <math>\mu</math> de longitud, de color amarillo, verdoso o rojo anaranjado, con dos manchas oscuras en el dorso; tiene cuerpo ovalado y globoso, con cerdas dorsales largas; vive en colonias; succiona la savia de las hojas por el envés y cubre de seda el follaje y los tallos; es plaga de cultivos diversos, especialmente el de <b>frutilla</b>. Tetranychidae: <i>Tetranychus urticae</i>. ♦ <b>°arañuela roja.</b></p>	<p>Del lat. cient. <i>acarus</i>, y este del gr. <i>ἀκαρί akarí</i>.</p> <p>1. <i>m. Zool.</i> Arácnido generalmente de menos de un milímetro de longitud, de respiración traqueal o cutánea, con cefalotórax tan íntimamente unido al abdomen que no se percibe separación entre ambos, y que suele ser parásito de otros animales o plantas. U. t. en pl. como taxón.</p>
---------------------------------------	--	---

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>acartonarse.</b>	<i>prnl. esp.</i> Volverse excesivamente formal y poco espontáneo.	<b>acartonar</b> 1. tr. Hacer que algo o alguien tome el aspecto o la rigidez del cartón. <i>La sequedad acartona la piel.</i> U. t. c. <i>prnl.</i> U. t. en sent. fig. <i>Su estilo literario se fue acartonando.</i>
<b>acarunchado, -a.</b>	(Der. de <b>caruncho</b> ). <i>adj. Norte, Rocha, T. y Tres, esp.</i> Referido a la madera o a los granos: carcomido por el <b>caruncho</b> , la polilla o el gorgojo.	La palabra <i>acarunchado</i> no está en el Diccionario.
<b>accesorio.</b>	<i>m.</i> Objeto que se agrega a un vehículo con una finalidad especialmente decorativa. // <b>2. m.</b> <i>En la indumentaria:</i> elemento que complementa una prenda.	<b>accesorio, ria.</b> <i>De acceso.</i> 1. <i>adj.</i> Que depende de lo principal o se le une por accidente. U. t. c. s. 2. <i>adj.</i> <b>secundario</b> (¶ no principal). 3. <i>m.</i> Utensilio auxiliar para determinado trabajo o para el funcionamiento de una máquina. U. m. en pl. 4. <i>f. Filip.</i> Departamento, generalmente de dos pisos, de los que componen una serie de casas iguales y unidas por pared intermedia, de un solo techo a lo largo de la calle. 5. <i>f. p. us.</i> Edificio contiguo a otro principal y dependiente de este. U. m. en pl. 6. <i>f. pl. p. us.</i> Habitaciones bajas que tienen entrada distinta y uso separado del resto del edificio principal. <b>pena <u>accesoria</u></b> <b>puerta <u>accesoria</u></b>

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<p><b>accidente.</b></p>	<p><i>m.</i> Vuelco o colisión de un vehículo. // <b>2. m.</b> Suceso en el que una persona resulta arrollada.</p>	<p>Del lat. <i>accīdens, -entis</i>.</p> <p>1. m. Suceso eventual que altera el orden regular de las cosas.</p> <p>2. m. Suceso eventual o acción de que resulta daño involuntario para las personas o las cosas. <i>Seguro contra accidentes</i>.</p> <p>3. m. Indisposición o enfermedad generalmente grave y que sobreviene repentinamente. <i>Accidente coronario</i>.</p> <p>4. m. Síntoma grave que se presenta inopinadamente durante una enfermedad, sin ser de los que la caracterizan.</p> <p>5. m. Irregularidad del terreno.</p> <p>6. m. p. us. Pasión o movimiento del ánimo.</p> <p>7. m. <i>Fil.</i> Cualidad o estado que aparece en algo, sin que sea parte de su esencia o naturaleza.</p> <p>8. m. <i>Gram.</i> <b>accidente gramatical</b>.</p> <p>9. m. <i>Mús.</i> Cada uno de los tres signos, el sostenido, el bemol y el becuadro, con que se altera la tonalidad de un sonido.</p> <p>10. m. pl. <i>Rel.</i> Figura, color, sabor y olor que en la eucaristía quedan del pan y del vino después de la consagración.</p> <p><b>accidente de trabajo</b></p> <p>1. m. Lesión corporal o enfermedad que sufre el trabajador con ocasión o a consecuencia del trabajo que ejecuta.</p> <p><b>accidente gramatical</b></p> <p>1. m. <i>Gram.</i> categoría gramatical (   propiedad).</p> <p><b>accidente laboral</b></p> <p>1. m. <b>accidente de trabajo.</b></p> <p><b>de accidente</b></p> <p>1. loc. adv. desus. <b>por accidente.</b></p> <p><b>por accidente</b></p> <p>1. loc. adv. Por casualidad.</p>
--------------------------	--	---



Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>acebén.</b>	(Del port. <i>azevém</i> ). <i>m.</i> <i>Bot. raigrás. Tb. azevem.</i>	La palabra <i>acebén</i> no está registrada en el Diccionario. Las entradas que se muestran a continuación podrían estar relacionadas:  <b>acabar</b> <b>acebo</b> <b>acechar</b> <b>acedar</b> <b>acepar</b> <b>acerar<sup>1</sup>; acerar<sup>2</sup></b> <b>acervar</b> <b>acezar</b> <b>achechar</b> <b>achivarse</b> <b>ahuevar</b> <b>cebar</b> <b>hachear</b>
<b>acefalía.</b>	<i>f. cult.</i> Ausencia de autoridad.	<b>acefalia</b> <i>Tb. acefalía, Am. Mer.</i> Der. de <i>acéfalo</i> .  1. <i>f.</i> Carencia de cabeza. U. t. en sent. fig.
<b>aceitada.</b>	<i>f.</i> Lubricación de un mecanismo con aceite. // <b>2. f. esp. coima.</b>	1. <i>f. Am.</i> Acción y efecto de aceitar.
<b>aceitar.</b>	<i>tr. euf. esp. coimear.</i> // <b>2. tr. esp. Mejorar una relación conflictiva.</b>	Conjug. c. <i>peinar</i> .  1. <i>tr.</i> Dar, untar, bañar con aceite. 2. <i>tr. coloq. Arg., Cuba, Hond. y Ur. sobornar.</i> 3. <i>tr. coloq. Arg. y Ur.</i> Mejorar el funcionamiento de una institución.
<b>aceite.</b>	<i>m. euf. esp. coima.</i> // <b>comer con aceite.</b> <i>loc. v. p. us. esp.</i> Pasar a una situación económica más acomodada. // <b>más aceite da un ladrillo.</b> <i>fr. esp.</i> Fórmula con que se señala la imposibilidad de obtener un resultado provechoso.	Del ár. hisp. <i>azzáyt</i> , este del ár. clás. <i>azzayt</i> , y este del arameo <i>zaytā</i> .  1. <i>m.</i> Líquido graso que se obtiene de frutos o semillas, como cacahuetes, algodón, soja, nueces, almendras, linaza, ricino o coco, y de algunos animales, como la ballena, la foca o el bacalao.

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

		<p><i>Aceite de girasol, de maíz, de hígado de bacalao.</i></p> <p>2. m. <b>aceite de oliva.</b></p> <p>3. m. Líquido denso de origen natural, como el petróleo, o que se obtiene por destilación de ciertos minerales bituminosos o de la hulla, el lignito y la turba.</p> <p>4. m. Sustancia grasa, líquida a temperatura ordinaria, de mayor o menor viscosidad, no miscible con agua y de menor densidad que ella, que se puede obtener sintéticamente.</p> <p><b><u>aceite de oliva</u></b></p> <p>1. m. aceite obtenido de las aceitunas.</p> <p><b><u>aceite de oliva virgen</u></b></p> <p>1. m. aceite obtenido directamente de las aceitunas y solo por procedimientos mecánicos.</p> <p><b><u>aceite de vitriolo</u></b></p> <p>1. m. Ácido sulfúrico concentrado comercial.</p> <p><b><u>aceite esencial</u></b></p> <p>1. m. <b>esencia</b> (   líquido muy oloroso de algunos vegetales).</p> <p><b><u>aceite mineral</u></b></p> <p>1. m. <b>aceite</b> (   líquido denso de origen natural).</p> <p><b><u>aceite pesado</u></b></p> <p>1. m. <b>gasóleo.</b></p> <p><b><u>aceite secante</u></b></p> <p>1. m. aceite que en contacto con el aire se resinifica lentamente, como el de linaza, el de cáñamo, etc., y se emplea frecuentemente en la preparación de barnices y pinturas.</p>
--	--	---

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

		<p><b><u>aceite serpentino</u></b> 1. m. aceite medicinal que se empleaba como vermífugo.</p> <p><b><u>aceite virgen</u></b> 1. m. <b>aceite de oliva virgen.</b></p> <p><b><u>aceite volátil</u></b> 1. m. <b>aceite esencial.</b></p> <p><b> echar <u>aceite</u> al fuego, o en el fuego</b> 1. locs. verbs. <b> echar leña al fuego.</b></p> <p><b>perder <u>aceite</u></b> 1. loc. verb. irón. coloq. <i>Esp.</i> Dicho de un hombre: Mostrar maneras de homosexual.</p> <p><b>balsa de <u>aceite</u></b></p>
<b>aceitero.</b>	<i>m.</i> Recipiente con pico para lubricar con aceite las piezas de una máquina.	<p><b>aceitero, ra</b></p> <p>1. adj. Perteneciente o relativo al aceite.</p> <p>2. m. y f. Persona que vende o fabrica aceite.</p> <p>3. m. Árbol de las Antillas, de madera muy dura, compacta y de color amarillo con vetas más oscuras, que admite pulimento.</p> <p>4. m. <i>Col., Ec., Pan., Par., R. Dom.</i> y <i>Ur.</i> Recipiente para contener aceite lubricante con un pico o cánula para aplicarlo a las piezas de las máquinas.</p> <p>5. f. Recipiente que se usa para guardar el aceite, especialmente el comestible.</p> <p>6. f. Empresa dedicada al tratamiento del aceite.</p> <p>7. f. <b>carraleja.</b></p> <p>8. f. pl. <b>vinagreras</b> (   pieza con dos frascos para aceite y vinagre).</p>

Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(continua)

<b>aceleración.</b>	<i>f. esp.</i> Sobreexcitación. ◆ <b>aceleramiento.</b>	Del lat. <i>acceleratio, -ōnis</i> .  1. f. Acción y efecto de acelerar o acelerarse. 2. f. <i>Fís.</i> Magnitud que expresa la variación de la velocidad en la unidad de tiempo, y cuya unidad en el sistema internacional es el metro por segundo cada segundo (m/s <sup>2</sup> ). <b>carril de <u>aceleración</u></b>
<b>acelerada.</b>	<i>f.</i> Incremento súbito e intenso de la velocidad de un motor.	De <i>acelerar</i> .  1. f. <i>Am.</i> <b>acelerón</b> . U. t. en sent. fig. <i>Por favor, dele una acelerada al trámite.</i>
<b>aceleramiento.</b>	<i>m. esp.</i> <b>aceleración.</b>	1. m. <b>aceleración</b> (   acción de acelerar).
<b>acelerarse.</b>	<i>prnl. esp.</i> Sobreexcitarse, entusiasmarse en exceso.	<b>acelerar.</b>  Del lat. <i>accelerāre</i> .  1. tr. Dar celeridad. U. t. c. prnl. 2. tr. Dar mayor velocidad, aumentar la velocidad. 3. tr. Accionar un mecanismo para aumentar las revoluciones de un motor, con el fin de que la máquina que controla se mueva con mayor velocidad. 4. prnl. <b>atolondrarse</b> . 5. intr. Darse prisa. <i>Acelera, que no llegamos.</i>
<b>aceptable.</b>	<i>m.</i> En la <b>educación secundaria</b> : <b>juicio</b> que refleja el desempeño mínimo exigido de un estudiante.	Del lat. tardío <i>acceptabilis</i> .  1. adj. Capaz o digno de ser aceptado. 2. m. <i>Ur.</i> <b>aprobado</b> .
<b>acertada.</b>	<i>f. esp.</i> Acierto. // <b>2.f. esp.</b> Suceso favorable ocurrido casualmente.	<b>acertado, da</b> Del part. de <i>acertar</i> . 1. adj. Que tiene o incluye acierto.

## Quadro 6 - Verbetes presentes no DEU e DLE, respectivamente

(conclusão)

<b>achacador, -a.</b>	(Der. de <i>achacar</i> ). <i>m. y f. esp.</i> <b>chorro, -a (2).</b>	La palabra <i>achacador</i> no está registrada en el Diccionario. Las entradas que se muestran a continuación podrían estar relacionadas: <b>achacar</b> <b>achicador, ra</b> <b>machacador, ra</b>
<b>achacamiento.</b>	(Der. de <i>achacar</i> ). <i>m. p. us. esp.</i> Estado de deterioro o malestar.	La palabra <i>achacamiento</i> no está registrada en el Diccionario. Las entradas que se muestran a continuación podrían estar relacionadas: <b>achatamiento</b> <b>achicamiento</b>
<b>achacar(se).</b>	<i>tr. urb. esp. chorrear (1). // 2. tr. urb. esp. chorrear (2). // 3. tr. urb. esp. embrollar (1). // 4. prnl. p. us. esp. joder(se) (6).</i>	<b>achacar.</b>  Del ár. hisp. <i>aččakká</i> , y este del ár. clás. <i>tašakkà</i> 'quejarse', 'denunciar'.  1. tr. Atribuir, imputar a alguien o algo un delito, culpa, defecto o desgracia, generalmente con malicia o sin fundamento.

Fontes: **Diccionario del español del Uruguay** e **Diccionario de la lengua española**

Retomamos a informação de que há três tipos de definições no dicionário: perifrástica, sinonímica e explicativa; e podemos observar esses tipos que consideraremos processos definitórios – por serem processos discursivos que produzem sentidos para a definição – nos verbetes apresentados. Conforme é indicado na introdução do DEU, as definições perifrásticas contêm hiperônimos com explicações específicas que os diferenciam; as definições sinonímicas contêm sinônimos do espanhol “geral” ou remissão a outros verbetes do dicionário; as definições explicativas contêm detalhamentos, esclarecimentos, contexto de uso para os verbetes. Como a definição traz o efeito de unidade para o verbete, observamos que não há só um processo definitório que predomina, pois identificamos sinônimos e explicações em definições perifrásticas, por exemplo.

Também observamos que o DEU traz diferentes modos de apresentação do verbete, tais como: a) expressões (locuções) como entrada (por exemplo, o verbete *a ojímetro*); b) verbetes que não possuem entrada no DLE – dos verbetes transcritos, vinte e nove não possuem entrada nesse dicionário (como o verbete *abacaxi*, por exemplo); c) verbetes que possuem entrada no DLE, mas não a mesma acepção (como o verbete *abertura*); e d) verbetes que possuem entrada no DLE com a mesma acepção (por exemplo, o verbete *abigeato*) – isso no tocante ao que nos propomos a analisar.

Para analisarmos as definições, separá-las-emos em seus três processos definitórios. Iniciamos com o bloco de verbetes que apresentam processos definitórios sinonímicos considerando a rede de sentidos que o DEU pode estabelecer e, assim, verificar a circulação de sentidos de um verbete a outro e de um dicionário a outro. Observamos na definição designada como sinonímica que os verbetes remetem a outros verbetes, desse modo, levamos em conta o que nos ilustra Petri (2019, p. 110) sobre o “funcionamento metodológico do ‘palavra-puxa-palavra’” cujo efeito “tem por base o processo discursivo da remissão”. E, a partir desse efeito, pensamos o DEU como parte de uma rede de sentidos com ele próprio e com o DLE. Após, as definições sinonímicas, apresentamos o bloco de verbetes com processos definitórios perifrásticos os quais também observamos o efeito palavra-puxa-palavra e finalizamos com o bloco de verbetes com processos definitórios explicativos que observamos que são em menor número, mas permeiam os outros processos.

Os verbetes que consideramos com definição sinonímica são: *a la sanfasón*; *abajera*; *abarajar*; *abarrotamiento*; *abatamiento*; *abatatar(se)*; *abatumado, -a*; *aberdeen angus*; *abigeato*; *abigeo*; *abismamiento*; *abismarse*; *abombado, -a*; *abotagarse*; *abrasileñado, -a*; *absórbex*; *abuchonar*; *abuenarse*; *acá*; *académico*; *acariciante*; *acebén*; *aceleración*; *aceleramiento*; *achacador, -a*; *achacar(se)*.

O verbete *a la sanfasón* remete ao verbete *apuradas* que transcrevemos a seguir:

**apuradas.** // **a las apuradas.** *loc. adv. esp.* Con prisa y sin cuidado. **V. a los °apurones; a °mil por hora; por °arriba.** ◆ **a la °marchanta; a la que te °criaste; °a la sanfasón; a las °corridas; a las °patadas.**

A partir da busca pelo verbete remetido, podemos entender o significado da locução adverbial espontânea *a la sanfasón*. Como se pode observar, o verbete *apuradas* puxa outros verbetes promovendo uma circulação de sentidos no DEU por meio do processo discursivo da remissão. Nesse verbete, a contrastividade que o DEU denomina está funcionando para destacar uma ocorrência “americana” e “uruguaia”, é uma especificidade da Língua Espanhola do

Uruguai devido ao não comparecimento desse verbete no DLE e, com isso, traz também a diferença na Língua Espanhola. É a Língua Espanhola, mas é outra.

A definição de *abajera* remete ao verbete *jerga* o qual apresentamos a seguir:

**jerga.** *f.* Pieza del **apero** de montar consistente en una manta rectangular, de aproximadamente 1 m de largo, generalmente de tejido grueso y rústico, que se coloca directamente sobre el lomo de la cabalgadura para evitar el roce del **lomillo**. ♦ **abajera; jergón.** // **andar con la jerga ladeada.** *loc. v. obs. esp. fest. andar con la "bosta ardida.*

Na definição do verbete *abajera* do DLE, queremos destacar que a indicação diatópica é apenas da Argentina apagando o uso dessa palavra no Uruguai. Por mais que a indicação para esse verbete seja de pouco uso no Uruguai (indicado por meio da abreviatura *p. us.*), ele encontra espaço no DEU e puxa outros verbetes para promover sentidos. Com isso, interpretamos que o contrastivo aqui estabelece uma complementaridade para o uso dessa palavra na Língua Espanhola em vista de o verbete possuir entrada nos dois dicionários, trazendo a diferença na/da língua e marcando o uso na Língua Espanhola do Uruguai. No DEU, há um retorno da definição do DLE com informações que detalham o que é *jerga* e, por conseguinte, o que é *abajera*. Apesar de no DLE não mencionar o Uruguai, o DEU – por não preceder o DLE – mantém a “matriz do sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 167); assim, a produção de sentidos se dá na ordem do repetível e o já-dito é reformulado na definição do DEU estabelecendo uma relação de paráfrase. No entanto, não consideramos esse retorno à definição do DLE apenas como repetição, pois o DEU provoca outro modo de circular os sentidos: o DEU provoca um processo definitório sinonímico que reitera o dizer do DLE e um processo de substituição alterando o modo de definir o que é *abajera*. Temos o dicionário trazendo o novo a partir do velho, ou seja, produzindo novos sentidos a partir dos sentidos estabilizados. Nesse processo definitório sinonímico que o contrastivo nos proporciona, observamos a tradição vinda da Espanha e a atualidade produzida na América. Desse modo, reiteramos que a Língua Espanhola historicizou diferentemente na América e que a memória lexicográfica está entre os dizeres constituídos e reformulados, entre o passado e a atualidade, entre a manutenção e atualização de sentidos.

Levando em conta que trabalhamos com a heterogeneidade na Língua Espanhola e com o processo de (des)colonização linguística em que as formações discursivas de colonizador e colonizado se atravessam na formulação do discurso, queremos trabalhar a paráfrase tal como Petri (2004, p. 218): “a paráfrase não se identifica com o dizer a mesma coisa com outras palavras, mas se identifica com a constituição de sentidos que podem ser diferentes”. A

produção de sentidos é indissociável à paráfrase, tal como nos mostram Pêcheux e Fuchs ([1975] 2010), e a paráfrase se dá quando o sujeito se insere em determinada formação discursiva para regionalizar o saber do interdiscurso. Estabelecer relações parafrásticas implica observarmos as relações de metáfora (PÊCHEUX, [1975], 2009) e de polissemia (ORLANDI, 2009), pois, assim, podemos observar a tensão que há entre a “homogeneidade da repetição” (PETRI, 2004, p. 215) e a “heterogeneidade do diferente” (PETRI, 2004, p. 215). Ao encontro disso, trazemos, conforme Orlandi (2007, p. 93), que “onde está o mesmo, está o diferente. A separação entre paráfrase e polissemia não é clara nem permanente”. Dessa forma, considerando a rede de sentidos no/do DEU e o seu pertencimento na trama de relações com outras produções dicionarísticas, podemos estabelecer uma relação parafrástica entre as definições dos dicionários.

No verbete *abarajar*, temos remissão a dois verbetes *atajar(se)* e *barajar* os quais transcrevemos a seguir:

**atajar(se).** *tr.* Interceptar *el golero la pelota dirigida a su arco.* // **2.** *tr.* Detener momentáneamente la marcha o el discurso *de alguien.* // **3.** *tr. esp.* Recoger o recibir *algo* en el aire. **V. manotear.** ♦ **abarajar.** // **4.** *prnl. esp.* Precaverse de un riesgo o de una agresión verbal.

**barajar.** *tr. esp.* **atajar(se) (3).** *Tb. abarajar.* // **2.** *tr. obs. esp.* **vistear.**

No DLE, também temos a remissão para o verbete *barajar* o qual apresentamos a seguir:

### **barajar**

De or. inc.; *cf.* port. *baralhar.*

1. *tr.* En el juego de naipes, mezclar unos con otros antes de repartirlos.
2. *tr.* Mezclar y revolver unas personas o cosas con otras. U. t. c. *prnl.*
3. *tr.* Considerar las varias posibilidades o alternativas antes de tomar una decisión.
4. *tr. Equit.* Refrenar a un caballo tirando de una y otra rienda.
5. *tr. Mar.* **barajar la costa.**
6. *tr. Arg. y Ur.* Atrapar o recibir algo en el aire.
7. *tr. rur. Arg., Chile y Nic.* Parar un golpe.
8. *tr. Arg. y Ur.* Adivinar o percibir rápidamente palabras o intenciones.
9. *tr. Col.* Impedirle a alguien el logro de un objetivo poniéndole obstáculos. *Le barajaron el puesto.*
10. *tr. El Salvy. y Hond.* Eludir una indirecta o una provocación.
11. *tr. desus.* En el juego de la taba o de los dados, impedir o estorbar la suerte que se va a hacer.
12. *tr. desus.* Atropellar, someter, maltratar.
13. *intr. desus.* Reñir, altercar o contender con otros.



**barajarla**

1. loc. verb. coloq. *Perú*. **disimular** (|| ocultar o encubrir). *A tiempo la barajó.*

**barajársela despacio** a alguien

1. loc. verb. coloq. *Col., El Salv., Hond., Méx. y Nic.* Explicarle lo dicho más pormenorizadamente.

**barajárselas**

1. loc. verb. coloq. Arreglárselas, apañárselas.

No DLE, dessa vez, temos como marca diatópica também o Uruguai, além da Argentina. Com a entrada para esse verbete nos dois dicionários, consideramos que a contrastividade se estabelece pela complementaridade. Nos dois dicionários, temos o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) para o verbete *abarajar*. Nessas definições, temos o DLE marcando o Uruguai e o DEU trazendo a matriz de sentido do DLE em sua definição. O efeito “palavra-puxa-palavra” nos obriga a buscar outros verbetes no DEU para “completar” a definição de *abarajar* e, com isso, temos uma matriz de sentido tensionando com as diferentes formas de trazer a definição nesses dicionários.

O processo definitório sinonímico do DEU para o verbete *abarrotamiento* não puxa palavras que possuem entrada no dicionário. Nesse verbete, entendemos que a contrastividade se estabelece por complementaridade, pois o verbete possui entrada nos dois dicionários e as duas definições mantêm a matriz do sentido para essa palavra.

No verbete *abatamiento* temos, no DEU, a indicação de sinonímia para duas palavras, sendo apenas a palavra *abombamiento* com entrada no dicionário – apresentada anteriormente no Quadro 6. Consideramos que a contrastividade se estabelece por complementaridade: a relação de paráfrase entre as definições mantêm o já-dito, no entanto, a relação de paráfrase também nos revela o diferente. Observamos que as definições se complementam, ou seja, há a matriz de sentido, mas a forma como as definições são postas nos dois dicionários particulariza os sentidos para os verbetes.

O processo definitório sinonímico para o verbete *abatatar(se)* nos remete ao efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019), assim, se quisermos entender o que é *abatatar(se)* temos de buscar o que é *embotarse* e *arrugar(se)*. Em vista disso, buscamos esses dois verbetes e os apresentamos a seguir:

**arrugar(se).** *prnl. / intr. esp.* Acobardarse. **V. acuquinarse; malear** ◆ **abatarse; achucharse; apretarse; arrollar; °ir para atrás; recular.** // **2. tr. esp.** Demostrar superioridad en la realización de una actividad. // **no arrugue que no hay quien planche.** *fr. rur. esp.* Fórmula con que se recomienda no mostrar cobardía.

**embotarse.** *prnl.* Debilitarse los sentidos o la inteligencia en forma temporal. **V. bolearse.** ◆ **abatarse; abotarse.**

Novamente, temos um manuseio do dicionário para buscar verbetes e o efeito “palavra-puxa-palavra” permite-nos continuar afirmando que há uma rede interna de sentidos no DEU, que os sentidos se movimentam. Com isso, no DEU, podemos ter uma desconstrução da evidência de que o que procurarmos será localizado no dicionário. Se o sujeito leitor procura uma palavra específica, ele terá que manusear o dicionário buscando outros verbetes e selecionando os sentidos possíveis. Para esse verbete, entendemos que a contrastividade se dá por complementaridade, pois o DLE marca o espaço do Uruguai e a relação de paráfrase entre as definições indica uma manutenção de sentidos.

Para o verbete *abatumado*, no DEU, destacamos a indicação de que essa palavra deriva da Língua Portuguesa e a definição puxa outro verbete com entrada no dicionário, o qual trazemos a seguir:

**apunado, -a.** (Del v. *apunarse*). *adj. rur. esp.* Endeble o enfermizo. ◆ **aporreado; arripiado; arruinado.** // 2. *adj. p. us. esp.* Desanimado, amilanado. **V. acuquinarse; aflito; apichonarse; arrugarse; bajonearse; de °jeta caída; desbarrancarse; peleado con su °sombra.** ◆ **despicado.** ◆◆ **abatumado.**

No DLE, não temos a entrada para *abatumado*, o que nos indica que a contrastividade, nesse caso, dá-se pela especificidade do DEU. Em relação à indicação da Língua Portuguesa (e dessa palavra também constar na Língua Portuguesa), acreditamos que a memória dessa língua se atravessa no discurso do DEU. Apesar de a Língua Espanhola ser a língua nacional do Uruguai, a Língua Portuguesa está presente no DEU produzindo sentidos no país vizinho.

O verbete *aberdeen angus* é uma palavra estrangeira (pela sua indicação em itálico) e sua definição puxa o verbete *aberdinangus*. Esse verbete, por sua vez, possui uma definição perifrástica e também apresenta o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019). Tanto o verbete *aberdeen angus* quanto o verbete *aberdinangus* remetem-se um ao outro em suas definições e não possuem entrada no DLE. Consideramos que o contrastivo aqui se revela pela especificidade.

O verbete *abigeo*, no DEU, em sua primeira acepção, puxa o verbete *abigeato*. E o verbete *abigeato* puxa, além do verbete *abigeo*, outros verbetes do DEU. Nesse grupo de verbetes, temos uma circulação de sentidos devido ao processo de remissão de palavras e temos uma repetição de sentidos, se comparando as definições dos dois dicionários. Desse modo, o

contrastivo não se estabelece pela diferença ou pela especificidade como identificamos nos verbetes anteriores, mas por repetição de sentidos.

Observamos que, no DEU, temos o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) funcionando de modos diferentes, pois nem todos os verbetes remetidos possuem entrada no dicionário, como é o caso do verbete *abismamiento*. Esse verbete possui um processo definitório sinonímico, no entanto, a palavra usada como sinônimo não possui entrada no DEU. De igual modo, ocorre para o verbete *abismarse* que o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) não se completa no interior do DEU. Para o verbete *abismamiento*, entendemos que o contrastivo se estabelece por especificidade em vista de não apresentar entrada no DLE.

Para o verbete *abismarse*, apesar de ter entrada no DLE, nesse dicionário o Uruguai não está marcado diatopicamente. Como se pode observar, no DLE, temos quatro acepções para o verbete enquanto no DEU temos uma acepção sinonímica que contempla uma palavra. Essa rede de sentidos entre os verbetes e as definições dos dois dicionários nos instiga a pensar que usar as palavras *abismamiento* e *abismarse* é especificidade na Língua Espanhola do Uruguai.

O efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) no DEU para o verbete *abombado*, *-a* se estabelece com dois outros verbetes, que transcrevemos a seguir:

**gil, -a.** *adj. / m. y f. esp. Referido a una persona:* tonta, falta de viveza. **V. balurdo; belloto; choto; dormido; °hijo de la pavota; lavativa; palomo.** ◆ **abombado; alverja; angelito; banana; belinún; bobeta; bocabierta; buenas °noches; croto; forro; gilastro; gilastrún; gilberto; gilún; grébano; guanaco; guiso; huevo; longaniza; lulingo; melón; milanese; nabo; naboncio; otario; pajarón; pajuato; palangana; pancho<sup>2</sup>; papafrita; paparulo; pastenaca; pásula; perejil; salame; salamín; sota; tarúpido; tilingo; °torta frita; turro; vegerto; vejiga; zapallo.** // **gil a cuadros.** *loc. adj. esp. Referido a una persona:* muy tonta o muy ingenua. // **gil de goma.** *loc. sust. m. esp. gil a cuadros.*

**choto, -a.** *m.* Intestino delgado de cordero, arrollado en espiral alrededor de otra porción de intestino, que se come asado. // **2. adj. esp.** De escasa inteligencia. **V. algariado; analfa; dormido; gil; infradotado.** ◆ **abombado; asoleado; batata; °cabeza dura; °cabeza hueca; chitrulo; choclo; chorizo; croto; cuadrado; opa; pajarón; pajero<sup>1</sup>; pastenaca; tronco; turro; zanahoria.** // **3. m. y f. vulg. esp. pistola (1).**

O verbete *abombado* remete a *gil*, *-a* e *choto*, *-a* e esses verbetes, por sua vez, remetem a outros verbetes promovendo uma grande rede de sentidos no DEU que nos faz manusear o dicionário por diversas letras. A rede de sentidos se estabelece também com o DLE, pois as acepções se aproximam, com isso, entendemos que a contrastividade, nesse caso, funciona pela complementaridade.

O verbete *abotagarse* puxa o verbete *embotarse*, o qual também está na rede de sentidos interna do DEU (o verbete *abatarse* que apresentamos anteriormente remete ao verbete *embotarse*): *abotagarse* puxa *embotarse* que puxa *abatarse*. Observamos, desse modo, uma circulação de sentidos no DEU. A contrastividade se dando por especificidade, complementaridade ou repetição de sentidos estabelece uma circulação de sentidos que denominamos como rede interna do DEU. Para esse verbete, entendemos que a contrastividade se dá por complementaridade, os sentidos se complementam dentro do próprio dicionário e no DLE.

O verbete *abrasileñado, -a* puxa o verbete *abrasilerado* que retorna àquele. Nesse caso, a rede de sentidos se fecha entre dois verbetes do DEU. E como não há esses verbetes no DLE, consideramos o contrastivo como especificidade. Nesse verbete, também é atravessada a memória e a história da colonização do Uruguai pelos portugueses, no sentido de que a influência da cultura do Brasil (conforme é apontado na definição) é presente no país vizinho.

O verbete *absórbex* possui a marca de registro comercial e pode ser essa a razão por não possuir entrada no DLE. Nesse caso, podemos ter a entrada de uma palavra provocada pelo seu uso. A remissão desse verbete é para um verbete composto que transcrevemos a seguir:

**toalla. // toalla feminina. f. toalla higiénica. // toalla higiénica. f.** Tira desechable de material apropiado para absorber el flujo menstrual. **V. °protector diario. ◆ absórbex; adherente; higiénico; modess; siempre °libre.**

Nesse verbete, consideramos que a contrastividade estabelece-se pela especificidade, em vista de ser um verbete que representa a marca pelo produto.

O efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) do verbete *abuchonar* no DEU se estabelece com o verbete *abullonar* (que será apresentado adiante). Aqui, novamente, temos a entrada de uma palavra que, por ser utilizada no cotidiano, foi incluída no dicionário por uma tomada de posição dos sujeitos dicionaristas. A contrastividade, desse modo, dá-se pela especificidade.

O efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) para o verbete *abuñarse* não se completa no DEU, em vista de as palavras usadas em sua definição não apresentarem entrada nesse dicionário. Como o verbete possui entrada no DLE, consideramos que a contrastividade se dá por complementaridade, já que as acepções são próximas, mantendo uma matriz de sentido.

O uso adverbial de *acá*, no DEU, é silenciado, aparecendo como uma locução interjetiva espontânea e festiva; e também remete a outra locução, que transcrevemos a seguir:

**esperanza.** // **largo como esperanza de pobre.** *loc. adj. esp.* Extenso. ◆ **largo como °chorizo de campaña; largo como °puteada de tartamudo.** // **¡qué esperanza!** *loc. interj. esp.* Indica la imposibilidad de que ocurra algo. **V. ni a °palos; ¡vení mañana que hay °croquetas!** ◆ **¡cualquier °día!; ¡de °acá!; ¡de °adonde!; ¡de °aquí!; ¡las °bolas!; ¡las °ganas!; ¡las °larailas!; ¡las °pelotas!; ¡la °pindonga!; ¡minga!; ni °loco; ¡ni °muerto!; ¡un °corno!**

No DLE, em quatro das cinco acepções para esse verbete é indicado como advérbio (na quinta acepção, a marca é de pronome demonstrativo). Desse modo, consideramos a contrastividade como complementaridade, o DEU complementa o uso desse verbete. Observamos, assim, que há um deslocamento de sentido para essa palavra, o que nos faz interpretar que há uma tensão entre o mesmo e o diferente, entre a homogeneidade e a heterogeneidade, entre o velho e o novo. Temos a definição DEU trazendo sentidos diferentes para o mesmo verbete. Apesar de esses sentidos se complementarem, eles provocam um deslocamento em vista de o DLE não trazer o sentido apresentado pelo DEU. Assim sendo, há um pré-construído para a palavra *acá* e que está exposto no dicionário geral da RAE, mas como a língua é passível de equívoco, o DEU traz um sentido diferente para essa palavra, que também significa na Língua Espanhola.

Para entender a que sentido o verbete *académico* está se referindo, transcrevemos o verbete *racinguista* a seguir:

**racinguista.** (De *Racing Club de Montevideo*). *f.* Camiseta del Racing Club de Montevideo, institución deportiva de la ciudad del mismo nombre. **V. albiverde.** // **2. m. / f. / adj.** Partidario o jugador del Racing Club de Montevideo. **V. albiverde.** // **3. adj.** Pertenciente o relativo a Racing Club de Montevideo. **V. albiverde.** // **4. m.** Equipo del Racing Club de Montevideo. **V. albiverde.** ◆◆ **académico; cervecero.**

O DEU traz um sentido bem específico para esse verbete que o DLE não traz, com isso, temos outra possibilidade de sentido que irrompe com o estabilizado pelo DLE.

Como o verbete *acariciante* puxa outro verbete do DEU, transcrevemo-lo a seguir:

**aterciopelado, -a.** *adj. Enol. Referido al vino, especialmente al tinto:* suave y sedoso al paladar. ◆ **acariciante.**

No efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019), a circulação de sentidos se fecha em dois verbetes: *acariciante* puxa *aterciopelado* que puxa *acariciante*. O sentido que esse verbete puxa no DEU não remete ao sentido apresentado no DLE, desse modo, interpretamos que a contrastividade se dá pela especificidade. Considerando o DLE como obra que representa o

espanhol dito geral que precede o DEU, o movimento de o DEU trazer um sentido que não se encontra no DLE promove um deslocamento de sentidos para essa palavra. Temos o diferente no interior de um mesmo verbete.

O verbete *acebén* marca que deriva da Língua Portuguesa e puxa dois verbetes:

**raigrás.** (Del ingl. *Rye grass*). *M.* Hierba anual cosmopolita, de hasta 1 m de altura cuando florece; tiene hojas de unos 30 cm de largo, lineales, con cara inferior brillante, flores con espigas en hilera a los lados del tallo y frutos de color castaño violáceo; crece en lugares muy variados; se utiliza como forraje y como **césped**. Poaceae: *Lolium multiflorum*. ♦ **acebén; cevolillo; °cola de zorro.** // **raigrás perenne.** *M. Bot.* Variedad de **raigrás** perenne que se utiliza en el **césped** y en **praderas artificiales**. Poaceae: *Lolium perenne*.

**azevé.** (Voz port.) *m. Bot.* **Raigrás.** *Tb.* **Acebén.**

Como o verbete *acebén* não possui entrada no DLE, consideramos que a contrastividade se estabelece por especificidade, e o sujeito leitor deverá manusear o dicionário para estabelecer a rede de sentidos para a palavra.

O verbete *aceleración* puxa o verbete *aceleramiento* que, por sua vez, retorna a remissão para o verbete *aceleración*, fechando, assim, um ciclo de sentidos no próprio DEU. Como o DEU traz sentido específico para esses verbetes, consideramos que a contrastividade se dá pela especificidade. E a relação que se estabelece entre as definições desses dois verbetes traz uma heterogeneidade de sentidos, uma presença do diferente no mesmo verbete.

O verbete *achacador, -a* puxa o seguinte verbete no DEU:

**chorro, -a.** *m. yf. esp.* Ladrón. ♦ **caloteador; calotero.** // **2.** *m. yf. esp.* Persona que cobra más de lo justo por una mercadería o servicio. ♦ **achacador; fajador.** // **3.** *m. yf. esp.* Persona que hace trampas en el juego. ♦♦ **afanancio.** // **cortarle el chorro.** *loc. v. esp.* Impedir que *alguien* continúe haciendo lo que hacía.

Como esse verbete não possui entrada no DLE, consideramos que o uso dessa palavra é próprio da região do Uruguai e que a contrastividade se dá pela especificidade.

O verbete *achacar(se)* puxa os seguintes verbetes:

**chorrear**<sup>1</sup>. (Der. de *chorro*). *tr. / intr. esp.* Apropiarse ilícitamente *de lo ajeno*. **V. rastrillar.** ♦ **achacarse; calotear; tocar el °piano.** // **2.** *tr. / intr. esp.* Cobrar *a alguien* un precio excesivo por algo. **V. costar un °huevo.** ♦ **achacarse; afanar; arrancar las °muelas; asaltar; bajar la °caña; fajar; levantarse; levantar en °peso; robar.** // **3.** *intr. / tr. esp.* Hacer trampas en el juego. ♦ **embrollar.**

**embrollar.** *tr. esp.* Estafar. **V. cuentear; meter la °mano en la lata.** ◆ **achacarse; currar; fumarse; garcarse; matufiar; tonguear.** // **2. tr. esp. chorrear (3).**

**joder(se).** *tr. esp.* Causar prejuízo. **V. hacer un °hijo macho.** ◆ **achacar; cagar; currar; embrollar; frangollar; fumarse; garcarse; recagar; recontracagar** // **2. intr. / tr. esp.** Bromear, chacear. **V. agarrar de °hijo; agarrar para la °farra; bromeo; cachar; chichonear; estar de °hijo; judiar.** ◆ **farrear.** // **3. prnl. esp.** Estropear-se. // **4. prnl. esp.** Resignar-se. // **5. tr. esp.** Herir a alguien con un arma. // **6. prnl. / tr. esp.** Enfermar-se. *Me jodí del hígado.* ◆ **achacarse; embromarse.** ◆◆ **jorobarse.** // **¡no se joda!** *fr. esp.* Fórmula con que se reafirma la decisión de no llevar a cabo algo.

Comparando as definições dos dicionários, percebemos que o DEU traz outros sentidos para esse verbete o que nos remete à relação de polissemia, ao diferente e ao contrastivo como complementaridade.

Nesse bloco de verbetes, consideramos dois tipos de funcionamento para a contrastividade no DEU: como especificidade ou como complementaridade. A especificidade estabeleceu-se quando o DEU trouxe sentidos específicos nas definições e que não eram contemplados no DLE; a complementaridade se estabeleceu quando o DEU repetiu/reproduziu sentidos do DLE. Também consideramos dois tipos de relações entre as definições dos dicionários: como parafrásticas ou como polissêmicas. Em muitas definições, o DEU repetiu os sentidos que o DLE trouxe, mas, em outras definições, o DEU trouxe sentidos diferentes e não contemplados no DLE. Ainda, o processo discursivo de remissão se fez bastante presente, pois, como essas definições são processos sinonímicos tivemos que manusear o dicionário em busca de verbetes para estabelecer a rede de sentidos, com isso, o efeito palavra-puxa-palavra produziu sentidos para um grupo de verbetes.

O bloco de verbetes que consideramos com definição perifrástica é: *a full; a piacere; a rajacinchá; abacananar(se); abacaxi; abadejo; abagualarse; ¡abajajá!; abajar(se); abanderado; abertura; abicharse; abigeato; ablandar(se); ablande; ablusonar(se); abombamiento; abono; abreboça; abrillantar; abrirse; abrojo; absorción; abstraimiento; abuela; abulonar; abusador, -a; abusar; acabada; acabar; acacia // acacia de bañado; acalambrar(se); acamarlar; acapachamiento; acápite; ácaro // ácaro blanco; acartonarse; acarunchado, -a; accesorio; accidente; acefalía; aceitada; aceitar; aceite; aceitero; acelerada; aceptable; acertada; achacamiento.*

No verbete *a full*, além da definição, há remissão a outro verbete (*mango* – em sua segunda entrada no DEU), o que estabelece uma relação de sinonímia também em definições perifrásticas. Buscamos esse verbete e o apresentamos a seguir:

**mango**<sup>2</sup>. // **al mango**. *loc. adv. esp.* <sup>0</sup>*a full*. // **2**. *loc. adv. esp.* Rápidamente.

Com o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019), podemos dizer que temos duas definições para a locução adverbial *a full*, pois as acepções de *a full* e *mango* trazem sentidos diferentes, mas, pelo processo de remissão, indicam-nos que as definições se complementam. Desse modo, consideramos que o processo discursivo de remissão produz uma relação de polissemia ao acrescentar sentidos ao verbete *a full*. Também consideramos que, por não conter entrada no DLE<sup>174</sup>, o contrastivo se dá pela especificidade.

O verbete *a piacere* possui entrada somente no DEU, o que entendemos como uso específico da Língua Espanhola do Uruguai.

No verbete *a rajancicha*, temos a remissão a outro verbete que traz a seguinte definição:

**prepo.** (Abr. de *prepotencia*). *m. esp.* Prepotencia. // **a prepo.** *loc. adv. esp.* <sup>0</sup>**a rajacincha (1)**. // **de prepo.** *loc. adv. esp.* Prepotentemente. **V.de** <sup>0</sup>**pesado**.

Como o verbete *a rajancicha* não possui entrada no DLE, consideramos a contrastividade por especificidade: o DEU traz verbete e sentido específico para a Língua Espanhola do Uruguai, fato que consideramos como diferença na/da Língua Espanhola. Nesse verbete, também precisamos considerar o efeito palavra-puxa-palavra para completar o sentido de *a rajancicha*. Observamos que o DEU, a partir desse efeito, estabelece uma rede de sentidos para os verbetes; um verbete puxa outro, uma definição puxa outra, um sentido puxa outro e, nesse manuseio, os sentidos retornam, circulam de uma palavra à outra. Nesse processo discursivo de remissão, também consideramos que a polissemia entra no jogo, pois temos sentidos diferentes que se relacionam com um ou mais verbetes remetidos.

A definição do verbete *abacagnar(se)* também possui o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) promovendo uma rede de sentidos interna ao próprio DEU. Esse efeito, nesse caso, dá-se pela indicação em negrito da palavra *bacán*, para a qual apresentamos a definição a seguir:

**bacán, -a.** (Del genov. *baccan*, patrón). *m. y f. / adj. esp.* Persona adinerada. ◆ **camba.** // **2.** *m. y f. / adj. esp.* Persona cómoda y despreocupada. ◆ **camba** // **3.** *m. obs. esp.* Hombre que paga los gastos de la mujer con la que mantiene vínculos sentimentales. // **4.** *adj. obs. esp.* Hermoso, elegante. **V. paquete.**

---

174 A entrada *a full* não consta no DLE, mas a palavra *full* sim:

**full.** Del ingl. *full* [*house*] o *full* [*hand*]. 1. *m.* En el juego del póquer, reunión de trío y pareja.



Nesse processo de remissão, observamos que as definições se complementam e estabelecem uma rede de sentidos para os verbetes remetidos. A entrada *abacananar(se)* ou *abacananar* não é contemplada no DLE, desse modo, consideramos que a contrastividade é trazida pelo DEU como especificidade.

Entendemos que o verbete *abacaxi* marca a memória da Língua Portuguesa no Uruguai<sup>175</sup>. No DLE, não encontramos essa palavra, o que nos encaminha a interpretar que a contrastividade estabelece-se pela especificidade: temos uma especificidade da Língua Espanhola atravessada pela Língua Portuguesa do Brasil.

Quanto ao verbete *abadejo*, no DEU, a definição é bem mais extensa e informativa do que no DLE, por isso consideramos que a contrastividade se dá por complementaridade.

Para os verbetes *abagualarse* e *jabajá!* não temos entrada no DLE, desse modo não temos uma comparação, sendo o contrastivo estabelecido pela especificidade.

Comparando as definições do verbete *abajar(se)*, podemos dizer que o DEU apresenta um dos sentidos para esse verbete, assim sendo, interpretamos que o DEU traz um sentido específico. Como se pode observar, a definição do DEU apresenta uma acepção (o que nos dá um efeito de completude) e a definição do DLE, além de trazer duas acepções, tem o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) com a palavra *bajar*. A relação parafrástica que se estabelece nessas definições revela uma matriz de sentido (apesar de o DEU trazer apenas uma acepção), promovendo uma manutenção de sentidos entre o DLE e o DEU.

O verbete *abanderado* no DEU puxa dois verbetes (*bandera*<sup>176</sup> e *penca*<sup>177</sup>). O efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) dentro do próprio DEU estabelece uma rede de verbetes que se relacionam, promovendo a circulação de sentidos. Em comparação com o DLE, consideramos que a contrastividade se dá por especificidade, pois há uma relação parafrástica entre as definições, ou seja, o DEU transfere um sentido específico para o mesmo verbete encontrado no DLE.

---

175 Apontamos, ao longo do texto, que há outras línguas na constituição da Língua Espanhola do Uruguai. Na lista de verbetes da letra “A”, encontramos 11 ocorrências do português, 7 ocorrências do guarani, 7 ocorrências do italiano, 2 ocorrências do quéchua, 2 ocorrências do inglês e 2 ocorrências do francês.

176 **bandera**. *m. abanderado*. // 2. *f. En una penca: banderín* con el que se ordena, bajándolo, la partida de los caballos. // **bandera española**. *loc. sust. f. lantana*. // 2. *loc. sust. f. T. y Tres*. Tortilla de huevo y tomates. // **hacer bandera**. *loc. v. esp.* Llamar la atención con efectismo. // **plantar bandera**. *loc. v. esp.* Mostrarse firme en una decisión. // 2. *loc. v. esp. colgar los guantes*. // **segunda bandera**. *f. En una penca: abanderado* que se ubica a unos 30 m de la **largada**, para anularla, si alguno de los corredores parte con desventaja.

177 **penca**. *f. rur.* Carrera de caballos, de no más de cinco corredores, en sendas rectas no mayores de 500 m de distancia. □ **california**; **carrera cuadrera**; **cuadrera**. // 2. *f. esp.* Apuesta a los resultados de un torneo o de un partido de fútbol. // **penca de potros**. *f. Hip.* Carrera de equinos a medio domar, que compiten por primera vez.

Em relação ao verbete *abertura*, o DEU traz sentidos específicos para a palavra (há duas acepções que se referem à vestimenta que o DLE não traz). Dessa forma, consideramos a contrastividade como especificidade. A relação de paráfrase traz o diferente para o mesmo verbete, consideramos que o contrastivo vem para trazer um sentido específico a essa palavra (além daqueles sentidos apresentados pelo DLE). No entanto, por mais que o DEU apresente o específico na Língua Espanhola para o espaço uruguaio, o sujeito leitor precisará complementar a sua leitura com o DLE para completar os outros sentidos para a palavra.

No verbete *abicharse*, temos uma contrastividade por complementaridade, pois as definições se aproximam; a relação de paráfrase traz a repetição de sentidos.

Quanto ao verbete *ablandar(se)*, consideramos que a contrastividade se dá por complementaridade e especificidade, trazendo sentidos complementares e diferentes em sua definição, ou seja, consideramos que a primeira acepção do DEU complementa a quinta acepção do DLE e a segunda acepção do DEU especifica um uso para o espaço uruguaio. Nesse verbete, temos a tensão entre a reiteração de sentidos e a instauração do diferente, temos a manutenção e atualização de sentidos. Também, não podemos deixar de mencionar o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) que esse verbete também traz<sup>178</sup>.

A definição do verbete *ablande*, no DEU, complementa o sentido de *rodaje* trazido pelo DLE; temos, com isso, um retorno no DEU ao já-dito no DLE, em uma relação de paráfrase.

O verbete *ablusonar(se)* não possui entrada no DLE, então consideramos que a contrastividade se dá por especificidade, o DEU traz uma palavra específica do uso da Língua Espanhola no espaço uruguaio.

Em relação ao verbete *abombamiento*, temos o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) nos dois dicionários. Trazemos, a seguir, os verbetes *cohete* e *embotamiento* (o verbete *abatamiento*, que também é remetido, já foi apresentado anteriormente) do DEU e o verbete *abombar* do DLE:

**cohete.** *m. esp. mamúa (1). // 2. m. esp. Ventosidad, gas intestinal. // 3. m. esp. Mareo, confusión. V. abombamiento; batata; entrevero. ◆ boleo. // al cohete. loc. adv. esp. Inútilmente, en vano. ¶ Uso: Suelen agregársele como enfatizadores los adjetivos: santo o divino. V. como hacerle la °paja<sup>2</sup> a un muerto; como °manteca en hocico de perro; inútil como °cenicero de moto. ◆ al santo °botón; al °dope; al °nudo; al °pedo; al °pepe; de °gusto.*

---

178 Para completar a rede de sentidos para essa palavra, trazemos o verbete *asentar* do DEU: **asentar.** *tr. Mec. ablandar(se) (1). // 2. tr. Facilitar la digestión de una comida mediante una infusión o una copa de alcohol.*

**embotamiento. m. abombamiento.**

**abombar<sup>1</sup>**

De *bombo*.

1. tr. Aturdir, atolondrar, asordar. U. t. c. prnl.
2. prnl. Dicho de un líquido o de la carne: Empezar a corromperse.
3. prnl. *And. y Nic. achisparse.*
4. prnl. *Arg.* Aturdirse a causa de la bebida, la comida, el calor o el cansancio.

Observamos uma relação parafrástica no DEU e, com isso, consideramos que o contrastivo se dá pela complementaridade ao sentido exposto no DLE, apesar de no DLE silenciar o uso no Uruguai.

A definição de *abono* do DEU possui uma relação de paráfrase com a segunda acepção da definição do DLE, complementando-a. Com isso, consideramos que o contrastivo se estabelece pela complementaridade.

O verbete *abreboca* traz um sentido diferente daquele que aparece no DLE, o que interpretamos como especificidade da Língua Espanhola do Uruguai. Desse modo, temos uma transferência de sentidos e o DEU traz um sentido não esperado para a definição dessa palavra.

O verbete *abrillantar* traz uma complementaridade em relação ao DLE; na quarta acepção do DLE, o Uruguai é marcado, assim, o DEU apresenta o mesmo verbete, o mesmo sentido, mas de forma diferente e trazendo o específico para o seu uso no espaço da Língua Espanhola do Uruguai.

Quanto ao verbete *abrirse*, o DLE marca, em três de suas acepções, o Uruguai e esses sentidos se repetem no DEU. Desse modo, consideramos que o DEU, em uma relação de paráfrase, traz o mesmo, no entanto, ressaltamos que esse mesmo é o marcado como específico do Uruguai; outros sentidos “gerais” dessa palavra são encontrados no DLE e não no DEU.

Para o verbete *abrojo*, o DEU traz os sentidos relacionados à botânica, complementando a definição dessa planta.

O verbete *absorción*, no DEU, traz um sentido específico de uso. Como essa palavra possui entrada no DLE, consideramos que o DEU traz um sentido complementar para esse verbete, no entanto, também traz o diferente em uma relação polissêmica.

Como o verbete *abstraimiento* não possui entrada no DLE, consideramos seu uso específico do/no Uruguai.

O verbete *abuela* traz sentido específico, se comparado com a definição do DLE que traz outras acepções. Observamos, um efeito metafórico quando o “no tener abuela” do DLE é

substituído por “andar sin abuela” no DEU, temos a matriz de sentido para essa expressão no DEU, no entanto, o modo como é definida nos dicionários se diferencia, fato que consideramos que marca a heterogeneidade da língua.

A definição do verbete *abulonar* no DEU se dá por repetição, assim, o DEU mantém a matriz de sentido do DLE para a definição na Língua Espanhola do Uruguai.

Os verbetes *abusador*, *-a* e *abusar*, no DEU, complementam a definição do DLE. Enquanto a definição de *abusador*, no DEU, descreve o uso dessa palavra, a definição, no DLE, é sinonímica: remetendo-nos a outro verbete no efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019). Já o verbete *abusar* traz um sentido específico quando remete somente ao ato de violação sexual (sentido que o DLE não explicita em sua definição).

O verbete *acabada* é de uso específico do Uruguai, pois as acepções do DLE marcam o Uruguai. Desse modo, por mais que o uso seja específico do espaço uruguaio, consideramos que a contrastividade se dá por complementaridade, o DEU complementa a definição do DLE.

Para o verbete *acabar*, o DLE também traz o sentido específico usado no espaço do Uruguai e o DEU, por sua vez, traz somente esse uso específico em sua definição. Consideramos que a contrastividade se dá por complementaridade, pois o DEU repete os sentidos específicos do DLE.

No verbete *acacia*, assim como em outros verbetes que se referem a plantas, a definição no DEU torna-se mais extensa do que a definição do DLE. Consideramos que a contrastividade se dá por complementaridade.

Em relação ao verbete *acalambiar(se)*, observamos uma relação de paráfrase entre as definições dos dicionários; na tensão entre o mesmo e o diferente o DEU complementa os sentidos trazidos pelo DLE e traz um sentido novo (em sua quinta acepção) que não é contemplado no DLE. Desse modo, temos a estabilização de sentidos para esse verbete e a instauração de um sentido novo, o que mostra a homogeneidade e a heterogeneidade da língua.

Os verbetes *acamalar* e *acapachamiento* não possuem entrada no DLE, desse modo, consideramos que a contrastividade se dá pela especificidade dos usos dessas palavras no espaço da Língua Espanhola do Uruguai.

Os verbetes *acápite* e *ácaro* complementam as definições do DLE e trazem os sentidos de forma mais informativa em suas definições.

O verbete *acartonarse* é indicado somente como pronominal no DEU, já no DLE a indicação para o uso pronominal é figurativo; temos, assim, uma diferença no uso para essa palavra. Consideramos que o DEU traz o contrastivo aqui como complementaridade, agrega o sentido figurativo trazido pelo DLE.

O verbete *acarunchado* não possui entrada no DLE, o que traz uma especificidade para uso dessa palavra na Língua Espanhola do Uruguai.

Quanto ao verbete *accesorio*, consideramos que a contrastividade se dá pela complementaridade. A matriz de sentido para *accesorio* como “secundário”, “dependente”, “auxiliar”, “agregar”, está presente nas duas definições, o que o DEU traz de diferente é o sentido para vestimenta. Aqui, novamente, observamos a relação entre a “homogeneidade da repetição” e a “heterogeneidade do diferente”.

A definição de *accidente* mantém os sentidos trazidos pela definição do DLE, por isso consideramos que o contrastivo se dá pela complementaridade.

O verbete *acefalía* traz uma definição específica que difere da do DLE. Na comparação entre as definições, consideramos que há um efeito metafórico. Tratar de metáfora é tratar do diferente no interior do mesmo, em vista de as relações de metáfora serem “realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 240). Desse modo, “o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 239). No caso desse verbete, de “ausência de cabeça” (em sentido figurado) trazido pelo DLE, temos “ausência de autoridade” no DEU, permanece, portanto, o sentido de falta de algo/alguma coisa e se desliza para o que é esse algo/alguma coisa; não há uma relação direta que o sujeito leitor fará para “cabeça” para “autoridade”; no processo metafórico, conforme Orlandi (2008a), há deslizes de sentidos, temos um sentido diferente, mas algo do mesmo permanece.

A contrastividade no verbete *aceitada* se estabelece por complementaridade, o DEU parafraseia a definição do DLE. Destacamos que, para esse verbete, também há o processo de remissão<sup>179</sup> produzindo uma rede de sentidos no DEU.

A contrastividade que se estabelece entre as definições de *aceitar* é de complementaridade. Nesse verbete, também temos o efeito “palavra-puxa-palavra”<sup>180</sup> (PETRI, 2019) proporcionando uma rede de sentidos interna no DEU. Comparando as definições dos dicionários, observamos o funcionamento do efeito metafórico entre a segunda acepção do DEU e a terceira acepção do DLE, pois observamos uma transferência de sentidos: para o DEU, a melhora se refere a uma relação conflitiva, para o DLE a melhora é de uma instituição; temos

---

179 Transcrevemos o verbete remetido: **coima**. *f.* Soborno. **V. arreglo**. □ **aceitada; aceite; cometa; untada**.

180 O efeito palavra-puxa-palavra se dá pelo seguinte verbete: **coimear**. (Der. de *coima*). *tr.* Sobornar. □ **aceitar; arreglarse; tocar; tocarse; untar la °mano**.

a matriz de sentido que gira em torno do verbo “melhorar” e a diferença de sentidos sobre o que proporciona essa melhora.

A definição de *aceite* traz sentidos específicos no DEU que o DLE não apresenta, com isso, consideramos que o diferente funciona no interior do mesmo, ou seja, para um mesmo verbete há definições diferentes funcionando em cada espaço da Língua Espanhola, ainda, o DLE traz um saber do interdiscurso para definir “azeite” e o DEU, com suas condições de produção e sua posição de contrastivo, considera outro saber para definir “azeite”.

Já a definição de *aceitero* mantém a matriz de sentido da quarta acepção do DLE, assim, a contrastividade se dá por complementaridade.

No verbete *acelerada*, o DEU descreve enquanto o DLE define com uma palavra (*acelerón* que puxa outro verbete). Consideramos que a contrastividade se dá por complementaridade, pois o DEU mantém a matriz de sentido da definição que o DLE traz.

O verbete *acelerarse* traz um sentido específico na definição no DEU, promovendo uma acepção diferente, se comparada ao DLE, desse modo, interpretamos a contrastividade como especificidade.

Para o verbete *aceptable*, o DLE marca o Uruguai e o DEU complementa em sua definição o sentido trazido pelo DLE.

A definição de *acertada* do DEU complementa a do DLE, acrescentando sentidos (a segunda acepção do DEU).

O verbete *achacamiento* não possui entrada no DLE, por isso consideramos seu uso específico da Língua Espanhola do Uruguai.

Nesse bloco de verbetes com processos definitórios perifrásticos, observamos que o contrastivo do DEU se estabelece por apresentar sentidos específicos de uso no espaço do Uruguai ou por complementar os sentidos que aparecem nas definições do DLE. Temos o processo parafrástico estabelecendo relações metafóricas e polissêmicas entre as definições, pois há repetições e acréscimos de sentidos, tensão entre o mesmo e o diferente, entre o homogêneo e o heterogêneo.

Os verbetes que consideramos com definição explicativa são: *a fasón*; *a la villeroi*; *a ojímetro*; *abarrotar*; *abastecedor*; *abasto*; *abierto*; *abocarse*; *abolerado, -a*; *abotonarse*; *abra*; *abrasilerado, -a*; *abrigado, -a*; *abrojudo, -a*; *abullonar*; *acampante*.

Os verbetes *a fasón* e *a la villeroi* possuem entradas somente no DEU, consideramos serem locuções adverbiais específicas da Língua Espanhola do Uuguai.

Para o verbete *a ojímetro*, entendemos que a contrastividade se dá por complementaridade: o DEU complementa os sentidos para esse verbete dando informações explicativas em um processo parafrástico com a definição do DLE.

No verbete *abarrotar*, consideramos que a contrastividade se apresenta pela complementaridade em relação à definição do DLE, e a definição do DEU estabelece uma relação de paráfrase com o DLE, pois mantém a matriz de sentido para definir esse verbete (apesar de o exemplo no DEU referir-se a coisas e no DLE referir-se a pessoas).

Nos verbetes *abastecedor* e *abasto*, temos um destaque para o seu uso em cidades interioranas. Apesar de, no DEU, indicar o uso no interior do país, o Uruguai é silenciado na definição do DLE. Entendemos que a contrastividade se dá por complementaridade, as definições do DEU complementam as definições do DLE. Observamos uma tensão entre o mesmo e o diferente, ou seja, o DEU traz o específico para o espaço do Uruguai, mas, ao mesmo tempo, complementa a definição do DLE.

Em relação ao verbete *abierto*, temos sentidos específicos no DEU (e que não são apresentados no DLE), assim o contrastivo mostra a especificidade da Língua Espanhola do Uruguai trazendo a polissemia (outras possibilidades de sentidos para o mesmo) da língua.

O verbete *abocarse* complementa a oitava acepção do DLE, trazendo o uso desse verbete para o espaço do Uruguai, entendemos que a contrastividade se dá por complementaridade.

Como o verbete *abolerado*, *-a* não possui entrada no DLE, consideramos que se trata de uma especificidade da Língua Espanhola do Uruguai.

Para o verbete *abotonarse*, temos a contrastividade funcionando como especificidade. O DEU traz sentidos outros que não são apresentados no DLE.

O verbete *abra*<sup>181</sup> traz a contrastividade como complementaridade funcionando em uma relação parafrástica com a definição do DLE.

O verbete *abrasileirado*, *-a* não possui entrada no DLE, o que nos indica que a contrastividade se dá por especificidade. Na definição, temos a explicação do uso dessa palavra para a Língua Espanhola do Uruguai.

O verbete *abrigado*, *-a* estabelece uma complementaridade em relação à definição do DLE. O contrastivo nesse caso não é diferença, a definição do DEU aproxima-se ao mesmo tempo em que traz um sentido específico em um processo parafrástico.

---

181 Trazemos o verbete *campestre* que é puxado no processo de remissão do DEU: **campestre**. (Del port. *campestre*). *m. Riv. abra*.

O verbete *abrojudo*, *-a* não tem entrada no DLE, assim consideramos que a contrastividade traz o específico da Língua Espanhola do Uruguai.

Em relação ao verbete *abullonar*, o DEU explica o que é o “*adornar con bullones*” apresentado na definição do DLE; assim, consideramos que a contrastividade se dá por complementaridade.

O verbete *acampante*<sup>182</sup> não possui entrada no DLE, assim consideramos uma especificidade da Língua Espanhola do Uruguai.

Nesse bloco de verbetes com processos definitórios explicativos, também observamos a contrastividade no DEU estabelecendo-se: ora trazendo sentidos específicos, ora trazendo sentidos complementares em comparação com o DLE.

Conforme viemos mencionando, desejamos compreender a contrastividade no DEU e como significa o fato de ele se designar um dicionário contrastivo. Se pesquisarmos a palavra “contrastivo” no DLE, encontramos a seguinte definição:

**contrastivo, va**

1. adj. *Ling.* Que compara elementos o sistemas de dos lenguas con vistas a describir sus diferencias.

Nessa definição, temos o contrastivo como comparação entre duas línguas para demarcar as suas diferenças (e não semelhanças). Nos textos introdutórios do DEU, temos o contrastivo também como diferença (o dicionário se ocupa das palavras com significados diferentes do “espanhol geral”). A utilização do método contrastivo, conforme autores que trouxemos anteriormente, indica que o dicionário recolhe o léxico de uma região e, por isso, precisa ser contrastado com outro(s); desse modo, a utilização do método contrastivo também indica a complementaridade do dicionário, pois, abarcando somente o léxico de uma região, ele precisa ser complementado por outro dicionário que engloba “todo” o léxico. Em vista disso, o DEU, por utilizar o método contrastivo, não prescinde do DLE (e o DLE, por utilizar o método integral, prescinde do DEU) - o que, acreditamos, coloca o DEU em uma posição de subalternidade em relação à RAE e ao DLE, reforçando o processo de (des)colonização linguística.

Tomando o contrastivo como diferença, entendemos que há especificidades na/da Língua Espanhola e acreditamos que, no DEU, essas especificidades se tornam visíveis. Assim,

---

182 Trazemos o verbete *campamentista*:  
**campamentista.** (Der. de *campamento*). *m./f.* **acampante.**



relacionamos essa diferença à heterogeneidade linguística. Não ignoramos que contrastar é um modo de comparar, mas consideramos que a contrastividade pode instalar o diferente no interior do mesmo. O DEU traz as diferenças, acrescenta sentidos ao uso da palavra, apresenta o sentido específico da palavra para os sujeitos falantes da Língua Espanhola do e no Uruguai. Diante do que foi apresentado como contrastivo, entendemos que a contrastividade está presente no DEU como complementaridade e como especificidade.

Esse gesto de interpretação que propomos explicita que o contrastivo, no DEU, não funciona somente de uma maneira, não serve somente para mostrar o diferente na Língua Espanhola; há diferenças, há semelhanças, e se abre um espaço nacional e internacional de visibilidade à Língua Espanhola do Uruguai.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas Considerações Iniciais, mencionamos que nossa tomada de posição-sujeito de pesquisadoras brasileiras e sul-rio-grandenses foi um desafio para compreender a dicionarização hispano-americana e a trama de relações que envolvem a produção de dicionários, no entanto, resolvemos enfrentar o desafio, pois também fazemos parte desse Sul, também somos latino-americanas. Assumir uma posição de América do Sul é assumir uma posição política; é admitir que há uma divisão geográfica (promovida pela linha do Equador), econômica (divisão em países desenvolvidos e subdesenvolvidos) e política (que, em nosso trabalho, assumimos como divisão entre colonizador e colonizado) entre o Norte e o Sul. Assim como quisemos em nossa dissertação “atentar para as produções latino-americanas sobre a Língua Espanhola, atentar para *el Sur*” (BRANCO, 2015, p. 115), continuamos nessa posição política e nossa escrita continua permeada pelo “Sul também existe”.

O desejo de escrever esta tese surgiu de nossa inquietude em compreender o discurso do DEU e a sua inscrição em uma História das Ideias Linguísticas do Uruguai. Durante a escritura, vacilávamos entre pensar o DEU como um acontecimento na Língua Espanhola e como sendo mais um dicionário na trama de relações da RAE. Tivemos que deixar de lado a ideia romântica que nutríamos pelo DEU e pelo Uruguai para desconstruir evidências e estabelecermos nosso gesto de interpretação.

Em vista disso, nosso gesto dividiu-se em três partes. Na primeira parte, delineamos um percurso contemplando noções teóricas da Análise de Discurso, da História das Ideias Linguísticas e da história e da metodologia da Lexicografia para compreendermos o discurso do dicionário. Nesse viés, mostramos diferentes olhares para ele: como discurso, como instrumento linguístico, como objeto da Lexicografia, como obra na qual sistematiza-se a língua nacional, como “catálogo” que reúne o léxico de uma comunidade linguística, como obra que traz a memória da sociedade, como produto de Academias de Letras, como ferramenta para dirimir as dúvidas, como parte de uma rede de sentidos. Nesses olhares, temos, por um lado, nosso olhar para o dicionário como produção de sentidos e, por outro lado, o olhar das Academias para o dicionário como objeto de consulta com a finalidade de tirar dúvidas.

Trouxemos, também, a metáfora da rede para trabalharmos que os dicionários estão “em relação”, inseridos em uma conjuntura histórica e dotados de memória. Na rede de dicionários, inserimos o **Diccionario de la lengua española** como “referência” da língua, o **Diccionario de**

**Americanismos** como “englobador” de toda a América; ainda temos o **Diccionario panhispánico de dudas** como purificador da língua e as produções latino-americanas, como o **Diccionario del español del México** e o **Diccionario Integral del español de Argentina**, por exemplo, que rompem com a tradição de dicionários contrastivos. E, nessas relações, analisamos o DEU em sua posição de contrastividade. Com isso, pudemos tomar o DEU em relação a outros dicionários, ocupando um lugar nessa rede, na história e na memória da dicionarização espanhola.

O percurso da segunda parte apresentou questões sobre o papel da língua na constituição do Estado-nação, sobre a constituição da língua nacional, sobre políticas de línguas e sobre heterogeneidade linguística. Trabalhamos essas questões porque a política é disputa de sentidos e os sentidos promovem uma tensão entre o mesmo e o diferente, entre a continuidade e a ruptura, entre a homogeneidade e a heterogeneidade. E nessa divisão de sentidos, os dicionários promovem o efeito de unidade da língua e a formulação e circulação de saberes sobre a língua. Tratamos, também, sobre a formação discursiva de colonizador e colonizado, e o processo de (des)colonização linguística, já que trabalhamos com um dicionário produzido por uma Academia de Letras de um país que foi objeto de disputa entre povos europeus e que foi colonizado. Em vista disso, a noção de heterogeneidade esteve presente na escrita da tese, pois a língua se historiciza de modo diferente em países de Língua Espanhola; fala-se a mesma língua que também é diferente.

Os caminhos teóricos dessas duas partes da tese possibilitaram entender a estrutura do dicionário e ler o DEU como discurso, questionando a transparência dos sentidos dos verbetes. Mais do que manusear o dicionário para encontrar ou não verbetes e comparar definições, lemos o DEU na conjuntura na qual ele se insere. O DEU descreve a Língua Espanhola do Uruguai, reproduz e transforma o discurso dos dicionários que o antecedem, circula sentidos na sociedade, guarda e atualiza uma memória lexicográfica, possui historicidade e está envolvido em uma rede de sentidos. No percurso teórico de articular língua, sujeito e história, relacionamos a exterioridade à língua, e a história ao sujeito. Essa articulação para o estudo do dicionário permite compreender a sua singularidade e historicidade.

Na terceira parte da tese, após analisarmos as definições do DEU e do DLE, observamos algumas diferenças na construção de suas definições: os tipos de marcas (por exemplo, no DEU, temos a marca “espontâneo” e no DLE é usada a marca “coloquial”); o DEU traz locuções como entrada e, no DLE, a entrada é composta por uma palavra somente; alguns verbos são indicados como pronominais no DEU e no DLE não. Essas observações nos levam a interpretar que o

DEU não utiliza o mesmo padrão lexicográfico do DLE. Em uma busca no **Diccionario de Americanismos**, notamos as mesmas abreviaturas<sup>183</sup> utilizadas pelo DEU: por exemplo, “espontâneo” é utilizado tanto no **Diccionario de Americanismos** quanto no DEU, assim como “vulgar” e “pouco usado”. Com isso, o DEU opta por apresentar as marcas e abreviaturas utilizadas pelo dicionário da ASALE. Esse fato nos leva a reforçar que o DEU faz parte da trama de relações entre os dicionários que o antecedem – não somente o DLE, e sim as produções lexicográficas da RAE e da ASALE – e que indica uma relação de subalternidade perante essas instituições.

A partir dos textos introdutórios do DEU, interpretamos que esse dicionário é uma obra que tenta sistematizar a Língua Espanhola do Uruguai. Em seus textos introdutórios, há uma necessidade de afirmar que há heterogeneidade na Língua Espanhola, há uma contrastividade na Língua Espanhola, há língua/fala do Uruguai. O DEU está na trama da (des)colonização linguística, pois ele é um dicionário de uma região específica e reforça o regional hispano-americano. No entanto, os sujeitos que produziram o DEU pertencem a uma Academia de Letras que está associada à ASALE e à RAE. Por mais que os sujeitos dicionaristas falem a Língua Espanhola do Uruguai, eles possuem como pré-construído o discurso do DLE e estão vinculados a uma Academia que reproduz as normas lexicográficas acadêmicas da ASALE e, por conseguinte, da RAE.

A partir dos verbetes, além dos processos definitórios identificados (sinonímia, perífrase, explicação), consideramos que há dois tipos de funcionamento para a contrastividade no DEU: como especificidade ou como complementaridade. A especificidade se estabelece quando o DEU traz nas definições sentidos específicos que não são contemplados no DLE; a complementaridade se estabelece quando o DEU repete/reproduz/transforma sentidos que o DLE traz em suas definições em uma relação de subalternidade. Em muitas definições, o DEU repetiu os sentidos que o DLE trouxe, mas em outras, o DEU trouxe sentidos diferentes do DLE. Segundo Nunes (2006, p. 32), “a tensão entre paráfrase e polissemia [...] explicita os diferentes modos de agenciamento entre a unidade e a diversidade linguística”. E podemos dizer, baseando-nos na rede de sentidos e de dicionários a que o DEU pertence, que temos uma tensão entre a unidade e diversidade linguística, no tocante em que o DEU trabalha ora com a repetição ora com a diferença de sentidos na Língua Espanhola; trabalha com a tensão entre o mesmo e o diferente. Neste trabalho, trouxemos a contrastividade funcionando de duas

---

183 A lista de abreviaturas do *Diccionario de Americanismos* pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <[https://www.asale.org/sites/default/files/Abreviaturas\\_del\\_DA.pdf](https://www.asale.org/sites/default/files/Abreviaturas_del_DA.pdf)>. Acesso em 20 set. 2019.

maneiras: como uma metodologia para se elaborar um dicionário e como um conceito a ser mobilizado pela Análise de Discurso. Com isso, esta tese trata sobre o DEU como um dicionário contrastivo e sobre como realizar uma análise contrastiva por meio dos princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso. Ainda, é preciso destacar que o processo discursivo de remissão se faz bastante presente, temos que manusear o dicionário em busca de verbetes para estabelecer a rede de sentidos, com isso, o efeito “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2019) funciona de modo efetivo na produção de sentidos para um elenco de verbetes.

A partir dessas considerações e das reflexões sobre a heterogeneidade, pensada neste trabalho como constitutiva e também como diferença, podemos afirmar que os sentidos formulados nas definições do DEU são atravessados pelos sentidos do DLE. Temos, assim, uma rede de memória e de sentidos que se atravessam na constituição da definição lexicográfica do DEU (porque os discursos já foram ditos), e na formação discursiva do DEU (que consideramos como uma formação discursiva de colonização). Tais sentidos podem, desse modo, ser retomados e atualizados no eixo da formulação de seu discurso.

Como trata-se de um dicionário contrastivo e a sua comparação é com o DLE, entendemos que, quando esses dicionários trazem os mesmos verbetes, os sentidos que estão em jogo são determinados pelas formações discursivas nas quais os dicionários estão inseridos e pela conjuntura histórica na qual eles pertencem. Por isso, encontramos os processos discursivos de paráfrase, polissemia e metáfora. Lembrando que uma formação discursiva “*determina o que pode e dever ser dito*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147, grifos do autor) e que consideramos o processo de (des)colonização linguística em que o DEU está inscrito, ponderamos que o DEU, por ser elaborado por uma instituição, traz os sentidos que ele pode trazer e, por ocupar um lugar contrastivo, ele traz os sentidos que deve trazer.

Com base nessas considerações, entendemos que a Língua Espanhola historicizou-se no Uruguai e que o DEU instrumentaliza essa Língua Espanhola do Uruguai para que a língua tenha espaço, signifique, seja gramatizada. Reconhecemos que a RAE, a ASALE, e as instituições em geral propõem-se a garantir a unidade da língua e as Academias associadas precisam se submeter a essa política de homogeneização, mas entendemos que produzir um dicionário contrastivo que recolhe os sentidos específicos e que complementa os sentidos “gerais” é dar visibilidade à história e à memória da Língua Espanhola do Uruguai. Por mais que o DEU esteja na trama de relações institucionais, a sua especificidade traz à tona uma memória local uruguaia e ocupa um lugar na história da dicionarização hispano-americana e uruguaia.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, A. **Castellano, Español, Idioma Nacional** – historia espiritual de tres nombres. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Losada, 1942.

\_\_\_\_\_. **Estudios Lingüísticos** – Temas hispano-americanos. 3. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1967.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, [1992] 2009.

\_\_\_\_\_. **A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências**. Campinas: Editora RG, 2008.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: **Caderno de Estudos Linguísticos**, v. 19, p. 25-42, jul./dez., 1990. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3012/4095>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BARRIOS, G. **La función política de las Academias de la lengua**. V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Lingüísticas. Montevideo, 2011.

BARRIOS, G. et al. Planificación y políticas lingüísticas en Uruguay. IZTAPALAPA. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, n. 29, v.13, p.177-190. Ed. UAM: México, 1993.

BARRIOS, G.; PUGLIESE, L. Política lingüística en el Uruguay: las campañas de defensa de la lengua. **Estudios de Lingüística del Español**. n. 23, 2006. Disponível em: <[http://elies.rediris.es/elies23/barrios\\_pugliese.htm](http://elies.rediris.es/elies23/barrios_pugliese.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BENEDETTI, M. **Preguntas al azar**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1986.

BERTOLOTI, V. ¿Discrimina el idioma español? **Revista de la Academia Nacional de Letras**, año 9, nº 12, p. 55-64, enero-diciembre, 2016.

BERTOLLOTTI, V.; COLL, M. Apuntes sobre el español en el Uruguay: historia y rasgos caracterizadores. **Ámbitos** – Revista de Estudios de Ciencias Sociales y Humanidades, n. 16, p. 31-40, 2006. Disponível em: <[http://www.historiadelaslenguasenuruguay.edu.uy/?page\\_id=56](http://www.historiadelaslenguasenuruguay.edu.uy/?page_id=56)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Retrato lingüístico del Uruguay**. Un enfoque histórico sobre las lenguas en la región. Montevideo: Ediciones Universitarias, 2014. Disponível em: <<http://udelar.edu.uy/eduper/wp-content/uploads/sites/29/2015/09/retrato.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

BIDERMAN, M.T.C. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. **Alfa – Revista de Linguística**, v. 47, n. 1, p. 53-69, 2003. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4232>>. Acesso em 10. ago. 2017.

BLANCO, I. R. C. Washington P. y Sergio W. Bermúdez, *Lenguaje del Río de la Plata*. Algunos comentarios al “prólogo”. In: **Segundas jornadas académicas hispanorrioplatenses**. Montevideo, p. 155-171, 2014.

BRANCO, N. L. **A noção de língua na constituição do *Diccionario del Español del Uruguay***. 2015. 125 p. Dissertação (Mestrado em Letras) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

BRIANEZI, D. I. **O *Diccionario Panhispánico de dudas* em questão: dúvida, regulação e memória**. 2014. 207 f. Dissertação (Mestrado em Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol) – Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARBALLO, A. C. La macroestructura del diccionario. In: GUERRA, A. M. M. (Org.) **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2003.

CELADA, M. T.; COSTA, M. BRIANEZI, D. Sobre el funcionamiento de ciertos preconstruidos en los títulos de diccionarios de lengua española. Las marcas de una historia. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 36, p. 267-291, jul-dez, 2015. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao36/edicao36.html>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

CELADA, M. T. Colonização linguística no espaço da América do Sul. In: CELADA, M. T.; FANJUL, A. P. **Língua(s) e política**. Conceitos e casos no espaço da América do Sul. [no prelo]

COLL, M. La Banda Oriental en el siglo XVIII: usos, desarrollo y difusión de la lengua escrita. **Anuario de Lingüística Hispánica**, n. 10, p. 25-37, 1994. Disponível em: <<http://historiadelaslenguasenuruguay.lauranozar.com/publicaciones/Coll-1994.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Prácticas lexicográficas del siglo XIX en territorio uruguayo: de la nominación al registro de piezas de museo. **Revista argentina de historiografía lingüística**. v. 2, p. 115-136, 2013. Disponível em: <[http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/coll-RAHL-\(2\)2013.pdf](http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/coll-RAHL-(2)2013.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Paisaje lexicográfico del Uruguay de fines del siglo XIX. **Revista de la Academia Nacional de Letras**, n. 11, p. 153-173, enero-diciembre, 2015.

\_\_\_\_\_. Hacia una periodización de la lexicografía en territorio uruguayo. **Revista Lingüística**, v. 33, n. 1, p. 47-71, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2079-312X2017000100047&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079-312X2017000100047&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 08 jun. 2018.

COSTA, M. **Instrumentalização e (des)colonização linguística: estudo discursivo do *Diccionario integral del español de la Argentina***. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado em Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol) – Programa de Pós-Graduação em Língua

Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COURTINE, J. J. Definições de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução de Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. **Policromias**, ano I, p. 14-35, jun., [1982] 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>>. Acesso em 12 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução de M. R. Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, C. L. (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, J. J; MARANDIN, J. M. Que objeto para a análise de discurso? Tradução Maria Onice Payer. In: CONEIN, B. et al. (Orgs). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, [1980] 2016.

DEL VALLE, J. Nacionalismo, Hispanismo y Cultura Monoglósica. In: DEL VALLE, J.; GABRIEL-STHEEMAN, L. (Orgs.) **La batalla del idioma: la intelectualidad hispánica ante la lengua**. Madrid: Iberoamericana, 2004.

\_\_\_\_\_. La RAE y el español total. ¿Esfera pública o comunidad discursiva? In: DEL VALLE, J. (Org.) **La lengua ¿patria común? Ideas e ideologías del español**. Madrid: Iberoamericana, 2007.

\_\_\_\_\_. La lengua patria común: la *hispanofonía* y el nacionalismo panhispánico. In: DEL VALLE, J. (Org.) **La lengua ¿patria común? Ideas e ideologías del español**. Madrid: Iberoamericana, 2007a.

DELEVATI, D. S. **Relatos de um viajante**: investigações em torno do processo de construção da história de língua e de sujeito gaúcho. 2014. 101 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

DI RENZO, A. M. **O Estado, a Língua Nacional e a Construção da Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

DURÁNTEZ, I. A. La lexicografía plurilingüe del español. In: GUERRA, A. M. M. (Org.) **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2003.

ELIZAINCÍN, A. Historia del español en el Uruguay. In: HERNÁNDEZ, C. (Org.) **Historia y presente del español en América**. Madrid: Junta de Castilla y León & Pabecal, 1992. Disponível em: <<http://historiadelaslenguasenuruguay.lauranozar.com/publicaciones/Elizaincin-1992.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. El español: *en o de América?* **Ámbitos** – Revista de Estudios de Ciencias Sociales y Humanidades, n. 16, p. 11-15, 2006. Disponível em: <<http://helvia.uco.es/xmlui/bitstream/handle/10396/11350/1.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 ago. 2017.



\_\_\_\_\_. **Dilemas actuales de las academias de la lengua en el mundo hispánico**. 2015. Comunicação realizada em sessão plenária da Academia Nacional de Letras do Uruguai em 31 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.academiadeletras.gub.uy/innovaportal/file/96880/1/elizaincin.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Situación actual de las Academias de la lengua en el mundo hispánico. **Revista de la Academia Nacional de Letras**, año 9, nº 12, enero-diciembre, p. 111-117, 2016.

ESCRIBANO, C. G. La microestructura del diccionario: las informaciones lexicográficas. In: GUERRA, A. M. M. (Org.) **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2003.

FÁNJUL, A. P. Português brasileiro, espanhol de... onde? Analogias incertas. **Revista Letras & Letras**, n. 1, v. 20, jan-jun., p. 165-183, 2004. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25172/13990>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

FERNÁNDEZ, D. A. La lexicografía como disciplina lingüística. In: GUERRA, A. M. M. (Org.) **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2003.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2. ed. Campinas: Editora RG, [1981] 2010.

GEMMINGEN, B. F. Von. Los inicios de la lexicografía española. In: GUERRA, A. M.M(Org.) **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2003.

GUIMARÃES, E. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. A língua Portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n.2, p. 24-28, 2005. Disponível em:<<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a15v57n2.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Política de línguas na linguística brasileira. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

GUERRA, A. M. M. La microestructura del diccionario: la definición. In: GUERRA, A. M. M. (Org.) **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2003.

HAENSCH, G. Aspectos prácticos de la elaboración de diccionarios. In: HAENSCH, G; WOLF, L.; WERNER, R. (Orgs.) **La lexicografía** – de la Lingüística teórica a la Lexicografía práctica. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

\_\_\_\_\_. La situación actual de la lexicografía del español de América. **Revista de Filología Románica**. v. 4, p. 281-293, 1986. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/view/RFRM8686110281A>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: HUCITEC, [1984] 1992.

HENRY, P. A história não existe? Tradução de José Horta Nunes. In: ORLANDI, E. P. (Org.) [et al]. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, [1984] 2010.

HOBSBAWN, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. 4. ed. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise de Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Orgs.) **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

IZQUIERDO, M. A.; UTRILLA, J. M. Introducción. In: \_\_\_\_\_. **La lengua española en américa**: Normas y usos actuales. Universitat de València: 2010. Livro eletrônico. Disponível em: <<http://www.uv.es/aleza>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

KRIEGER, M. G. Heterogeneidade e dinamismo do léxico: impactos sobre a lexicografia. **Confluência Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, n. 46, p. 326-334, 2014. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/22/12>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

KRIEGER, M. G. et al. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. **Alfa – Revista de Linguística**, v. 50, n. 2, p. 173-187, 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1418>>. Acesso em 10. ago. 2017.

LA NUEVA POLÍTICA LINGÜÍSTICA PANHISPÁNICA. Madrid, 2004.

LAPESA, R. **Historia de la lengua española**. Madrid: Editorial Gredos, 1981.

LARA, L. F. **Investigaciones lingüísticas en lexicografía**. México: El Colegio de México, 1979.

\_\_\_\_\_. **Dimensiones de la lexicografía**: a propósito del *Diccionario del Español de México*. México: El colegio de México, 1990.

\_\_\_\_\_. El discurso del diccionario. In: **Estudios de lexicografía y metalexicografía del español actual**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992.

\_\_\_\_\_. **Teoría del diccionario monolingüe**. México: El Colegio de México, 1996.

\_\_\_\_\_. Por una redefinición de la lexicografía hispánica. **Nueva Revista de Filología Hispánica**. v. 44, n. 2, p. 345-364, 1996a. Disponível em: <<http://nrfh.colmex.mx/index.php/nrfh/article/view/1942/1933>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. El lenguaje de la lexicografía. In: **Ensayos de teoría semántica**: lengua natural y lenguajes científicos. México: El colegio de México, 2001.

\_\_\_\_\_. **De la definición lexicográfica**. México: El Colegio de México, 2004.

\_\_\_\_\_. La construcción del diccionario. **Actas del II Congreso El español, la lengua de traducción**. Bruselas: Esletra, 2004a. Disponível em: <[https://cvc.cervantes.es/lengua/esletra/pdf/02/010\\_lara.pdf](https://cvc.cervantes.es/lengua/esletra/pdf/02/010_lara.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2017.

- \_\_\_\_\_. **Curso de lexicología**. México: El colegio de México, 2006.
- \_\_\_\_\_. Por una reconstrucción de la idea de la lengua española. In: DEL VALLE, J. (Org.) **La lengua ¿patria común? Ideas e ideologías del español**. Madrid: Iberoamericana, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Lengua histórica y normatividad**. 2. ed. México: El Colegio de México, 2009.
- \_\_\_\_\_. El símbolo, el poder y la lengua. In: SENZ, S.; ALBERTE, M. (Orgs.). **El dardo en la Academia: esencia y vigencia de las academias españolas**. Editorial Melusina, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Historia mínima de la lengua española**. México: El Colegio de México, 2013.
- LAURIA, D. **Continuidades y discontinuidades de la producción lexicográfica del español de la Argentina**. Un análisis glotopolítico de los diccionarios publicados en el marco del Centenario y en el del Bicentenario de la Revolución de Mayo. 2012. Tesis de doctorado. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- LIPSKI, J. M. **El español de América**. Tradução de Silvia Iglesias Recuero. 3. ed. Madrid: Cátedra, 2004.
- LUDMER, J. **Aquí América latina: una especulación**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.
- MARIANI, B. Políticas de colonização linguística. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 73-82, jul/dez, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900/7322%3E>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- \_\_\_\_\_. O político, o institucional e o pedagógico: quanto vale a língua que ensinamos. **Matraga – Estudos Linguísticos e Literários**, v. 23, n. 38, p. 43-63, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/21202>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- MEDEIROS, V. Do heterogêneo no identitário brasileiro: percursos de uma tese. **Fragmentum**, n. 29, parte II, p. 54-60, abr/jun, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11182>> Acesso em: 19ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. Memória e singularidade no gesto do escritor-lexicógrafo. **Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 143-156, 1º sem. 2014. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/13/14> >. Acesso em: 08jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. Cartografias das línguas: glossários para livros de literatura. **Alfa -Revista de Linguística**, v. 60, n. 1, p. 79-93, jan./abr., 2016. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/7626>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- NAHUM, B. **Breve historia del Uruguay independiente**. 9. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2016.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto história. São Paulo: PUC, n. 10, 1993.

NUNES, J. H. Definição lexicográfica e discurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 11, n. 11, p. 9-31, 2003.

\_\_\_\_\_. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. **Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, v. 2, p. 185-206, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

\_\_\_\_\_. Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: O caso do dicionário. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias lingüísticas. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 37, p. 107-124, jul./dez., 2008. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras37.html>>. Acesso em: 08abr. 2017.

\_\_\_\_\_. O discurso documental na História das Idéias Lingüísticas e o caso dos dicionários. **Alfa - Revista de Linguística**, v. 52, n. 1, p. 81-100, 2008a. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468>>. Acesso em: 15 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras**, Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 6-21, 2010. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/view/1981/1305>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. **Revista Argentina de Historiografia Linguística**, v. 5, n. 2, p. 159-172, 2013. Disponível em: <<http://www.rahl.com.ar/index.php/rahl/article/view/71>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

OLIVER, T. B.; UTRILLA, J. M. E. **Léxico del español de América: su elemento patrimonial e indígena**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

ORLANDI, E. P. Heterogeneidade teoricamente sustentada. In: AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: ORLANDI, E. (Org.). **História das ideias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes Editores; Cáceres, MT: Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: \_\_\_\_\_. **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007a.

\_\_\_\_\_. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, [1990] 2008.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

\_\_\_\_\_. **Língua portuguesa e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009a.

\_\_\_\_\_. Língua e nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. **Revista Línguas e instrumentos linguísticos**. v. 23/24, p. 11-23, jan./jul., 2009b. Disponível em: <[http://www.revistalinguas.com/edicao23\\_24/edicao23\\_24.html](http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/edicao23_24.html)>. Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Maio de 1968: Os Silêncios da Memória. In: **Papel da Memória**. Tradução e Introdução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

\_\_\_\_\_. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto**: formulação e circulação de sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Ciência da Linguagem e Política**: anotações ao pé das Letras. Campinas: Pontes Editores, 2014.

\_\_\_\_\_. **Eu, Tu, Ele** – Discurso e real da história. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

OROÑO, M. La escuela pública uruguaya y el idioma nacional en dos períodos históricos: fines del siglo XIX y mediados del siglo XX. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 217-250, jan./jun., 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12182>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. La escuela y la lengua en la construcción discursiva de la identidad nacional: los libros de lectura usados en la escuela uruguaya en el último cuarto del siglo XIX. In: MASELLO, L. (Org.). **Lenguas en la región**: enseñanza e investigación para la integración desde la universidad. Montevideo: Universidad de la República, 2012.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Tradução José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, jun-dez, [1982] 1990.

\_\_\_\_\_. Remontemos de Foucault a Spinoza. Trad. brasileira de Maria do Rosário Gregolin. Mimeo, [1977] 1990. [do original: PÊCHEUX, M. Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. L'Inquiétude du discours. Paris: Cendres, 1990, p. 245-260].

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2008.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Unicamp, [1975] 2009.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1969] 2010.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1983] 2010.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: **Gestos de leitura:** da história no discurso. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, [1982] 2010.

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: **Papel da Memória.** Tradução e Introdução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, [1985] 2010.

\_\_\_\_\_. Foi “propaganda” mesmo que você disse? Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: \_\_\_\_\_. **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux – Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, [1979] 2012.

\_\_\_\_\_. Especificidade de uma disciplina de interpretação (a Análise de Discurso na França). Tradução de Solange Leda Gallo. In: **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Pulcinelli Orlandi. 3. Ed. Campinas: Pontes Editores, [1984] 2012.

\_\_\_\_\_. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Pulcinelli Orlandi. 3. Ed. Campinas: Pontes Editores, [1984] 2012a.

PECHÊUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2010.

PETRI, V. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário:** da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de concentração: Teoria do texto e do discurso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 37, p. 227-243, jul/dez. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11989/7403>> Acesso em: 04 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. **Língua e Instrumentos Linguísticos**. n. 23/24, p. 25-35, jan/jun-jul/dez., 2009. Disponível em:

<[http://www.revistalinguas.com/edicao23\\_24/edicao23\\_24.html](http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/edicao23_24.html)>. Acesso em: 15set. 2017.

\_\_\_\_\_. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009a, p. 329-336. Disponível em: <<https://issuu.com/prazeremler/docs/contemporaneidade>>. Acesso em: 21 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Um outro olhar sobre o dicionário**: a produção de sentidos. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, 2010.

\_\_\_\_\_. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**. n. 29, p. 23-37, jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao29/edicao29.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Org.) **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

\_\_\_\_\_. “Historia das palavras” na historia das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. **Conexão Letras**. v. 13, n. 19, p. 47-58, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/85032/49004>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Fronteiras moventes, sentidos deslizantes. In: ORLANDI, E. (Org.) **Linguagem, instituições e práticas sociais**. Pouso Alegre: Univás; Campinas: Editora Univás, 2018a. p. 172-188.

\_\_\_\_\_. É preciso “tomar de assalto” a palavra para saber mais sobre a sua historia e a sua plasticidade. In: VENTURINI, M. C; LOREGIAN-PENKAL, L; WITZEL, D. G. (Org.). **Linguística na contemporaneidade**: interfaces, memórias e desafios. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. P. 103-121.

PETRI, V.; CERVO, L. M. A presença de Saussure na obra de Michel Pêcheux: reflexões sobre a noção de língua. In: SOUSA, L. M. A. e; SOUZA, G. N.; BALDINI, L. (Org.). **A palavra de Saussure**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2016, v. 1, p. 261-278.

PETRI, V.; MEDEIROS, V. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 43-66, jan./jun., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11725>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PETRI, V.; SILVA, K. F. G. Apontamentos sobre produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**. n. 37, p. 09-27, jan./jun., 2016. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao37/edicao37.html>>. Acesso em: 09 set. 2017.

PONTE, A. El español y lo español: una relación estrecha. In: BEIN, R et al. **Homenaje a Elvira Arnoux**: estudios de análisis del discurso, glotopolítica y pedagogía de la lectura y la escritura, tomo II: glotopolítica. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad de Buenos Aires, 2017. Disponible em: <<http://publicaciones.filo.uba.ar/sites/publicaciones.filo.uba.ar/files/Homenaje%20a%20Elvira%20Arnoux%20Tomo%20II.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SEPÚLVEDA, I. **El sueño de la Madre Patria**. Hispanoamericanismo y nacionalismo. Madrid: Marcial Pons, 2005.

SIQUAN, M. Lenguas nacionales y nacionalismos lingüísticos. In: \_\_\_\_\_. **La Europa de las lenguas**. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

SOUTO, M. C.; PASCUAL, J. I. P. El diccionario y otros productos lexicográficos. In: GUERRA, A. M. M. (Org.) **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2003.

STURZA, E. R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras brasileiras. **Revista Ciência e Cultura**. v. 57. n. 2, p.47-50, abr./jun., 2005. Disponible em:<[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200021&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200021&script=sci_arttext)>. Acesso em: 07 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das idéias lingüísticas**. 2006. 168 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

TORRES GARCÍA, J. **Universalismo Constructivo**. Buenos Aires: Poseidón, 1944.

URUGUAY. Ley n. 18.437 (Ley General de Educación), de 16 de enero de 2009. **Diario Oficial de la República Oriental del Uruguay**, tomo 2, p. 2959.

WEINBERG, M. B. F. **El español de América**. 2. ed. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

WERNER, R. La definición lexicográfica. In: HAENSCH, G; WOLF, L.; WERNER, R. (Orgs.) **La lexicografía – de la Lingüística teórica a la Lexicografía práctica**. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

ZANDWAIS, A. Como caracterizar uma nação: entre os domínios históricos e discursivos. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.) **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: UFSM, 2013.

ZIMMERMANN, K. El fin de los diccionarios de mexicanismos, colombianismos, argentinismos, cubanismos etc. La situación de la lexicografía del español de América después de la publicación de los Diccionarios contrastivos del español de América: Español de América - Español de España, dirigidos por Günther Haensch y Reinhold Werner. **Estudios de Lingüística del Español**. v. 23, 2006. Disponible em: <[elies.rediris.es/elies23/zimmerman\\_cap1.htm](http://elies.rediris.es/elies23/zimmerman_cap1.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Diccionarios, identidad e ideología lingüística. Una reseña y evaluación comparativa del Diccionario del español de México y del Diccionario de mexicanismos. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**. v. X, n. 19, p. 167-181, 2012.

ZUNINI, M. G; TAIBO, M. Marcas gramaticales en el Diccionario del español del Uruguay: el tratamiento de los verbos pronominales. In: IX Seminario sobre lexicología y lexicografía del



español y del portugués americanos, 2016, Montevideo, Uruguay. **Anais...** Academia Nacional de Letras del Uruguay e Instituto de Lingüística de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2016, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.academiadeletras.gub.uy/innovaportal/file/96385/1/gonzalez-taibo.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

### **Dicionários consultados**

ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS DE URUGUAY. **Diccionario del español del Uruguay**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la Lengua Española**. 23. ed. Madrid: Espasa, 2014. Disponível em: < <http://www.rae.es/obras-academicas/diccionarios/diccionario-de-la-lengua-espanola> >. Acesso em: 30 out. 2019.